



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ALDAIR OLIVEIRA DE ANDRADE

**DE MIGRANTE A INDUSTRIÁRIO: A RECONSTRUÇÃO DA VIDA
NA CIDADE DE MANAUS**

CAMPINAS

2014



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ALDAIR OLIVEIRA DE ANDRADE

**DE MIGRANTE A INDUSTRIÁRIO: A RECONSTRUÇÃO DA VIDA
NA CIDADE DE MANAUS**

Orientador: Prof. Dr. Thomas Patrick Dwyer

CAMPINAS

2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

An24m Andrade, Aldair Oliveira de, 1967-
 De migrante a industrialista: a reconstrução da vida na cidade de Manaus /
 Aldair Oliveira de Andrade. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

 Orientador: Thomas Patrick Dwyer.
 Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia
 e Ciências Humanas.

 1. Migração interna - Amazonas. 2. Manaus (AM) - Indústrias. 3. Trabalho
 migratório - Brasil. I. Dwyer, Thomas Patrick, 1952-. II. Universidade Estadual de
 Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: From migrant to industrialist: the reconstruction of life in Manaus

Palavras-chave em inglês:

Internal migration - Amazon

Manaus (AM) - industries

Work migration - Brazil

Área de concentração: Ciências Sociais

Titulação: Doutor em Ciências Sociais

Banca examinadora:

Thomas Patrick Dwyer [Orientador]

Ernesto Renan Melo Freitas Pinto

Antonio Carlos Witkoski

Angela Maria Carneiro Araújo

José Dari Krein

Data de defesa: 11-12-2014

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 11 de dezembro de 2014, considerou o candidato ALDAIR OLIVEIRA DE ANDRADE aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Thomas Patrick Dwyer

Prof. Dr. Antonio Carlos Witkoski

Prof. Dr. Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto

Profª. Dra. Angela Maria Carneiro Araújo

Prof. Dr. José Dari Krein

Prof. Dr. José Ricardo Garcia Pereira Ramalho

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa

Profª. Dra. Maria Ligia de Oliveira Barbosa

À Roberta e Sophia.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho que tem a duração de quatro anos é composto muitas vozes e encontros, cada um com sua tonalidade e acorde. Neste tempo, diversas pessoas – cada uma à sua maneira – contribuíram para a composição das reflexões aqui expostas. Não é possível estabelecer uma hierarquia de relevâncias das contribuições desses diversos colaboradores, como também sempre há a possibilidade de que alguém não seja lembrado nominalmente. Em todo caso, citaremos alguns nomes representativos dessa caminhada.

A Deus, a quem eu esqueci por um tempo, por me fazer ver sua imensa bondade.

A meus pais, Jorge Wilson e Nadir Andrade, que, apesar das dificuldades, sempre fizeram o possível e o impossível para que fôssemos educados como pessoas de bem.

A meus irmãos, Alteir, Jeordane, Márcio, Irany, Nilson e Anádia, pela fraternidade e companheirismo.

À minha esposa, Roberta Andrade, pela generosidade, perseverança, companheirismo e sapiência.

À vovó da Sophia, Maria de Lourdes, pela calma e solidariedade.

Aos migrantes industriários por compartilharem com um estranho, suas memórias, seus passados, em suma, suas vidas.

Ao meu Orientador, Prof. Dr. Thomas Patrick Dwyer, pela disponibilidade e sábias orientações.

Aos meus professores Ângela Araújo, Rosana Baeninger, Dari Krein, Liliana Segnini, Valeriano Costa, e tantos outros, pelos ensinamentos e tolerância.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM pelo apoio financeiro neste empreendimento.

Aos meus colegas de trabalho do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente, pelo companheirismo e confiança. De modo especial, ao amigo Milton César Campos, pela partilha da vida e das angústias.

Aos amigos Hamida e Júnior Pinheiro, pelo convívio afetuoso e fraterno.

Aos meus colegas de turma 2010, João Paulo, Tadeu, Jaqueline, Jacaúna e Verônica, pelas experiências e dores repartidas.

A Adjalma Jaques, do IBGE, pela colaboração e tempo dispensados.

À Edielle Palma, pelo apoio imprescindível na coleta e tabulação dos dados.

A todos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em especial, os professores e os técnicos administrativos Maria Rita Gandara e Reginaldo Alves.

Muitos eventos são frutos do acaso, e diferem por sua grandeza ou insignificância; embora a boa sorte ou infortúnio em pequena escala não mudem evidentemente o curso da vida, grandes e frequentes sucessos tornam a vida mais feliz, pois eles, por sua própria natureza, realçam a beleza da vida e também podem ser usados nobremente e de conformidade com a excelência; grandes e frequentes reveses, ao contrário, aniquilam e frustram a felicidade, seja pelos sofrimentos que causam, seja por constituírem óbices a muitas atividades. [...] O futuro é obscuro para nós, enquanto concebemos a felicidade como uma finalidade, e autossuficiente. Sendo assim, devemos declarar supinamente felizes as pessoas vivas que preencham os requisitos mencionados e sejam feitas para continuar a preenchê-los, mas tudo dentro das limitações da condição humana (ARISTÓTELES).

RESUMO

A presente pesquisa aborda o processo de reconstrução da vida de migrantes na cidade de Manaus, que chegaram à capital a partir da década de 1960, onde desempenham ou desempenharam atividades no Polo Industrial de Manaus (PIM). A intenção deste trabalho é, a partir das narrativas dos migrantes, situar a construção do projeto migratório, os dilemas que envolveram o ato de migrar, a chegada à capital, a inserção no mundo do trabalho, a construção de novos espaços de sociabilidade, dentre outras questões, as quais nos ajudam a identificar se o projeto construído na origem se consolidou no destino. Para tanto, lançamos mão da pesquisa bibliográfica, o que inclui também as matérias jornalísticas e os relatórios oficiais do poder público, bem como da pesquisa de campo. Para a coleta de dados, realizamos entrevistas semiestruturadas com trabalhadores que atuam ou atuaram no PIM, com base nos critérios previamente estabelecidos, no intuito de conhecer como era a vida na origem, o que determinou a decisão de migrar, como se deu o deslocamento, como foi o estabelecimento em Manaus, quais as principais dificuldades enfrentadas, como se tornaram industriários, como é a vida no espaço fabril e como eles construíram novas relações sociais. O estudo evidenciou que nem todos construíram seus próprios projetos migratórios, visto que eram crianças e adolescentes, que tiveram a decisão tomada por pais ou responsáveis. A presença de familiares e conhecidos na capital foi um elemento fundamental para subsidiar a decisão de migrar. Os migrantes se tornaram industriários somente após a chegada à Manaus, por isso, nesta pesquisa adota-se o termo migrantes industriários. Ao comparar a vida na origem e no destino, podemos inferir que houve melhoria de vida, sendo que os principais objetivos do projeto migratório, que eram estudo, trabalho e moradia, foram alcançados para a maioria, embora os relatos não deixem de revelar a dureza da vida de um industriário, que tem a maior parte de seu tempo consumida pelo trabalho.

Palavras-Chave: migração interna-Amazonas, trabalho migratório-Brasil, Manaus (Am)-indústrias.

ABSTRACT

This research addresses the process of migrants' life reconstruction in the city of Manaus who arrived in the capital from the 1960's on, where they developed activities in the Industrial Pole of Manaus (PIM). The intention of this work is, from the migrants' narratives, to place the construction of the migratory project, the dilemmas involved in the act of migrating, the arrival in the capital, their entering in the market place, the construction of new spaces of sociability, among other questions, which help us identify if the project in its origin was consolidated at the end. To achieve that, the literature we used also includes newspaper articles and official reports of public institutions, as well as field research. For data collection, we conducted semi-structured interviews with workers who worked at the PIM, based on previously established criteria, in order to know what life was like at the beginning, what determined their decisions to migrate, how the displacement took place, the way their establishment in Manaus occurred, which were the main difficulties they faced, how they became industry workers, what was life like in the factory space and how they built their new workplace relationships. The study showed that not all of them created their own migration projects, since they were children and teenagers who had the decision made by their parents or guardians. The presence of family members and acquaintances in the capital was a key element to support the decision to migrate. Migrants have become industrial workers only after their arrival in Manaus, therefore, this research adopts the term migrant industrial workers. Comparing life in the origin and destination, we can infer that there was an improvement in the migrants' lives, and the main objectives of the migration project, which were the study, the work and the housing, were achieved by most of them, although the reports do not fail to reveal the hard life of an industrial worker, who has most of his/her time consumed by the job.

Keywords: internal migration-Amazon, work migration-Brazil, Manaus (Am)-industries

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Microrregiões do Estado do Amazonas	103
Mapa 2 – Zonas da cidade de Manaus em que moram os migrantes	299

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Escolaridade do grupo estudado na ocasião da migração	45
Gráfico 2 – Atividades desempenhadas pelos entrevistados na ocasião da migração	47
Gráfico 3 – Composição familiar dos entrevistados antes da migração	50
Gráfico 4 – Fonte de sustento do núcleo familiar dos migrantes na origem	54
Gráfico 5 – Atividades econômicas citadas pelos entrevistados como principais em seus municípios	58
Gráfico 6 – Atividades no fim de semana	60
Gráfico 7 – Enfrentamento de dificuldades financeiras	61
Gráfico 8 – Motivações principais que suscitaram a decisão de migrar	71
Gráfico 9 – Motivos da escolha de Manaus como destino	79
Gráfico 10 – Os maiores dilemas na tomada de decisão de migrar para Manaus	86
Gráfico 11 – Motivo determinante para vir para Manaus	88
Gráfico 12 – Percentual da população urbana e rural no Estado do Amazonas	111
Gráfico 13 – Percentual populacional de Naturais e Não Naturais por Microrregião	113
Gráfico 14 – Fonte de informações sobre Manaus	116
Gráfico 15 – Responsáveis pelo planejamento da viagem para Manaus	129
Gráfico 16 – Sentimento principal ao deixar a cidade de origem	135
Gráfico 17 – Descrição do deslocamento do lugar de origem para Manaus	140
Gráfico 18 – Custeio do deslocamento para Manaus	142
Gráfico 19 – Meio de transporte utilizado pelos migrantes no deslocamento para Manaus	145
Gráfico 20 – Áreas de atuação profissional dos entrevistados desde a migração	163
Gráfico 21 – Relação entre data de migração e tempo de ingresso no PIM, dos maiores	170
Gráfico 22 – Faixa etária dos migrantes amazonenses de uma empresa do polo	172

de eletroeletrônicos	
Gráfico 23 – Faixa etária dos migrantes amazonenses de uma empresa do polo de Polo de isqueiros, canetas e barbeadores descartáveis	173
Gráfico 24 – Funções ocupacionais comuns exercidas no ingresso no PIM e na ocasião da pesquisa	181
Gráfico 25 – Comparativo dos níveis de complexidade das funções no ingresso e na atualidade	183
Gráfico 26 – Seção de atividade do trabalho principal na cidade de Manaus, homens e mulheres	210
Gráfico 27 – Descrição da rotina de vida dos migrantes industriários	228
Gráfico 28 – Descrição do dia a dia fabril dos migrantes	234
Gráfico 29 – Vantagens apontadas pelos migrantes oferecidas pelo PIM	251
Gráfico 30 – Afiliação sindical: situação do grupo estudado.	273
Gráfico 31 – Afiliação e participação em greve	277
Gráfico 32 – Percepção dos migrantes industriários acerca das transformações no PIM	281
Gráfico 33 – Nível de escolaridade dos migrantes industriários no destino por década de migração	294
Gráfico 34 – Estrutura familiar do grupo pesquisado	296
Gráfico 35 – Principais transformações na cidade sob a ótica dos migrantes	307
Gráfico 36 – Transformações na cidade sob a ótica dos migrantes	308
Gráfico 37 – Atividades desempenhadas no fim de semana por homens e mulheres	311
Gráfico 38 – Atividades nos fins de semana referentes à origem e ao destino	314
Gráfico 39 – Perspectivas quanto ao retorno à origem de migrantes que vieram para Manaus (maiores e menores)	319

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Índice de Desenvolvimento Humano e População dos municípios de origem dos migrantes	38
Quadro 2 – Migrantes entrevistados por microrregião e municípios de nascimento	41
Quadro 3 – Migrantes homens e mulheres (maiores) nas diferentes décadas	44
Quadro 4 – Escolaridade de homens e mulheres na ocasião da migração	46
Quadro 5 – Característica populacional da cidade de Manaus	67
Quadro 6 – População do Estado do Amazonas em 1980	102
Quadro 7 – Distribuição espacial da PEA de trabalhadores da indústria de transformação na cidade de Manaus	105
Quadro 8 – Naufrágios no Amazonas e vítimas fatais	141
Quadro 9 – Avaliação do transporte hidroviário regular e turístico por passageiros	143
Quadro 10 – Primeiras funções ocupacionais exercidas em Manaus	161
Quadro 11 – Condições dos migrantes nos primeiros tempos: emprego, escolaridade e moradia	165
Quadro 12 – Classificação das profissões por níveis de complexidade	182
Quadro 13 – Descrição da relação dos migrantes com os colegas de trabalho	194
Quadro 14 – Percepção dos migrantes quanto às relações de gênero no ambiente de trabalho	211
Quadro 15 – Percepção dos migrantes quanto às relações de gênero no ambiente de trabalho, por polo de atividade	216
Quadro 16 – Percepção dos migrantes quanto à competitividade no ambiente de trabalho	219
Quadro 17 – Sentimentos dos migrantes quanto ao trabalho de industrial	241
Quadro 18 – Desejo de mudança de ramo de atividade	243
Quadro 19 – Visões dos migrantes industriais sobre os ambientes doméstico e fabril	247
Quadro 20 – Desvantagens de trabalhar no PIM relatadas pelos migrantes	257

Quadro 21 – Percepção dos migrantes sobre ascensão funcional	264
Quadro 22– Participações de mão de obra do PIM no período de 1998 a 2013	283
Quadro 23 – Sujeitos e empresas da pesquisa de campo	292
Quadro 24 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade e ocupação na semana de referência	306
Quadro 25– Evolução do nível de escolaridade nas microrregiões e na cidade de Manaus, 2000 e 2010	321
Quadro 26 – Motivos de retorno ou não à origem	324

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População da cidade de Manaus	104
Tabela 2 – Percentual populacional na zona urbana e rural do Amazonas por microrregião	114
Tabela 3 – Movimentação de passageiros em linhas regulares no Amazonas	144
Tabela 4 – Migrantes participantes da pesquisa ativos e inativos	176
Tabela 5 – Sentimentos quanto ao trabalho de industriário por década de migração e ingresso no PIM	242
Tabela 6 – Domicílios permanentes com acesso à água, energia e esgoto em Manaus	302
Tabela 7 – Ocorrências policiais registradas na cidade de Manaus	309
Tabela 8 – Atividades nos fins de semana desenvolvidas pelos homens na origem e no destino	315
Tabela 9 – Atividades nos fins de semana desenvolvidas pelas mulheres na origem e no destino	316

LISTA DE SIGLAS

ANTAQ	Agência Nacional de Transporte Aquaviário
BASA	Banco da Amazônia S.A
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CELADE	Centro Latino-Americano de Demografia
COSAMA	Companhia de Saneamento do Amazonas
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIDAM	Fundo para Investimentos Privados do Desenvolvimento da Amazônia
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
PIM	Polo Industrial de Manaus
PLR	Participação nos Lucros ou Resultados
PPB	Processo Produtivo Básico
PNE	Portadores de Necessidades Especiais
PROSAMIM	Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus
RMM	Região Metropolitana de Manaus
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico
SESI	Serviço Social da Indústria
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
ZLC	Zona de Livre Comércio

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo I: Projeto Migratório: gênese e dilemas	11
1.1 O projeto migratório como construção teleológica	11
1.2 A vida no lugar de origem: um retrato a partir de dados estatísticos	37
1.3 A decisão de migrar: as expectativas quanto à vida na capital	62
Capítulo II: Adaptação e resistência	91
2.1 Manaus como possibilidade de melhoria de vida: um panorama sócio-	91
2.2 Subjetividades em fronteira: o sujeito em meio ao processo migratório	110
2.3 A vida dos migrantes no contexto da cidade: primeiros momentos na capital	147
Capítulo III: O novo mundo do trabalho	167
3.1 A condição de industriário migrante	167
3.1.1 Os migrantes e a mobilidade funcional nas empresas do PIM	179
3.1.2 Os migrantes e as relações de poder	200
3.1.3 Os migrantes e a competitividade nas relações de trabalho	218
3.2 A construção de uma nova ética para o trabalho	222
3.3 Avanços e rupturas: realizações e fracassos no novo mundo do trabalho	248
3.3.1 Os migrantes e as entidades representativas	268
3.3.2 As transformações do Polo Industrial de Manaus segundo os migrantes	280
Capítulo IV: Os labirintos da cidade	287
4.1 A nova vida na cidade: retrato das condições socioeconômicas	287
4.2 Novos espaços de sociabilidade: a casa, a fábrica e o lazer	304
4.3 A volta às origens: querer e não poder ou poder e não querer	318
Considerações Finais	331

Referências	335
Apêndices	357
Apêndice I – Formulário aplicado aos migrantes industriários	358

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa nasceu como inquietação pessoal do pesquisador, que viveu a condição de migrante e, por dez anos, atuou como industrial. Depois, a formação acadêmica abriu os horizontes de reflexão sobre o Polo Industrial de Manaus (PIM), levando à constatação de que, passados quarenta e sete anos da implantação do Polo Industrial de Manaus, nunca se buscou compreender a reconstrução da vida de migrantes industriários amazonenses na cidade de Manaus.

Na pesquisa de mestrado procuramos compreender as transformações do perfil ocupacional dos trabalhadores do PIM, mais especificamente da indústria eletroeletrônica. Para o doutorado, retomamos as leituras de pesquisas já produzidas sobre o PIM, as quais nos permitiram constatar que seus objetivos estiveram centrados nas transformações da indústria e nas consequências para os industriários, ou seja, o mundo do trabalho aparecia como elemento central e não como parte da vida.

A partir disso, pensamos que os migrantes industriários, tão importantes para a história do PIM, mereciam que suas vozes ecoassem e dessem corpo a uma tese de doutoramento, onde suas particularidades, seus dilemas, suas dificuldades, suas conquistas, suas histórias fossem valorizadas.

Esta pesquisa tem como objetivo principal descrever a reconstrução da vida de migrantes industriários amazonenses na cidade de Manaus, buscando discorrer sobre a construção de um projeto migratório, a partida da origem e a chegada ao destino, a inserção no mundo trabalho e nova vida na cidade.

A abordagem teórica que orientou este estudo é a fenomenologia sociológica, elaborada por Schutz (1979). A preocupação do pesquisador era realizar uma sociologia da realidade mundana, ou melhor, uma fenomenologia da atitude natural. A partir dessa perspectiva, analisamos as narrativas e os cenários de reconstrução das vidas, iniciando-se com a descrição da vida na origem, a reconstrução no destino e a sua configuração no presente.

Alfred Schutz (1979) fez estudo minucioso das obras de Husserl (1946) e Weber (1947), localizando e superando algumas falhas, desenvolvendo alguns conceitos

rudimentares de Husserl e transformando-os nos alicerces de uma teoria sociológica do mundo social. O autor trouxe contribuições importantes, especialmente no tratamento que deu aos fenômenos de tipificação na esfera da vida cotidiana. Schutz (1979) também procedeu a uma crítica a Weber, constituindo-se basicamente de esclarecimentos e exposição de significados obscuros, desenvolvendo conceitos além do ponto onde o autor parou suas análises, estabelecendo novos significados que alguns conceitos assumiam quando usados em contextos diferentes. O trabalho de Schutz pode ser considerado uma síntese de Husserl e Weber.

Para Capalbo (1979), o pensamento de Alfred Schutz situa-se na confluência do pensamento da fase final de Husserl, procurando discutir o problema dos fundamentos das ciências sociais.

Para Schutz (2008), há uma diferença básica entre a estrutura do mundo social e a estrutura do mundo natural, sendo a realidade do primeiro de difícil mensuração e experimentação; já no segundo, a medida, a experimentação e a formulação de leis expressam proposições evidentes. A diferença básica consiste no fato de que as ciências sociais utilizam o método compreensivo e as ciências naturais o método explicativo. Destaca ainda que há pontos em comuns entre estas duas ciências básicas: o princípio da inferência e o de verificação, os ideais de unidade, de simplicidade, de universalidade e de precisão.

Para Capalbo (1979, p. 36), Schutz não nega que as ciências sociais devam permanecer ciências empíricas, mas que pretende mostrar que a tarefa das ciências sociais não pode negar que certos fatos, as crenças, as convicções, sejam reais e façam parte da experiência vivida dos homens e do mundo da vida na dimensão social.

A autora argumenta que Schutz não busca subsidiar a intersubjetividade na atividade do ego transcendental, como Husserl fez. Ao contrário, “a intersubjetividade é um ‘dado’ intramundano sob o qual se ergue toda e qualquer atividade do eu de relação e da própria ciência social” (IDEM, p. 48). Nesse sentido, “o mundo da vida é fonte de ‘pressuposições’ e é igualmente mundo social e histórico”. Continua a autora,

a redução transcendental do mundo da vida permitirá deixar aparecer os pressupostos sociais e históricos, isto é, as tradições sedimentadas e o anonimato. Assim, o fundamento de uma 'eidética sociológica' está indissociavelmente ligado ao mundo da vida (IBIDEM, p. 48).

Max Weber, em sua obra trata de classes sociais e estamentos, para quem a sociologia é uma ciência que constrói os tipos ideais para melhor compreensão das relações sociais. Schutz, por sua vez, trata de grupos sociais e de comunidade de vida intersubjetiva consciente, sendo as suas categorias principais as de próximo e semelhante, e a sociologia compreensiva se ergue a partir do mundo vivido social comum a todos nós. Para Weber, os interesses são quase exclusivamente econômicos, e para Schutz, os interesses são de ordem pragmática, onde o econômico está inserido, mas não de modo exclusivo. Para Weber, os tipos ideais não levam em consideração a questão das relações entre liberdade e necessidade e, para Schutz, as tipificações devem levar em consideração a angústia existencial; os tipos sociais não nos fixam, há margem para a liberdade e para o imponderável, pois podemos deixar de desempenhar o papel que o tipo nos havia imposto (CAPALBO, 1979, p. 91).

Para Schutz (1979), foi fundamental focalizar o mundo da vida de vários ângulos, primeiramente analisando a atitude natural, estudando em seguida os principais fatores determinantes da conduta de qualquer indivíduo no mundo da vida, e em terceiro lugar ocupou-se dos meios através dos quais um indivíduo se orienta nas situações da vida, “da experiência que armazenou” e do “estoque de conhecimento que tem à mão”.

Nesta pesquisa buscamos descrever o mundo da vida de migrantes amazonenses, originários de várias cidades da unidade da federação, a partir das condutas significativas – ações –, dos fatores determinantes dessas condutas e como se orientam nas situações da nova vida através das novas experiências.

Nesta investigação, alguns temas elaborados por Schutz (1979) são fundamentais: a discussão sobre a ação no mundo da vida e o cenário cognitivo do mundo da vida. Destes grandes temas, destacam-se as argumentações sobre as zonas de relevância, os domínios sociais de relevância, ação, motivação e racionalidade, antecipar e projetar, ação e escolha, escolha e interesse, ação intencional, possibilidades problemáticas.

Sinteticamente, os *motivos por que* e os *motivos a fim de* são a base de construção da tese. Os *motivos por que* se referem ao passado, ao já vivido, é a retrospectiva que se faz do realizado, seja quanto à vida na origem, à mudança para Manaus, aos primeiros tempos na cidade, à inserção do mundo do trabalho. E efetivamente os *motivos por que* irão determinar o projeto. Os *motivos a fim de* se referem a algo que se pretende realizar, a finalidade a atingir, ao projeto a realizar, a vontade de fazer, é o que desencadeia a ação, se referem ao futuro.

Para a sustentação desse trabalho qualiquantitativo, recorreremos à pesquisa bibliográfica e à pesquisa de campo. A coleta de dados se deu por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, orientadas por um formulário com questões abertas e fechadas.

A metodologia adotada para o desvelamento dos dados foi a análise, a interpretação, a classificação, a síntese e a discussão das narrativas sobre a vida na origem, o processo migratório, a inserção na cidade de Manaus e o mundo do trabalho dos migrantes industriários.

A análise e a tabulação foram realizadas a partir da transcrição integral e detalhada das entrevistas. Todas as descrições realizadas pelos entrevistados, a partir das questões elaboradas previamente ou de inserções espontâneas, foram incluídas e transcritas em categorias elaboradas a partir das perguntas formuladas.

As perguntas abertas e fechadas foram tabuladas e, a partir disto, reunimos as respostas em categorias, que orientaram a análise e a exposição dos dados. As respostas das perguntas abertas ou fechadas, de acordo com a necessidade de demonstrar relevância, foram organizadas em gráficos, tabelas ou quadros.

O primeiro passo para a construção de categorias das perguntas abertas foi identificar no corpo das respostas dadas palavras-chave que expressavam sinteticamente as respostas às perguntas realizadas. Na impossibilidade de identificar uma palavra-chave, assumiu-se uma frase ou enunciado proferido pelo narrador que contemplasse a pergunta formulada. Após a estruturação dessas categorias e consequente identificação de quantidade diversa de respostas, ponderamos se o reagrupamento comprometeria o significado dado

pelo narrador. Ao constatar o não comprometimento, as respostas foram reagrupadas em novas categorias ou palavras-chave.

A decisão quanto ao tema desta tese colocou-nos diante de um dilema fundamental: o estabelecimento do tamanho da amostra. A dificuldade é resultante da falta de parâmetros precisos a partir dos quais se possa definir o tamanho do universo de migrantes amazonenses industriários. As informações sobre o contingente de migrantes em Manaus e de industriários na cidade de Manaus estão disponíveis na base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Contudo, essas informações não são suficientes para se extrair este universo em particular.

Num primeiro momento, realizamos uma análise do quadro de empresas existentes no PIM, com base nos relatórios da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). As empresas são classificadas em subsetores e polos. Os subsetores são classificações de primeiro nível e os polos de segundo nível. Então, dentro de um mesmo subsetor, podem existir vários polos. Nesse momento, verificamos a existência de 19 subsetores no PIM e julgamos que seria enriquecedor ao trabalho que empresas de todos eles compusessem o *locus* de pesquisa.

Do conjunto de 395 empresas com projetos aprovados na SUFRAMA, com data de fundação até 1980, selecionamos 30 empresas, das quais apenas cinco consentiram que fosse realizada a pesquisa no espaço da fábrica e concederam informações sobre os migrantes industriários, sendo: uma do polo de duas rodas, duas do polo de eletroeletrônicos, uma do polo de bebidas não alcoólicas e uma do polo de isqueiros, canetas e barbeadores descartáveis.

Após o assentimento para a realização da pesquisa, o desafio foi conseguir o máximo de informações possíveis sobre os migrantes: idade, cargo ocupado, tempo de empresa e cidade de origem, visto que o acesso a estas informações permitiria determinar mais critérios na seleção da amostra. De modo geral, as informações fornecidas pelas empresas sobre os migrantes era a cidade de origem, a data de nascimento e a função ocupacional exercida.

De posse dessas informações, estabelecemos como primeiro critério de seleção a cidade de origem, a idade e função ocupacional, buscando a maior variedade de cidades do

Estado do Amazonas, maior diferença geracional possível entre os migrantes e a maior diversidade de funções ocupacionais. Para participar da pesquisa, o industrial deveria ser voluntário, migrante amazonense, com idade igual ou superior a dezoito anos.

Pela impossibilidade de estabelecer o tamanho do universo de migrantes amazonenses industriários no PIM ou na cidade de Manaus, trabalhamos na perspectiva de saturação empírica, a qual, de acordo com Pires (2010, p. 198), pode ser compreendida como “o fenômeno pelo qual o pesquisador julga que os últimos documentos, entrevistas ou observações não trazem mais informações suficientemente novas, ou diferentes, para justificar uma ampliação do material empírico”.

Após realizarmos um conjunto de entrevistas com um grupo variado de migrantes, de níveis e funções ocupacionais do PIM, da grande maioria dos municípios do Estado, e percebermos que as narrativas, de um modo geral, se repetiam quanto à construção do projeto migratório, às condições socioeconômicas da origem, ao processo de adaptação à nova vida no destino, à inserção no mundo do trabalho e à construção de novas formas de relações de sociabilidade, decidimos encerrar a coleta de dados de campo.

Realizamos 93 entrevistas, sendo 88 com industriários ativos em cinco empresas do PIM e 5 com ex-industriários. No primeiro grupo tivemos 25 do sexo feminino e 63 do sexo masculino, enquanto que, no segundo, 2 do sexo feminino e 3 do sexo masculino. Os migrantes tinham entre 18 e 59 anos de idade, com 1 a 41 anos de atividade no PIM, com nível de escolaridade desde o ensino fundamental até a pós-graduação *lato sensu*, solteiros, casados e separados. Os industriários ativos exerciam as funções ocupacionais de nível operacional, análise e de coordenação e comando; os ex-industriários estavam desempregados ou exerciam profissão liberal.

Na construção desta tese, o grupo de migrantes foi classificado em maiores e menores. Adotamos como critério a maioridade civil para distinção entre os grupos. Assim, maiores são aqueles que no ano da migração tinham idade igual ou superior a 18 anos, e menores aqueles que tinham idade inferior a 18 anos.

A realização das entrevistas seguiu um formulário preelaborado com 79 questões, sendo 22% perguntas fechadas e 78% abertas, construído a partir de seis eixos principais: identificação e dados socioeconômicos; a vida na cidade de origem; migração para Manaus;

construção da vida no contexto da cidade de Manaus; inserção na indústria e novos espaços sociais.

As entrevistas foram gravadas após anuência e autorização por escrito dos entrevistados e, posteriormente, transcritas e identificadas com nomes fictícios, sendo resguardado o sigilo da fonte, conforme acordado em termo de consentimento.

As principais dificuldades de realização da pesquisa estão relacionadas à disponibilização de informações pelas empresas participantes sobre os industriários, bem como ao espaço e ao tempo de realização da pesquisa, tendo em vista que as entrevistas precisaram acontecer dentro do próprio espaço da fábrica e durante o turno de trabalho, o que, em certo sentido, deixou os entrevistados mais retraídos e mais preocupados com a duração da entrevista, já que precisavam voltar e continuar seus afazeres.

O espaço da fábrica é sempre um espaço de vigilância, quaisquer informações sobre os trabalhadores é sempre de difícil acesso. As empresas exigiram a delimitação do tempo máximo para as entrevistas, e disponibilizaram uma sala para sua realização. Mesmo sob tais condições, algumas entrevistas foram interrompidas, mesmo que momentaneamente, tendo em vista demandas da função ocupacional do entrevistado.

Os migrantes assumiram basicamente duas posturas ao serem questionados sobre os motivos que os levaram a migrar: escolheram um elemento, geralmente socioeconômico, ou narraram um pouco de suas histórias de vida e, ao fazê-lo, identificavam motivos que justificaram a tomada de decisão. No geral, percebemos certa dificuldade em sintetizar a pluralidade de emoções e sentimentos, que compunham a experiência vivida e sentida, já que esta não poderia ser reconstruída e verbalizada.

Diversos elementos, como veremos, concorrem direta ou indiretamente na tomada de decisão. É inegável, todavia, o fato em si de que migraram. Os elementos constituintes deste fato sejam objetivos ou subjetivos afluem, no presente, para dar tom na formação de um *corpus* explicativo que torne mais límpida a ação pretérita.

O migrante, ao narrar sua história, seu passado, o faz a partir da argumentação explicativa que mais lhe parece óbvia e que justifica seu entendimento, sintetiza seus afetos, a sensação sentida, que ainda se reproduz como fato em si. Em suma, os motivos

que levaram o migrante a deixar sua terra, sua cidade, seu lar e partir são aqueles que surgem nas diferentes narrativas.

Assim, os relatos são descrições, rememorações da vida dos migrantes recompostas à luz do presente. Se os diversos projetos se realizaram integralmente ou parcialmente, ou não se realizaram como pretendido, hoje assumem novas cores.

As narrativas nos permitem perceber que algumas questões inquietam os migrantes na rememoração das experiências vividas: como verbalizar as emoções passadas; como narrar um conjunto polimorfo de experiências que compuseram o passado; como resgatar um passado distante e não incorrer em descuido ou precipitação.

Para descrever a reconstrução da vida de migrantes amazonenses na cidade de Manaus, partimos de quatro grande eixos: a vida na origem, a adaptação ao destino, o mundo do trabalho no destino e a nova vida na cidade de destino.

A partir desses eixos, estruturamos a tese em quatro capítulos, que se complementam e têm a pretensão de permitir a compreensão da reconstrução da vida de sujeitos na cidade de Manaus. No primeiro capítulo, **Projeto Migratório: gênese e dilemas**, discorremos sobre o projeto migratório, a vida dos migrantes em seus locais de origem, a colocação do projeto migratório em ação, a tomada de decisão e o processo migratório.

No segundo capítulo, **Adaptação e Resistência**, discutimos a reconstrução da vida dos migrantes na cidade de Manaus. Em um primeiro momento falamos do contexto socioeconômico da cidade, seguindo-se da apresentação da construção, do planejamento e da ação de migrar e os seus dilemas e, por último, tratamos das estratégias de inserção e de adaptação à nova vida na cidade de Manaus.

No terceiro capítulo, **O novo mundo do trabalho**, colocamos em foco a nova condição do migrante como industrial, sua inserção no novo mundo do trabalho, a construção de novos hábitos de vida e de trabalho. Num primeiro instante, abordamos o processo de inserção dos migrantes, as relações humanas e suas transformações. No segundo momento, apresentamos o processo de adaptação às novas rotinas de vida e de trabalho. Na terceira abordagem, analisamos os avanços, rupturas e retrocessos, buscando

compreender as vantagens e desvantagens de nele permanecer, como também, a relação dos trabalhadores com as entidades representativas de classe.

No quarto capítulo, **Os labirintos da cidade**, buscamos descrever a configuração da vida na cidade de Manaus, a construção dos novos espaços de sociabilidade. Fizemos uma espécie de comparação entre as metas elaboradas na origem e sua concretização no destino. Iniciamos com um panorama sobre as condições socioeconômicas migrantes e sua contraposição com a origem, antes da migração. Na segunda parte, trazemos as percepções quanto às transformações da cidade de Manaus e os relatos acerca das novas práticas de lazer, de sociabilidade e de solidariedade. Na terceira parte, problematizamos a relação entre os motivos, as metas projetadas na origem, o projeto migratório construído e seus desdobramentos no destino, buscando entender a relação entre o planejado e o realizado e, ainda, se há pretensão de retorno à origem ou de permanência na capital.

Esta tese contribui na construção do conhecimento sobre a vida de trabalhadores e trabalhadoras que partiram e partem de suas cidades ou comunidades de origem, deixam suas histórias, suas amizades, os conhecidos, os parentes, amigos e alguns bens, em busca de melhores condições de vida.

De modo mais particular, contribui na compreensão do processo de reconstrução da vida de dezenas de milhares de homens e mulheres, de trabalhadores e trabalhadoras amazonenses, que têm migrado para Manaus, buscando nela reconstruir suas vidas. Mais acentuadamente, após a implantação da Zona Franca em 1967, são notórios grandes fluxos migratórios, sendo que os entrevistados nos narraram que sua inserção no PIM se deu circunstancialmente.

Avança em relação às pesquisas anteriores com industriários, tratados como uma categoria uniforme, sem predicados, quando, na realidade, são homens, mulheres, estrangeiros, amazonenses, brasileiros de diversas unidades da federação, que migraram para Manaus por motivos diversos (*motivos a fim de, motivos por que*), mas que efetivamente transformaram suas vidas e suas biografias; avança à medida em que dá um passo atrás e procura demonstrar o protagonismo das suas vidas desde a origem até a reconstrução da vida no destino, uma perspectiva que se difere das pesquisas anteriores, que sempre focaram as transformações na economia e no mundo do trabalho.

Sua inovação está na tentativa de discutir a construção do projeto migratório, que ainda é incipiente na literatura, e no esforço deliberado de dar voz aos sujeitos para falarem, sobretudo, acerca de suas vidas, no passado e no presente, dos projetos construídos na origem e realizados ou não no destino, da condição de industriários, das mudanças na cidade de Manaus.

CAPÍTULO I

PROJETO MIGRATÓRIO: GÊNESE E DILEMAS

1.1 O projeto migratório como construção teleológica

Um grupo de autores advoga que o fenômeno migratório não é exclusivamente motivado por questões econômicas, já que fatores de ordem familiar, social, corroboram nesse processo. Agora, é inegável que este fenômeno traz consigo a possibilidade de mobilidade social para os sujeitos que enveredam por ele. Entre estes autores que discutem o fenômeno, Durham (1973) defende que a decisão de migrar está amparada, de modo geral, na perspectiva de melhoria de vida, e que esta decisão não é somente fruto de uma racionalidade financeira, mas também resultante de uma racionalidade social, ou seja, somente partindo do lugar de origem ou de onde vive para outro lugar, é possível construir uma vida diferente da que se tem.

A adoção de qualquer caminho no intuito de verificar a construção do projeto migratório é sempre uma aposta. Não temos como determinar se essas decisões eram partes constituintes das consciências dos migrantes no passado ou se inscreveram nele em sua reconstrução. Como afirma Schutz (1979), o passado é irrevogável e irremediável; o evento é visto como tendo ocorrido em retrospectiva, como fato do passado. É plausível, até mesmo, que os relatos dos migrantes, ao indicarem que houve a construção de um projeto migratório no passado, sejam frutos de suas experiências após a migração.

Efetuar uma leitura crítica da realidade vivida não é tão simples, como às vezes se quer crer. O homem simples, invariavelmente, faz a crítica de sua própria realidade, o faz a partir dos instrumentais disponíveis, costumes, práticas, conhecimentos adquiridos na experiência de vida. No entanto, esses nem sempre são suficientes e dão cabo da totalidade complexa de sua realidade; mesmo sabendo disso, ele age no mundo, por um interesse

eminentemente prático, com o objetivo de “dominá-lo e modificá-lo de forma a realizar os propósitos que busca dentro dele” (SCHUTZ, 1979, p. 73).

Sair do cotidiano impõe uma nova perspectiva, pois este é dominado e controlado minimamente. Instala-se o medo de perder-se ao confrontar-se com o novo, o estranho. Esta saída coloca o sujeito na condição de estrangeiro, onde desenvolve uma carência de sensibilidade e de distância, oscila entre afastamento e intimidade, hesita e desconfia de cada assunto que parece ser tão simples e descomplicado para aqueles que confiam na eficiência das receitas que deveriam ser simplesmente seguidas (SCHUTZ, 2010).

Apesar da escassez de bibliografias sobre projeto migratório, consideramos indispensável trazer algumas reflexões sobre sua construção e sobre os fatores que desencadeiam o processo. Ao utilizarmos a ideia de projeto migratório, estamos assim entendendo o processo de ideação, de formação de uma concepção, da cogitação de hipóteses quanto à saída do local de origem e da projeção de possibilidades acerca do destino. Não se refere a um cálculo preciso, a um esquema milimetricamente elaborado, porque compreendemos que, mesmo por meio das dúvidas, ponderações e utopias, de algum modo a ideia de migrar se gestou e, a partir dela, o projeto migratório acabou por se desenhar.

Para compreender a construção do projeto migratório partimos de duas hipóteses: uma vinculada a elementos objetivos, deficitários na origem e almejados no destino, como possibilidades de emprego, maior número de escolas, melhor serviço na área de saúde, existência de um Polo Industrial em Manaus, que se tornou polo de atração; uma segunda em que questões subjetivas ou circunstanciais influenciaram a decisão, tais como doença na família, separação dos pais, falta de oportunidades, etc.

As metas e propósitos para o destino tornam-se material sobre o qual se debruçaram os migrantes na esperança de que a experiência do outro (amigo, conhecido, familiar) fosse suficiente para o sucesso de seu projeto migratório. Os relatos daqueles com quem compartilhavam a vida, o mundo e a existência ganharam valor de verdade. As narrativas sobre Manaus se configuraram na consciência dos migrantes como os *motivos a fim de* – projetos a serem realizados futuramente – como construção na consciência da forma de ver e viver a existência.

Para Schutz (1979, p. 124), “o motivo quer dizer o estado de coisas, o fim, em função do qual a ação foi levada a cabo, o ‘motivo a fim de’”. O autor faz a distinção entre *motivos a fim de* e os *motivos por que*, por achar que a sua distinção é frequentemente ignorada na linguagem comum, que permite que a maioria dos *motivos a fim de* seja expressa através de sentenças *por que*, embora o contrário não aconteça. Para o autor, parece haver uma dupla razão para isso, que se multiplica ainda em outros aspectos das implicações envolvidas no conceito de motivos, podendo o motivo ter um significado subjetivo e um significado objetivo.

Sinteticamente, podemos afirmar que o *motivo a fim de* se refere ao futuro, a algo que o indivíduo deseja que se concretize, e o *motivo por que* diz respeito ao presente, ao vivido, a uma reflexão feita pelo indivíduo sobre este presente, mesmo sem muita clareza, como afirma Schutz (1979).

Enquanto vive a ação em curso, ele não tem clareza dos *motivos por que*, mas somente quando a ação é realizada e se torna um ato. Nesse momento, ele pode voltar-se para a ação passada e, na condição de observador, ter consciência efetiva dos *motivos por que*.

Os *motivos por que* estão vinculados às críticas sobre a vida no lugar de origem, às condições de subsistência, à falta de emprego, de educação, entre outras. Por outro lado, os *motivos a fim de*, ou seja, os motivos que se referem ao futuro, não ao projeto em si mesmo, mas ao ato projetado, são compostos de perspectivas para o futuro, forjados à luz do presente vivido. É nessa dupla relação que se forjaram os projetos migratórios.

A abordagem teórica que tem orientado este estudo é a fenomenologia sociológica, elaborada por Schutz (1979), que tem como preocupação realizar uma sociologia da realidade mundana, ou melhor, uma fenomenologia da atitude natural. Compreendemos que, em nossa pesquisa, o objetivo seria alcançado pela apreensão e reflexão a partir da narrativa dos migrantes sobre a vida em sua cidade de origem, sobre a decisão de partir e o contexto experienciado.

A metodologia adotada, a forma de apresentação, é o caminho proposto para alcançar o fim almejado, no entanto, este não se pretendeu rígido e calcificado; pelo contrário, é pensado como dinâmico e entrecortado, permitindo que seus elementos se

choquem e se retroalimentem do começo ao fim, de cima a baixo, implicitamente e explicitamente imbricados e relacionados. As narrativas migrantes nos possibilitaram identificar os principais elementos de construção do projeto migratório.

Para construção desta tese partimos de algumas hipóteses sobre os migrantes industriários, a saber: a migração para Manaus possibilitou aos migrantes amazonenses melhoria de vida significativa se comparada à vida na origem; a nova vida em Manaus assume características e configurações totalmente diversas da vida na origem; o projeto migratório, construído na origem, assume outras características ou mesmo não se realiza, tendo em vista as demandas da nova vida; a busca de emprego no PIM é um dos motivadores da migração para Manaus; os migrantes rompem em definitivo com a origem após reconstruídas suas vidas em Manaus.

O estudo bibliográfico é necessário como instrumento de reflexão sobre os dados colhidos em campo. O instrumental de coleta de dados – formulário – com questões abertas e fechadas e as entrevistas produziram o material de pesquisa analisado.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (artigo 228), o Código Penal (artigo 27) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (artigo 104) asseguram que o indivíduo somente alcança a maioridade penal aos 18 anos. Mais recentemente, em 2002, o Código Civil, estabeleceu que o indivíduo alcança a maioridade aos 18 anos. A maioridade política a partir dos 16 anos foi assegurada pela Constituição e pela lei eleitoral, sendo possível aos indivíduos com esta idade escolher seus governantes.

Sobre os critérios adotados para determinar o perfil do grupo daqueles que construíram seus próprios projetos migratórios, a faixa etária desponta como o principal determinante para que fossem incluídos no rol de trabalhadores que construíram seus próprios projetos migratórios. Trabalhamos com o critério de maioridade civil, assim somente os migrantes com idade igual ou superior a dezoito (18) anos, no ano da migração, podem ser responsáveis pela construção de seus próprios projetos, por entender que somente a partir desta idade, os sujeitos podem responder legalmente por si, sem intermédio dos pais e/ou responsáveis. Muito provavelmente, o indivíduo toma suas próprias decisões, tem consciência dos seus atos e de sua realidade, como também a capacidade para refletir sobre ela, elaborando um projeto minimamente coerente.

O que migrou com idade igual ou superior a dezoito anos é construtor de seu próprio projeto migratório, capaz, na nossa visão, portanto, de relatar suas próprias experiências do processo, enquanto aquele que migrou com idade inferior, sob a responsabilidade legal dos pais, parentes ou amigos, em tese, não tem como fazê-lo. Sua construção possível é realizada indiretamente, a *posteriori* da ação vivida, o que pode se dar de duas formas basicamente: quando retorna à origem como visita, passeio ou de férias, preenche as lacunas do não-consciente do processo migratório ou, ainda, pela narrativa dos pais, parentes, amigos ou conhecidos atores que, em maior ou menor grau, participaram do evento pretérito.

É importante esclarecer que a pesquisa contou com um total de noventa e três (93) sujeitos, migrados da Zona Rural (19%) e da Zona Urbana (81%) de diferentes municípios do estado. Deste universo, 55% tinham idade inferior a 18 anos de idade, que classificamos como não participantes da construção da decisão de migrar. Efetivamente temos dois grupos de migrantes: aqueles que migraram com idade inferior a dezoito anos e aqueles com idade igual ou superior a dezoito anos. Então, considerando que a construção do projeto migratório, como dissemos, necessita que o sujeito tenha consciência deste processo, neste capítulo, trabalharemos com o relato de quarenta e dois (42) migrantes que, de nosso ponto de vista, construíram seus projetos migratórios. Isto posto estabelecemos três pontos fundamentais na construção do projeto: o lugar de origem, o processo migratório para Manaus e os seus dilemas.

Os demais cinquenta e um (51) migrantes declaram, em sua maioria, não participarem da elaboração e efetivação do projeto migratório, migraram em tenra idade e não se lembravam de detalhes acerca da vida na origem e da migração para Manaus. O conhecimento que detinham sobre isso advém de informações repassadas pelos pais ou conhecidos e não da própria experiência.

A consciência é sempre consciência de alguma coisa, ou seja, a consciência é sempre intencionalidade. Este é o pressuposto fundamental da psicologia brentiana incorporado por Husserl na construção dos fundamentos da fenomenologia (LYOTARD, 2008; SCHUTZ, 1979).

Segundo Lyotard (2008), dizer que a consciência é consciência de alguma coisa é dizer que não há *noese* (o que vivencia) sem *noema* (o que é vivenciado), ou seja, que o sujeito se encontra entrelaçado com o mundo, e a redução proposta pela fenomenologia – *epoché* (colocar entre parênteses, suspender qualquer juízo) – não significa a ruptura com este entrelaçamento, mas que este põe fora do circuito a alienação, pela qual me apreendo mundano e não transcendental. Ou melhor ainda, o eu puro kantiano não é nada se isolado dos seus correlatos, ou seja, do mundo.

As formas de consciência estão ligadas ao conteúdo das experiências, afirma Wagner (1979). Para o autor, a experiência é atenção dirigida para objetos, reais ou imaginários, materiais ou ideais, sendo todos eles intencionados. Este processo “imane de toda experiência”, é constituído de modo aperceptivo, como síntese de diferentes perspectivas das quais o objeto é de fato visto ou posteriormente lembrado de maneira tipificada.

Este processo pode ser compreendido reflexivamente e a Fenomenologia é extraída dessa reflexão, que procede inicialmente se livrando de todas as noções preconcebidas com relação à natureza última desses objetos e dessa realidade que ocupa a consciência humana.

É em sintonia com esta compreensão que construímos esta pesquisa, acreditando que os sujeitos elaboraram projetos de reconstrução de suas vidas, sendo a base para tal a crítica de sua condição social, política e econômica na origem. Encontramos em Sartre (1997), que “ter consciência de alguma coisa é estar em face de uma presença concreta e plena que não é a consciência” (p. 27).

Migrar é sempre um ato com consciência, do sujeito particularmente ou de alguém que com ele partilha a vida. Sobre um ou outro estado, a rememoração é possível para o sujeito consciente, que rememora as circunstâncias, as aflições ou dramas do processo, salvo limitações particulares de cada indivíduo. De modo geral, é admissível, teoricamente, salvo os desdobramentos da memória, as transformações realizadas pelo tempo, na consciência e pela consciência, “descrever” um passado vivido, revivê-lo, reconstruí-lo.

Assim, acreditamos que a conduta do indivíduo – a ação, nos termos de Schutz (1979) – é prevista, consciente, baseada em um projeto preconcebido por ele. O que seria

uma ação consciente? Minimamente é uma ação planejada – em que foram ponderados os prós e contras, bem como pesadas as variáveis – é uma ação desejosa de realização.

O ato projetado despertou a inquietação e aflição em seu espírito, colocou-o em condição de insegurança com a perda da sensação de quando se tem o controle e as rédeas das circunstâncias. Um novo estado de espírito se impõe às possibilidades, o futuro, o que há por vir bate à porta, o migrante se aflige a imaginar: “E agora? Quando eu chegar em Manaus? E se eu não conseguir me adaptar? Se eu não conseguir trabalho, como é que eu vou viver na cidade?” (Zélia Tomás). O migrante encontra-se em uma situação biográfica determinada, como afirma Schutz (1979),

a essa situação pertencem, não só a minha posição no espaço, tempo e sociedade, mas também a minha experiência de que alguns elementos do meu *Lebenswelt* (*mundo da vida*) me são impostos, enquanto outros estão sob meu controle, ou podem ser postos sob meu controle, sendo portanto, modificáveis” (p. 137).

Contudo, ele não pode determinar o futuro, este é apenas possibilidade; qualquer juízo moral sobre ele é efetivamente precipitação, como diria Schutz (1979), o que pode ser antecipado no projeto é o ato futuro, não a ação futura.

A consciência do presente diz respeito a um posicionamento do sujeito diante, para e com o mundo. A consciência do presente não é a consciência do imediato, tão e somente do dado, do empiricamente observado, vai mais além. A consciência do presente passa necessariamente pelos sentidos, este é o alicerce onde se construirá a crítica destes como a imagem do futuro. A imagem construída para o futuro, os desafios a serem enfrentados, conduzem à revalorização do presente. “Porque, no interior [origem], eu sabia me virar, e na cidade eu achava que iria ser difícil, me deparar, de repente, com uma dificuldade” (Zélia Tomás).

A imagem construída por ele não é o *modo futuri exacti*, onde de fato se consolida, pois neste os “horizontes estão em aberto, que somente serão preenchidos através da materialização do evento antecipado” (SCHUTZ, 1979, p. 139).

A vida na origem com seu próprio ritmo apresenta relativa segurança, contudo é dura e sofrida. Mesmo a despeito das incertezas, há ainda justificativa para deixá-la para trás. “Eu queria sair mais daquela vida. Mais porque a gente era na roça e só no meio do mato. Era um trabalho muito pesado” (Maria de Fátima).

Os estudos sobre migrações têm mais acentuadamente atribuído às condições socioeconômicas os motivos para se migrar, muito embora elementos subjetivos apareçam. Em nossa pesquisa encontramos ambas as condições. Assim relata uma migrante: “Eu tinha muita vontade de vir para cá [Manaus] porque também, como eu não conhecia o meu pai, me disseram que ele morava aqui, eu tinha muita vontade de conhecê-lo”, e reforça: “eu queria muito vir para cá”. Percebe-se que a motivação fundamental é afetiva, muito embora soubesse que “lá não tinha condições”, e como desejava “vencer na vida”, não era na origem que tal projeto se realizaria (Roberta Pinheiro).

Para Schutz (1979), é indubitável o fato da existência de uma consciência pessoal, o dado imediato, diz o autor, “é o eu, muito mais do que o pensamento, e o fato da existência da consciência universal não se traduz em ‘sentimentos e pensamentos existem’, mas em ‘eu penso’ e ‘eu sinto’” (p. 57). Partimos da acepção de que ele, sujeito, pensa e sente, e é nessa condição que se torna protagonista de seu projeto migratório, como sujeito com intenção que experiencia e dá significado às coisas, que age no mundo.

Por sua vez, Sartre (1997), ao refletir sobre o ser, o faz a partir de sua constituição e posicionamento na existência. Sua reflexão discorre sobre três movimentos ontológicos do ser: o *ser-em-si*, o *ser-para-si*, o *para-outro*. Utilizaremos a construção do autor para pensar sobre o papel do migrante como arquiteto de seu projeto migratório. Não pretendemos discorrer sobre os termos e sua construção teórico-filosófica; a ênfase será mais à sua estrutura e menos ao seu conteúdo.

Ao interpretar Sartre, assim afirma Reale (1991, p. 604), “a consciência é sempre consciência de algo, de algo que não é consciência”. Assim, delineamos o estado de consciência do migrante no mundo: ele tem consciência de si mesmo como existente, tem autoconsciência de sua existência, essa é fundante. Schutz (2008) argumenta que a consciência de si, efetivamente, só pode se dar por uma rememoração do passado.

Somente a partir dessa condição de consciente, pode avançar e constituir uma consciência para si, entender-se a si mesmo, no mundo para o mundo; perceber-se como sujeito histórico, num tempo e num espaço. “Eu queria muito vir para cá. Era uma vontade minha [...] eu queria vir com alguma coisa certa [...] eu vim com duas finalidades, vencer na vida e conhecer o abençoado do meu pai” (Roberta Pinheiro).

A realização dos objetivos passou em alguns casos por uma batalha travada inicialmente dentro do próprio lar, como é o caso do migrante Arthur Vasconcelos, quando afirma: “Eu sempre pedindo do meu pai [para migrar], mas só que eu era o braço direito dele no roçado... até que chegou o ponto lá em que ele achou que eu merecia uma chance”.

Os movimentos de consciência de si e consciência para si impõem um novo movimento, a consciência do outro. O sujeito consciente de si tem a clara certeza de que não está só, ele partilha e compartilha este mundo com o outro.

É nessa condição de sujeito com e no mundo, conjuntamente com os outros, que elabora uma identidade comum, com quem partilha a vida, os sonhos, os desejos, o mundo do trabalho, estabelece metas e projetos de transformações sociais, políticas e econômicas, é somente nesta condição possível o engajamento (SARTRE, 1997; THOMPSON, 2002).

Os autores em suas obras discutem sobre a condição do indivíduo no mundo e como a atitude de engajamento é fundamental num processo de transformação da realidade social, econômica e política. Encontramos assim nos autores citados, um ponto de convergência, seja por sua prática existencial ou por seus escritos. Thompson (2002) resgata o processo de luta, avanços e retrocessos na construção de uma consciência de classe.

Em Sartre (1997), encontramos a argumentação de que a consciência não é um puro nada, e que o ser não está suspenso, mas que se dá de imediato como aquilo que ela intencionalmente via, ou seja, é na ação com e neste mundo concreto, é pelo engajamento que o indivíduo se torna agente constituinte de sua essência na existência.

A construção de uma consciência comum possibilita em sua relação com o outro a transformação de sua condição econômica e política, sendo possível essa construção a partir da consciência de si e do mundo.

O projeto não nasce na consciência do sujeito *a priori*, e sim na relação com a experiência concreta com o mundo vivido. É necessário, portanto, que o sujeito tenha consciência desse processo, implicando em dois elementos constitutivos fundamentais, a origem (presente) e o destino (futuro).

Esses podem ser conhecidos ou experienciados no todo ou em parte de suas potencialidades. De modo geral, tanto a origem ou destino fazem parte da experiência vivida e sentida do migrante, e nessa condição bem mais confortável e reconfortante. Quando o destino é uma incógnita, existe apenas como possibilidade remota e variável sobre a qual não se garante minimamente qualquer possibilidade.

O projeto é elaborado pela existência de demanda de alguma ordem, econômica, social, afetiva, que surge da constatação e crítica da realidade. A consciência de sujeito histórico no mundo, circunstanciado no tempo, é fundante da crítica de sua própria realidade.

Para que seja exequível e alcance seus objetivos e metas, é necessário que o sujeito obedeça a etapas constitutivas, evidência, problema, hipótese, objetivos, procedimentos claros, método adequado e síntese. A inexistência de todas as partes constituintes não inviabiliza ou mesmo impossibilita a sua construção ou realização; deixa-o, no entanto, mais vulnerável, potencializando o insucesso.

Compreender o projeto migratório dos trabalhadores migrantes impõe discutir o contexto psicológico, as condições materiais, políticas e econômicas por eles vividas. A escolha de partir nem sempre foi individual, em sua maioria compartilhada; a crítica à origem, elemento chave da construção do projeto, assume nova tonalidade à medida que o projeto precisa ser concretizado; os *motivos por que* nos remetem ao passado do migrante (origem), e as metas, *motivos a fim*, resgatam os anseios e desejos do que ele almejava para o futuro (presente).

De fato, o que os migrantes declaram como *motivos por que* ou *motivos a fim* são sínteses, arranjos elaborados pela memória para descrever de forma simples algo complexo. A decisão de deixar o lugar de origem, a terra, as raízes, os costumes, as práticas, em sua suma, a vida, esconde um emaranhado de emoções, de aflições, de esperança, de insegurança e medo quanto ao futuro. Ao mesmo instante e não em menor intensidade, é

um grito de denúncia das desigualdades sociais, econômicas, a falta de oportunidades, o descaso da gestão pública da saúde, educação e segurança. Além da denúncia, partir é um ato de revolta contra o descaso, um ato de rebeldia, é um não ao acaso fortuito, é dar um basta à indignidade e à subserviência ao mínimo, às necessidades básicas, a uma vida limitada ao trabalhar somente para manter-se vivo, sem poder usufruir do lazer, do descanso, dos direitos e da liberdade (Pesquisa de Campo, 2012).

A complexidade de sua construção envolve o fato de que elementos em maior ou menor grau contribuem para sua construção. Na perspectiva micro, a família, o núcleo doméstico, a desagregação, a perda dos laços, potencializa a sensação de insegurança, a perda do aconchego do lar. Extrapolando o círculo mais próximo, tem-se a separação dos amigos, dos vizinhos, o abandono de um estilo e ritmo de vida, de práticas de trabalho e de lazer.

Em suma, migrar é abdicar de um estilo de vida, redefinir a estética da existência (COSTA, 1995), e a reconstrução implica dar-se completamente neste “admirável mundo novo” (HUXLEY, 2009). “Às vezes, eu ficava admirado das coisas bonitas que eu nunca tinha visto. Lá em Parintins [origem], ainda estava na lamparina. Aí, chegando aqui, via aqueles monstros prédios, aquelas coisas bonitas” (Antônio Felizardo).

Para aqueles que têm a opção de escolher partir nasce a perspectiva de um novo mundo, no qual as coisas possam ser diferentes, que a vida se afirme de outra forma; resta o alento de que é uma escolha possível. Para aqueles outros que o presente é insustentável e um futuro diferente improvável, o novo mundo se abre como única esperança. “Falava que aqui [Manaus] tinha era emprego, muito emprego”, afirma José Arnóbio, que migrou sozinho aos vinte e seis anos de idade.

Nos termos de Ferrero (2006), há uma distinção básica entre a decisão forçada e a voluntária. Segundo o autor, na primeira, a parte emotiva fala mais forte, enquanto a voluntária é decidida de maneira mais reflexiva. Para Jubilut e Apolinário (2010), bem como para Black (2001), citado por Aydos (2009), as migrações são classificadas em forçadas (coerção) ou voluntárias (escolha), caracterizadas pelas condições em que se dá a migração e não pelo estado subjetivo dos sujeitos.

De fato, as classificações não dão conta de explicar a multiplicidade das condições a que o sujeito está submetido ou experiência para a tomada de decisão. É preciso compreender que não é somente o emprego da força, seja natural ou humana, impressa na coletividade, na família ou no indivíduo que caracteriza tal movimento como obrigatório. O estado psicológico do indivíduo, as condições objetivas de realizá-lo, e a ruptura das relações afetivas e, finalmente, o ato em si, são condicionantes que devem ser sempre consideradas.

Partindo-se do pressuposto de que migrar é uma decisão voluntária, individual ou coletiva, é pertinente lembrar que fatores exógenos também são relevantes historicamente na tomada da decisão de migrar. Migrar não é uma decisão simples, implica em riscos e investimentos, permeados de incertezas e aflições. Mesmo em detrimento das circunstâncias em que se encontrava, quando decidiu migrar – a luta diária pela sobrevivência, a falta de perspectiva de um futuro melhor, o desemprego, as necessidades básicas insatisfeitas –, a tomada de decisão não foi fácil, pelo contrário, cheia de pesar e de esperança.

Estabelecida tal distinção, como diria Schutz (1979), a ação considerada voluntária é o critério que definirá o comportamento significativo, e tal comportamento consistirá em apenas uma escolha,

a liberdade de se comportar de um modo, em vez de outro. Isso quer dizer que não só a ação é livre, mas também que os objetos do ato são conhecidos no momento da decisão; em suma, que existe uma escolha livre entre pelos menos dois objetivos (p. 144).

Muitos entrevistados se viram “forçados” a migrar, tendo em vista que as condições sociais, econômicas na origem não lhes permitiam vislumbrar um futuro melhor. A coerção não se deu nos termos explicitados pelos autores, por circunstâncias como guerras, tragédias, calamidades, dentre outras razões, mas, ainda assim, os migrantes disseram que se sentiram compelidos a migrar.

Na literatura encontram-se mais comumente como justificativas as motivações socioeconômicas, sob o jargão “melhoria de vida”, nas pesquisas de Durham (1973), Elizaga (1980), Madeira e Castro (1978), Melo e Moura (1990) e Bentes (1983).

Assim, as justificativas apontadas pelos indivíduos entrevistados podem ser classificadas nos termos propostos por Ferrero (2006), haja vista que as duas condições, emotivas e reflexivas dão a tônica nas decisões tomadas pelos migrantes sobre a migração para Manaus.

A partir da narrativa do grupo é possível compreender a leitura que faz do lugar de origem. É importante salientar que somente para aquele que tem consciência objetiva de sua condição, consciência de si, para si e para outro, é possível incluir nessa leitura uma reflexão crítica e propositiva (SARTRE, 1997).

A decisão de migrar é geralmente compartilhada, quase nunca é uma decisão individual, envolve outras pessoas, amigos, vizinhos, parentes de diversos níveis de proximidade. Migrar é um fato social. A complexidade dessa decisão, as nuances que ela envolve, os tons e subtons que toma, retira um possível equívoco de sua simplicidade.

Os migrantes, de modo geral, compartilharam ou envolveram alguém na construção do projeto migratório. Os que possuíam maioria civil e viviam com os pais, geralmente partilharam a tomada de decisão com estes, e para aqueles que tinham suas próprias famílias, a partilha de suas decisões se deu com os pais, esposa ou parentes próximos. “Eu tive que convencer a minha mãe. Porque o meu pai já estava sabendo da situação, eu já tinha contado. O que pegou mesmo foi a mamãe, que ela não queria aceitar” (Raimundo Fontes).

Há casos em que o sujeito detém a maioria civil, e não detém independência financeira, é sustentado pelos pais. Em tais circunstâncias, a decisão é tomada por aqueles, deixando-os sem alternativas de permanecerem no lugar de origem, seja por questões estritamente financeiras, seja pela perda da referência familiar. “Como eu não aguentei ficar só, aí eu tive que vir. Porque eu não queria vir, eu queria ficar lá, porque eu gostava de lá. Era a minha vida lá. Só que eu vim quase forçado” (William Gomes). Independentemente da condição de dependência ou independência civil, financeira e afetiva dos migrantes, migrar é sempre um investimento incerto.

Partimos do pressuposto que o migrante é consciente de sua condição e detém as condições psicológicas e objetivas para a tomada de decisão. Essa nos remete a constatar que a crítica socioeconômica à origem é preponderante. É como despossuído de oportunidades e possuidor de uma vida árdua e sem perspectivas de um futuro diferente como se vê. É sob um presente que o domina e que o impossibilita de uma vida diferente a médio ou a longo prazo, que se vê forçado a decidir. Assim relembra alguns entrevistados: “Lá não dá. Não tinha condições. Não tinha e não tem até agora” (Félix Pinto), o que é ratificado por Juarez Campos “no interior não tem trabalho”. Na mesma tônica e muito mais contundente afirma Neuza Teixeira, “não tem nada a oferecer para os jovens”.

Seu desejo de migrar nasce da crítica de sua realidade, da insatisfação do dia a dia, percebendo que sua sobrevivência e dos seus está em jogo, vê que a única forma de garanti-lo, ou seja, por meio da venda de sua força de trabalho, não é mais possível, mesmo que seja por um ínfimo valor, pois não há comprador. A este respeito, Antônio Souza justifica a saída de sua cidade natal: “arranjar um emprego digno, porque lá não tinha”.

O trabalho que existia era um trabalho duro, exaustivo, de sol a sol, com hora para começar e sem hora para terminar. “Meu pai era pescador, saía para trabalhar à noite e voltava no outro dia quatro horas da tarde. Ele criava a gente através da pesca”, declara Antônio Douglas. O trabalhador se submetia a qualquer atividade que lhe aliviasse a fome, restando-lhe a esperança num futuro diferente da vida que levava. Assim relata Cândido Soares, quando perguntado como se dava o sustento da família.

Vivia só disso mesmo, vender pão, dindim, pescar, da agricultura, negócio de roça. Passava dois meses pescando, depois vinha na cidade, passa um mês, depois vinha de novo. Vivia assim. Ficava vários dias no barco, até quatro meses pescando.

Os que viviam na zona urbana disputavam as poucas oportunidades de trabalho que surgiam. A economia dos municípios do Estado do Amazonas, exceto a capital Manaus, tem como atividades principais a agricultura, a pesca, o comércio, o funcionalismo

público, a juta, a pecuária, a construção civil e os serviços. Os postos de trabalho na zona urbana estão alocados basicamente na esfera do Estado, no Executivo, em menor extensão no Legislativo e o Judiciário; no comércio em maior proporção que o resto do setor de serviços.

As atividades econômicas desempenhadas por alguns migrantes na zona urbana nem sempre foram de escolha livre, mas atreladas à necessidade de sobrevivência. “Eu trabalhava em casa de família, cuidando de um bebê, porque lá a vida é tão difícil. Qualquer coisa era bem-vinda”, comenta Selma Melo. Por sua vez, relata Felipe Nascimento: “Lá (origem), eu trabalhava avulso... trabalhava em várias coisas: juta, roça, auxiliar de pedreiro”.

Para aqueles que viviam na zona rural esta possibilidade não existia, restava-lhes o trabalho árduo na pequena agricultura de subsistência, a pesca, a caça e a criação doméstica de animais que servia como uma alternativa a mais, sempre que a garantia do pão de cada dia era comprometida. A vida na zona rural é, às vezes, descrita como monótona pela rotina de seus habitantes. Com afirma Antenor Rodrigues, que vivia na zona rural antes de migrar para Manaus: “a comunidade toda vive disso, de agricultura”.

Na zona rural, a vida tinha outro ritmo, a sobrevivência vinha dos recursos disponíveis e possíveis. Os serviços públicos de saneamento, água, esgoto e energia não faziam parte dessa realidade. Não havia tabernas, mercados ou mercearias, as fontes possíveis eram o rio, a mata e a terra. Saciar a fome – o que parece simples quando se tem os recursos financeiros – para quem morava na zona rural, exigia que ele mesmo caçasse, pescasse ou abatesse um animal doméstico.

A cada novo dia, uma nova jornada se iniciava, e com este somente uma certeza, que não seria fácil, não havia garantia de que haveria no final do dia um fruto do laborioso esforço despendido. “Tinha que plantar para colher, para se alimentar. Não tinha emprego. A cidade, na época, não tinha recurso”, declara Fabrício Sales, que migrou aos dezoito anos com pais e irmãos. Ressalta o migrante Emerson Taveira, que migrou aos quarenta anos de idade com sua família: “o trabalho lá era no cabo do machado, é no cabo da enxada, é de seis às seis, de sol a sol, no cabo da enxada, é fazendo roçado, é plantando”.

Relembra os migrantes a dureza de suas vidas na origem, as lembranças tristes, o passado sofrido e de privações. “Não tinha condição financeira nenhuma [...] o dinheiro só dava pra comer e mal se vestir” (Roberta Pinheiro). “A vida era dura [...] o estudo lá era muito fraco [...] a gente passava meio devagar”, afirma Arthur Vasconcelos.

A vida, o trabalho e o estudo são elementos recorrentes nas falas dos migrantes. A vida e sua manutenção no mundo da vida dependiam do trabalho. Os estudos, como meio para construção de perspectivas de uma vida melhor, menos sofrida, eram de difícil acesso e nem sempre com garantia de qualidade.

A crítica ao presente vivido pelos trabalhadores torna-se base para construção de metas para o futuro no destino. Do presente não germinava esperança, a origem oferecia muito pouco, e “só aquilo não bastava” (Francisco Braga). A vida transcorria sem perspectivas, cada dia como cada dia, um futuro diferente era incerto e irrealizável na origem. Como salientou Sérgio Pessoa, referindo-se ao lugar de origem, “não tinha expectativa de vida lá”, pois lá “não tinha trabalho” (Vicente Celestino; Ronaldo Dantas; Iris Santos), o que tornava a “vida bastante difícil” (Ronaldo Castro).

O migrante utiliza dois termos para referir-se à atividade laboral: trabalho e emprego. Quando utiliza o primeiro refere-se à atividade propriamente dita; o segundo remete ao seu regime, ao trabalho formal de carteira assinada. Isso fica mais claro quando o migrante explica que, na origem, existia trabalho e não emprego, já que era “tudo avulso” (Cândido Soares). O emprego está associado à *melhoria de vida*, que significava, entre outras coisas, salário, moradia, continuação ou início dos estudos, reunião da família, realização de sonho pessoal.

Os desejos não realizados na origem confluem para o destino, para a perspectiva quanto a emprego e estudo. Essas duas variáveis nem sempre são possíveis de realização; inúmeras vezes, por mais que o trabalhador deseje conciliá-las no destino, nem sempre é possível. As condições objetivas, com diria Marx (2004, p.17), se tornam imperativas, e se impõem à revelia de sua vontade. De fato, não há certeza ao partir, não há nenhuma garantia de que os projetos se realizarão num futuro. No entanto, tais anseios e possibilidades se tornam em sua consciência propulsores da decisão de migrar. Não é a

certeza de realização dos sonhos e do projeto que o motiva fundamentalmente, pois essa nunca terá, mas a expectativa de fazê-lo.

Como afirma Schutz (2008, p. 40), “a situação biográfica determinada inclui certas possibilidades de atividades práticas e teóricas futuras”. Para aqueles cujo destino parecia ser temporário, apenas para formação e trabalho, acabou se tornando, com o tempo, o lugar de construção da vida. Nessa direção, nos relata Nilcineia Peixe: “Quando eu vim, a única coisa que eu queria era estudar e trabalhar para manter o estudo. Mas não tinha outra perspectiva de morar aqui. Não era meu plano ficar aqui. Mas aí eu fui ficando, ficando”.

Aqueles que migraram, e deixaram na origem pais, filhos, parentes, desejavam retornar à origem, o projeto é de realização temporária. Aqueles que migraram com suas próprias famílias, migraram geralmente com a perspectiva de se firmar em definitivo; não havia no planejamento a pretensão de retorno à origem. Efetivamente, todos os projetos temporários se tornaram definitivos, não pretendem retornar mais à origem.

Os planos para o destino estão relacionados ao contexto familiar do migrante. Aqueles que deixaram familiares na origem pretendiam socorrer de alguma forma os que ficaram. “A gente também vem pensando em ajudar a família, porque lá eu trabalhava; o que eu ganhava, dava para o meu pai. Era sagrado. Todo mês eu mandava, ajudava a ele. Ainda mando, só não mando mais porque não dá. Já tenho família” (Antenor Rodrigues).

Trata-se de um fato bastante corriqueiro na história das migrações, nacionais ou internacionais. É notório o caso dos migrantes cubanos, Diaz (2002); dos brasileiros de Governador Valadares que migram para os Estados Unidos e enviam divisas para seus países (SALES, 1999; SCUDELER, 1999). Dos cabo-verdianos que migram para Europa e mantêm suas famílias na origem (DIAS, 2000).

Não é incomum encontrar entre os migrantes aqueles que migraram com a expectativa de, no destino, ajudar a modificar a vida dos que ficaram na origem, geralmente por meio do envio de remessas financeiras. É fato, no entanto, que nem sempre isso é possível, pois muitas vezes a própria sobrevivência no destino não é algo fácil. Permanecer torna-se um grande feito, mesmo a despeito de tantas diversidades, visto que retornar seria vergonhoso, seria admitir um fracasso total do projeto. É inegável também que retornar nem sempre é plausível, tendo em vista os custos elevados.

O destino é sempre uma aposta, sempre possibilidade. Isso não quer dizer, todavia, que aquele que decide sair de sua terra, deixar para trás parte de sua história, esteja completamente ao sabor das circunstâncias. Tal afirmação seria leviana, pois há sempre um grau de certeza. Aquele que migra voluntariamente, invariavelmente, tem alguma espécie de referência quanto ao destino: amigos, parentes, conhecidos, ou ainda domina minimamente uma rede de relações que lhe permite situar-se.

A condição de poder contar com alguém, ter uma referência, por mais superficial que possa ser, faz uma tremenda diferença para aquele que migra. Essa possibilidade em seu espírito toma a tônica de uma garantia, uma espécie de esperança a que se agarrará se nada funcionar; é a ela que recorrerá.

Os migrantes utilizaram tal referência de diversas maneiras, como forma de se inserirem mais facilmente na vida da cidade, seu ritmo, como mecanismo de inserção no mundo do trabalho, como segurança, moradia e proteção. Inúmeras vezes essa referência tem um aspecto mais subjetivo que objetivo, levando-o por tentativa e erro a buscar compreender as relações sociais, econômicas e políticas do novo espaço social.

Mesmo com todas as possíveis críticas acerca das relações de parentesco no destino, a existência de tal vínculo é vital para aquele que decide migrar. Esta aparece como preponderante como justificativa final para a realização do projeto. “Eu tinha parente somente aqui [...] eu pedi do meu pai e da minha mãe, e eu liguei para minha tia, ela pagou a minha passagem, eu vim de avião”, afirma Zélia Tomás. “Aqui [Manaus] eu já tinha parente, já tinha tio”, diz Raimundo Fontes.

Não é raro que a presença dos familiares no destino, 79% da amostra, seja decisiva na consolidação do projeto migratório, seja pelo apoio emocional ou financeiro, ou por ambos. Como dito em outra ocasião, migrar no Amazonas não é barato. Não é exagero concluir que é mais em conta viajar para outras regiões do país ou para o exterior do que dentro do próprio estado (A CRÍTICA, 2012).

Como exemplo, podemos citar que uma passagem aérea de ida e volta de Manaus para Eirunepé, cidade da Microrregião do Juruá, que fica a 1160 km em linha reta de Manaus, custa pela empresa Azul o valor de R\$ 3.129,80 (três mil, cento e vinte e nove reais e oitenta centavos) para uma eventual viagem em 10 de outubro de 2014. Tal consulta

foi realizada em 11 de agosto de 2014 para simular um planejamento de uma viagem com dois meses de antecedência, na expectativa de que fosse possível encontrar um valor mais acessível. Para a mesma data, uma passagem aérea ida e volta de Manaus para Brasília, pela mesma empresa, custa R\$ 1.271,80 (mil, duzentos e setenta e um reais e oitenta centavos), sendo que Brasília está a 1.523 km de Manaus.

Usamos este exemplo, mas poderíamos simular vários outros e o resultado seria muito parecido, visto que somente esta empresa opera nessa região, com viagens para alguns municípios do Amazonas, ou seja, ou se paga o preço estipulado ou não se utiliza este meio de transporte. Não existe a opção de procurar outras companhias aéreas (A CRÍTICA, 2012).

Como nos expressa Lee (1980), há “fatores do ato migratório” fundamentais na tomada de decisão. O autor advoga que quatro elementos ganham preponderância nesse cenário, os quais estão associados à origem, ao destino, aos obstáculos intervenientes e aos fatores pessoais. Acreditamos que todos estes fatores apresentam sua relevância na efetivação do projeto migratório. Já comentamos anteriormente o quão difícil é para o migrante, na construção de seu projeto, garantir ou assegurar os elementos que o compõem. O destino, como uma dessas variáveis, aparece como sendo capital na decisão final, independente da situação na origem.

O destino apresenta maior grau de complexidade e, para o migrante, se apresenta como o maior risco, tendo em vista que nem sempre é viável retornar, seja pelo alto custo, seja por que, para migrar, teve que abdicar dos poucos bens que tinha na origem. Diríamos mesmo que, quanto ao destino, o migrante está sob o imponderável, onde tudo é possível.

A acessibilidade do futuro visado pelo migrante depende das condições materiais de existência e do estatuto social de cada indivíduo, ou seja, quanto mais fortalecido o projeto quanto às condições materiais e atributos individuais, condição financeira, moradia, relações de parentesco, trabalho e escolaridade, maiores são as chances de sucesso.

Além dessas condições objetivas terá que interpretar o mundo, e utilizar o seu estoque de conhecimento adquirido. Como diria Schutz (2008, p. 198),

a interpretação desse mundo se baseia num estoque de experiências anteriores dele, as próprias experiências e aquelas que nos são transmitidas [...] que funcionam como um esquema de referência na forma de conhecimento à mão [Tradução nossa].

Convém lembrar que as perspectivas sobre o futuro, elaboradas pelos migrantes em seus projetos migratórios, nem sempre são coerentes com sua real condição social, econômica, psicológica ou educacional. Isso não quer dizer que tais perspectivas sejam ruins, ou não devam ser construídas; pelo contrário, se um projeto coerente estiver aliado às condições de exequibilidade e adequado às reais potencialidades individuais ou materiais, tem maior probabilidade de sucesso. As perspectivas, quando não construídas à luz de uma crítica real das condições, podem se tornar fonte de frustração e desencantamento.

O projeto migratório toma nova forma com o tempo, nunca se realiza *ipsis litteris*, como desejado e planejado. Essa característica não depõe contra a necessidade de que o projeto seja elaborado, até porque sua construção torna-se base fundamental para que os objetivos sejam alcançados, reelaborados ou mesmo superados.

Como afirma Schutz (1979), “o projeto em si é uma fantasia; é apenas a sombra de uma ação, uma reprodução antecipada ou, na terminologia de Husserl, uma ‘representação neutralizante’” (p. 145). Assim, não é incomum que o futuro se efetive, em grande medida, totalmente adverso do projeto construído outrora, visto que as contingências da vida se impõem e determinam uma vida, diferindo completamente do planejado.

Nessa direção, comenta Schutz (1979),

toda conjectura tem como característica a indeterminação, e essa indeterminação geral constitui um quadro de variação livre; o que fica dentro de quadro é um elemento entre outros elementos talvez mais próximos da determinação, sobre os quais a única coisa que sei é que cabem no quadro (p. 153).

O migrante pressente isto, sabe que o novo lugar reserva possibilidades tanto de sucesso como de fracasso. A decisão tomada o põe a refletir e a ponderar se fora a melhor

escolha. De fato, há um processo de revalorização da origem mesmo com suas limitações. O que o futuro reserva, a imagem construída da cidade, o processo de adaptação, a incerteza de inserir-se no mercado de trabalho e ter onde morar, como vimos, são aflições constantes, conjecturas sobre o imponderável, riscos compartilhados por aqueles que se dispõem a partir e a recomeçar uma nova vida.

Tais aflições dos migrantes vêm ao encontro da afirmação de Schutz (1979): “nenhuma das possibilidades em aberto tem qualquer peso, todas são igualmente possíveis [...] não há alternativa pré-constituída, ao contrário, dentro de um quadro geral, todas as especificações possíveis estão em aberto” (p. 153).

Mesmo que as decisões estejam amparadas em objetivos claros – emprego, salário e estudo – estes, às vezes, são retomados e colocados em segundo plano, quando nasce uma ponta de dúvida, reorganizando e revalorizando o presente (origem). “No interior, eu sabia me virar, e na cidade eu achava que iria ser difícil me deparar, de repente, com uma dificuldade”. Continua e reafirma seu intento, “mas o meu desejo de vir era maior do que a preocupação com as dificuldades” (Zélia Tomás). Isso talvez porque o migrante, no fundo, por razão ou por intuição, sabe que “todo projeto de fazer alguma coisa traz consigo a contrapossibilidade problemática de não fazê-la” (SCHUTZ, 1979, p. 153).

O conhecimento de Manaus pelos familiares, ou por vizinhos, colocou o migrante em condição de responsabilidade, com relativa liberdade de dizer não ao projeto migratório. Levando-se em conta as circunstâncias, o ato de migrar é imperativo, adotado como medida que objetivava resolver as deficiências da origem.

As possibilidades e fatores relacionados à origem ou ao destino foram basilares na construção do projeto migratório. Estes nem sempre estavam claros para o migrante, embora houvesse a intenção firme de migrar. Como advogam Berger e Luckmann (2012, p. 37), há sempre uma intencionalidade no ato, “a consciência é sempre intencional; sempre ‘tende para’ ou é dirigida para objetos”. Não há fase ou aspecto da consciência humana que surja de si e por si própria, consciência é sempre consciência de alguma coisa.

O conhecimento adquirido sobre Manaus, as relações com os parentes e a análise de seu cotidiano possibilitaram a construção – na consciência do migrante – de um futuro possível, de seu projeto migratório. A escolha do lugar de destino e os dilemas vivenciados

para a tomada da decisão de migrar indicaram as metas a serem alcançadas. Em Schutz (1972), citado por Lopez (2008), encontramos a afirmação de que as metas se referem ao futuro e são necessárias para sua realização, do qual, a ação é em si mesma um meio.

A busca por trabalho e educação são as principais justificativas para se deixar a origem. Os conhecidos, amigos e parentes partiram para Manaus com esses objetivos. As condições de vida na origem eram difíceis, instáveis, especialmente para aqueles que viviam da agricultura, pecuária ou pesca. Essas atividades econômicas estão submetidas à sazonalidade, principalmente a agricultura e a pesca. As estações de enchente, cheia, vazante e seca determinam a possibilidade ou a impossibilidade dessas atividades. O não cumprimento dessas determinações naturais implica em fracasso. Para obter sucesso em seu trabalho, o homem do campo necessita, entre outras coisas, obedecer ao ritmo da natureza, além de estar sujeito às intempéries, principalmente nas atividades relacionadas à agricultura. Os trabalhos de Witkoski (2007) e Andrade (2012), realizados com amazônidas, demonstram como o homem do campo na Amazônia está sujeito ao ritmo da natureza.

Os que não trabalhavam em sua própria terra, na pesca ou na caça, exerciam atividades informais ou estavam desempregados. A insatisfação quanto às atividades é notória nas narrativas, tanto em relação às atividades do campo (zona rural) ou da zona urbana, expressa com um desejo de um “melhor meio para trabalhar”, como também um trabalho melhor.

Associado à intenção de adquirir emprego fixo, trabalhar, estava também o desejo de estudar, seja pela falta de oferta na origem, ou ainda por conta de uma avaliação crítica em torno da formação deficitária na origem.

Para os sujeitos da pesquisa, o ato de migrar foi fruto de uma decisão consciente, nos termos preconizados por Schutz (1979), que advoga que a ação é consciente quando o sujeito antes de realizá-la já tem em sua mente uma figura do que vai fazer, esta é retida diante do olho interior (retenção), ou de vez em quando é relembrada (reprodução). As entrevistas nos remetem ao terceiro modo de conhecer a ação consciente ou evidência, ou seja, “o ato já foi executado e está sendo visto em retrospectiva” (p. 127).

Decidir migrar implica se dispor a construir uma nova vida, uma nova história e, por que não dizer, uma nova identidade. Quando o migrante se lança à aventura, ao desconhecido, ao novo, ele vai se reconstruindo como sujeito no mundo, ele adota novos valores, faz novas amizades, convive em novos espaços de sociabilidade, conhece outros mundos do trabalho.

Ao discutir a socialização, Berger e Luckmann (2012) afirmam que há dois tipos de socialização: a primária, que o indivíduo experimenta na infância, tornando-se membro da sociedade; a secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade. Sendo assim, para o autor, a identidade é objetivamente definida como localização em certo mundo e só pode ser subjetivamente apropriada juntamente com este mundo, ou melhor, todas as identificações realizam-se em horizonte que implicam um mundo social específico (BERGER e LUCKMANN, 2012, p. 169-171).

Os autores afirmam que a socialização totalmente bem-sucedida é antropológicamente impossível, enquanto a socialização totalmente malsucedida é, no mínimo, extremamente rara, limitada a casos de indivíduos em que não é obtida devido a graves condições patológicas orgânicas (IDEM, p. 210).

Assim, concluem que a identidade é então consideravelmente delineada, no sentido de representar plenamente a realidade objetiva na qual está localizada. A identidade é, portanto, um elemento-chave da realidade subjetiva, e, tal como toda realidade subjetiva, acha-se em relação dialética com a sociedade, é formada por processos sociais. Por sua vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais (IBIDEM, p. 221-222).

Para Schutz (1979, p. 159), o mundo da vida diária não é de forma alguma meu mundo privado, mas é, desde o início, um mundo intersubjetivo compartilhado com meus semelhantes, um mundo vivido por todos nós. A situação biográfica única em que me encontro dentro do mundo em qualquer momento da minha existência é apenas, numa pequena escala muito pequena, feita por mim próprio. Continua o autor, à medida que ajo sobre os outros e sou afetado por eles, conheço esse relacionamento mútuo, e esse

relacionamento implica que eles, os outros, vivenciam o mundo comum, essencialmente de um modo semelhante ao meu.

A identidade, como nos postula Bauman (2005), não é uma construção rígida, estática e imutável. Ao contrário, é fluida, líquida, passível de reconstrução, resultante de um processo complexo, no qual indivíduo, sociedade e espécie se correlacionam. Morin (2007) ensina que a identidade – como construção que se dá no tempo e no espaço – é fruto do entrelaçamento entre indivíduo, sociedade e espécie, ou seja, se edifica em nossas relações com outros indivíduos, com a natureza, com o cosmos. Nessa dinâmica, a identidade se modifica, se reconfigura, se desconstrói e se constrói mais uma vez. Somos seres em construção!

Bauman (2005) defende que, na era *líquido-moderna*, é necessário que pensemos a identidade como algo que “não tem a solidez de uma rocha”, porque pode ser reelaborada, negociada. Quem sabe seja por essa razão que o autor arrisca dizer que a identidade se configura como “algo a ser inventado, e não descoberto” (p. 21).

A migração do interior para a capital colocou os sujeitos num processo de reconstrução, de reelaboração de suas identidades. Fazê-lo foi e, para muitos, ainda é um grande desafio, porque a dinâmica rural tem nuances bem divergentes da vida urbana. Os valores não são os mesmos, os espaços de convivência são outros, as relações de solidariedade são quase inexistentes.

É importante dizer que o interior do Estado do Amazonas é bem diferente da realidade de municípios do interior de outros estados da federação. Em alguns estados, por exemplo, São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Minas Gerais, o acesso entre a capital e os demais municípios pode se dar por via aérea, terrestre e fluvial, sendo a via terrestre uma opção bastante utilizada, dada a proximidade e a facilidade de acesso entre um município e outro.

No Estado do Amazonas, o acesso é muito caro e não é fácil. São 62 municípios, contando com a capital, cujo principal meio de acesso é o transporte fluvial. Fora alguns municípios da região metropolitana (Itacoatiara, Rio Preto da Eva, Manacapuru, Novo Airão e Iranduba), aonde se pode chegar diretamente por via terrestre, sem intermédio de balsas, o acesso ao interior do Estado se dá majoritariamente por via fluvial, visto que

poucos dispõem da alternativa de transporte aéreo e os que possuem, precisam enfrentar o altíssimo custo desse transporte.

Com isso, ainda que falemos da zona urbana de qualquer dos municípios do Estado do Amazonas é fundamental que se entenda que há uma configuração infinitamente diferenciada da realidade da capital, com a qual tais municípios não têm ligação direta. Isso significa que partir, mesmo que da zona urbana de seus municípios de origem para a capital, demanda uma total mudança de rotina, de ritmo de vida, de assimilação de uma nova dinâmica citadina.

É interessante que nos depoimentos dos migrantes acerca do seu lugar de origem encontramos com nitidez as referências às relações de solidariedade, à proximidade entre as pessoas, às atividades produtivas (agricultura, pesca, extrativismo vegetal, criação animal...), às condições ambientais, ao tamanho das comunidades, às poucas possibilidades de mobilidade social, à ideia de tranquilidade, dentre outras características que são muito próprias da dinâmica rural, ainda que eles estejam falando da vida em áreas urbanas dos pequenos municípios. É verdade também que muitas falas estão carregadas de poesia e nostalgia.

Assim relatam os migrantes ao comentarem sobre a vida em sua cidade de origem:

Eu já não falo tanto do futebol, das minhas amigas, da bicicleta, de poder andar de bicicleta, as festinhas. Você não precisava ter muito dinheiro para poder chegar em qualquer lugar, o custo de vida. O custo de vida no interior é bem mais baixo, não gasta tanto. Mas o sentimento é complicado, é grande demais, de saudade. O clima, você poder numa época dessa, de ano. Estamos em Março, é uma época cheia. Você vai e pega uma canoa, vai lá, joga uma vara de pesca, pula da ponte, é muito bom. Não tenho palavra para expressar esse sentimento, só saudades (Paula Figueira).

Lá, a gente dividia o peixe. Se tu tens um peixe, tu pegas e divides com o vizinho. É muito diferente. O choque cultural foi esse. As pessoas fazem as coisas muito mais rápido aqui, elas correm muito. A velocidade da vida é ruim. Parece que as pessoas não têm vida social. As pessoas vivem em função do trabalho (Luís Barroso).

A gente sente a saudade daquela vida, porque lá é mais pacato que aqui. Lá, é melhor de se viver do que aqui. Eu digo assim, não em termos de trabalho. Mas em termos de moradia mesmo. Por exemplo, aqui é perigoso, é agitado. Trabalho é bom, mas é perigoso. Assalto... acontece tanta coisa. Lá não, é totalmente diferente, mais tranquilo. Só acontece alguma coisa com você, se você procurar fazer para acontecer. Se você não procurar, procurar fazer amizades mesmo boas, você vive o tempo que Deus determina mesmo para a gente. Agora, na cidade não, se você vacilar, vai embora (Ronaldo Dantas).

O migrante vê-se diante de um mundo estranho, onde há uma densidade populacional muito superior à de seus municípios, um estranho entre estranhos. As possibilidades de trabalho são outras, atividades típicas de uma vida tradicional – plantar, pescar ou caçar – são pouco prováveis. O novo lugar tem novos ares, paira uma agitação coletiva, um corre-corre diuturno, a insegurança e a violência assume outros tons; nota-se um novo comportamento das pessoas (individualidade). No entanto, em meio a essas novas configurações, vislumbram-se mais opções de trabalho e estudo, e maior probabilidade de mobilidade social.

É por isso mesmo que o projeto migratório não é uma garantia, uma forma onde se deitará o futuro, muito menos uma receita padronizada de crítica da origem; é, antes de tudo, uma promessa de que no futuro se realizarão no destino os desejos, sonhos e perspectivas, pouco prováveis de se concretizarem na origem.

Para Schutz (1979), o conceito de tipo ideal de comportamento pode ser visto de duas maneiras. Pode significar o tipo ideal de outra pessoa, que está expressando ou, que se expressou, de certo modo (tipo ideal de pessoa), ou ainda, pode significar o tipo ideal do processo expressivo em si (tipo material ou de linha de ação).

Assim, quanto aos entrevistados, buscamos construir, tendo como base a caracterização realizada por Schutz (1979; 2008), a linha de ação dos migrantes, como também, o típico migrante, que atuaria nesta linha de ação.

Assim, podemos tipificar a ação dos migrantes: o projeto migratório foi construído como crítica à realidade social vivida. Suas metas estão vinculadas diretamente à superação de necessidades concretas, o que implicou deixar parte da vida e da história, na esperança de que um dia pudesse ser retomada. O migrante típico deseja transformar sua vida, não

mais aceita as condições existenciais impostas, quer ardentemente transformar a sua própria realidade existencial, sofre ao deixar sua vida para trás, alimenta a expectativa de um dia retornar e retomá-la de onde parou.

1.2 A vida no lugar de origem: um retrato a partir de dados estatísticos

Como vimos, o processo migratório não se inicia com a partida do local de origem. Ele é, antes de tudo, uma construção teleológica, um constructo idealizado, é um projeto migratório.

A ideia de origem – o lugar – aparece na fala de muitos sujeitos permeada de afetividade e afinidade, mas, ao mesmo tempo, é marcada pelo reconhecimento das limitações impostas pelas distâncias geográficas, da dificuldade de acesso a bens e serviços sociais, das poucas alternativas de aprofundamento dos estudos e de inserção no mercado de trabalho etc.

O lugar tem a capacidade de se configurar como centro onde se percebe a tranquilidade e o estabelecimento de valores. É, nessa direção que, ao referir-se aos lugares, Tuan (1983, p. 4) os explica como “centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação”.

No reino animal, a noção de lugar também tem sentido, já que os animais ditos irracionais também buscam locais de proteção para construir suas vidas e se resguardar das intempéries da natureza e da ação predadora dos demais animais.

Dos municípios do Estado do Amazonas de onde migraram os entrevistados, quanto ao contingente populacional, temos no extremo superior o município de Parintins, com mais de 100 mil habitantes, e o município de Itamarati no extremo inferior com 8.038 habitantes. Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, verifica-se que o município de Parintins tem o índice, 0,658, o segundo melhor índice do Estado, abaixo somente da capital Manaus, que tem índice de 0,737. Por sua vez, o município de Atalaia do Norte tem índice de 0,450, sendo o menor IDHM do Estado do Amazonas (Quadro 1).

Alto Solimões	Amaturá	0,254	0,413	0,560	4.738	7.308	9.467
	Atalaia do Norte	0,246	0,348	0,450	7.993	10.049	15.153
	Benjamin Constant	0,300	0,389	0,574	18.312	23.219	33.411
	Santo Antônio do Içá	0,206	0,306	0,490	17.214	28.213	24.481
	São Paulo de Olivença	0,269	0,324	0,521	13.623	23.113	31.422
	Tabatinga	0,333	0,470	0,616	27.923	37.919	52.272
Tefê	Tefê	0,349	0,438	0,639	53.970	64.457	61.453
Coari	Anamá	0,307	0,408	0,594	6.024	6.563	10.214
	Anori	0,357	0,428	0,561	8.990	11.320	16.317
	Caapiranga	0,258	0,403	0,569	6.833	8.803	10.975
	Coari	0,312	0,389	0,586	38.678	67.096	75.965
	Codajás	0,355	0,440	0,563	13.462	17.507	23.206
Itacoatiara	Itacoatiara	0,408	0,491	0,644	58.757	72.105	86.839
	Itapiranga	0,409	0,478	0,654	5.137	7.309	8.211
	Nova Olinda do Norte	0,321	0,373	0,558	12.949	23.725	30.696
Purus	Lábrea	0,254	0,386	0,531	33.052	28.956	37.701

Quadro 1 – Índice de Desenvolvimento Humano e População dos municípios de origem dos migrantes
 FONTE: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE e PNUD, 1991, 2000 e 2010.

Como contraponto, vale explicitar que nos municípios de Parintins e Atalaia do Norte, respectivamente, 38% (38.823) e 37% (5.611) de suas populações são economicamente ativas, e que apenas 3% estão desocupadas. No município de Parintins, 19.040 pessoas, ou seja, 54% da População Economicamente Ativa (PEA) ocupada tinham um rendimento de até um salário mínimo, enquanto que 5.723 (15%) não tinham nenhum rendimento. No município de Atalaia do Norte, 1772 pessoas, ou seja, 34% da PEA ocupada viviam com até um salário mínimo e 2.425 (43%) não tinham nenhum rendimento¹.

Segundo informação do PNUD (2012), o IDHM é calculado a partir de três variáveis: longevidade, renda e educação. Existem cinco Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal: de 0 a 0,499 (muito baixo); 0,50 a 0,599 (baixo); 0,600 a 0,699 (médio); 0,700 a 0,799 (alto) e acima de 0,799 (muito alto).

Comparando-se os IDHs dos municípios do Estado do Amazonas, nota-se um crescimento significativo, sendo em 1991 de 0,206 (o menor índice), em 2000 de 0,291 e em 2010 de 0,450. Verifica-se ainda que, dos 62 municípios, 11% estão na faixa Muito Baixo, 65% Baixo, 23% Médio e apenas 2% Alto (cidade de Manaus).

Independente da relevância econômica, social ou política no cenário estadual, os municípios aparecem como lugares nos depoimentos dos migrantes entrevistados, na medida em que foram neles que nasceram, cresceram, estabeleceram relações de vizinhança e compadrio. Nestes lugares, receberam valores, construíram também uma crítica sobre as condições de vida e, a partir desta, edificaram um projeto migratório.

A divisão geográfica do Estado do Amazonas ganhou nova configuração com a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu sua repartição em 62 municípios, incluindo a capital Manaus. O IBGE agrupa-os em 4 Mesorregiões e 13 Microrregiões. Observe-se, no entanto, que a Constituição do Estado do Amazonas de 1989 estabelece um agrupamento diferente, em nove (09) Sub-Regiões: 1ª Sub-Região (Região do Alto Solimões, Centro Sub-regional); 2ª Sub-Região (Região do Triângulo Jutai Solimões/Juruá, Centro Sub-Regional); 3ª Sub-Região (Região do Purus, Centro Sub-Regional); 4ª Sub-Região (Região

¹ É pertinente observar que o tamanho da amostra do Censo 2010 foi estabelecido pela Estimativa Populacional de 1º de Julho de 2009 enviadas para o Tribunal de Contas da União (TCU) em 20 de outubro de 2009 e publicadas no Diário Oficial da União (DOU) em 14 de agosto de 2009.

do Juruá, Centro Sub-Regional); 5ª Sub-Região (Região do Madeira, Centro Sub-Regional); 6ª Sub-Região (Região do Alto Rio Negro, Centro Sub-Regional); 7ª Sub-Região (Região do Rio Negro/Solimões, Centro Sub-Regional, Centro Regional); 8ª Sub-Região (Região do Médio Amazonas, Centro Sub-Regional); 9ª Sub-Região (Região do Baixo Amazonas, Centro Sub-Regional).

Neste trabalho adotaremos a divisão proposta pelo IBGE, ou seja, os sessenta e dois (62) municípios classificados em treze (13) Microrregiões: Japurá, Alto Solimões, Juruá, Tefé, Rio Negro, Coari, Manaus, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Parintins, Boca do Acre, Purus e Madeira. O quadro 2 nos apresenta os municípios de origem dos migrantes.

Alto Solimões	8	Amaturá	1
		Atalaia do Norte	1
		Benjamin Constant	1
		Santo Antônio do Içá	2
		São Paulo de Olivença	1
		Tabatinga	1
Tefê	3	Tefê	3
Coari	14	Anamã	1
		Anori	1
		Caapiranga	1
		Coari	6
		Codajás	3
Itacoatiara	12	Itacoatiara	8
		Itapiranga	1
		Nova Olinda do Norte	3
Purus	3	Lábrea	3

seus respectivos municípios. Ao compararmos o lugar de origem e o de onde migraram, nota-se pequena diferença.

Na ocasião da migração, 98% (41) habitavam em vinte (20) municípios do Estado do Amazonas e 2% (01) residiam em município de outro estado da Federação. Isso significa que alguns migraram antes de vir para Manaus: a) da Zona Rural para a Zona Urbana de seu município de nascimento; b) de seu município de nascimento para outro município da Unidade da Federação; c) de seu município de nascimento para município de outra Unidade da Federação. Explicitando, verifica-se que 8% migraram da zona rural e 90% migraram da zona urbana de municípios do Estado do Amazonas, e que 2% migraram da zona urbana de município do Estado de São Paulo.

Ao classificarmos por Microrregião do Estado do Amazonas de onde se originou a migração para Manaus, temos 21% que migraram de Manaus, 24% de Parintins, 14% de Coari, 14% de Itacoatiara, 7% do Juruá, 12% do Madeira, 2% do Purus e 2% da Microrregião de Tefê. Como veremos, entre os fatores motivadores para a migração, está a existência de familiares em Manaus. Convém salientar que, entre outros elementos, a proximidade geográfica com a cidade de Manaus influenciou a escolha desta como lugar de destino.

Ao nos voltarmos para os dados, percebemos dois movimentos: migrantes que partiram de seu lugar de origem (nascimento) e aqueles que migraram deste para outra localidade e daí para a capital do Estado. Dos que nasceram na zona rural, somente 5% migraram diretamente para Manaus, enquanto que 10% migraram da Zona Rural para a Zona Urbana de seus municípios de nascimento e daí migraram para Manaus. É pertinente ressaltar que encontramos 2% que migraram do local de origem para municípios de outra Unidade da Federação e daí, após alguns anos, migraram para Manaus.

Como o critério de escolha de nosso universo de pesquisa definia que os sujeitos precisavam ser migrantes amazonenses, sem determinar se de origem rural ou urbana, essa diversidade da origem se tornou enriquecedora. Neste quesito nossa pesquisa difere das abordagens realizadas por Durham (1973) e Bourdieu (1979). A primeira estudou a integração de trabalhadores rurais em sistemas urbano-industriais, relações de trabalho e modos de vida característicos da nova ordem social em emergência. O segundo realizou um

estudo sobre trabalho e trabalhadores camponeses, na Argélia, discorrendo sobre as disposições econômicas e o mundo econômico no qual teriam que agir.

Identificar entre os migrantes participantes deste movimento Rural – Urbano levamos a coadunar com o que os censos demográficos já nos vêm apontando, ou seja, que pelo menos, desde os anos 1970, há um crescente movimento migratório no sentido Rural – Urbano. Segundo o IBGE, em 1970, 57,49 % da População do Estado do Amazonas estava na Zona Rural; no Censo de 1980, a Zona Rural continha 40,11%, no Censo de 1991 passou a deter 28,55%; no censo seguinte, somente 25,08%, e no último Censo de 2010, apenas 20,91%.

Em sentido inverso vê-se, ao longo dos anos, um crescimento da População Urbana no Estado: em 1970 apenas 42,51% da população residiam na Zona Urbana, passando no Censo de 1980 a 59,89%. Essa tendência se acentua nos três censos seguintes, o de 1991, o de 2000 e o de 2010, que apresentaram, respectivamente, percentuais urbanos de 71,45%, 74,92% e 79,09%. Evidencia-se um crescimento populacional da Zona Urbana em relação à Zona Rural de 4,17 pontos percentuais entre os Censos de 2000 e 2010 (IBGE, 2010).

É válido observar que o grupo estudado migrou para Manaus entre as décadas de 1970 e a década de 2000, sendo que 7% migraram na década de 1970, 31% na década de 1980, 33% na década de 1990 e 29% migraram nos anos 2000. Tais dados confirmam o que nos sinalizam os censos do IBGE, isto é, que, a partir da década de 1970, houve um fluxo crescente de migração para a zona urbana.

Apesar de nos anos 2000, em nossa pesquisa, termos um percentual de migrantes um pouco inferior à década anterior, não acreditamos que se deva a uma queda nos índices migratórios e sim às peculiaridades da amostra estudada, visto que, precisamos depender da disponibilidade das empresas em ceder os trabalhadores para serem entrevistados e, dentre estes, muitos vieram para a capital ainda bem jovens e poucos migraram nos anos 2000.

Quanto à idade dos membros do grupo estudado na ocasião da migração (aqui considerando os 42 sujeitos que qualificamos como possuidores de um projeto migratório), vemos que há uma evolução em termos de média etária dos migrantes. A média etária é de 19 anos na década de 1970, de 22 em 1980, 23 em 1990 e passa a 24 na década de 2000. No

grupo, 76% são trabalhadores do sexo masculino e 24% do sexo feminino, revelando um percentual bem superior de homens em proporção ao de mulheres, como nos indica o quadro 3.

1970	7	-	7
1990	24	10	34
TOTAL	76	24	100

Quadro 3 – Migrantes homens e mulheres (maiores) nas diferentes décadas.
FONTE: Amostra de 42 migrantes. Pesquisa de campo, 2012.

Em nossa amostra, o percentual de homens migrantes é três vezes superior ao de mulheres. Esse número acompanha a distribuição de homens e mulheres no Polo, tomando como referência os dados do Relatório de Indicadores de Desempenho da SUFRAMA, referentes ao período de 2012, que equivale à ocasião em que aplicamos a pesquisa. O relatório nos apresenta uma média de 30% de mulheres atuando no PIM, em contraposição ao dobro de homens, isso com base num cálculo do quadro funcional de 453 empresas.

Além do percentual de homens no Polo ser bem superior ao de mulheres, não podemos deixar de registrar que as empresas tiveram mais dificuldade em liberar as mulheres para serem entrevistadas, visto que, em sua maioria, estão na linha de produção propriamente dita, enquanto que os homens, embora também participem do processo produtivo, estão em proporção menor na montagem de componentes, desempenham atividades de coordenação, supervisão, liderança, análise, assistência e controle, o que lhes permitiu a participação na pesquisa, sem comprometer a dinâmica da própria empresa. As funções ocupacionais exercidas pelos migrantes industriários, quando realizadas a pesquisa, serão demonstradas no terceiro capítulo.

As narrativas migrantes também nos possibilitaram identificar a formação educacional dos entrevistados no período em que saíram de seus municípios de origem para a capital. No grupo estudado conseguimos registrar 2% de migrantes sem qualquer

formação escolar (não alfabetizados) e, ainda, cinco níveis de escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto (26%), Ensino Fundamental Completo (14%), Ensino Médio Incompleto (9%), Ensino Médio Completo (42%) e Superior Completo (5%).

Os dados nos fizeram perceber uma tendência crescente para maior formação educacional, com exceção da década de 1970. A tendência de crescimento é flagrante quando observamos que mais de 50% dos trabalhadores que migraram já possuíam escolaridade superior ao Ensino Fundamental, surgindo entre estes 5% com nível superior completo.

Se analisarmos a escolaridade do grupo por década, notamos que na década de 1970 é predominante o Ensino Fundamental, na década de 1980 uma leve predominância do Ensino Médio, tendência que permanece nas décadas de 1990 e 2000. Na década de 2000, surge algo novo, se comparado às décadas precedentes, isto é, trabalhadores que migraram com nível superior completo (Gráfico 1).

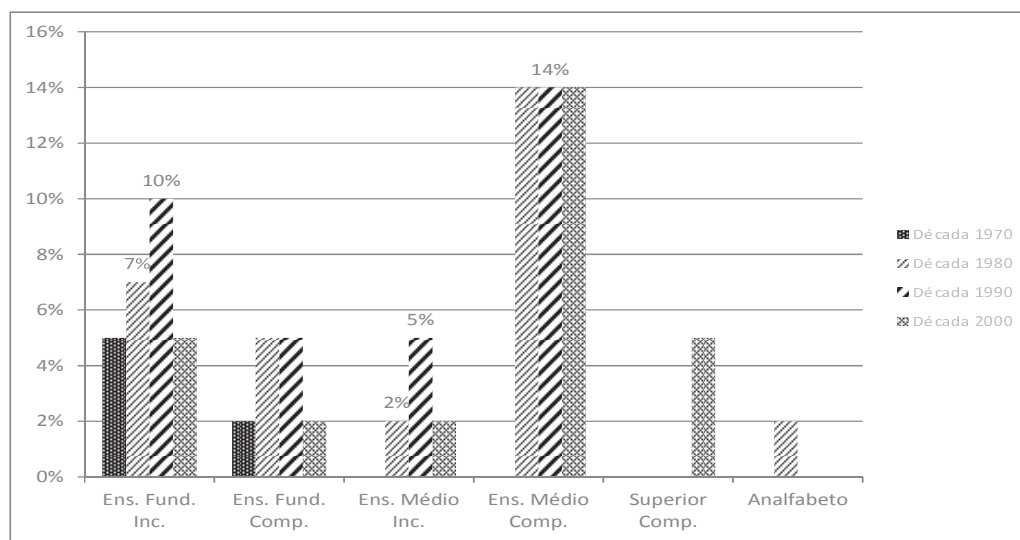


Gráfico 1 – Escolaridade do grupo estudado na ocasião da migração
 FONTE: Amostra de 42 migrantes. Pesquisa de Campo, 2012.

Os relatos dos entrevistados nos evidenciam que o grau de formação escolar em seus municípios de origem tem uma série de determinantes, não nos sendo possível apresentar uma única justificativa. Ao questionarmos acerca da sua escolaridade na ocasião da migração, somente 57% se manifestaram. As explicações podem ser assim sintetizadas: 15% argumentam que era a formação disponível no município de origem; 29% justificam que precisaram migrar para procurar trabalho na capital, onde se mantiveram com a mesma escolaridade ou continuaram a estudar; 8% apresentam motivos diversos, dentre os quais: morar no sítio e estudar na cidade; ajudar o pai na agricultura; não conseguir conciliar estudo e trabalho; 5% argumentam que o ensino superior era o nível máximo de formação existente em seus municípios. Foi possível identificar que 98% (41) dos migrantes estudaram em escola pública, e somente 2% (1) não tiveram acesso a qualquer nível de instrução.

Analfabeto	3	-
Fundamental Completo	13	30
Médio Completo	44	30
TOTAL	100%	100%

Quadro 4 – Escolaridade de homens e mulheres na ocasião da migração

FONTE: Amostra de 42 migrantes. Pesquisa de campo, 2012.

Para o trabalhador migrante, a escolaridade, em muitas ocasiões, se torna um obstáculo a sua inserção no mercado de trabalho. Pesquisas realizadas a partir da segunda metade da década de 1990 apontam a exigência de maior escolaridade para ingresso no PIM (NOGUEIRA, 1998; SCHERER, 2005; SILVA, 2010). Pelos depoimentos, percebemos nitidamente que o avanço nos estudos nem sempre foi possível, por razões independentes da vontade dos entrevistados.

Quanto a isso, Bourdieu (1979) ressalta que, em muitas situações, por falta de opção, por baixa qualificação profissional, homens e mulheres se veem sem alternativas, restritos em sua liberdade, porque não podem escolher livremente sua ocupação ou profissão. São relegados à resignação, à aceitação do que é possível, do que está ao seu alcance, ou seja, são levados a aceitar qualquer trabalho, até mesmo por não dispor de uma formação técnica que lhes permita pleitear ou exercer qualquer outra atividade profissional.

Para aqueles que possuem baixo poder aquisitivo, que são pobres, trabalhar nem sempre é uma opção, é uma necessidade, como podemos notar no gráfico 2. Isso está muito presente nas falas dos migrantes. Para 69% dos entrevistados, a conciliação entre estudo e trabalho sempre foi imperativa. Estudar apenas foi uma condição vivenciada por 14%, enquanto que 17% somente trabalhavam, haja vista terem concluído o ensino médio e não disporem de ensino superior em seus municípios; ou, quando existia universidade, não tinham conseguido nelas ingressar.

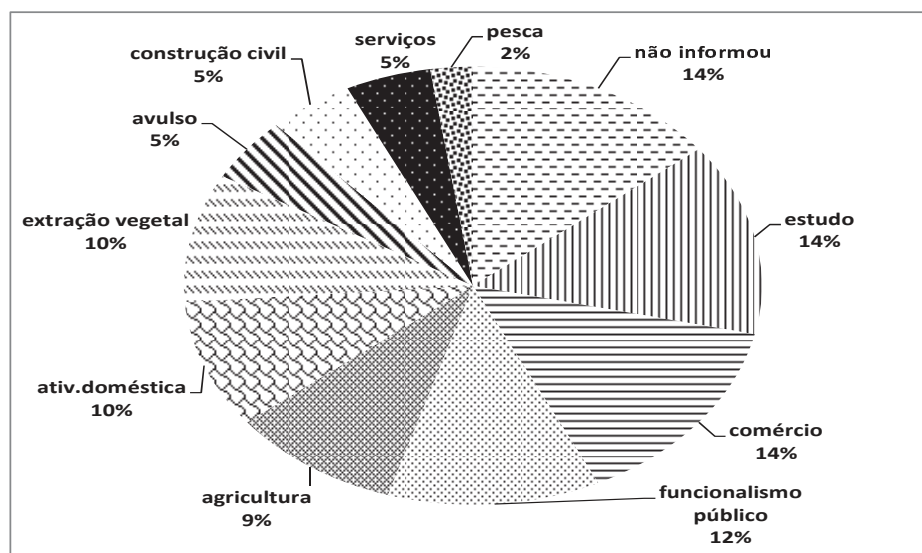


Gráfico 2 – Atividades desempenhadas pelos entrevistados na ocasião da migração
 FONTE: Amostra de 42 migrantes. Pesquisa de campo, 2012.

Dentre os que unicamente trabalhavam, encontramos a referência às seguintes atividades: extração de látex, colheita de juta, agricultura, olaria, serraria, funcionalismo público, pesca e construção civil. Os que trabalhavam e estudavam mencionaram a atuação na agricultura, retirada de madeira, colheita da juta, construção civil, extração de látex, panificação, funcionalismo público, metalurgia, comércio (balconista, frentista em posto de gasolina, feirante, trabalho em restaurante, ajudante no comércio da família), atuação como *office boy*, trabalho em madeireira e serviço doméstico (sendo empregada doméstica ou ajudando na própria residência).

Identificamos que, dentre os entrevistados que consideramos serem possuidores do projeto migratório, 17% relataram o desempenho de atividades secundárias de complementação da renda, ou seja, as atividades mencionadas no gráfico acima são as principais, sendo que, em outro horário do dia ou mesmo no fim de semana, os migrantes exerciam trabalhos na agricultura, construção civil, colheita de juta, comércio, olaria, serraria e padaria. É importante ressaltar que as diferentes estações do ano na região amazônica (enchente, cheia, vazante e seca) também são determinantes para o exercício de diferentes atividades.

Constatando a variedade de atividades desempenhadas pelos entrevistados no período que precedeu a migração, vem à memória a leitura de Bourdieu (1979, p. 56) sobre os trabalhadores da Argélia, quando evidencia que a luta pela sobrevivência impõe a aceitação de qualquer trabalho. Nessa situação, “não é o trabalhador que escolhe seu trabalho, mas o trabalho que escolhe o trabalhador”.

Assim, mesmo muito jovens, os trabalhadores vivenciam diversas experiências de trabalho, nos ramos mais diferentes. Antes de chegar a uma verdadeira profissão, passam por sucessivas ocupações, como aconteceu com nossos entrevistados. São atividades que nem sempre guardam relação entre si, pois os trabalhadores ainda não estão fazendo carreira, estão preocupados em garantir o pão de cada dia, sustentar o peso da sobrevivência.

A fonte primordial da sobrevivência é o trabalho, o qual assume lugar de centralidade em sua vida e de sua família. Como nos revelam os depoimentos, são bem poucos os que gozaram do privilégio de apenas estudar, 14%. A maioria sempre precisou

trabalhar e estudar. A vida girava em torno da sobrevivência, da superação da necessidade, obrigando, algumas vezes, a preterir a escola. O trabalho se configura como o eixo norteador da vida, é em seu entorno que os sonhos são construídos, os planos elaborados, o futuro projetado e a vida é sentida.

O termo trabalho empregado por Schutz (1979), como veremos posteriormente, tem uma acepção diferente da empregada por Arendt (2003), para quem, é a capacidade de fazer coisas, de construir, de inventar, enquanto labor é a atividade pelo uso do corpo, relacionada à manutenção do próprio *bios*. O termo trabalho é empregado pelos entrevistados como expressão de uma das múltiplas realidades da vida cotidiana, sem distingui-lo de labor na concepção arendtiana.

Utilizando a metáfora adotada por Arendt (2003), o migrante “labora” e “trabalha”. Ao partir de seu lugar de origem, pretende fazer uma passagem de *animal laborans* para *homo faber*. Pretende deixar de laborar para suprir unicamente sua sobrevivência, por meio da labuta na roça, na pesca, na extração vegetal, na colheita da juta; pretende ser um fazedor, um construtor, quer assinar um contrato, quer ter sua carteira de trabalho assinada, quer dispor de direitos, com um horário estabelecido para entrar e sair do trabalho e a garantia de um salário no fim do mês. Em suma, os sujeitos desejavam eliminar a incerteza da sobrevivência e firmar algumas garantias.

Raimundo Fontes assevera: “eu queria sair mais daquela vida. Mais porque a gente era na roça e só no meio do mato. Era um trabalho muito pesado”. E como trabalho avulso, não se tinha os direitos garantidos, e este era um desejo de Cândido Soares: “arrumar um emprego de carteira assinada. Lá tudo era avulso. Ter um estudo para mim”.

Estudar era a construção da possibilidade de uma nova vida. Para Maria Socorro, que migrou aos vinte e quatro anos e estava desempregada, conta que “estar desempregada” não era nada agradável, “queria voltar a estudar”. Emprego e estudo eram necessidades primeiras para William Oliveira, que migrou aos trinta e três anos, pois seus pais e irmãos já estavam aqui. “Estudar e conseguir um emprego fixo”, um salário que ganhasse mais, pois “eu não me conformava em viver com dois salários mínimos”, diz Paula Figueira. Para Sérgio Pessoa “arranjar um trabalho que pudesse sustentar a família e continuar minha vida” era fundamental.

Alguns migrantes narram que não vislumbravam “perspectivas” em sua cidade de origem, o que se tornou motivo “fundamental” para Antonio Douglas e Nívea Damasceno decidirem partir. Para Arthur Vasconcelos, foi fundamental “querer aprender coisas diferentes, além da roça, tipo você consertar uma TV, ajeitar um rádio, essas coisas. Algo novo pra eu aprender, que lá só era aquilo mesmo, não tinha como mais desenvolver”.

A preocupação não se restringe à própria sobrevivência, mas também a do grupo familiar. É bem verdade que os entrevistados, quando decidiram migrar para Manaus, em sua maioria, ainda não tinham constituído suas próprias famílias, entretanto, isso não os isentava da responsabilidade de contribuir para seu sustento. Vemos uma prevalência de migrantes que residiam com seus pais e/ou irmãos, como nos indica o gráfico 3.

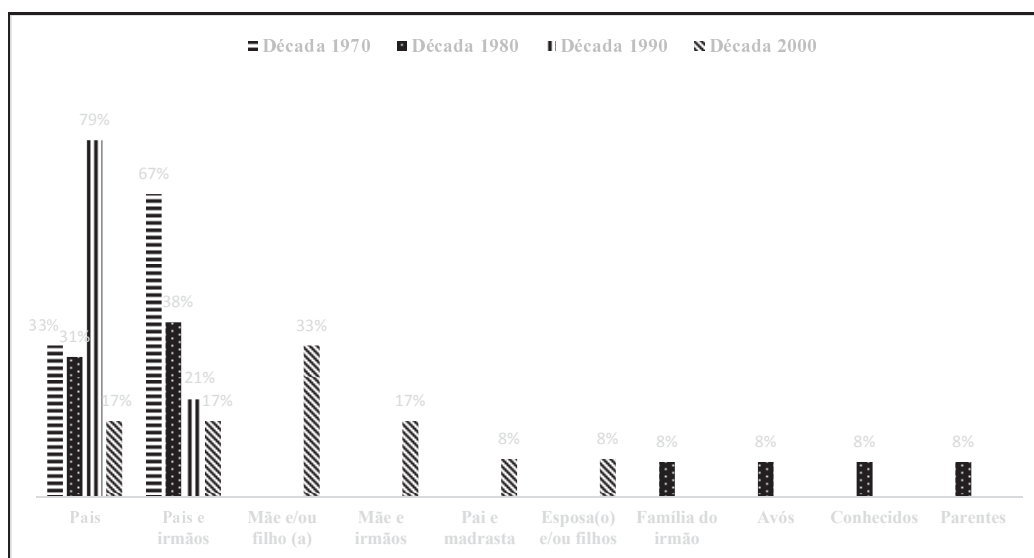


Gráfico 3 – Composição familiar dos entrevistados antes da migração
 FONTE: Amostra de 42 migrantes. Pesquisa de Campo, 2012.

Como vimos, os entrevistados eram muito jovens quando migraram. Por isso, não é incomum que muitos ainda não tivessem casado e residissem, majoritariamente, com pais e/ou irmãos. Chamou-nos a atenção o fato de nenhum deles ter dito que morava sozinho. Esse dado é importante, na medida em que nos faz acreditar que também a construção do

projeto migratório não se deu na individualidade, até porque os relatos nos indicam que existiram momentos de dúvida e decisão que foram partilhados e ponderados com todo ou com parte do grupo familiar.

A decisão de migrar e deixar o grupo familiar, dependendo da condição de subsistência da família, pode implicar na perda de uma força de trabalho necessária ao sustento do grupo, mas, ao mesmo instante, na redução dos custos da despesa mensal, visto que há a saída de um de seus membros. Migrar acaba sendo o risco que o sujeito e sua família precisam assumir, já que tal decisão pode significar a ampliação das possibilidades de construção de um futuro diferente para o migrante e para os seus.

Considerando o isolamento geográfico dos municípios, o alto custo do deslocamento, as diminutas transformações econômicas e políticas ao longo das décadas, é aceitável que o amazonense que vive em pequenas cidades almeje uma vida que apresente maiores possibilidades das que tem em sua cidade de origem.

Talvez, até por isso mesmo, a decisão quanto à migração não é somente pessoal, pois o núcleo familiar se envolve, dá palpites, preocupa-se, pensa e pesa as dificuldades a serem enfrentadas, contribui financeiramente para custear as despesas com deslocamento, estabelece contatos com os conhecidos na capital, enfim, participa de alguma forma.

Ao olharmos para a composição familiar dos entrevistados, percebemos a prevalência das famílias nucleares. Em menor proporção, monoparentais, reconstituídas e extensas. Esses diferentes arranjos familiares são reflexos das mudanças socioculturais que se processaram na sociedade brasileira no século XX e se intensificaram no século XXI.

Por muitos anos, a concepção de família esteve vinculada aos laços sanguíneos. No cenário atual, sobretudo com as garantias legais trazidas pela Constituição Federal de 1988 e retrabalhadas pelo Direito de Família, o elemento principal que passa a ser reconhecido como o sustentáculo da família é a afetividade. Nessa direção, a jurista Maria Berenice Dias, que é uma referência nesse campo, defende veementemente que: “o elemento distintivo da família é a identificação de um vínculo afetivo, a unir as pessoas, gerando comprometimento mútuo, solidariedade, identidade de projetos de vida e propósitos comuns” (DIAS, 2007b, p. 68).

Nesse espírito, a família patriarcal, marcada pela hierarquia e pela predominância do poder paterno, foi se enfraquecendo e cedendo lugar a outras configurações familiares. Com a carta constitucional de 1988, a responsabilidade e a igualdade entre os sexos passam a caracterizar a nova concepção conceitual e jurídica de família.

A família nuclear, tão predominante na sociedade brasileira até a metade do século XX, pode ser compreendida como a união entre um homem e uma mulher e seus respectivos filhos. O artigo 25 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) também a nomeia como família natural, que é a comunidade constituída pelos pais e seus descendentes.

Durham (1973) escreve no período bem anterior à Constituição Federal de 1988 e às novas concepções de arranjos familiares. No entanto, reconhece o declínio da família patriarcal e, ao referir-se à família nuclear, a denominada de conjugal, arranjo familiar que, também em nossa amostra, apresentou-se majoritário. Sobre as composições familiares ressalta:

Os estudos sobre Brasil sempre salientaram a importância da família como unidade socioeconômica, mas atribuíram importância fundamental à família patriarcal como forma típica tradicional de organização do grupo doméstico. Entretanto, os trabalhos de campo apontam claramente a predominância da família conjugal na população de trabalhadores rurais, entre os quais se poderia esperar encontrar preservadas formas tradicionais de organização familiar (DURHAM, 1973, p. 60).

É chamada família monoparental, segundo o artigo 226, parágrafo 4º da Constituição Federal de 1988, aquela “comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (BRASIL, 1988). Nessa configuração, o homem ou a mulher estão sem cônjuges, precisando assumir sozinhos a responsabilidade pela provisão dos filhos.

Santos e Santos (2009) advogam que a monoparentalidade não é um fenômeno social totalmente novo, já que sempre se conseguiu encontrar pessoas que criaram seus filhos sozinhos. O que são novas são suas causas, que ganham notoriedade no ocaso do século XX, haja vista que, “antigamente, a monoparentalidade ocorria como fenômeno

involuntário, pois era fruto de uma situação imposta, como na viuvez. No presente, este fenômeno é muito mais voluntário. Ele parte de uma opção, decorrente da manifestação da vontade humana” (p. 09).

Na contemporaneidade, uma série de fatores pode desencadear sua ocorrência, como o divórcio, o falecimento ou o abandono de um dos genitores, o desejo de um dos pais de viver e criar seus filhos sozinhos, a adoção por uma pessoa solteira etc. Também não podemos negar que, a partir dos anos de 1970, tem-se o aumento dos casos de divórcio, sobretudo, com a sua regulamentação legal. Com isso, um fenômeno importante se instaura e ganha notoriedade nas estatísticas oficiais: as famílias conduzidas por mulheres, fato este que é inclusive evidenciado pelos últimos censos demográficos do IBGE de 2000 e 2010.

Com a reformulação do Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio da Lei 12.010/2009, reconhece-se a família extensa ou ampliada, a qual é definida pelo parágrafo único do artigo 25 como: “aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade” (BRASIL, 2009). Nessa formação, a família não se restringe unicamente à composição nuclear, mas incorpora também os parentes (avós, tios, primos...) e até outros sem vínculos sanguíneos.

As famílias reconstituídas são, segundo Grisard Filho (2010, p. 33), aquelas que agregam “o casal, ambos ou só um deles com filhos de um relacionamento familiar anterior, em novo casamento ou nova união estável”. É uma família bem heterogênea, que emerge nesse processo de formação de novos arranjos familiares.

Independente da forma da família, nas falas de nossos entrevistados encontra-se muito nítido o reconhecimento da indispensabilidade da presença do grupo familiar em suas vidas. Além do valor afetivo, o grupo também exerce papel de núcleo econômico, que assume conjuntamente a responsabilidade pelo sustento diário. A pertença ao grupo implica na adoção de alguns comportamentos como relatam os migrantes: “Meu pai, na época, trabalhava com venda de frutas. Meu irmão trabalhava numa olaria. Éramos os únicos que ainda morávamos em casa. Os outros todos eram casados. E eu trabalhava na fábrica de compensado” (Maria Socorro). Vicente Celestino, que migrou sozinho aos vinte e seis anos de idade, cuja mãe de criação ficou na origem, explica: “Na verdade, era eu o carro chefe

da família, que sustentava. E tio que ajudava, a minha avó também um pouco. Antes, eu trabalhava num supermercado. Depois que eu me formei, eu fui dar aula”.

Os migrantes e seus familiares retiram o seu sustento de diversas atividades econômicas (gráfico 4), dentre as mais citadas estão: a agricultura, a pesca, o comércio, a extração da juta e o funcionalismo público. Sobreviviam, com exceção dos funcionários públicos, do exercício de mais de uma atividade econômica, muitas vezes dependendo da época do ano ou estação. Entre estas, pode-se citar: a agricultura, a pesca, a extração de juta, malva, madeira e látex, pecuária, a colheita de castanha e a pequena plantação de café. Como vemos, a agricultura é uma atividade muito própria das comunidades rurais e, por isso, muito presente nos depoimentos dos migrantes, como atividade de quase toda a família. Aliás, na década de 1960 “no Brasil rural, o trabalho agrícola foi e é, essencialmente, uma atividade familiar” (DURHAM, 1973, p. 60).

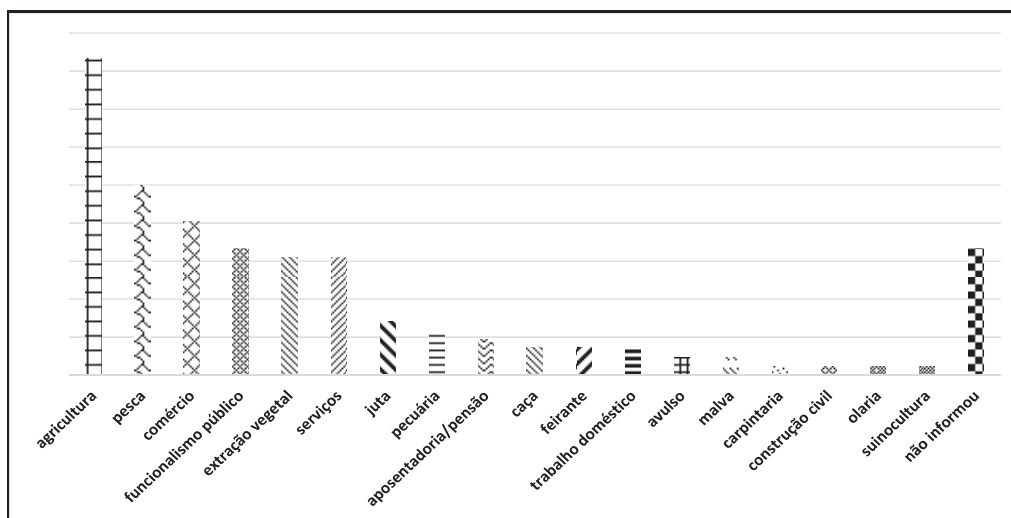


Gráfico 4 – Fonte de sustento do núcleo familiar dos migrantes na origem².
 FONTE: Amostra 42 migrantes. Pesquisa de Campo, 2012.

² Somatória maior que 100% devido às múltiplas fontes de sustento dos migrantes.

É interessante como atividades caracteristicamente rurais foram ressaltadas, como a agricultura, a pesca, a extração de juta, malva e seringa. De modo geral, são atividades que não dispõem de proteções sociais, porque os trabalhadores não têm a carteira de trabalho assinada. Como a agricultura é, eminentemente, familiar, os trabalhadores labutam por conta própria, sem patrões. Nem sempre sabem que os trabalhadores rurais também podem ter acesso às proteções da Previdência Social brasileira, caso estejam filiados aos sindicatos de agricultores ou colônias de pescadores.

As atividades do campo, geralmente, são mal remuneradas, apresentam altos riscos de resultados pífios, seja por falta de políticas de valorização da atividade, seja pelo emprego de pouca ou nenhuma tecnologia, dependem de condições climáticas, da ausência de pragas, oferta de produtos, concorrência, dificuldade de escoamento da produção etc.

Perguntado ao migrante o que faziam para superar as possíveis dificuldades que surgiam, Reinaldo Castro declara:

Trabalhando. Plantava as coisas e vendia. Mas só que lá o pessoal que comprava as verduras, as frutas da gente, que a gente produzia, pagava muito barato. Aí, a gente sempre tem prejuízo. Trabalha, trabalha e, na hora em que vai vender, aqueles marreteiros que ficam lá pagam bem barato nas coisas. Aí, a gente tem que se esforçar muito mesmo para não faltar ali. Ter uma boa terra para plantar. Porque nem sempre a pessoa tem uma boa terra. E outra: quando chega essa época da enchente, quando a gente está colhendo o plantio, vem a enchente e mata tudo, acaba com tudo. Aí é um novo recomeço. Todo tempo a gente tem que estar recomeçando o plantio.

O trabalhador rural está submetido a um ritmo e a um rito que não pode controlar. A necessidade de manter-se, de permanecer vivo a cada dia, imprime em sua existência a compreensão de que não há saída, o trabalho é sua única alternativa para não morrer de fome. Tem duas alternativas: permanecer (resistir) ou partir (desistir).

Como afirma Bourdieu (1979, p. 41), ao referir-se aos trabalhadores argelianos estudados: “o camponês não se ergue como poder eficaz face a um mundo estranho: muito próximo a uma natureza fracamente ordenada pelo e pouco marcada pela ação do homem, ele só pode experimentar submissão diante dos poderios que ele não pensa disciplinar”.

Sob a ótica também de nossos entrevistados, o trabalho não é apenas um meio de prover a vida material, é um imperativo moral, é um compromisso de cada membro para com o grupo, embora seja, ainda, um momento de realização e prazer, para alguns. Não é por acaso que Bourdieu (1979, p. 41-42) preconiza que:

Devemos nos surpreender que ele não considere sua ação como *trabalho* no verdadeiro sentido, que se recuse tratar como matéria bruta essa natureza onipotente que suas crenças povoam de encantos e de mistérios, que é o lugar de uma sagração difundida e impessoal, fonte de todas as desgraças e de todos os benefícios? O camponês propriamente falando, não trabalha, fadiga-se. “Dá à terra (o teu suor), ela dar-te-á”, diz o provérbio.

Chamou-nos a atenção, ainda que pareça um percentual irrisório, a referência a benefícios sociais como fonte do sustento familiar, como aposentadorias e pensões. É muito comum, como nos revelam os dados do IBGE, que os idosos tenham importante participação na renda familiar mensal. Em muitos casos, são eles que oferecem a única renda certa, já que os demais membros trabalham no mercado informal ou dependem, inclusive, das intempéries da natureza, para labutar na roça, na pesca, na extração vegetal. Não é que estes membros não laborem, porém, nem sempre a ação resulta em ganhos em dinheiro.

Em muitas famílias da Amazônia, os trabalhos nas terras, florestas e águas, como nos indica Witkoski (2007), são a fonte direta do alimento na mesa, ou seja, o produto do trabalho se destina ao consumo das famílias, sem qualquer intermediação comercial. Para o autor, a existência de trocas de mercadorias é realidade nas comunidades camponesas:

dois tipos de comportamentos econômicos, via de regra, são encontrados na esfera da comercialização: 1) os camponeses trocam seus valores de uso por valores de uso de outros atores sociais (mercadorias), sem a mediação do dinheiro e; 2) vendem seus produtos e, com o dinheiro obtido, adquirem outros valores de uso (mercadorias) (p. 347).

Entre os migrantes industriários que procederam da Zona Rural dos municípios (7%), não identificamos nenhuma alusão à troca de mercadorias, identificada em apenas um relato entre aqueles que nasceram na Zona Rural (19%). O que, de certa forma, é significativo, pois comprova as conclusões do autor citado. Relembra Vanilson Pedreira: “Na comunidade, era juta e malva e bananal, o regatão passava lá e a gente vendia, trocava. Eu lembro de uma vez em que era para trocar uns dez cachos de banana por um sapato”.

Algumas atividades são mais predominantes em segmentos existentes na área urbana da cidade: comércio, serviço público, trabalho doméstico, carpintaria, cinema, padaria, metalurgia, serviços em madeira, fábrica de compensados, oficina mecânica e rádio comunitária. Os migrantes e seus familiares dependiam das atividades desenvolvidas nesses segmentos e delas provinha sua subsistência. Observa-se, em primeiro momento, que são atividades de baixa complexidade, que não exigem grande formação acadêmica, mas, em contrapartida, algumas exigem grande esforço físico e resistência.

Descobrir como os migrantes e suas famílias garantiam a sobrevivência nos permite também compreender como suas comunidades viviam, como era a vida nas cidades e o que faziam no seu dia a dia. As falas dos migrantes deixam explícito que suas vidas e de seus familiares estavam restritas a uma rotina bem delimitada, com poucos momentos de lazer nos fins de semana e uma semana recheada de trabalho e luta pela sobrevivência.

A vida se resumia praticamente ao trabalho. Pelo trabalho, o migrante e sua família, a cidade e seus habitantes, numa relação de disputa e superação, se retroalimentam, se mantêm. O trabalho assume a centralidade da existência, pois é a partir deste que a vida se reproduz, se garante, se mantém. Como declara Félix da Silva, ao contextualizar a sua decisão de migrar: “Não tinha como adquirir as coisas. Eu morava com meus pais, às vezes meu pai buzina aqui, minha mãe buzina dali, então, eu disse: ‘vou embora’. Foi fundamental o fato de eles falarem que eu tinha que assumir as minhas responsabilidades. Independência”. Isto significava sustentar-se, manter-se, sair das “costas” dos pais.

Os migrantes sinalizaram também as principais atividades econômicas desenvolvidas em seus municípios (gráfico 5), ao que obtivemos respostas muito similares às atividades particulares dos entrevistados. Mais uma vez, ganharam destaque a agricultura, a pesca, o funcionalismo público e o comércio.

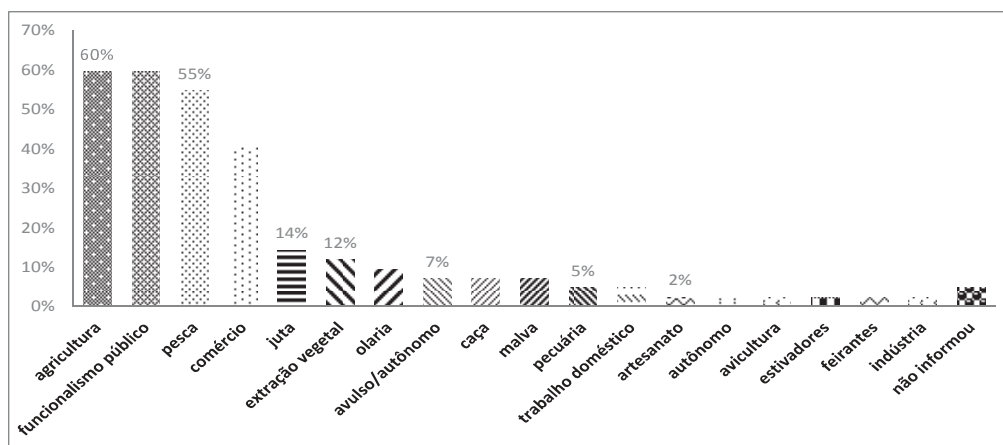


Gráfico 5 – Atividades econômicas citadas pelos entrevistados como principais em seus municípios³
 FONTE: Amostra de 42 migrantes. Pesquisa de Campo, 2012.

Não nos parece estranho que a agricultura e a pesca estejam em destaque, já que são atividades produtivas muito características dos habitantes das comunidades rurais amazônicas. Contudo, a referência ao funcionalismo público como uma das atividades majoritárias merece uma leitura mais criteriosa, visto que, apesar de existirem órgãos públicos das esferas municipal, estadual e federal, em proporção ao número de habitantes, o percentual de funcionários públicos nos municípios do interior do Estado é pequeno (1,31%). O que podemos notar é que se trata de um trabalho considerado pelos entrevistados como atribuidor de um status, que dá destaque ao seu possuidor. É provável que os migrantes, seus familiares e conhecidos almejassem a estabilidade oferecida por um emprego numa instituição pública.

Com isso, podemos inferir que os entrevistados apontaram as atividades listadas no gráfico acima não a partir de um conhecimento preciso da realidade, mas com base nas suas próprias experiências de trabalho, de seus familiares, vizinhos e conhecidos e, até mesmo, tomando como referência os valores e representações que possuem acerca do mundo do trabalho.

É inegável que o trabalho ocupava parte considerável do tempo e da vida dos migrantes, porém encontramos a referência a momentos de lazer, de oração, de convivência

³ Somatória maior que 100% devido às múltiplas atividades citadas pelos migrantes.

familiar, de encontros com amigos, de contemplação da natureza, de participação em atividades sociais e comunitárias. Em geral, os momentos de lazer estão muito associados aos fins de semana.

O fim de semana, o descanso de sábado e domingo, aparece nos depoimentos como espaço privilegiado do lazer, além de ser reconhecido como um direito. No entanto, não podemos omitir que, dentro da lógica capitalista, esse tempo cumpre um papel importante ao funcionamento da engrenagem do sistema, porque se trata de uma pausa institucionalizada que permite a reposição das energias despendidas durante a semana. Sua reposição, antes de ser um direito, é uma necessidade. Para o sistema, o descanso possibilita que, ao voltar ao trabalho, o trabalhador produza mais e melhor.

Para os que trabalham e têm algum vínculo empregatício (40%) – funcionalismo público, comerciário, atividade doméstica e construção civil – o descanso refere-se a um direito conquistado, é o repouso semanal remunerado. Tais trabalhadores gozam da sensação de segurança de que na segunda-feira poderão retornar ao trabalho após usufruir do descanso. Para os que não têm nenhum tipo de vínculo empregatício, que vivem de acordo com as possibilidades, o fim de semana, antes de ser um descanso, é também uma pausa obrigatória, tendo em vista que, em geral, a rotina de trabalho é intensa e desgastante; às vezes, até degradante. Assim, mesmo que a subsistência exija o trabalho incessante, o corpo demanda o descanso, nem sempre possível, como relatam os migrantes.

Cândido Soares relembra: “Sábado eu trabalhava. Conseguia um trabalho, o pessoal me chama para limpar um quintal, ganhava um dinheiro. Domingo, [...] eu ia só brincar de bola”. Complementa José Aparecido: “No interior, quase o cara não... ele tem folga sábado e domingo, ainda mais quando o cara trabalha para ele. Ele faz o tempo. Quando a gente não trabalha na semana, o melhor dia de trabalhar era sábado e domingo”.

As narrativas migrantes remontam a algumas das atividades de lazer realizadas nos fins de semana, dentre as quais ganham preponderância a prática de esporte (futebol), as atividades religiosas (ligadas a diferentes denominações religiosas), recreações em balneários, a convivência com a família e a participação em festas (gráfico 6).

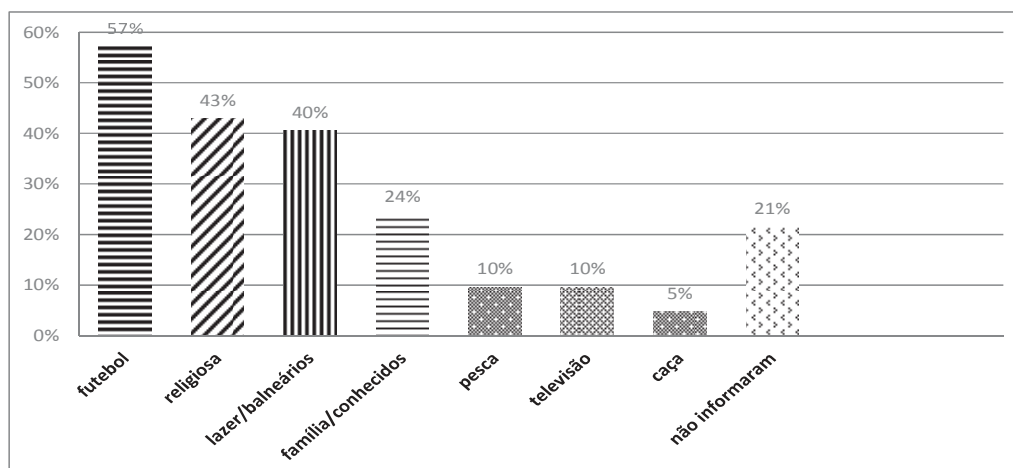


Gráfico 6 – Atividades no fim de semana⁴

FONTE: Amostra de 42 migrantes. Pesquisa de Campo, 2012.

Nas narrativas não aparecem as compras, os passeios em lojas, boutiques, supermercados, mercadinhos, feiras ou algo assim. Surgem atividades típicas de uma vida pacata, com poucas possibilidades. O lazer é mais produto da criatividade, da inventividade em construir espaços e contextos que lhes possibilitem algo que se diferencie do produtivo, da sobrevivência. Essas descrições demonstram as limitações da vida na origem, os poucos espaços de lazer, as poucas oportunidades, a submissão a uma rotina, a uma vida simples.

Apesar do trabalho (formal ou informal) desempenhado pelo migrante e/ou seus familiares, nem sempre foi possível suprir adequadamente as necessidades da vida material (gráfico 7). Os relatos de 60% dos entrevistados transparecem que, muitas vezes, o pão de cada dia ficava escasso, por mais que o trabalho se desse a semana inteira, não sendo suficiente para garantir o sustento ou custear despesas oriundas de situações excepcionais de doença.

⁴ Somatória maior que 100% devido a múltiplas respostas.

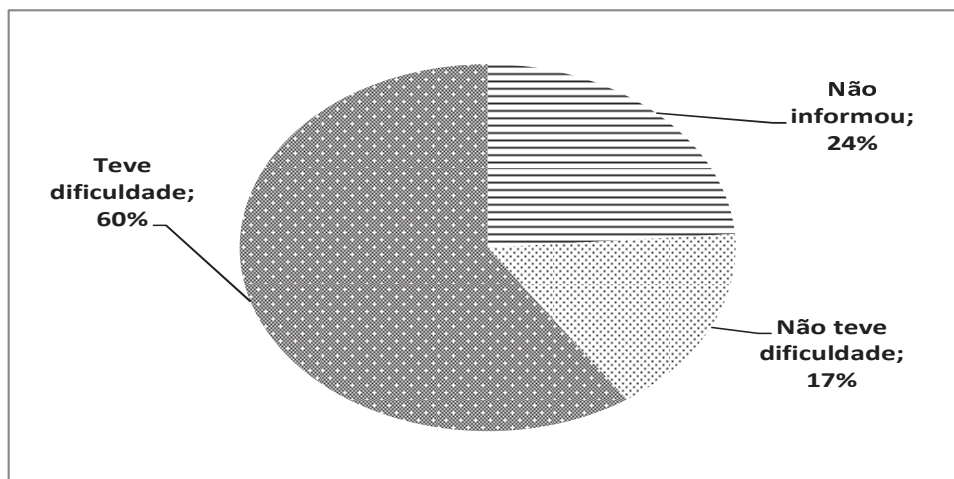


Gráfico 7 – Enfrentamento de dificuldades financeiras⁵
 FONTE: Amostra de 42 migrantes, Pesquisa de Campo, 2012.

Diante da dificuldade, era preciso encontrar uma solução, seja por meios próprios ou por socorro a outros sujeitos. Aos 60% que citaram dificuldades que colocavam em risco a subsistência, indagamos quanto aos meios encontrados para lidar com tais problemas, ao que identificamos que 44% preferiam a solução individual e 56% recorriam à solidariedade.

O que denominamos de solução individual refere-se à busca de saída por meio do próprio trabalho ou por empréstimo bancário. Trata-se de uma medida em que o migrante optou por não recorrer à amizade, à família, à comunidade. Dentre os que recorriam à solidariedade, encontramos respostas múltiplas, já que não obtinham ajuda de uma única fonte. Podemos mencionar a ajuda conseguida junto à família (44%), aos amigos (20%), aos vizinhos (16%) e à igreja (4%).

Muitas vezes, as relações de vizinhança e compadrio favoreciam a troca de favores e a ajuda mútua, uma experiência que os migrantes receavam não encontrar ao vir para capital, onde acreditavam predominar o espírito individualista.

Os dados apresentados até aqui nos fazem perceber que a possibilidade de formação em nível superior na origem é mínima, o trabalho é prioridade para a grande maioria e os arranjos familiares eram compostos, basicamente, por pais e/ou parentes. A

⁵ Somatória maior que 100% por causa do arredondamento.

sobrevivência é garantida com a superação de dificuldades, de modo geral pelo exercício de atividades como agricultura de subsistência, da pesca, como comerciários, servidores públicos temporários. Os fins de semana são preenchidos pela prática de atividades lúdicas, passeios em balneários, esportes, geralmente futebol, e atividades religiosas.

O migrante típico, ao deixar sua cidade de origem, tem baixa escolaridade, vivia com sua própria família ou parentes, sua subsistência advinha da atividade na agricultura, na pesca, no comércio ou como funcionário público temporário, ocupava os fins de semana prioritariamente com atividades de lazer e eventos ligados à religião.

1.3 A decisão de migrar: as expectativas quanto à vida na capital

Manaus assume grande preponderância na dinâmica do Estado do Amazonas, seja por concentrar 50% da população do estado, 43% dos estabelecimentos de saúde, 70% dos estabelecimentos de ensino, e 70% de estabelecimentos de outras finalidades (empresas de seguimentos diversos). Sua centralidade não resulta unicamente da implantação do PIM. Desde o período econômico da borracha, identifica-se forte atração que a capital exerce sobre os habitantes do próprio estado como de outros estados da federação (OLIVEIRA, 2003; DIAS, 2007a; IBGE, 2010).

Tal força de atração tem contribuído significativamente para que, a cada censo, nos deparemos com a multiplicação dos índices populacionais, que são incrementados continuamente pelos fluxos migratórios, que favorecem as transformações na configuração da cidade de Manaus.

O processo de mobilidade populacional não é exclusividade de nosso estado e, tampouco, dos países em desenvolvimento. Sua ocorrência pode ser registrada com grande intensidade em muitas metrópoles dos países considerados desenvolvidos. Na Inglaterra, por exemplo, sua prevalência conduziu à realização dos primeiros estudos sobre migração, que remontam ao século XIX, com pesquisas de Ernest. G. Ravenstein, em 1885, e Everett S. Lee, em 1966, que estabeleceram as bases teóricas para tais estudos.

Para Lee (1980), o processo migratório, via de regra, é condicionado por quatro elementos determinantes: os relacionados ao local de origem, fatores ligados ao local de destino, obstáculos intervenientes e fatores pessoais. Para Ravenstein (1980), nas Leis da Migração, o fenômeno migratório, em sua maioria, está associado à busca de trabalhos mais remunerados e atraentes do que os disponíveis nos locais de nascimento.

Estes trabalhos são fundamentais para a formação da Teoria Neoclássica sobre as migrações, que apontavam em seu *corpus* teórico a capacidade de combinar a perspectiva particular na tomada de decisão dos indivíduos, com a perspectiva macro dos determinantes estruturais. Para ambos os autores, dois elementos são norteadores da decisão de migrar: a pressão da pobreza rural e a atração exercida pelas oportunidades existentes nos centros urbanos.

A teoria neoclássica também defende que as migrações são produto da distribuição espacial desigual de capital e trabalho. A decisão de migrar era uma decisão individual e racional, no intuito de encontrar em outros lugares, após análise de custo-benefício, uma maior recompensa por seu trabalho, em detrimento daquela obtida em seus respectivos países. No geral, a teoria neoclássica das migrações tem como princípio as motivações econômicas. Entretanto, após a década de 1970, esse princípio não explicita a pluralidade dos fenômenos migratórios, embora muitos de seus pressupostos ainda tenham validade efetiva.

É interessante lembrar que, para a teoria neoclássica, a migração é o resultado de uma decisão individual, tomada por atores racionais, que buscam melhorar seu bem estar ao se movimentar a lugares onde a recompensa por seu trabalho é maior que aquela obtida em sua terra de origem. Essa decisão seria tomada amparada na possibilidade de que tal ato cubra os custos tangíveis e intangíveis do deslocamento (ARANGO, 2003).

De acordo com o autor, a crítica aos pressupostos teóricos clássicos dá origem a novas teorias: a) Teoria da Dependência, que postula que a evolução do capitalismo se deu pela manutenção de dois extremos; de um lado um núcleo de países industrializados e de outro uma periferia de países agrícolas com quem estabeleciam relações desequilibradas e assimétricas; b) Teoria da Nova Economia das migrações de trabalhadores, que tem como expoente Oded Stark em 1991; c) Teoria dos Mercados de trabalho duais de Michael Piore

em 1979; d) Teoria do Sistema Mundial, associada ao nome de Piore, entre outros, que tem como pedra angular, nos anos 1970, sobretudo o historiador e sociólogo Immanuel Wallerstein.

Essas teorias não põem por terra o reinado da teoria neoclássica, todavia constata-se que alguns de seus postulados não mais dão conta de explicar a realidade e as profundas transformações na natureza e características das migrações internacionais.

Críticas foram referidas à teoria neoclássica, entre estas, menosprezar a importância dos distintos fatores – para além dos econômicos – na explicação do fenômeno, especialmente os de natureza cultural, que influenciam na decisão de migrar; reduzir mecanicamente os fatores determinantes do fenômeno; tratar indistintamente todos os migrantes e todas as sociedades implicadas na migração; adotar uma perspectiva estática; identificar migrantes com trabalhadores e não levar em conta os casos de migração que não sejam de mão de obra.

As teorias neoclássicas estabelecem paradigmas que, até a década de 1970, são usados para explicar o fenômeno migratório. Após esse período, as transformações sociais, econômicas e políticas mundiais redesenharam o fenômeno, que não pode mais ser explicado nos parâmetros econômicos e sociológicos. Para Brito (2009), a nova teoria sobre mobilidades populacionais necessita superar as limitações das teorias anteriores, buscando incluir nesta nova explicação do fenômeno elementos no plano do direito e da justiça social.

De fato, há certa unanimidade em admitir que a teoria neoclássica apresenta limitações ao tentar clarificar o fenômeno migratório em suas várias manifestações modernas. No entanto, não se dispõe até o momento de uma nova teoria que dê conta de elucidar o fenômeno migratório em sua totalidade, com as características que assumiu após a década de 1970. Assim, a teoria neoclássica ainda é, salvo as limitações, utilizada para esclarecer elementos constituintes dos fenômenos migratórios. Os fatores de pressão ou de atração são ainda significativos quando se analisa o fenômeno, mesmo que por si só não achem a realidade em sua totalidade.

Encontramos diversos autores que têm como pressuposto de suas teorias que o elemento econômico é o determinante das mobilidades populacionais. Entre estes autores

está Singer (1980), que advoga que o movimento migratório é condicionado pela modalidade de industrialização, funcionando como um mecanismo de redistribuição da população segundo seus interesses, sendo os migrantes uma classe em movimento e fundamental para o desenvolvimento do capitalismo. Para o autor, existe diferença entre as migrações de regiões rurais estagnadas e aquelas afetadas pela introdução de tecnologia no campo.

Modificações realizadas na teoria neoclássica, como a de Todaro (1980), não a tornaram menos ultrapassada quando tenta dar conta da multiplicidade e complexidade dos fenômenos migratórios ocorridos no mundo moderno. O autor, ao discorrer sobre o processo migratório da mão de obra, comenta que o progresso material geralmente é associado à gradual e contínua transferência de agentes econômicos da agricultura tradicional para as atividades industriais modernas localizadas no setor urbano.

Na mesma tônica, Singer (1980) argumenta que a distribuição espacial da força de trabalho pode ser entendida como resultante do desenvolvimento econômico, que desencadeia a transferência de grande proporção de trabalhadores da agricultura para as atividades industriais. Trata-se de um processo que ocorre em um só estágio, onde o trabalhador migrante deixa a atividade rural de baixa produtividade para engajar-se diretamente numa atividade industrial urbana de alta produtividade.

Todaro (1980) propõe uma perspectiva mais abrangente que a identificada por Singer, quando assegura que esse processo se dá em dois estágios, sendo o primeiro correspondente à migração de trabalhador rural não qualificado para uma área urbana, onde despense certo período de tempo no setor urbano tradicional. O segundo estágio seria quando se engaja num emprego permanente no setor moderno (p. 153).

É pertinente observar que os industriários migrantes entrevistados, de modo geral, ao chegarem à Manaus exerceram alguma atividade no setor urbano tradicional – trabalho informal – e somente após algum tempo ingressaram no mercado formal de trabalho. O grupo entrevistado desempenhou 302 funções ocupacionais entre os períodos de 1980 a 2010, sendo 37% dessas atividades informais e 63% formais.

Encontramos ressonância da tese de Todaro (1980) em nossa pesquisa, quando identificamos que, no grupo estudado, 73% exerceram alguma atividade informal antes de ingressarem no mercado formal de trabalho.

Em Lewis (1954), citado por Arango (2003), verifica-se uma tentativa de explicar, a partir de um modelo, o contexto de economias em desenvolvimento. Essas economias geralmente estão num contexto pós-colonial, onde o setor moderno encontra-se conectado com o mundo exterior e, ao mesmo tempo, coexiste com um setor tradicional que depende da agricultura de subsistência.

Para o autor, as migrações são um mecanismo de desenvolvimento crucial para a economia, já que permitem explorar o potencial de crescimento inerente às disparidades econômicas. Segundo ele, os setores tradicional e moderno das áreas de origem e destino se beneficiam desse fenômeno.

Os autores acima citados concordam que a migração é um fenômeno necessário ao desenvolvimento do capitalismo, que atrai o excedente populacional de áreas menos desenvolvidas para áreas mais desenvolvidas.

Segundo Brito (2009), uma contribuição relevante apresentada por Durham (1973) é a constatação da importância da migração como única alternativa para a mobilidade social dos que residem nas regiões agrícolas tradicionais, e que esta não é só uma resultante da racionalidade econômica, mas, produto da racionalidade social enraizada na própria cultura brasileira.

Mais à frente explicitaremos como a perspectiva de Durham (1973) surge nas narrativas dos migrantes entrevistados, e que a decisão de migrar está amparada, como sustenta a autora, em distintos elementos e não exclusivamente na questão socioeconômica, como durante muito tempo se acreditou.

A migração não é somente parte de um processo econômico, é necessária e funcional ao processo de modernização dos países em desenvolvimento, que possibilita ampla mudança social, tanto para o indivíduo quanto para a coletividade (GERMANI, 1970 *apud* BRITO, 2009).

São inegáveis as transformações ocorridas na cidade de Manaus nesses quarenta e sete anos de instalação do PIM, em relação a aspectos infraestruturais e sociais, tanto para

aqueles que aqui chegaram quanto para os naturais (Quadro 5). As mudanças específicas vividas pelos entrevistados, relativas a questões econômicas ou sociais, serão mais à frente estudadas. De antemão, nossas entrevistas permitem afirmar que, para alguns migrantes entrevistados, as mobilidades social, educacional e econômica são significativas.

1970	311.622	-	-	-	0,544
1991	1.011.501	-	-	392.592	0,521
2010	1.802.014	849.049 (47%)	750.666 (88%)	666.515	0,737

Quadro 5 – Característica populacional da cidade de Manaus.
 FONTE: IBGE, 1991, 2000 e 2010; PNUD, 1970, 1980.

As perspectivas teóricas, econômicas e sociológicas não dão conta em absoluto de explicar a totalidade de qualquer realidade. Estas são complementares à medida que vinculam a decisão de migrar a fatores relacionados à origem, por não possibilitar ao indivíduo a ascensão econômica e social, e ao destino, que se manifesta como a possibilidade de realização de anseios não realizados na origem.

Para Todaro (1980) e Singer (1980), a migração é necessária e positiva para o desenvolvimento do capitalismo e para a mobilidade social dos indivíduos. No entanto, esta não é resultante de uma racionalidade econômica individual, como advoga Todaro, e nem somente resultado de uma racionalidade econômica como grupo ou classe, como postula Singer, mas também produto de uma racionalidade social, como defende Durham (1973).

Neste sentido, podemos dizer que inúmeros fatores concorrem para a decisão de migrar, como: questões emocionais, relações familiares, influência de amigos e familiares, questões morais, oportunidades, entre outros. Não advogamos que os fatores econômicos não tenham preponderância na tomada de decisão de migrar, mas que somente estes não

dão conta de exprimir o fenômeno e que fatores subjetivos concorrem para a tomada de decisão.

Como declarado por Lee (1980, p. 103),

a decisão de migrar nunca é completamente racional, sendo que para algumas pessoas a fundamentação é bem inferior à irracional. [Por isso,] deve-se esperar encontrar muitas singularidades em nossas generalizações [...] que explicam proporção considerável das migrações totais.

Ao analisar um conjunto de pesquisas sobre migração para as áreas urbanas, Brigg (1980) nota que na decisão de migrar entram muitos fatores e, por isso, nem sempre os indivíduos têm consciência de todos que o influenciaram, sendo difícil reconstituir os motivos que levaram à tomada de tal decisão, se o deslocamento já tiver ocorrido há bastante tempo.

Em diversas pesquisas sobre motivos da migração, os motivos declarados são considerados os reais, muito embora não se negue as possibilidades mencionadas. As pesquisas sobre a migração para Manaus desenvolvidas por Melo e Moura (1990), Bentes (1983), como também em Patarra et. al. (1997).

Por sua vez, Schutz (1979, p. 125) argumenta que toda consciência é consciência de alguma coisa, as ações são conscientes se anteriormente foram mapeadas no “tempo futuro perfeito”. Não entra no mérito se o ator lembra-se de todos os fatores que influenciaram sua decisão, os *motivos por que*, impossível de fazê-lo ao vivenciar a ação em curso. Portanto, somente quando realizada, se tornou ato, pode voltar-se para a ação passada, como um observador de si próprio, e investigar em que circunstâncias foi determinado que fizesse o que fez. Assim, os *motivos por que* declarados pelos migrantes, vistos em retrospectiva no presente, são efetivamente aqueles que ocasionaram a migração de suas origens para Manaus.

Para Elizaga (1980), os fatores determinantes que levaram aos deslocamentos são normalmente estudados segundo as razões ou motivos declarados pelos migrantes (econômicos, sociais, psicológicos) e condições objetivas que intervêm na decisão de

migrar (distância, meios de informação, contatos pessoais, etc.). Para o autor, tal entendimento parte do pressuposto de que os indivíduos fazem um balanço entre os aspectos positivos e negativos do ato de migrar, porém, ressalta que, também, se tem assinalado que o componente racional, às vezes, tem menor importância que o irracional.

A análise dos termos propostos, racionalidade ou irracionalidade, impõe de certa forma, uma classificação sobre o ato migratório. No entanto, somos levados a crer que a decisão tomada pelo indivíduo nem sempre é clara e objetiva, como precipitadamente pode parecer. Essa leitura é geralmente realizada *a posteriori*, quando o projeto foi consumado.

Ao analisar uma pesquisa realizada na Grande Santiago, pelo Centro Latino-Americano de Demografia (CELADE), Juan Elizaga concluiu que 62% dos homens e 56% das mulheres declaram ter migrado por questões de trabalho. A porcentagem mais alta dos que procederam de áreas rurais citou razões de trabalho, enquanto que a porcentagem mais elevada dos que procederam de áreas urbanas apresentou razões relacionadas com educação (ELIZAGA, 1960 *apud* BRIGG, 1980).

O recenseamento realizado em Lima, no Peru em 1956, com chefes de família, constatou que entre os motivos da migração estavam questões econômicas ou de trabalho, questões sociais ou de famílias, e educacionais. A busca de emprego e melhores condições de trabalho foram as principais razões declaradas em pesquisa conduzida na Argentina entre 1957-1958 (BRIGG, 1980).

A pesquisa do Departamento de Sociologia da Universidade do Texas em 1956, desenvolvida em Monterrey, no Texas, com migrantes mexicanos, averiguou que mais de dois terços dos entrevistados mencionaram o trabalho. Os estudos sobre os países asiáticos confirmam de modo marcante a preponderância da motivação econômica. Mais da metade dos trabalhadores migrantes citou que os deslocamentos se prenderam a razões ligadas ao trabalho. Segundo a autora, as pesquisas apontam que, tanto na África, como na Ásia e na América Latina, a maioria dos migrantes desloca-se por razões concernentes ao trabalho (IDEM, 1980).

Em pesquisa feita em favelas do Rio de Janeiro, de setembro de 1968 a novembro de 1969, com um grupo de 750 pessoas, verificou-se no universo pesquisado que as

mulheres indicaram razões de ordem familiar (52%), enquanto os homens assinalaram motivos econômicos (52%) (PERLMAN, 1976 *apud* MADEIRA e CASTRO, 1978).

Em pesquisa bibliográfica, sobre migrações internas para São Paulo, apurou-se que a alegação mais frequente está atrelada a aspirações “de conseguir melhores condições de vida”, seguida por “procura de emprego”. A busca do “tratamento de saúde” aparece em terceiro lugar, seguida pela “falta de condições de trabalho no lugar de origem” (NETTO, 1973 *apud* MADEIRA e CASTRO, 1978).

O estudo procedido em Brasília, em 1969, com uma amostra de 2% dos 49.536 domicílios mapeados, uma amostra de 329 esposas e 653 maridos, concluiu que 52% alegaram que a “falta de oportunidade de trabalho no lugar de origem” foi a motivação da mobilidade (PASTORE, 1969; MADEIRA e CASTRO, 1978).

Em nossa pesquisa, como pode ser observado no gráfico 8, tem-se como preponderantes as razões relacionadas ao trabalho, à melhoria de vida e à educação. Quer dizer, isto vale para aqueles que consideramos terem construído seu projeto migratório, porque, para os outros, a decisão dos pais se configura como a razão determinante, já que, por serem crianças e adolescentes na ocasião da migração, não puderam opinar e, de certa forma, tiveram a migração como um imperativo. Na verdade, esta última razão atesta a condição de dependência civil ou financeira destes migrantes na data da migração.

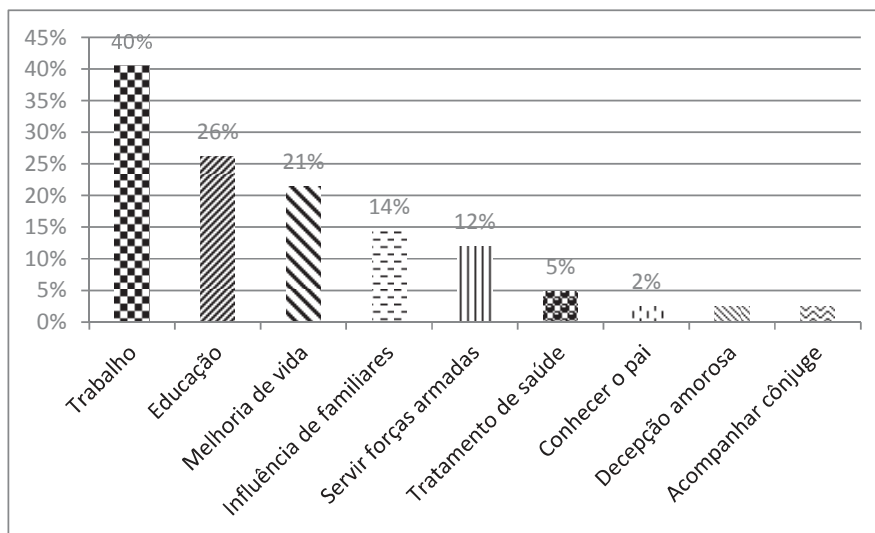


Gráfico 8 – Motivações principais que suscitarão a decisão de migrar

FONTE: Amostra de 42 migrantes. Pesquisa de campo 2012.

É interessante que, a despeito do que se possa supor, dentre os 40% dos migrantes que justificaram a partida de seus lugares de origem com base no trabalho, apenas 2% afirmaram categoricamente que vieram com o propósito de trabalhar no PIM.

O trabalho coloca os indivíduos na condição de artífices de sua própria vida, livrando-os da condição de animalidade, o que remete ao uso da própria razão e ao poder da inventividade, da criatividade. Como diria Arendt (2003), são o trabalho de nossas mãos e o labor no nosso corpo que constroem este mundo.

O termo trabalho para Schutz (1979) é um dos estilos cognitivos da realidade suprema – realidade da nossa vida cotidiana,

uma forma predominantemente de espontaneidade ou, mais precisamente, um tipo significativo de espontaneidade, baseado num projeto e caracterizado pela intenção de realizar o estado de coisas projetado, através de movimentos do corpo no mundo exterior (p. 250).

Ou seja, todas as ações que afetam o mundo exterior, para distinguir dos desempenhos do mero pensar, ações encobertas. Para o autor, qualquer ação aberta (trabalho) é um desempenho, uma ação no mundo exterior que tem como base um projeto e uma intenção de realizar-se por meio de movimentos do corpo.

É fundamental compreender o que significa o trabalho para o migrante, o que entende por educação, quais expectativas são edificadas em torno de tais questões, como se manifestam e se configuram em sua consciência e surgem em suas narrativas, e como estes elementos contribuem na reconstrução de suas vidas.

Para a sociedade brasileira, a educação e o trabalho são valores fundamentais. As narrativas demonstram que as poucas alternativas (falta ou baixa qualidade) de estudo e trabalho para os migrantes ou para seus dependentes surgem como quesitos relevantes na tomada de decisão de migrar. Não é por demais lembrar que, por ser a educação um quesito fundamental à formação cidadã, faz parte há algum tempo das plataformas eleitorais, com promessas de investimento em infraestrutura, formação de professores, oferta de diferentes níveis de ensino etc.

As entrevistas demonstraram que esses elementos se inter-relacionam, se conectam, se transpassam, compõem a vida e o acervo da existência, configuram a história e a formação das sociedades. Não objetivamos estabelecer uma hierarquia das motivações declaradas pelos migrantes, mesmo que possam ser classificadas por sequência (ordem) ou distribuição de frequência (quantidade) em que surgem nas entrevistas. Adotamos a distribuição de frequência como técnica de agrupamento e não como demonstração de relevância das categorias que surgiram nas narrativas⁶.

As pesquisas sobre mobilidades populacionais quando abordam os motivos das migrações, geralmente os apresentam por sua frequência ou repetição e não pela hierarquia dada na narrativa (MADEIRA e CASTRO, 1978; BRIGG, 1980). Assim, optamos em adotar o critério da repetição, ou seja, os dados são agrupados pela frequência que surgem nas narrativas, como único critério, e não pela hierarquia dada nestas.

⁶ Segundo Barbetta (2008), a distribuição de frequência compreende a organização dos dados de acordo com as ocorrências dos diferentes resultados observados.

No Brasil, segundo Balan (1973), as pesquisas realizadas durante as últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX verificam imigrações internacionais, inter-regionais e intrarregionais de tipos diversos, embora todas estejam vinculadas direta ou indiretamente à emergência de estruturas capitalistas na economia exportadora e a mudanças importantes na forma de integração regional.

Os estudos sobre migração interna no Brasil, no geral, evidenciam a correlação entre o fenômeno migratório e as transformações econômicas. Como exemplo, podemos citar: a industrialização do sudeste brasileiro com fluxos maciços após a década de 1930; a criação de nova fronteira agrícola nos estados de Rondônia e Mato Grosso; a construção de Brasília no Planalto Central na década de 1950; as políticas de ocupação demográfica na Amazônia na década de 1960, precedidas no final do século XIX pela exploração da *hevea brasiliensis*.

As investigações feitas a partir da década de 1970 sobre a Região Norte têm como destaque a migração para a cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, e como eixo norteador questões econômicas, vinculadas a fatores de atração para Manaus após a implantação da Zona Franca em 1967.

Em 1983, Bentes⁷ realizou pesquisa no intuito de entender os motivos desencadeadores da migração para Manaus, ocasião em que identificou que os migrantes relacionam a migração a nove motivos basicamente: familiares, educacionais, econômicos e financeiros, trabalho, saúde, ambientais, pessoais, locais e a Zona Franca de Manaus. Esses motivos também surgem na investigação com migrantes industriários.

O autor considerou como universo espacial da pesquisa todas as residências da cidade de Manaus, constantes nos arquivos do Cadastro Imobiliário de Manaus. A amostra foi retirada na proporção de 2% do universo, e estratificada por bairro e rua por ordem alfabética, sendo o primeiro domicílio escolhido aleatoriamente e os demais escolhidos de modo sistemático de 50 em 50 a partir do primeiro, o que resultou numa amostra de 1.976 domicílios, ampliados para 2.000 como tentativa de cobrir as áreas de expansão dos bairros periféricos não constantes nos arquivos do cadastro (BENTES, 1983).

⁷Pesquisa realizada em Manaus com chefes de famílias migrantes e não migrantes, que entrevistou 2000 chefes de famílias, migrantes naturais de 234 municípios brasileiros, sendo que 56,7% do Estado do Amazonas, 11,5% do Pará, 9,9% do Ceará, 6,9% do Acre.

Em pesquisa similar, procedida por Melo e Moura (1990)⁸ com chefes de famílias em Manaus, foram verificados como fatores preponderantes as motivações econômicas, o desejo de um trabalho melhor, a baixa remuneração auferida na origem, a falta de trabalho, além de questões relacionadas às condições de vida de um modo geral e com a organização da produção (p. 351-358).

Os autores tinham como objetivo compreender o fenômeno do crescimento populacional acelerado em Manaus, a partir da ideia de que o movimento populacional representava a expressão de uma grande e complexa problemática macrorregional e urgia conhecer mais profundamente possível tal fenômeno de modo a dispor de bases para seu enfrentamento.

Este estudo foi conduzido a partir de observações diretas e de campo, por meio de contatos com instituições e pessoas em Manaus. Numa segunda fase foram feitas excursões durante três semanas nos municípios previamente selecionados como mais representativos dentro das áreas consideradas fontes significativas de emigração. Durante a pesquisa de campo nos municípios, foram contatados rurícolas e realizados seminários nos escritórios da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a fim de fornecer acervo de informações, e observações interpretativas acerca dos assuntos e problemas de interesse da abordagem.

Para identificação das áreas de procedência dos migrantes, foram desenvolvidas em janeiro/fevereiro de 1987, no espaço urbano de Manaus, visitas a 1.145 domicílios, com o propósito de identificar, entre outras coisas, a última procedência dos migrantes. A pesquisa nos domicílios detectou 5.712 pessoas, sendo 1.965 (34,5%) não naturais. O levantamento concluiu que 9% dos migrantes eram oriundos do Careiro; 6% de Coari; 5,8 % de Parintins; 5,7% de Itacoatiara; 5,3% e finalmente 2,9% de Tefé (MELO e MOURA, 1990).

Quando se discute a mobilidade populacional na Amazônia, em geral, se faz uma vinculação a questões socioeconômicas. Durante muitos séculos, o papel da Amazônia

⁸Moura e Melo (1990) constituíram o universo da pesquisa por domicílios particulares ocupados no quadro urbano de Manaus, tendo como referência 1987, tendo em vista que a população estava estimada em 1.051.371 habitantes com a média de 5,5 pessoas por domicílio, estimado em 191.158. A partir de cálculos estatísticos, os autores determinaram sua amostra de pesquisa em 1.145 unidades domiciliares urbanas.

esteve restrito ao fornecimento de matéria prima vegetal ou mineral. A ocupação mais ostensiva da região se dá, quando por interesses econômicos internacionais, esta se torna fornecedora de matéria prima para o mercado internacional, e pela adoção de estratégias político-militares de integração nacional e salvaguarda da fronteira brasileira (SILVA, 1999).

No final da II Guerra Mundial, a economia regional – que tinha como base a venda do látex, retirado da *hevea brasiliensis* – sofreu quebra brusca no mercado internacional, que foi inundado com a produção da Malásia. O *crash* da economia do Estado forçou a quebra do sistema de aviamento⁹, a falência dos grandes seringalistas, perda do financiamento por grandes bancos, redução do capital para investimento da exploração dos seringais, o fechamento dos seringais nativos e, na ponta, o abandono do seringueiro à sua própria sorte¹⁰. Com isso, o seringueiro vê-se forçado a migrar das calhas dos rios para as pequenas cidades da região, já que não dispõe de nenhuma outra atividade produtiva e nenhum recurso (BENCHIMOL, 1999; OLIVEIRA, 2003).

Este é um primeiro movimento que percebemos influenciar o crescimento ou surgimento de pequenas cidades nas calhas dos grandes rios. As consequências locais são variadas, haja vista a falta de infraestrutura das pequenas localidades e seu isolamento geográfico regional.

Outras tentativas foram feitas com a finalidade de tornar a região viável economicamente, manter o homem das pequenas cidades em seu local de origem, seja pela implantação de projetos de desenvolvimento regional, seja pela intenção de erigir uma

⁹Santos (1980) esclarece que se refere a um sistema que sustentou a economia da borracha. Tratava-se de um sistema de crédito no qual os seringueiros (em geral, migrantes nordestinos), sem dispor de qualquer dinheiro, adquiriam alimentos, instrumentos e outras coisas fornecidos pelo seringalista ou comerciante na forma de crédito. O seringueiro se comprometia em pagar o valor devido por meio dos produtos coletados, tanto provenientes do extrativismo quando da agricultura e da pesca. O grande problema é que nesse processo estavam embutidos juros altíssimos, o que conduzia o seringueiro à condição de eterno devedor, porque estava envolto em um círculo vicioso, visto que, à medida que pagava uma dívida, para poder se manter, via-se obrigado a contrair nova dívida. Com isso, o grande sonho nutrido pelos migrantes que vieram para a Amazônia, ou seja, enriquecer à custa da economia gomífera, tornou-se um verdadeiro pesadelo, considerando que a riqueza não veio, as forças foram consumidas pelo trabalho degradante e as possibilidades de sair desse esquema eram quase nulas.

¹⁰O sistema de aviamento e os seus protagonistas dariam um capítulo à parte. Bancos, seringalistas e seringueiros formavam uma corrente, onde o elo mais frágil era o seringueiro, que, em síntese, foi “ludibriado” com promessas de riqueza, quando de fato foi submetido a um regime de total dependência e, após o fim do comércio, ao abandono.

economia com características particulares de cada localidade. Um segundo movimento foi a implantação no final da década de 1960 de uma Zona Franca na Cidade de Manaus, intensificando o fluxo migratório periferia-centro do Estado do Amazonas.

É fato que Manaus já desempenhara em tempos pretéritos certo protagonismo econômico. Seria pouco provável que qualquer estratégia abraçada que visasse o desenvolvimento regional não levasse esse fato em conta. A este respeito, afirma Singer (1980, p. 218): “as cidades que acabaram por se industrializar foram, geralmente, aquelas que já tinham relativa expressão urbana por terem sido antes importantes centros comerciais”.

A estratégia empregada para implantar uma Zona Franca na cidade de Manaus foi sustentada por duas vertentes: política, no intuito de integrar a Amazônia ao Brasil e aumentar a proteção das fronteiras, e econômica, de modo a desenvolver uma economia sustentável, transformando Manaus em polo de produção de bens de consumo duráveis para todo o país (OLIVEIRA, 1991; SILVA, 1999).

Não há dúvida de que tal empreitada concorreria para uma série de mudanças sociais, políticas e econômicas, como também daria novos matizes à imaginação daqueles que já ouviram falar de Manaus. Essa nova perspectiva começa a tomar forma nas consciências dos migrantes, cremos nós, por dois motivos: consciência de sua própria condição econômica e social e a crença de construir uma vida diferente da vivida na origem em novo destino, Manaus. Esses aspectos não divergem dos estabelecidos por Lee (1980) como determinantes da migração, associados ao local de origem e ao local de destino.

O homem comum, ao analisar sua condição social, geralmente o faz a partir de categorias como educação, trabalho, moradia, saúde, renda, dignidade, etc. Essas são comumente identificadas na pesquisa como motivadoras do projeto migratório.

Mesmo sabendo de todos os desafios que terá pela frente, ele age no mundo, por um interesse eminentemente prático, com o objetivo de “dominá-lo e modificá-lo de forma a realizar os propósitos que busca dentro dele” (SCHUTZ, 1979, p. 73). Esse processo impõe uma reflexão mais séria na tomada de decisão de migrar para outra localidade, tornando-se mais complexa de acordo com a condição econômica.

A vida e a história do migrante foram constituídas sobre e sob essa realidade, sob o mundo que se apresentava, conduzindo-o a adaptar-se, a experienciá-lo e senti-lo com certa naturalidade e resignação, pois estava consciente de suas contradições.

Assim, discorrer sobre como o amazônida vê a sua existência, sua vida, sua trajetória e sua relação com outros nos remete a Berger e Luckmann (2012) que, ao discutir sobre a realidade da vida cotidiana, afirmam que:

a atitude natural com relação a este mundo corresponde à atitude natural dos outros, que eles também compreendem as objeções graças às quais este mundo é ordenado, que eles também organizam este mundo em torno do 'aqui e agora' de seu estar nele e tem projetos de trabalho nele (p. 40).

Discorrer sobre os elementos potencializadores da decisão de migrar implica antes explicitar como homens e mulheres chegaram a conhecer Manaus e como a cidade passou, a partir de um tempo, a compor suas vidas, seus sonhos e imaginação.

Há certa unanimidade nas narrativas dos migrantes sobre a cidade, a qual é descrita por suas formas, qualidades e probabilidades. Em alguns momentos, fica nítido que muitas expectativas soam como exageradas por parte daqueles que de lá vieram, em contraposição ao real. São falas que aparecem sem críticas, atendo-se à descrição do real imediato, em oposição ao vivido e conhecido do lugar de origem. Na imaginação daqueles que não tiveram qualquer experiência com a capital e ansiavam por conhecê-la, tais esperanças e possibilidades emergem como elementos na construção de uma justificativa lógica para a tomada de decisão, acalentada pela perspectiva de uma nova vida.

As narrativas evidenciam que os migrantes em seu dia a dia mantiveram contato com contemporâneos, conhecidos, amigos, vizinhos, que, em alguma ocasião, já tinham experienciado a cidade de Manaus. Estes são aguardados com ansiedade, e deles é exigido o relato das novidades, sobre a vida, sobre as pessoas, o que faziam e como se vestiam. Aqueles que de Manaus retornavam não portavam muito em suas bagagens, pequenos presentes e quinquilharias, mas, ao mesmo tempo, eram arautos das experiências vividas,

sendo que essas iriam compor o quadro imaginário da cidade encantada, cheia de luzes e cores, de vidas que vêm e que vão.

Os migrantes industriários, em seus relatos, reconstroem o passado vivido e explicam o presente a partir de quatro grandes momentos: a situação socioeconômica atual, a origem, o processo migratório, a inserção no mundo do trabalho e suas novas relações de sociabilidade.

Em nosso olhar sobre o processo de migração dos entrevistados, desde a partida de seu lugar de origem, buscamos identificar o contexto particular e coletivo em sua leitura dos eventos passados, e talvez a partir desses os elementos culturais e socioeconômicos potencializadores da decisão. Tal ideia de deixar a cidade natal conta com agentes fomentadores na consciência do migrante. Acreditamos que a análise das falas sobre a reconstrução da vida dos migrantes industriários na cidade de Manaus nos permite compreender se o projeto migratório se consolidou em parte ou integralmente.

Acreditamos no pressuposto de que os migrantes industriários retiraram-se voluntariamente de seus locais de origem, não foram expulsos por tragédias, guerras ou calamidades. Mesmo que a decisão seja motivada por fatores de cunho econômico e cultural, adotamos a concepção de que a migração foi uma ação voluntária, nos moldes estabelecidos por Lee (1980). Decidir migrar é um passo à frente, após a construção dessa perspectiva na consciência do migrante.

Diante disso, só temos um caminho a seguir na busca de evidências de que o projeto do passado se consolidou no presente: identificação nas narrativas quanto aos projetos concretizados após a mudança para Manaus. Esta metodologia nos conduz à análise das realizações, descritas pelo migrante, no destino.

Além dos fatores econômicos citados como fundamentais ao ato de migrar, encontramos evidências de que relações de parentesco existentes no destino são importantes na decisão. Tal constatação não é nova, visto que os trabalhos de Fontes (2002) e Durham (1973) em investigações sobre migração interna no Brasil já sinalizaram esta perspectiva.

Para os migrantes, Manaus é uma cidade desejada como destino pelas possibilidades, em sua maioria, não existentes no local de origem, escolhida também pelas

relações familiares existentes, como um lugar possível de concretização dos objetivos: trabalho, educação e melhoria de vida. É inegável também como Manaus se tornou parte do imaginário dos amazônidas. Para Oliveira (2002, p. 31),

no imaginário social dos povos a cidade sempre tem sido identificada como a liberdade, com a superação da idiotia da vida rural e de seus valores tradicionais. No Amazonas não tem sido diferente, com a diferença de que as falsas luzes da cidadania acesas no enclave da Zona Franca de Manaus aceleram um êxodo irracional e perverso do campo para a cidade.

Que Manaus se tornou parte do imaginário de homens e mulheres é fato, contudo, não é menos importante lembrar que, efetivamente, se tornou um lugar de fuga, a única opção para muitos migrantes, em decorrência da existência de referência familiar (gráfico 9).

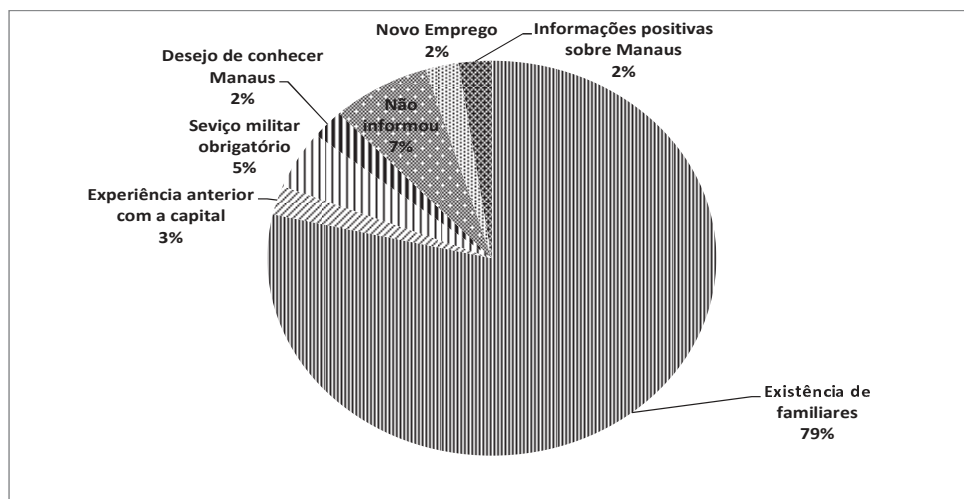


Gráfico 9 – Motivos da escolha de Manaus como destino
FONTE: Amostra 42 migrantes. Pesquisa de campo, 2012.

Os migrantes, em sua maioria, declaram Manaus como o destino mais desejado. Para os migrantes, a existência de parentes é salutar, tendo em vista a necessidade de abrigo, a dinâmica da cidade, a segurança, o desconhecimento dos hábitos urbanos, a locomoção. Acreditam ainda que os vínculos de parentesco aumentam significativamente a possibilidade de efetivação dos objetivos. Ir para outro lugar seria assumir um risco muito maior.

Em sua pesquisa, Durham (1973) constata que a migração de trabalhadores rurais é predominante familiar e definitiva, ou seja, o indivíduo não migra sozinho, mas associado à família e articulado a uma rede de interações que facilita sua integração na cidade de destino. Segundo a autora, a migração tende a ser definitiva, tendo em vista que, quanto maior o tempo de residência, maiores são as possibilidades de assimilação da cultura urbana e a inclusão no mercado de trabalho (p. 128-138).

Ao decidir sair de sua terra natal, ou terra de migração, para um novo destino com o intuito de refazer sua história, o migrante está em meio a conflitos próprios de quem se aventura em outro contexto sociocultural, onde “outro tipo de conhecimento é requerido para sua interpretação” (SCHUTZ, 2010, p. 123).

Muitos migrantes entrevistados relatam alguma experiência com Manaus, antes de migrarem em definitivo. Nesta condição, registram certo conforto psicológico, o temporário. Para o migrante que intenciona reconstruir sua vida, há somente a esperança de que seus objetivos sejam alcançados, pois o retorno, seja pela ausência de condições materiais, pela vergonha em admitir o fracasso, pela crítica à vida pregressa, é pouco provável. É almejado por alguns, após a aposentadoria, o regresso às origens, uma escolha que tem como pano de fundo uma visão romântica de seu lugar de origem.

A decisão de migrar traz consigo um conjunto de incertezas, classificadas em dois grupos: fatores associados à origem e fatores associados ao destino, os quais aglutinam as diversas inquietações daqueles que partem (LEE, 1980). A aflição e o desconforto estão vinculados ao medo do desconhecido, pois, em sua maioria, os migrantes não tiveram nenhuma experiência com a cidade de Manaus e nem com outra cidade de médio ou grande porte, já que viveram, até então, somente em seus lugares de nascimento. Isso se agrava

quando migram da área rural e tiveram pouco ou nenhum contato com a dinâmica de qualquer cidade, seja da sua microrregião ou cidade próxima.

É evidente a argumentação do autor pressupõe que o migrante tem domínio de todas as variáveis sobre o destino e isso torna a decisão racional, amparada numa análise crítica das possibilidades.

Ao ser questionado sobre o que mais preocupou na tomada de decisão de migrar, um dos entrevistados respondeu: “O medo de não dar certo. Lá tinha facilidade, a comida e a alimentação tinham à vontade. A gente pensava não dar certo por isso. Vir para Manaus sem estudo, não se dar bem e não ter mais como voltar” (Otoniel Pedreira).

Dentre as preocupações que rondam os pensamentos daqueles que cogitam partir de suas cidades de origem estão: o fracasso, a possibilidade de não dar certo o projeto, as dificuldades encontradas no destino e sua incapacidade em resolvê-los, a sobrevivência dos que ficam na origem, a família, o cotidiano da vida no interior, o sacrifício que será ter que começar tudo de novo, a distância dos pais, a incerteza sobre a inserção no mundo do trabalho, entre outros.

O migrante, assim, expõe suas aflições e o medo sentido quando relembra que seu maior dilema foi deixar

a família, deixar tudo, deixar meus pais, a minha renda, que era pouca, mas era minha. Eu tive que aventurar, me aventurei e pensei: vamos ver no que vai dar esse negócio. E também a minha terra, o meu *habitat* natural. Você vir para uma cidade onde você não conhece ninguém, não sabe o ritmo de vida. Então, foi muito difícil pensar em tudo isso. Mas também eu pensava no outro lado, que era a questão do crescimento (Francisco Braga).

A narração nos situa no drama que é decidir migrar, o turbilhão de emoções, de ansiedade que permeia esta decisão. Nota-se que o migrante tem consciência de sua condição socioeconômica, de sua terra, de sua vida; sente-se parte de algo, que construiu ao longo dos anos. Todavia, a alternativa acaba sendo aventurar-se, porque não há garantia de sucesso, não há segurança de que seus objetivos serão alcançados, embora ele queira muito acreditar nisso. É pela esperança de que o projeto se concretize, que seus objetivos se

transformem em ações efetivas, que ele decide se aventurar, pois seu interesse era mudar sua condição.

O lugar de origem, mesmo que tenha toda a magia de quem lá viveu e lapidou sua personalidade, não lhe possibilita mais manter sua dignidade e o sustento da família. Como comentou Ronaldo Dantas:

Porque [lá] a gente já está acostumado [...] desde pequeno. E tem aquele costume já com os colegas, nossas amizades, nossos parentes. A gente sente a saudade daquela vida, porque lá é mais pacato que aqui. Lá é melhor de se viver do que aqui. Eu digo assim não em termos de trabalho, mas em termos de moradia mesmo.

A condição econômica se torna um peso, problema que não pode mais ser resolvido com facilidade, é preciso tomar uma atitude. Vicente Celestino comenta que a decisão de migrar foi tomada por uma imposição da própria sobrevivência:

Se tivesse uma oportunidade de emprego ali, eu jamais sairia de Maués. É uma cidade muito assim... Eu não tenho o que falar, não tenho o que reclamar de Maués. É muito boa de se viver. A questão é isso. Tinha a minha avó, a minha mãe, que me criou. Inclusive, ela adoeceu quando eu a deixei e, da doença, foi até a morte. Eu me senti culpado. Mas eu tinha que fazer isso. Tinha que vir embora. Eu tinha uma família. Então, foi isso.

Tal situação assemelha-se à narrativa de Generosa da Silva, que reconhece as possíveis dificuldades, mas tem na origem uma possível válvula de escape no caso de insucesso no destino. Para ela, a vida na capital é revestida de insegurança, porque

aqui você não tem vizinhos. Lá, é mais fácil, tem vizinhos, você tem a quem recorrer. E aqui, não. O que eu pensei mais é que, aqui, logo que eu chegasse não conseguiria um trabalho. No entanto, não foi. Porque a minha filha era pequena, mas logo eu consegui. Mas sempre eu pedia ajuda da minha mãe, dos meus

irmãos. Se eu tivesse um emprego, logo eu não pensaria em ir embora. Porque você, sem um emprego, você pensa em ir embora, porque lá é mais fácil.

Embora o ato de migrar tenha sido uma decisão difícil, porque implicava em arriscar-se em encontrar desafios maiores do que os planejados, a existência de familiares na origem ainda se configurava como um suporte para amenizar os possíveis problemas no destino. De alguma forma, não estavam sozinhos.

Uma condição bem diferente é vivenciada por aqueles que migram coletivamente, como é o caso de chefes de família que levam consigo os seus dependentes, como esposo(a) e filhos(as). Muitas vezes, eles não têm com quem contar na origem, muito menos a possibilidade de retornar. Para estes, as possibilidades no destino são mais incertas.

Assim relata Luís Barroso, que migrou com toda sua família, quando perguntado sobre a tomada de decisão para migrar: “Quando você é sozinho, é uma coisa. Quando você tem outras pessoas envolvidas, você não pode fracassar, você não pode se dar ao luxo de fracassar”. Ronaldo Dantas, já casado, morava juntamente com sua esposa com seus pais que ficaram na origem. Ele explica:

Foi uma discussão com ela [esposa] e com os meus pais também. Eles aconselharam, mas a gente sabe que os pais gostam muito dos filhos. Eles não querem deixar a gente ir, mas são obrigados. Porque a gente já está acostumado, a gente nasce lá, desde pequeno. E tem aquele costume já com os colegas, nossas amizades, nossos parentes. [...] Se você não procurar, procurar fazer amizades mesmo boas, você vive o tempo que Deus determina mesmo para a gente. Agora, na cidade não, se você vacilar, vai embora.

Uma condição um pouco diversa era a de Otoniel Pedreira, solteiro e morando com os pais, migrou na década de 1970 aos vinte anos de idade, quando os pais decidiram se mudar para Manaus.

Foi uma decisão da família. Meu pai vendeu tudo e veio toda a família. O medo de não dar certo. Lá tinha facilidade, a comida e a alimentação tinha à vontade. A gente pensava não dar certo por isso. Vir para Manaus sem estudo, não se dar bem e não ter mais como voltar.

O auxílio, mesmo para aqueles que migram individualmente, por familiares que ficaram na origem nem sempre é possível. Em muitos casos, aquele que migra é para aqueles que ficam uma esperança de auxílio de alguma espécie, ou uma forma de manter a própria sobrevivência e da família.

Para alguns migrantes, a sobrevivência é uma questão imperativa na decisão de migrar. O migrante vivencia um dilema, que é o de ficar em seu local de origem e passar necessidade com sua família, ou partir e garantir a sua sobrevivência e dos seus, pagando um alto preço afetivo. Nessa direção, desabafa um dos entrevistados, que era recém-casado e estava desempregado, necessitando migrar e deixar a esposa morando com os sogros:

O que mais me preocupava era a família que tinha acabado de construir. Eu era a cabeça da família e tinha que vir na frente para ajudar a família. O que mais me preocupava era o trabalho, que lá não tinha. A única opção para trabalhar é vir para Manaus, porque lá eu sabia que não iria ter. Talvez, se eu estivesse lá [...] eu ia ficar parado (Sérgio Pessoa).

Para outros, embora tenha migrado sozinho, o drama não é menor. Adonias Santos conta, com emoção, que seu desafio foi “ficar longe da família, [além das] dificuldades que poderia não superar aqui; os obstáculos de estar morando longe da família, até mesmo na parte financeira, porque, lá, eles não teriam condições de ficar me sustentando aqui”. São desafios que se impõem ao migrante, distante da família. Diante das demandas da nova vida, terá que resolver sozinho seus problemas, pois aqueles que ficaram na origem não podem auxiliá-lo de nenhuma forma.

Verifica-se que a preocupação na tomada de decisão está relacionada tanto à origem quanto ao destino. A origem, mesmo que seja a causa potencial da decisão de migrar, é o lugar de segurança. O destino, embora seja o lugar onde potencialmente se

realizarão as expectativas, não oferece garantias para tal, configurando-se como apenas uma possibilidade. É o que pensava Zélia Tomás, quando decidiu migrar:

E agora? Quando eu chegar em Manaus? Todo mundo diz que é uma cidade grande! E se eu não conseguir me adaptar? Se eu não conseguir trabalho, como é que eu vou viver na cidade? Porque, no interior, eu sabia me virar, e na cidade eu achava que iria ser difícil me deparar, de repente, com uma dificuldade. Então, isso era uma preocupação. Mas o meu desejo de vir era maior do que a preocupação com as dificuldades.

Tomada a decisão, o migrante enfrenta por um hiato de tempo uma aflição, o desamparo: “E aí, cara? Tu vais fazer o quê, meu irmão? Tu vais morar onde? Eu me senti completamente disparado, deslocado. Parece que não tem nada que façam para te ajudar, não tem nada que tu não passes por essa situação” (Luís Barroso).

São dilemas com maior recorrência nas narrativas migrantes: a separação dos pais; o medo de deixar a vida que tinha na origem e todos os bens; o receio quanto a possíveis dificuldades no destino; o sustento de si e da família; o medo de fracassar; a incerteza acerca da migração (se era a coisa certa a fazer); a aquisição de moradia em Manaus; o medo da cidade; a obtenção de emprego (gráfico 10).

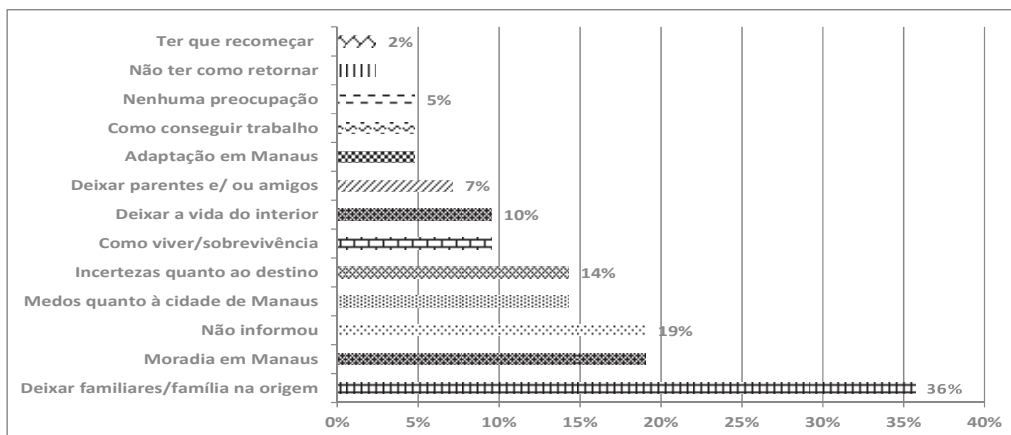


Gráfico 10 – Os maiores dilemas na tomada de decisão de migrar para Manaus¹¹

FONTE: Amostra de 42 migrantes. Pesquisa de campo, 2012.

Com menor recorrência, surge nas narrativas a impossibilidade de retorno à origem; não ter a quem recorrer na cidade; ter que recomeçar; imaturidade; nunca ter se separado dos pais e deixar a própria família na origem. Estes também são elementos que geram aflição na tomada de decisão de migrar.

Para os migrantes, deixar suas cidades – mesmo com uma vida de limitações e dificuldades – é sempre um desafio, pois têm que abdicar de suas histórias, suas identidades, das amizades, das práticas sociais; em suma, de suas vidas com ritmos e tonalidades definidas. Apesar de todos esses dilemas, o migrante sente uma imperiosa necessidade de migrar. O projeto migratório é uma saída de sua condição social e econômica, uma alternativa na construção de sua vida.

A decisão de migrar exige graus diferentes de coragem e ousadia, pois inúmeros são os desafios a serem superados, mesmo assim o migrante se lança à aventura e decide partir. Acreditamos que elencar os motivos que levaram o migrante a tomar a decisão de migrar permite compreender a construção efetiva do projeto migratório, pois aponta para o futuro estado de coisas a serem realizadas, *motivos a fim de*. As narrativas estabelecem um conjunto de condições, *motivos por que*, que justificam a ação de migrar, como também quem tomou essa decisão e o que ela implicava.

¹¹ Somatório maior que 100% devido a múltiplas respostas dos entrevistados.

A decisão de migrar tem diversas características, pode ser: uma decisão individual, determinação dos pais, uma decisão tomada após deliberação com a família, bem como uma decisão exclusiva do cônjuge, quando o migrante já tinha sua própria família.

Quando a decisão coube particularmente ao migrante, este já tinha sua própria família ou sua independência pessoal. Quando o migrante constrói sua própria família, sente-se obrigado a tomar uma decisão, uma atitude. Não fazê-lo é colocar em risco a dignidade e a sobrevivência daqueles que lhes são mais caros. Como comenta Vicente Celestino: “A minha preocupação era a criação do meu filho. [Isso] me motivou a vir trabalhar e ajudar. A minha família também que ficou lá, e vim para trabalhar e ajudá-los”.

A participação da família na tomada de decisão é, de modo geral, no sentido de auxiliar em sua realização. É o que aconteceu com Nilcineia Peixe, que precisou argumentar com os pais, que não eram a favor de sua partida. Relembra a migrante que, diante de suas alegações, sua mãe retrucou: “Eu não posso impedir o teu crescimento profissional. Tu queres estudar, e o que tu queres não tem aqui”.

Como vimos, uma série de justificativas foi apresentada pelos migrantes para explicar a vinda para Manaus. Nas entrevistas perguntamos diretamente aos migrantes a razão determinante, isto é, a que mais pesou na decisão de migrar. Identificamos a melhoria de vida, o trabalho e a educação como principais elementos decisivos (gráfico 11).

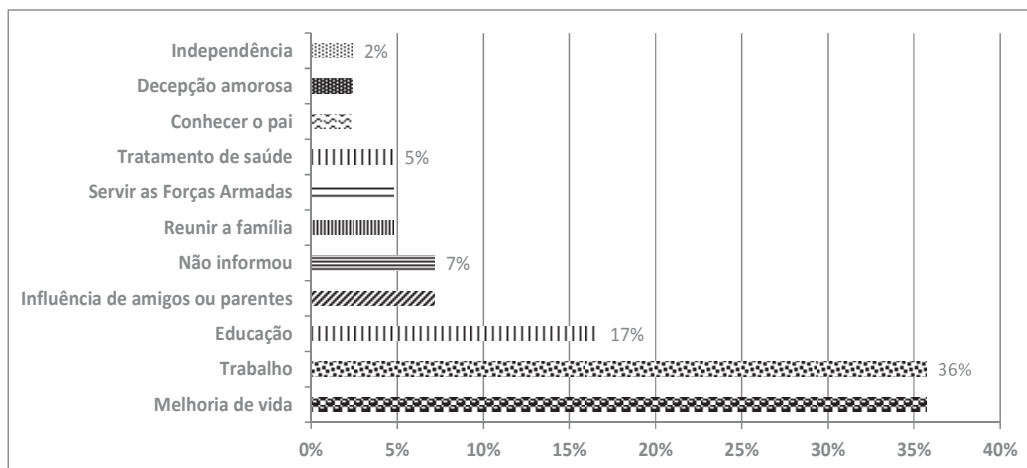


Gráfico 11 – Motivo determinante para vir para Manaus
 FONTE: Amostra 42 migrantes. Pesquisa de campo, 2012.

Nem sempre os entrevistados responderam literalmente que queriam “melhoria de vida”, contudo, nela categorizamos respostas, como: busca de melhorias, sonho de ser alguém, superação das dificuldades financeiras, novas perspectivas, necessidade de sustento próprio e da família, vida melhor para os familiares e “sair daquela vida”.

Como já ressaltamos anteriormente, os migrantes mencionaram recorrentemente as poucas alternativas de trabalho e estudo em seus locais de origem. Em muitos casos, a oferta de educação não vinha acompanhada de qualidade e a existência de trabalho não estava atrelada a qualquer benefício ou proteção social.

As motivações para a migração citadas pelos entrevistados conduzem-nos ao que Schutz (1979) intitula de *motivos por que*, que surgem como crítica à realidade social, como anseios objetivos ou subjetivos, como denúncia das dificuldades de sobrevivência, como registro dos conflitos afetivos e dramas familiares, como fruto da autoridade paterna e, não menos importante, como desejo de construir uma vida melhor.

As motivações “melhoria de vida” e “trabalho” se destacam na década de 1990 e anos 2000. Melhor ainda, 67% dos migrantes citaram como motivo fundamental o trabalho e estavam, em média, na faixa etária de 22 anos, enquanto 66% justificaram a migração pela busca de melhoria de vida e estavam na faixa etária média de 21 anos, os quais vieram para a cidade entre as décadas de 1990 e anos 2000.

Os indivíduos criam metas e propósitos e estes se transformam em projetos que vão se realizar “em um futuro, é o estado de coisas a ser realizado pela ação projetada, sendo que o projeto em si mesmo é denominado *motivo por que*” (SCHUTZ, 1972 *apud* LOPEZ, 2008, p. 77).

Os motivos acima descritos, como trabalho, educação e melhoria de vida, comumente surgem como potencializadores da migração. Em nossa pesquisa também surgem motivos como: reunião da família, independência e separação dos pais. É o caso de Generosa da Silva, pois seu marido morava em Manaus e achava que não era salutar para sua relação e, por isso, “queria morar perto dele”. Bem adversa é a situação de Antônio da Silva, que obrigatoriamente teve que migrar para Manaus acompanhando sua mãe, que se separou de seu pai.

A falta de oportunidades, a dependência dos pais e a falta de um trabalho eram elementos que colocavam alguns migrantes na condição de tutelados pelos pais, que exigiam destes uma tomada de atitude e a construção de suas próprias vidas. É o caso de Félix da Silva, que migrou sozinho aos vinte e seis anos, deixando seus pais na origem, que alega que: “não tinha como adquirir as coisas, morava com meus pais. Às vezes, meu pai buzina aqui, minha mãe buzina dali. Então eu disse: vou embora. Foi fundamental o fato de falarem que eu tinha que assumir minhas responsabilidades. Independência”.

A linha de chegada é incerta, porque o sucesso não é uma garantia. Veremos nos próximos capítulos que a chegada à capital, o processo de adaptação, a inserção no mundo do trabalho e o estabelecimento de novas relações de sociabilidade foram etapas problemáticas desse processo, na medida em que demandaram grande desgaste emocional e físico para tentar fazer o projeto migratório “dar certo”. Ao longo desse trabalho, esperamos aclarar ao leitor como se deu esse processo e oferecer elementos que permitam verificar se os planos firmados na origem se concretizaram parcial ou totalmente no destino.

Segundo os migrantes, em suas cidades de origem, é difícil ingressar no mercado formal de trabalho, obter uma melhor formação educacional e alcançar uma melhoria da qualidade de vida. Assim, a existência de familiares na cidade de Manaus é elemento impulsionador do desejo de migrar e suprir as deficiências da origem. Neste sentido, migrar

significou, para a grande maioria, deixar os familiares na origem; portanto, um dilema que precisou ser superado em nome da realização dos objetivos preestabelecidos.

Assim, à medida que o migrante constata que em sua cidade de origem não conseguirá realizar seus objetivos, trabalho, educação e uma melhor qualidade de vida, utiliza a existência de familiares, amigos ou conhecidos no destino como mecanismo viabilizador de sua inserção e adaptação, o que lhe deixa em vantagem para minimizar as possíveis dificuldades iniciais. No entanto, podemos afirmar que esse suporte no destino é condição necessária, mas não suficiente para realização plena de todos os seus objetivos (*motivos a fim de*).

Apesar de ser a crítica da origem a causadora do nascimento dos *motivos por que*, deixar os familiares, alguns bens, as amizades, em suma, todo um estilo de vida, não foi algo fácil para muitos. Essa ruptura somente foi suportada porque os migrantes acreditavam que, no destino, havia a possibilidade da construção de uma vida melhor.

CAPÍTULO II

ADAPTAÇÃO E RESISTÊNCIA

2.1 Manaus como possibilidade de melhoria de vida: um panorama sócio-histórico

A história da cidade de Manaus está vinculada à história da região. Sua primeira formação é datada pelos historiadores na segunda metade do século XVII, em 1669. O marco fundante é a construção da fortaleza de São José do Rio Negro, que posteriormente passou a denominar-se Lugar da Barra, e logo depois São José da Barra do Rio Negro.

A povoação, embora geograficamente situada, ficou por 200 anos esquecida, somente tornando-se foco da política econômica brasileira em 1870. Até então, a região tinha como atividade econômica, e exclusivamente, a coleta e a extração de produtos da floresta, como castanha, cumaru, cacau, guaraná, urucum, couro e o látex, que até então era utilizado somente na fabricação de sondas, brinquedos ou artefatos. Com a descoberta da vulcanização, a região se torna um potencial fornecedor do látex, extraído da *hevea brasiliensis*.

O período econômico de extração do látex perdurou por menos de meio século, de 1870 a 1920. Este momento, fartamente descrito pela literatura, por autores como Benchimol (1999) e Dias (2007a), compreende um período representado por algumas transformações, dentre as quais está o crescimento populacional expressivo na cidade de Manaus, que em 1870 computava uma população de 5.000 habitantes, passando a 60.000 habitantes em 1907. Manaus, neste período, passa por mudanças significativas como parte de um projeto de modernização e erradicação de uma Manaus colonial, com a implementação de projetos infraestruturais espelhados na Paris de Haussmann¹², bem como

¹² No fim dos anos de 1850 e ao longo de toda a década seguinte, Georges Eugene Haussmann, prefeito de Paris e circunvizinhanças, investido no cargo por um mandato imperial de Napoleão III, implantou uma vasta rede de bulevares no coração da velha cidade medieval.

aterro de igarapés, abertura de grandes avenidas, grandes bulevares, calçamento e nivelamento das ruas (DIAS, 2007a).

Toma-se também este período como fãustico pela criação de serviços públicos relevantes, como sistema portuário, sistema de abastecimento de água e de esgoto domiciliar, iluminação elétrica, serviço de telefonia e telégrafo subfluvial, oferecidos à parcela da população.

É pertinente observar, como bem salienta Dias (2007a), que esses serviços, essas “modernidades” se restringiam à região central da cidade, atendendo à população abastada, aos comerciantes, extrativistas e investidores. A maioria da população manauara sofria com a falta de abastecimento de alimentos, habitação e emprego, precário serviço de transporte, deficiente serviço de remoção do lixo e péssimas condições de higiene.

Existiam duas cidades, a Manaus que se queria mostrar, ostentosa, magnífica, moderna, europeia, dos banqueiros, dos investidores estrangeiros, dos extrativistas e mercadores e a Manaus dos excluídos, desvalidos, mendicantes, vadios, prostitutas, desempregados, vendedores ambulantes, biscateiros, que deveriam ficar em “áreas mais desvalorizadas e distantes” (DIAS, 2007a, p. 124).

Os anos de fausto vividos por Manaus deixaram marcas importantes na arquitetura, com as construções públicas, o Teatro Amazonas, o Palácio da Justiça, a Biblioteca Pública, a Alfândega e a Penitenciária. Prédios estes que ainda hoje remetem a este passado e compõem a paisagem da capital amazonense. Foram obras criadas no intuito de demonstrar ostentação e riqueza, e representar as “ideias da nova sociedade manauense de Justiça, Poder, Cultura, Lazer, Ordem, Progresso Comercial” (IDEM, p. 70).

Para Oliveira (2003), a Manaus de 1920 é resultado do apogeu e do declínio da borracha. A construção do espaço da cidade se desenvolveu mais por conta do impulso econômico que adquiriu pela produção e exportação da borracha, do que pela influência de suas condições geográficas. Estando a cidade mais ligada ao mercado externo do que ao mercado nacional, a espacialidade produzida nesse período mais do que determinação nacional foi uma determinação do exterior.

É característico deste período o surgimento de construções particulares, de prédios de negócios, com fachadas, beirais e adornos típicos das residências de famílias abastadas

europeias. É possível, mesmo hoje, ao andar pelos núcleos urbanos da primeira formação da cidade, como os bairros Aparecida e Educandos, identificar construções de arquitetura barroca, os azulejos nas paredes das casas, os mosaicos nas fachadas, a linha de monotrilho e, ainda, trechos de ruas com calçamento em rochas da época do fastígio da borracha.

As cidades de Manaus e Belém foram protagonistas na história econômica da Região Norte, por terem vivenciado muito fortemente os diversos períodos econômicos regionais – I e II Período da Borracha – marcadas mais acentuadamente pelo fluxo migratório vindo da Região Nordeste, no final do século XIX e início do século XX.

A economia gomífera teve curta duração e seu declínio tirou a região amazônica da rota do capitalismo internacional. Com isso, deixou de ser fonte de abastecimento do mercado internacional de látex para a indústria automobilística americana. A *débâcle* da borracha faz com que a economia fique estagnada (MELO e MOURA, 1990).

Esta é a leitura mais comumente realizada sobre o pós 1914, auge do colapso da economia gomífera da Amazônia. No entanto, encontramos em Santos (1980), em sua análise sobre a história econômica da Amazônia de 1800 – 1920, que em “substituição à atividade gomífera, a pequena lavoura começa a espalhar-se um pouco por toda parte [...] a heveicultura também avança aos poucos” (p. 268).

O autor destaca ainda que algumas medidas foram tomadas por Enéas Martins – governador do Pará, e visavam aproveitar as forças produtivas e o potencial existente, dos quais destacava cinco pontos para empenhar-se: agricultura, produção madeireira, exportação e castanha, produção animal e regularização financeira.

As medidas adotadas por Martins relativas à agricultura visavam o desenvolvimento do ensino agrícola e o desencorajando da ‘alienação cultural’ da escola (p. 269).

Segundo o autor, a zona servida pela estrada de ferro de Bragança acolhia os contingentes expulsos do extrativismo. O trabalho num terreno praticamente virgem logrou aumentar a produção agrícola da Bragantina, o que trouxe certo otimismo aos observadores. O crescimento, porém, não haveria de durar muito, os solos da zona não suportavam por longo tempo as culturas de ciclo curto, a estrada não dispunha sempre de vagões de carga e apresentava falhas técnicas de construção que prejudicavam o tráfego e o transporte da

produção, além de que a penúria de recursos e a recusa de apoio do governo federal à instalação do Banco Agrícola e Hipotecário não permitiram a execução harmoniosa do programa de Martins (SANTOS, 1980).

Na administração de Lauro Sodré anuncia-se no horizonte ligeiramente otimista, considerando encerrada a fase extrativista, a qual dava lugar a uma era de reconstrução em que se punha grande esperança na agricultura. Na perspectiva de Santos (1980, p. 279),

à exceção da produção animal, todos os setores se achavam fracos e sem melhores perspectivas, até as esperanças na zona Bragantina, que se sonhara como o celeiro da Amazônia, cedo tiveram que ceder lugar aos fatos: uma produção final medíocre, fruto de um solo espoliado pelo desmatamento e práticas predatórias.

Para Benchimol (1977), a política e a estratégia adotadas na Amazônia brasileira, em sua análise, podem ser classificadas em sete tentativas: 1ª) o estabelecimento do monopólio da navegação pela coroa portuguesa; 2ª) o rush da borracha, com a intensa imigração nordestina para a região; 3ª) a elaboração de um plano de valorização da Amazônia com a Lei nº 2.542-A; 4ª) o esforço de suprir os aliados na guerra de 1942; 5ª) a inclusão na Constituição de 1946 da obrigatoriedade de execução do plano de valorização com o repasse de 3% da renda tributária; 6ª) a estratégia de interligação rodovias territorial da Amazônia, 7ª) a formulação de uma filosofia política econômica com a criação do Banco da Amazônia, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e criação da Zona Franca de Manaus em 1967.

Nesse intervalo, a população de Manaus continuou crescendo em ritmo mais acelerado do que o atribuído ao crescimento vegetativo. O crescimento da população no período de 1950/60 foi de 60,24%, sendo que a parcela de 39,86 (66,17%) se deve ao crescimento vegetativo, e a parcela de 20,38 (33,83%) é atribuída à migração. No período de 1960/70, a população cresceu 79,71%, sendo a parcela de 43,34 (54,62%) devida ao crescimento vegetativo e a parcela de 36,37 (45,38%) à migração. A taxa geométrica anual

de crescimento no período 1950/60 foi de 4,83, e de 6,03 na década seguinte 1960/70 (FONSECA e CORRÊA, 1972).

Para Melo e Moura (1990), o crescimento urbano de Manaus não foi gerado pelas forças do crescimento urbano, mas, em grande parte, pelo fluxo de populações pobres provenientes do interior, expulsas pelo declínio das atividades extrativas na hinterlândia, indo ocupar as áreas menos salubres e menos valorizadas da cidade.

A crise da borracha deve ser localizada no contexto da economia internacional, no qual se registrou o declínio do preço do produto, tendo em vista a grande oferta das colônias inglesas no sudeste asiático. Os seringais de cultivo da *hevea brasiliensis* asiáticos tiraram a exclusividade da Amazônia na produção do látex. A crise se acentuou com o início da Primeira Guerra Mundial. O Governo Federal adotou algumas medidas, como a criação da Lei 2.543-A, de 1912, regulamentada pela Lei 9.521, criando incentivos à borracha, saneamento, produção, industrialização e melhoria das condições de vida aos seringueiros, para citar algumas. Aliás, medidas que não saíram do papel (OLIVEIRA, 2003).

A queda do preço da borracha e a quebra do sistema de aviamento determinaram o abandono dos seringais e a migração da população envolvida no processo produtivo que, sem condições de retornar a seu local de origem, permaneceu em Manaus¹³ (BENCHIMOL, 1977).

No cenário nacional, os anos de 1920 caracterizavam-se pelo auge da produção e exportação do café, que manteve seu predomínio com relação a outros setores econômicos, aí incluídos os segmentos ligados à produção da borracha.

Os anos trinta foram marcados pelo aumento da concentração da população nas cidades e do processo de industrialização que se desenvolveu pelo encadeamento de continuidades e rupturas, tendo como marco a Revolução de 1930. Nos anos trinta, do ponto de vista do Estado, foram adotadas medidas econômicas e institucionais que

¹³ Benchimol (1977), após avaliação dos registros históricos, identificou que, nas duas Batalhas da Borracha, houve grande migração de nordestinos para a Amazônia. Na primeira de 1850 a 1915, cerca de 350.000 nordestinos buscaram a região; na segunda de 1941 a 1945, os migrantes se aproximaram de 150.000. Para o autor, não seria exagero afirmar que um contingente de 500.000 nordestinos contribuiu para a ocupação e povoamento da Amazônia.

assinalaram nova fase nas relações do sistema político-econômico, revezando-se num movimento pendular recorrente e marcante na história econômica do Brasil: de um lado, o protecionismo alfandegário e a defesa da indústria nacional; de outro, a abertura do mercado, política cambial com a valorização da moeda nacional para facilitar as importações, o que caracterizou o desenvolvimento econômico dependente (IANNI, 1979).

No contexto local, a crise da borracha atingiu seu ponto máximo, mesmo que outros produtos ligados ao extrativismo tenham sido demandados, não se consolidaram como alternativa econômica. Na busca por diversificação, principalmente voltada para a agricultura, o governo do Amazonas fez a concessão de um milhão de hectares para a colonização japonesa no município de Parintins. Os imigrantes conseguiram aclimatar a juta indiana na várzea do Amazonas. Durante a Segunda Guerra Mundial, os japoneses sofreram várias restrições, foram expulsos, perseguidos e declarados inimigos. A Vila Amazônia foi desapropriada pelo Estado Brasileiro e, posteriormente, extinta. O patrimônio da Companhia de Produção da Amazônia foi integralmente confiscado, posto em leilão e vendido para o grupo do comendador Joaquim Gonçalves de Araújo, de Manaus (OLIVEIRA, 2003; HOMMA, 2007).

Posteriormente, após a guerra, a Companhia Amazonense de Celulose de capital chinês o adquiriu do grupo J. G. Araújo. A única coisa que restou da vila dos imigrantes japoneses foi o cemitério abandonado, onde se encontram os restos mortais de alguns *koutakussei*.

O bloqueio dos seringais asiáticos com a Segunda Guerra Mundial deu um novo impulso à Amazônia. A operação que atendia ao esforço de guerra dos Estados Unidos provocou certa euforia com a possibilidade de retomar o *boom* da borracha. No entanto, foi efêmero, e pouco contribuiu para a superação da estagnação econômica.

Segundo Cardoso e Muller (1977), o primeiro passo importante para a implantação de uma política de desenvolvimento e integração da Amazônia ao resto do país foi dado durante a Constituinte de 1946, quando foi aprovado e incluído na Nova Constituição o artigo 199:

Na execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento de sua renda tributária.

Parágrafo único: Os Estados e os Territórios daquela região, bem como os respectivos Municípios, reservarão, para o mesmo fim, anualmente, três por cento de suas rendas tributárias. Os recursos que trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo Federal (p. 110)

Somente em 1953, com o retorno de Getúlio Vargas ao poder, é que o artigo foi regulamentado por meio da Lei 1.806, que definiu a área de abrangência do Plano de Valorização Econômica, que passou a ser conhecida como Amazônia Legal. A mesma Lei criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA (IANNI, 1979).

Em 1951, no dia 23 de outubro, o deputado Francisco Pereira da Silva apresentou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 1.310, criando o Porto Franco de Manaus, justificando: “melhoraremos as condições de abastecimento de toda a bacia amazônica e faremos às repúblicas limítrofes um memorável gesto de boa vizinhança” (GARCIA, 2004, p. 37).

O projeto de Lei nº 1.310 recebeu emenda na Câmara Federal, do relator Maurício Joppert, que defendia a criação de uma Zona Franca, sendo remetida ao Senado Federal, ideia que foi defendida pelo relator, senador Leopoldo Tavares da Cunha Melo. Após tramitação de seis anos no Congresso Nacional, o projeto foi aprovado dando origem à Lei 3.173 que foi sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek em 06 de Janeiro de 1957, e regulamentada pelo Decreto nº 47.757 em 02 de fevereiro de 1960.

As intenções desenvolvimentistas dos governos militares na Amazônia foram iniciadas com a primeira Reunião de Investidores da Amazônia, realizada através de um cruzeiro a bordo do navio Rosa da Fonseca, em nove dias de viagem pelo rio Amazonas em dezembro de 1966. O processo de ocupação da Amazônia ficou selado na célebre “Declaração da Amazônia” (OLIVEIRA, 1991).

Dos organismos federais com maior participação na vida da região, principalmente no interior, merece destaque o Banco da Borracha, fundado em 9 de julho de 1942, o qual

mudou de denominação em 30 de agosto de 1950 (Banco de Crédito da Amazônia), passando na administração de Castelo Branco, pela Lei de 28 de setembro de 1966, à designação atual de Banco da Amazônia S.A – BASA (BATISTA, 2007).

Para colocar em prática a estratégia de ocupação, o Estado lançou mão da política de incentivos fiscais, que previa a criação do Fundo para Investimentos Privados do Desenvolvimento da Amazônia – FIDAM, e uma rearticulação e reestruturação do BASA. Assim, todos os recursos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e da FIDAM ficariam depositados no BASA, que se tornou o agente financeiro do sistema (OLIVEIRA, 1991).

A partir da década de 1960 se intensificam as políticas do Regime Militar, com o lema “integrar para não entregar” a Amazônia Brasileira. Parte deste pacote de medidas foi implementada no dia 28 de fevereiro de 1967, pelo Decreto-Lei nº 288, que reformulou a lei nº 3.173 de 06 de julho de 1957, dando novas configurações à Zona Franca de Manaus, sob a administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, criada pelo mesmo decreto.

Pouco depois, o Decreto Federal nº 63.105, de 15 de agosto de 1968, determinava em seu Art. 1º que:

ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas delimitadas pela comissão do Governo do Estado do Amazonas, nos termos do Decreto de 31 de julho de 1968, publicado no Diário Oficial do dia 1º de agosto de 1968, para implantação do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus, previsto no artigo 1º do Decreto-Lei n.288, de 28 de fevereiro de 1968 (BRASIL, 1968 *apud* GARCIA, 2004, p. 61).

Por sua vez, a Lei Estadual nº 831, de 9 de dezembro de 1968, estabeleceu que fossem doadas à SUFRAMA as terras pertencentes ao Estado do Amazonas, que se encontravam localizadas no polígono do Distrito Industrial. O Decreto Estadual nº 1.719, de 3 de abril de 1970, definiu os limites e confrontações da área e efetivou a sua doação.

A implantação na cidade de Manaus de uma Zona Franca criou para a região uma nova perspectiva econômica, o que surgiu como uma saída da dependência exclusiva da

exportação de matéria prima de bens primários. Inaugura-se a implantação de um parque fabril de produção e exportação de bens duráveis, que transforma a cidade de Manaus numa Zona de Livre Comércio (ZLC).

Se os objetivos propostos foram alcançados parcial ou integralmente é outra questão. Concretamente, a implantação de uma ZLC em Manaus pôs a região novamente na rota do capitalismo mundial, com toda uma carga de novas configurações políticas, sociais e econômicas criadas em seu entorno.

Segundo Pinto (1987), as zonas francas fazem parte da estratégia de expansão do capitalismo internacional, ao mesmo tempo em que inauguram novas possibilidades, novas formas de consumo, inserem novos produtos, criam novas práticas sociais de consumo e, em igual proporção, alargam mais o fosso das desigualdades sociais. À medida que propiciam a utilização de novas tecnologias produtivas, também esvaziam os postos de trabalho e engrossam o exército social de reserva dos países que as sediam.

A implantação do Projeto Zona Franca de Manaus na década de 1960 representou para o poder público, municipal, estadual ou federal e para homens e mulheres, moradores da Região Norte, a possibilidade de transformação da realidade social, econômica e política. Para o Governo Militar, um investimento estratégico na manutenção da soberania nacional; para os amazônidas, pelos menos é o que nos têm mostrado até então as pesquisas, a possibilidade de acesso a bens duráveis, a novas tecnologias, a mudanças sociais, econômicas e políticas. Se é um projeto exitoso ou não, a história vai julgar. No entanto, constatam-se transformações significativas na vida de sua população. Não é demais observar que este projeto tem se mantido à custa de negociações, acordos e concessões do Estado Nação.

A discussão quanto ao sucesso ou ao fracasso do projeto Zona Franca de Manaus divide opiniões, porque não é uma unanimidade que este tenha sido a redenção da Amazônia ou de Manaus. Essa é a opinião de Pinto (1992), quando ressalta:

não precisamos de nenhuma pesquisa para chegar à conclusão de que a Zona Franca de Manaus, mesmo considerando todos os aspectos positivos, não transformou afinal em um processo de promoção social para a população de

Manaus, uma vez que a vida das pessoas não melhorou depois da Zona Franca. É muito mais fácil perceber e demonstrar que as coisas pioraram, que a vida se tornou mais difícil e mais complicada para a grande maioria, que a cidade como um todo se tornou mais pobre e mais problemática. Que despencaram drasticamente os serviços como o transporte, o abastecimento, a educação, a saúde e a habitação, em nível de calamidade pública. Que aumentaram a pobreza, a falta de saneamento, a falta de segurança, a criminalidade, a degradação da própria cidade em seus aspectos urbanísticos e arquitetônicos (p. 128-129).

Nossa observação nos leva a perceber a existência de duas Zonas Francas de Manaus: uma real e uma imaginária. Por um lado, uma concreta, palpável, com um parque fabril instalado, com seu Processo Produtivo Básico – PPB definido e aprovado pelo Conselho da SUFRAMA; existência de políticas protecionistas que se justificam pela geração de emprego e renda, pela produção de bens de consumo duráveis para o mercado nacional e internacional. Por outro lado, uma Zona Franca criada pelos meios de comunicação de massa, como estratégia de salvação da Amazônia de sua dependência econômica, e responsável pela construção do que é Manaus hoje.

Essas duas Zonas Francas fazem parte da imaginação dos migrantes, que buscam nelas vender sua mão de obra, a construção de uma nova história de vida em Manaus. Neste horizonte também reside a esperança de que, por seu desempenho e dedicação, não serão dispensados abruptamente, terão seus esforços de anos a fio reconhecidos, e ainda, ao fim da carreira receberão uma aposentadoria digna e gozarão do merecido descanso ao retornar em definitivo para sua casa ou para suas cidades natal.

É nesta perspectiva, a partir das narrativas migrantes, que identificamos que homens e mulheres se lançam à aventura de migrar para a capital Manaus, em busca de uma vida nova, uma vida melhor, e na esperança de que o futuro lhes possibilite a realização de seus sonhos.

A cidade de Manaus, após a década de 1960, tornou-se mais intensamente parte do sonho de homens e mulheres que habitavam a região, configurando-se como polo agregador daquilo que buscavam para si e para os seus, prosperidade, melhoria de vida, novas oportunidades, um lugar para realizar os sonhos.

Em 1970, a população da capital amazonense era de 170.000 habitantes, em 1980 de 600.000 habitantes, um crescimento vertiginoso se levado em conta o pouco tempo decorrido, o que chama a atenção do poder público, dos meios de comunicação e das agências governamentais, pois cria e intensifica problemas como desemprego, falta de estrutura urbana, habitação, entre outros. Os problemas sociais instigaram os institutos de pesquisa e pesquisadores a proporem alternativas para resolvê-los.

Em vinte anos de implantação do Polo Industrial, a cidade de Manaus apresenta um crescimento populacional significativo, o agravamento dos problemas sociais, o aumento da violência, o estrangulamento dos serviços públicos de água e esgoto, a falência do sistema público de saúde, a saturação da malha viária, como demonstram as pesquisas sobre a cidade. Ressalte-se, no entanto, que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM do Estado do Amazonas tem se mantido ascendente, embora a maioria dos municípios se encontre na faixa baixa. No *ranking* nacional de melhor IDHM, a cidade de Manaus está em octingentésima quinquagésima posição.

As pesquisas sobre migração e deslocamento de populações, seja internacional ou nacional, revelam que, dentre os diversos motivos para a ocorrência dos fluxos migratórios, estão geralmente os fatores socioeconômicos. Os sujeitos de nossa pesquisa elencam uma multiplicidade de motivos, que vão desde as expectativas criadas em torno da construção de uma vida melhor na cidade até a esperança de viver num espaço onde há acesso a bens e serviços sociais e possibilidade de crescimento pessoal e profissional.

As pesquisas desenvolvidas até então sobre a migração para Manaus foram feitas na perspectiva de compreender as transformações ocorridas na cidade e no Estado do Amazonas. Entre estes trabalhos, podemos destacar os de Bentes (1983) e Melo e Moura (1990), que procuraram explicar estatisticamente por que e como a cidade de Manaus se transformou em um polo de atração populacional, ou por que, a partir da década de 1970, dois movimentos migratórios se acentuam no estado do Amazonas, no sentido rural-urbano e urbano-urbano.

O primeiro movimento é o que ocorre das regiões rurais para as pequenas cidades e o segundo movimento, mas não concomitante, é o urbano-urbano, de populações de

pequenas cidades do estado para a capital. Verifica-se, a partir dos anos 1970, uma mudança substancial na dinâmica populacional na região amazônica.

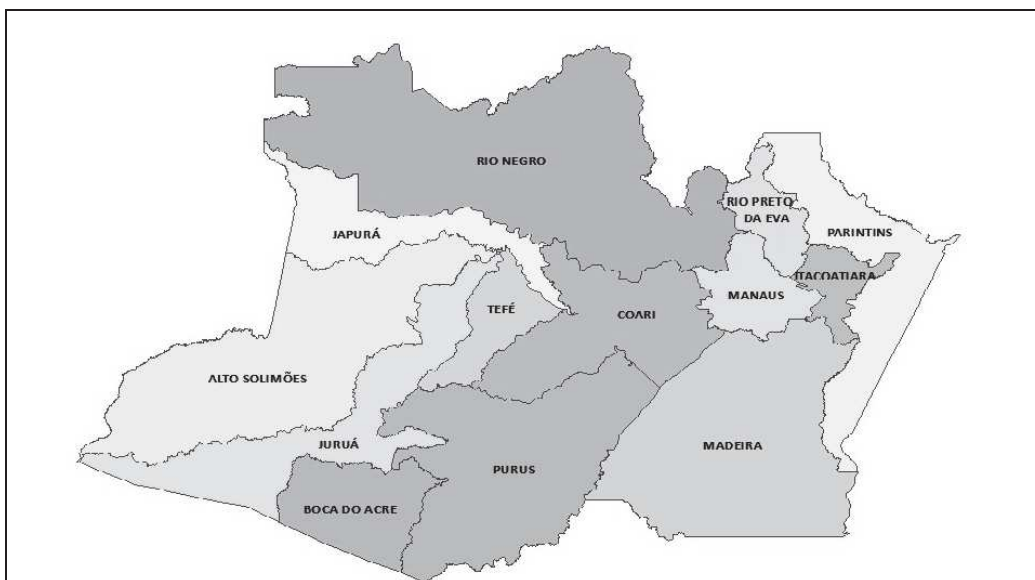
O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no Censo de 1980, dividiu politicamente o estado do Amazonas em Mesorregiões, Microrregiões e municípios. Segundo o mesmo instituto, em 1980 o estado era formado por duas Mesorregiões: a Hileia Amazonense e Manaus, com uma população de 1.425.966 habitantes; subdividido em 7 (sete) microrregiões, subdivididas em 44 (quarenta e quatro) municípios, como se observa no quadro 6.

Mesorregiões	Hileia Amazonense	476.227
	Manaus	949.739
Microrregiões	Alto Solimões	88.218
	Juruá	75.170
	Purus	76.352
	Madeira	88.085
	Rio Negro	37.235
	Solimões Japurá	111.167
	Médio Amazonas	949.739

Quadro 6 – População do Estado do Amazonas em 1980
 FONTE: IX Recenseamento Geral do Brasil 1980, p.71.

O Censo de 1991 adotou a nova configuração política do estado, estabelecida pela Constituição Federal de 1988, passando a ser dividido em quatro (4) mesorregiões, treze (13) microrregiões e sessenta e dois (62) municípios.

Em primeiro nível é procedida à divisão em Mesorregiões: Norte Amazonense, Centro Amazonense, Sudeste Amazonense e Sul Amazonense. Em segundo nível, o estado é fracionado em microrregiões: Japurá, Alto Solimões, Juruá, Tefé, Rio Negro, Coari, Manaus, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Parintins, Boca do Acre, Purus e Madeira (mapa 1).



Mapa 1 – Microrregiões do Estado do Amazonas
 FONTE: www.baixarmapas.com.br

Nessa divisão, a Microrregião do Japurá conta com dois (2) municípios; a Microrregião do Alto Solimões com nove (9) municípios; a Microrregião do Juruá com sete (7) municípios; a Microrregião de Tefé composta por três (3) municípios; a Microrregião do Rio Negro com quatro (4) municípios; a Microrregião de Coari com seis (6) municípios; a Microrregião da Boca do Acre com dois (2) municípios; a Microrregião de Manaus com sete (7) municípios; a Microrregião do Rio Preto da Eva com dois (2) municípios; a Microrregião de Itacoatiara com cinco (5) municípios; a Microrregião do Purus com três (3) municípios e a Microrregião do Madeira com cinco (5) municípios; e, por fim, a Microrregião de Parintins com sete (7) municípios, como vimos no quadro 1.

No Censo de 1980 constatamos que a cidade de Manaus tinha uma população de 629.666 habitantes, distribuídos em: 534.126 naturais, com um percentual de 84,33%; 94.804 de outras unidades da federação, ou seja, 14,49%; 676 habitantes classificados como Brasil sem Especificação por não identificar o estado da federação de nascimento, que representam 0,11% e 3.060 imigrantes. A partir da tabela 1, podemos deduzir que 3.717, ou

seja, 0,59% da população de Manaus eram migrantes amazonenses, e que 96.197, ou seja, 15,27% eram não-naturais do estado.

1980	629.666	534.126	91.804	676	3.060	3.717	96.197
1991	1.011.501	731.745	140.840	4.104	1.570	138.916	278.186
2000	1.405.834	910.827	242.749	1.469	3.983	246.807	491.025
2010	1.802.014	1.239.006	275.930	10.371	3.241	273.466	563.008

Tabela 1 – População da cidade de Manaus

FONTE: Adaptado de: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Com o Censo de 1991, identifica-se mudança substancial na demografia da cidade de Manaus, que passa a contar com uma população de 1.011.501 habitantes, sendo que 72,34% são Naturais, o que nos indica um crescimento de 8% da população natural em relação à década anterior. Note-se um crescimento do contingente de migrantes amazonenses, sendo computado pelo censo um total de 138.916, que representa um percentual de 13,73% da população deste ano.

O Censo Demográfico/2000 registrou que Manaus tinha uma população de 1.405.834 habitantes, sendo 246.807 migrantes amazonenses, que representa 18% da população da capital. Se compararmos ao número de migrantes amazonenses da década anterior, perceberemos uma taxa de crescimento de 43,71%, o que nos confirma a ocorrência de fortes correntes migratórias do interior para a capital.

Os dados do último Censo Demográfico de 2010 nos apresentam que Manaus contava com uma população de 1.802.014 habitantes, dos quais 15% eram migrantes amazonenses. Ao contrastar com os dados da década anterior, vemos um crescimento de 9% no total de migrantes amazonenses.

Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em 31 de dezembro de 2010, a cidade de Manaus tinha registrado 113.578 trabalhadores na indústria de transformação, dos quais 74.632 eram homens e 38.942 mulheres, sendo que, no

Censo/2010, divulgado pelo IBGE, verifica-se que 120.773 habitantes de Manaus se declararam como trabalhadores da indústria de transformação.

No Censo/2000, realizado em 54 bairros da cidade de Manaus, constatou-se que o contingente de trabalhadores da indústria de transformação estava distribuído espacialmente em diferentes pontos da Zona Urbana da cidade de Manaus (Quadro 7).

Bairros de Manaus	Zona da Cidade	Trabalhadores da Indústria de Transformação/Percentual
Cidade Nova	Zona Norte	7.609 (13,14%)
Compensa	Zona Oeste	3.504 (6,05%)
São José Operário	Zona Leste	3.338 (5,76%)
Japiim	Zona Sul	3.073 (5,31%)
Alvorada	Zona Centro Oeste	3.003 (5,19%)
Coroado	Zona Leste	2.600 (4,49%)
Petrópolis	Zona Sul	2.426 (4,21%)
Jorge Teixeira	Zona Leste	2.026 (3,50%)
Redenção	Zona Centro Oeste	1.389 (2,40%)
Outros (47 Bairros)		28.731 (50%)

Quadro 7 – Distribuição espacial da PEA de trabalhadores da indústria de transformação na cidade de Manaus, 2000.

FONTE: Adaptado de: Banco Multidimensional e Estatístico, IBGE/2000.

Nossa hipótese era que os bairros mais próximos ao Distrito Industrial – que fica na Zona Leste – agregariam um maior contingente em termos absolutos de trabalhadores desta categoria, considerando a proximidade e o menor trajeto de locomoção entre casa/fábrica. Entretanto, o levantamento por bairro nos demonstrou que o Bairro Cidade Nova, na Zona Norte, tem maior participação (13,14%), seguido pelo Bairro da Compensa (6,5%), na Zona Oeste. Os bairros próximos ao Distrito Industrial, como São José Operário, Coroado I, II e III, Jorge Teixeira, que estão situados na Zona Leste e o Bairro de Petrópolis na Zona Centro-Sul, somam juntos um percentual de 17,95%.

Comparando os dados do Censo/2010 e do Relatório de Indicadores da SUFRAMA/2010, percebemos que os vinte e dois (22) Subsetores do PIM dispõem de um total de 96.695 trabalhadores, ou seja, o equivalente a 80,06% do contingente de Trabalhadores da Indústria de Transformação da cidade de Manaus.

O crescimento populacional significativo após a década de 1970 é considerado resultante da implantação do Polo Industrial de Manaus, instrumento estratégico de investimento do capital internacional, que se tornou efetivo pela criação de ZLC em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. A meta principal das ZFs é a produção de bens de consumo duráveis e utilização de mão de obra local, invariavelmente bem mais barata que em seus países desenvolvidos.

Pinto (1987), ao considerar o processo de implantação das ZFs na América Latina, é contundente em afirmar que esta é uma estratégia adotada pelo capital para expandir-se tanto em quantidade produtiva como na criação de novos mercados consumidores.

Não é por demais observar também que Valle (2007), em tese de doutorado, analisa as empresas *offshore* na ZFM e constata, entre outros fatos, que a mudança de sede é uma forma de expansão do capital e criação de novo mercado consumidor, além de também representar um mecanismo de exploração de mão de obra barata. Esta não é uma questão simples, que possa ser compreendida somente com a utilização dessas variáveis, pois, embora estes elementos ajudem a entender as transformações e as estratégias de implantação das ZFs, não dão conta de sua totalidade.

Difunde-se pelo senso comum e, até mesmo, em alguns discursos acadêmicos, que o crescimento populacional da cidade de Manaus é resultante da implantação da ZF, que seria a grande motivadora da migração para Manaus. Todavia, se recorrermos aos dados disponíveis quanto ao número de trabalhadores nas 395 (trezentas e noventa e cinco) empresas instaladas, veremos que, em toda a história da ZFM, ou seja, em seus quarenta e sete (47) anos de atividade, o máximo de postos de trabalho gerados foi de 106.924, em 2008, incluindo neste contingente a mão de obra efetiva, temporária e terceirizada, conforme divulgado pela SUFRAMA (2010).

Os Censos demográficos a partir de 1960 apontam o incremento populacional na cidade de Manaus, sendo tal fato costumeiramente atribuído à implantação da Zona Franca de Manaus. Observe-se, no entanto, que os empregos diretos (106.000) e indiretos (400.000) gerados pela ZF, segundo Censo de 2010, equivalem a 12% da PEA em Manaus (SUFRAMA, 2012; BRASIL, 2013; IBGE, 2010).

A implantação da ZFM passou a exercer força de atração sobre muitas pessoas, tanto dos diversos municípios do Estado quanto de estados vizinhos, pela possibilidade de oferta de emprego e melhores condições de vida. Falamos em possibilidade, porque efetivamente nem todos os que migraram para a Manaus trabalharam no PIM ou tiveram condições de vida mais favoráveis ao se tornarem industriários.

Segundo Nazareth, Brasil e Teixeira (2011), o Censo de 1980 mostrou que aproximadamente 60% das pessoas com menos de cinco anos de residência em Manaus eram originárias de áreas urbanas, fossem elas migrantes intraestaduais ou interestaduais.

A implantação do PIM inaugura um novo período econômico na região. Ao analisar as mudanças da cidade de Manaus a partir dos anos 1980, nota-se o surgimento de uma classe média mais numerosa, o acirramento das desigualdades sociais, o crescimento vertiginoso da violência urbana, o estrangulamento da malha viária, a intensificação da sensação de insegurança, a degradação ambiental com o significativo crescimento da produção de resíduos sólidos, entre outras expressões destes desequilíbrios. Vale lembrar que Manaus tem o maior IDHM do Estado do Amazonas (OLIVEIRA, 2003; SEPLAN/DEPI, 2001, 2002, 2006, 2008, 2009, 2010).

A cidade de Manaus tomou ares de cidade grande; nova paisagem se impôs aos que chegaram e por ela passaram, a estrutura urbana foi modificada, o seu gigantismo urbano tornou quase impossível conhecê-la em sua totalidade. Nas três últimas décadas, a cidade mudou sua face, os *shopping centers* e os arranha-céus reconfiguraram a dinâmica da vida e de sua paisagem. Ao mesmo tempo, diferenças abissais na vida de sua população, a miséria e a pobreza se acentuaram, os programas governamentais de transferência de renda e de moradia não minimizaram a miséria, que se concentra nos bolsões criados em sua periferia (OLIVEIRA, 2003; A CRÍTICA, 1980, 2000).

A construção de grandes condomínios fechados, de prédios de apartamentos de luxo em áreas nobres, tem como contemporâneo o surgimento de novos bairros com precárias condições habitacionais, com infraestrutura pública inadequada, serviços de fornecimento de água, de luz e de esgoto; os serviços públicos de saúde e educação só atendem parte da população. Os grandes conjuntos habitacionais construídos de 1967 a 1990 (14.450 unidades entregues), e de 1991 a 2000 (4.326 unidades entregues),

resolveram os problemas habitacionais de uma pequena parte (5%) da população (OLIVEIRA, 2003; A CRÍTICA, 1980-2010).

Os problemas sociais são agravados graças à falta de proteção aos trabalhadores, que passam a buscar no mercado informal os meios necessários para a satisfação de suas necessidades básicas. Se não tivesse a informalidade, os problemas seriam muito piores. No mercado informal, o trabalhador torna-se totalmente dependente da necessidade diária de sobrevivência, pois os ganhos estão condicionados ao trabalho ininterrupto. Ao contrário, o trabalho formal, como nos ensina Castel (1998), pressupõe as proteções sociais em situações de doença, velhice, morte ou incapacidade temporária ou definitiva para o trabalho.

Os migrantes entrevistados nesta pesquisa, em sua maioria, apontam como um diferencial vantajoso os serviços de saúde, tratamentos odontológicos e sistema de transporte, disponibilizados pelas empresas do PIM; para eles, a existência desses serviços justifica sua permanência na cidade e no próprio polo, em função da dificuldade de acesso ao sistema público.

A passagem pelas ruas e calçadas dos bairros da periferia de Manaus, e até mesmo do centro da cidade, nos revela a proliferação das atividades informais, vendedores ambulantes, barraqueiros e quituteiros, que disputam com as grandes lojas os clientes passantes. Estes são elementos que fazem parte da composição da Manaus de hoje, de uma cidade que tem novos ares, que acentuou suas contradições.

As notícias de jornais e a literatura sobre a cidade descrevem uma cidade com grandes restaurantes, casas noturnas, boates, grandes hotéis, grandes lojas de departamentos, mas também uma cidade de guetos, casas de forrós, pontos de prostituição, botecos, ruas lamacentas, palafitas e casebres, banquinhas e pequenas vendas como sustento da família, trabalhos informais precarizados e precários, uma cidade do furto e do medo, onde se percebe nitidamente um processo de apartação social. Cidade de carros luxuosos, importados ou nacionais e de ônibus urbanos, superlotados com sua massa de trabalhadores, que dividem a estrangulada malha viária (A CRÍTICA, 1980-2010; OLIVEIRA, 2003).

Enfim, a partir da década de 1970, com a implantação da Zona Franca, a cidade de Manaus se torna mais intensamente objeto de desejo e imaginação do amazonense, figurando como o lugar que possibilitaria a realização dos projetos individuais ou coletivos de melhoria de vida. Por sua nova configuração econômica, permitiria aos migrantes a obtenção de trabalho e educação de melhor qualidade, alternativas não existentes na cidade de origem.

A nova cidade, mais próspera, mais moderna, que demanda mais empregos, ao mesmo tempo em que causava fascínio, causava medo, pois sua diversidade e complexidade eram de difícil assimilação e internalização pelo homem oriundo das pequenas cidades ou vilas, onde a dinâmica da vida era muito mais simples; a vida de desenrolava sem muitos sobressaltos.

Sua distância da maioria das cidades do Estado, o difícil acesso, tornava conhecida por poucos a sua complexidade, a real condição social e econômica de quem aqui vivia. Sua imponente e superioridade eram vistas como paradigmáticas, um modelo a ser seguido na transformação da condição de vida das pequenas cidades da federação.

Manaus tem uma dinâmica própria, um ritmo próprio. Para nela sobreviver, é preciso adaptar-se, resistir. A resistência para aquele que desejasse nela aportar começava na partida de seu lugar de origem, onde, de maneira não muito sistemática, se agrupavam os elementos, como num mosaico, no intuito de formar um quadro coeso e lógico sobre o destino, oferecendo a justificativa para partir. Assim, foi planejada a viagem, muito mais como ousadia e risco, do que como razão e certeza.

A partida é uma aventura, que exige organização logística e financeira; o deslocamento é repleto de sentimentos contraditórios, tristezas, alegrias e expectativas. Aportar, no entanto, é apenas uma etapa, que antecede tantas outras – adaptação, socialização, o domínio dos costumes, das práticas, do ritmo de vida da nova cidade. Enfim, implica em tornar-se outro homem, um homem da modernidade.

Aquele que migra vislumbra que, no destino, encontrará de imediato a solução para os problemas potencializadores da partida – *motivos por que* – existentes em sua cidade de partida, como emprego, saúde e educação. No entanto, descobre que efetivamente a dinâmica da vida e a nova realidade social do destino se impõem em outro ritmo e tempo,

diferentes do esperado, ficando assim, em muitos casos, adiada a realização dos *motivos a fim de*.

2.2 Subjetividades em fronteira: o sujeito em meio ao processo migratório

As narrativas dos migrantes industriários e o contexto de sua migração nos impelem a buscar compreender o contexto social, econômico e político em que estes se encontravam no momento da experiência migratória, aproximando-se das pré-condições na tomada de decisão de migrar.

Para a teoria neoclássica da migração, alguns fatores são fundamentais na tomada de decisão de migrar do indivíduo, relacionados à origem ou ao destino, como vemos em Everett Lee (1980), ou relativos à remuneração, como preconiza Ravenstein (1980).

Para Brito (2009), as análises econômicas e sociológicas sobre as migrações internas foram fortemente influenciadas pela teoria do deslocamento com oferta ilimitada de mão de obra e pela teoria de modernização social. Nesta seara encontramos Todaro (1980), Singer (1980) e a teoria da modernização social, na qual estão Germani (1970) e Durham (1973).

Para Todaro (1980), a migração é um fenômeno de transferência de excedente populacional do setor agrícola tradicional para o setor moderno da economia. A partir da década de 1970, no Amazonas, nota-se significativa mudança no percentual populacional da zona urbana e zona rural. Em 1970, 42% de sua população residia na Zona Urbana e 58% na Zona Rural, em 2010 estes percentuais passaram a 79% e 21%, respectivamente (IBGE, 1970, 2010).

Do mesmo modo, também não se enquadraria o processo migratório para Manaus nos moldes preconizados por Singer (1980), quando advoga que a mecanização no campo e a implementação de nova tecnologia são fatores de expulsão do campo para a cidade.

Acreditamos que dois fatores devem ser considerados ao tratarmos da migração para Manaus: a implantação na cidade de um parque industrial, o que, para Singer (1980), é uma forma de expansão do capitalismo; e, por consequência, torna a cidade um lugar que

inspira a busca de melhoria de vida pelos sujeitos que têm consciência deste fato. Quanto a este segundo fator, é pertinente lembrar de Durham (1973), que torna este o mote de sua pesquisa ao buscar compreender a integração de trabalhadores rurais (migrantes) em sistemas industriais, na cidade de São Paulo.

Quando analisamos a mobilidade populacional no Estado do Amazonas a partir da década de 1970, verifica-se a existência de um movimento no sentido rural-urbano. Vimos que diversos fatos contribuíram para essa nova configuração, destacando-se o declínio econômico da região com a quebra do sistema mercantil extrativista, que tinha como principal elemento propulsor a produção e exportação do látex (BENCHIMOL, 1977).

Os amazonenses que migram para Manaus procedem de origens distintas, tanto da zona rural quanto da zona urbana. Aos observarmos os dados dos Censos demográficos de 1970 a 2010, constatamos um decréscimo populacional na zona rural e, em sentido inverso, um crescimento populacional significativo na zona urbana das cidades (Gráfico 12).

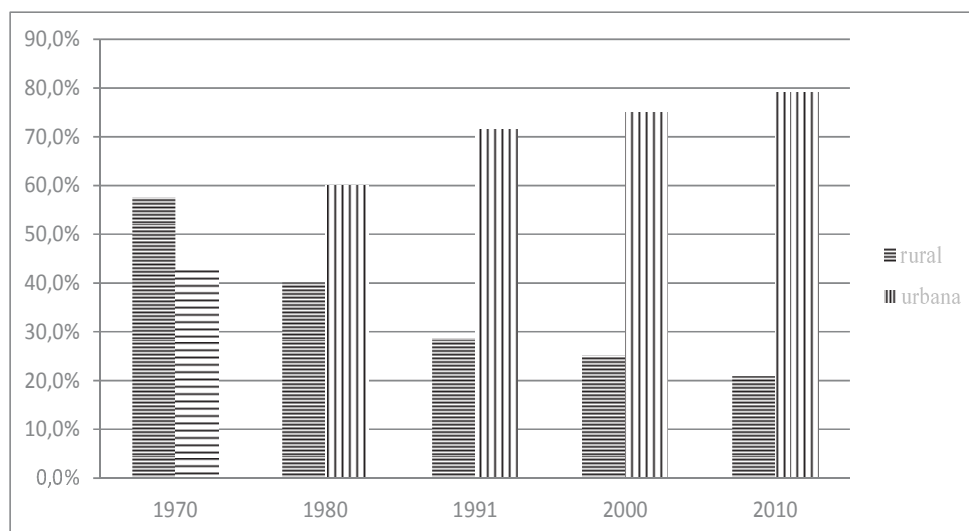


Gráfico 12 – Percentual da população urbana e rural no Estado do Amazonas
FONTE: IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

O poder público – Legislativo e Executivo Nacional e Estadual – encarou como problemático o processo de esvaziamento das zonas rurais e, em contrapartida, o crescimento populacional acentuado das zonas urbanas. Assim, medidas mitigadoras desse movimento migratório, principalmente para Manaus, foram tomadas a partir da década de 1970.

Entre essas medidas pode-se destacar a criação e a implantação de institutos, como a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), a SUDAM e, mais atualmente, o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM). Essas instituições têm como objetivo precípua fortalecer a economia regional, com investimentos na agricultura e na pecuária, tornando as pequenas cidades autossustentáveis (BATISTA, 2007). Apesar deste esforço realizado há décadas, a autossustentabilidade econômica dos municípios amazônicos é ainda quimérico, tendo em vista os índices de agricultura, extração vegetal, pecuária, avicultura, pescado, e produção de origem animal, divulgados pela Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN, 1998-2009).

Exemplos desse esforço podem ser encontrados em ações como as implementadas em 1980, pelo então Governador do Estado, José Lindoso, que firmou convênios com empresas detentoras de tecnologia em produção agrícola e utilização de área de várzea na Zona Rural de Manaus (A CRÍTICA, 1980, p. 10).

Ao retornarmos à questão da mobilidade populacional, verificamos que sua ocorrência para Manaus se dá, no mínimo, em dois movimentos, rural-urbano e urbano-urbano. Mais explicitamente significa que parte dos migrantes estudados foi da zona rural para a zona urbana de pequenas cidades do estado, onde permaneceu por determinado período, migrando após algum tempo para Manaus. Por outro lado, outros migraram diretamente da zona rural das pequenas cidades para a zona urbana de Manaus.

Na pesquisa de Melo e Moura (1990), identifica-se que do universo de 935 dos entrevistados em Manaus, 52,8% (494) eram oriundos da zona urbana e 47,2% (441) oriundos da zona rural. Mais pormenorizadamente, 10,41% naturais de Manaus e 89,59% oriundos de outros municípios, dos quais 46,34% nascidos na zona urbana e 53,64% nascidos na zona rural.

Ao analisarmos os Censos demográficos, constata-se que em 1980 havia predominância de Naturais, quando comparados aos Não Naturais nas sete microrregiões do Estado. Note-se ainda que, na Microrregião do Médio Amazonas – na ocasião composta pelos municípios de Autazes, Barreirinha, Careiro, Itacoatiara, Itapiranga, Manacapuru, Manaus, Maués, Nhamundá, Nova Olinda do Norte, Parintins, Silves, Urucará e Urucurituba – os não naturais são bem maiores em percentual (23%) que do que nas outras microrregiões.

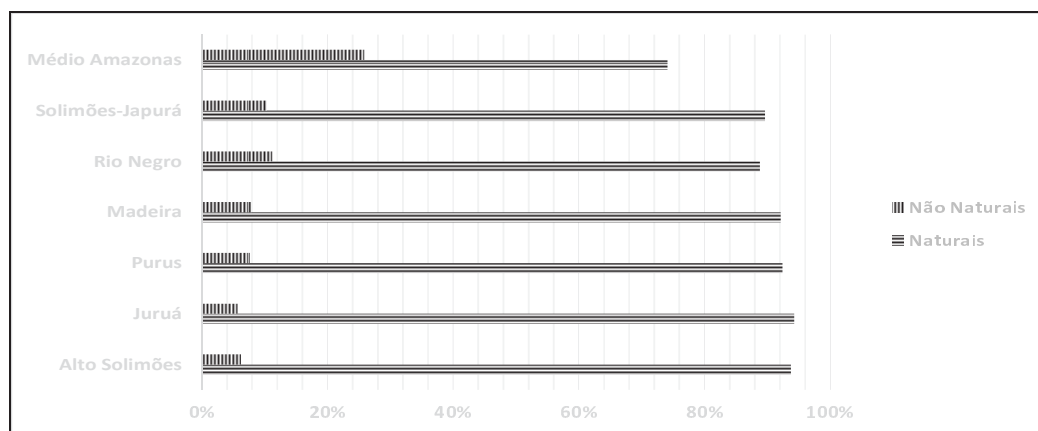


Gráfico 13 – Percentual populacional de Naturais e Não Naturais por Microrregião
 FONTE: IBGE, 1980.

No Censo de 1991, vê-se um quadro um pouco diferente, com a criação de novos municípios outorgados pela Constituição de 1988. O Estado do Amazonas passa a ser subdividido em treze (13) microrregiões, compostas por sessenta e dois (62) municípios. Ao nos voltarmos para a população rural e urbana do estado por microrregião, a partir do Censo de 1991, averigua-se percentual decrescente da população rural e crescente da população urbana. Destaca-se a microrregião de Manaus, cujo percentual de 92% da população encontra-se na zona urbana (Tabela 2).

Microrregiões	% 1991		% 2000		% 2010	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
	30	70			48	52
	16	84			48	52
	48	52			58	42
	43	57			62	38
	64	36			74	26
	50	50			61	39
	91	9			94	6
	41	59			48	52
	55	45			61	39
	57	43			57	43
	33	67			59	41
	38	62			60	40
	44	56			54	46

Tabela 2 – Percentual populacional na zona urbana e rural do Amazonas por Microrregião
 FONTE: IBGE, Censos 1991, 2000, 2010.

Este é sinteticamente o panorama da mobilidade populacional no estado do Amazonas a partir da década de 1970. Um quadro mais detalhado com informações sobre os naturais e não-naturais, brasileiros ou estrangeiros, já apresentamos.

Há certa unanimidade entre autores que, após a implantação da Zona Franca na cidade de Manaus, no final da década de 1960, a capital se tornou polo de atração populacional, lugar escolhido por se acreditar ser favorável à confluência de oportunidades econômico-financeiras e sociais, propício para a reconstrução de suas vidas.

É na esteira dessas possibilidades que nasce, mesmo que sub-repticiamente, na consciência dos migrantes, o projeto de construção de uma nova vida, uma nova história. A este respeito, comenta Weber (1971) *apud* Legros et. al. (2007):

Na grande maioria dos casos, a atividade real se desenrola em uma obscura semi-consciência ou na não-consciência (*Unbewusstheit*) do sentido visado. O agente age, na maioria dos casos, obedecendo a uma impulsão ou ao costume. Apenas ocasionalmente é que se tem consciência do sentido (quer seja racional ou irracional) da atividade... (p. 61).

A reconstrução da vida e da história é possível pelo pressuposto de que, em algum momento, formou-se na consciência do migrante uma imagem, real ou quimérica, do destino, no caso, a cidade de Manaus. É na direção dos fatores relacionados à origem e ao destino que será gestada a ação, nos termos preconizados por Schutz (1979), até tornar-se ato realizado.

Vimos que Schutz (1979) chama de ação consciente, em detrimento da inconsciente, aquela em que o indivíduo, antes de realizar, já tem em sua mente uma figura do que vai fazer, e ato é ação que já foi executada, que deixou de ser projeto. Quando o migrante relata sua experiência migratória, o processo de elaboração e execução de seu projeto migratório, ele o faz em retrospectiva de uma ação já realizada, ou seja, um ato já executado.

O migrante, à medida que constrói seu projeto, o faz tendo como arcabouço um conjunto de elementos, o que Schutz (1979) denomina de mapa, que será consultado conforme a ação avança e progride. Este mapa é construído e “pode ter qualquer grau de clareza, desde a vagueza total até o máximo de detalhe” (p. 127).

Para o autor, é essa “consulta ao mapa” que caracteriza uma ação consciente. Esclarece ainda como a ação pode ser conhecida, como se apresenta, ou ainda, como é encontrada a ação na experiência. Argumenta que a evidência ou modo de apresentação pode diferir dependendo de três condições: “1) o ato está ainda no estado de ‘puro projeto’; 2) a ação, como tal, já começou, e o ato está a caminho da realização; 3) o ato já foi executado e está sendo visto em retrospectiva, como *fait accompli*” (p. 127).

Assim, as trajetórias migrantes estão sendo vistas em retrospectiva, haja vista a ação migratória fazer parte do passado. As perspectivas, as metas, as incertezas, os medos e anseios sobre o futuro são agora lembranças, que fazem parte de outro tempo, o passado.

Os migrantes, ao fazerem uso da lembrança, visualizam as etapas da ação em curso, ou melhor, do ato a caminho de realização. O caminho de realização da ação, o ato em curso, se inicia pela construção do mapa sobre o destino, as informações advindas por diversos meios têm o intuito de reduzir os riscos de fracasso do projeto que se iniciou. Esta etapa de transição entre a construção do projeto, de consulta ao mapa mental, finaliza com o aportar na cidade de destino, Manaus.

Quando discorremos sobre a construção do projeto migratório, dissemos que ele se inicia basicamente por uma crítica ao lugar de origem, pela consciência de sua condição, como também perspectivas para um futuro. Para aqueles que nunca tiveram nenhuma experiência com o destino, este é um enigma que precisa ser desvendado. Como esta informação chega à consciência de quem deseja partir influencia e potencializa a tomada de decisão. O destino se torna mais próximo, mais nítido e mais real, quando o saber sobre ele advém de fonte que inspira mais confiança e segurança (Gráfico 14).

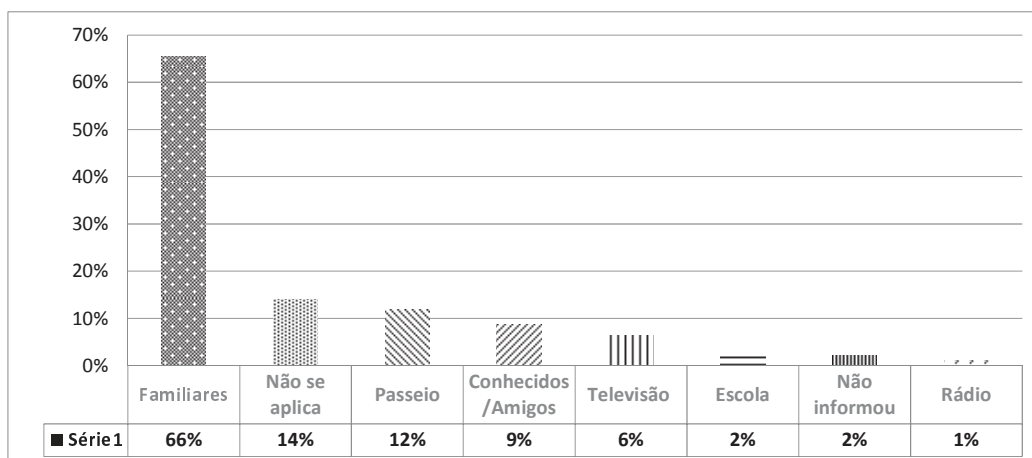


Gráfico 14 – Fonte de informações sobre Manaus
 FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de Campo, 2012.

Para os migrantes, as relações familiares são a fonte de conhecimento por excelência da cidade de Manaus, pois estes já tinham alguma experiência com a cidade, ou porque lá moravam há algum tempo, ou porque de lá eram naturais, ou ainda por morarem em cidades próximas à capital e com ela estabelecem relações cotidianas. Esses contatos, essas ligações, são úteis à medida que compõem o acervo de informações sobre as condições sociais, econômicas e políticas sobre a cidade de destino, elementos necessários à construção de seu projeto migratório.

Para Schutz (2012, p. 131), existem quatro tipos ideais de fontes de conhecimento: a primeira pode vir da experiência imediata de outro indivíduo (testemunha ocular) que

comunica esta experiência a mim, o indivíduo parte da crença de que seu relato resulta de uma experiência no mundo ao seu alcance; a segunda fonte é o *insider*, o conhecimento derivado pode ser a experiência imediata de outro indivíduo – não necessariamente uma testemunha ocular e não necessariamente reportado a mim, no entanto, o evento tem relevância intrínseca substancialmente diferente da minha; a terceira fonte é a opinião de outra pessoa (o analista), baseada em fatos recolhidos de fontes diversas ou recolhidos socialmente, agrupados em sistemas de relevâncias semelhantes aos meus; a quarta fonte é a opinião de outro indivíduo (o comentarista), baseada nas mesmas fontes do analista, mas agrupadas em relevâncias diferentes das minhas; sua opinião é de confiança, na medida em que permite construir um conhecimento suficientemente claro e preciso do sistema subjacente de relevâncias.

O autor ressalta que nenhum desses tipos é possível de ser encontrado em sua pureza, no entanto, todos são importantes ou mesmo decisivos para o cidadão que busca informação conferir sua fonte.

Assim, pode-se verificar que a maioria das informações sobre o destino (Manaus) não poderia ser classificada em um dos tipos exclusivamente. Poderíamos dizer que, no mínimo, dois tipos se enquadrariam: o primeiro e o segundo tipo. O primeiro, testemunha ocular, tendo em vista que as informações fornecidas “pressupunham uma certa conformidade do sistema de relevância com a da testemunha”, ou seja, que o destino possibilitaria a realização dos *motivos a fim de*, como também não se poderia descartar o fato de que os familiares que forneceram as informações conhecem melhor o “evento”. O segundo tipo seria o *insider*, pois embora a experiência tenha uma configuração diferente, há a crença em seus relatos e a suposição de que o indivíduo experimentou o evento em um contexto único ou típico de relevância.

O que chama a atenção quanto às fontes de informações dos migrantes sobre Manaus são as associadas ao mundo moderno, como televisão, escola e rádio. Os serviços de rádio e televisão em Manaus são da segunda metade da década de 1960; a transmissão para outros 38 municípios do Estado foi realizada em 1977, no sistema de gravação em fitas de vídeo enviadas por motor de linha, avião ou canoa. A transmissão via satélite foi realizada a partir de 1979.

As relações estabelecidas com os familiares na cidade de destino são mecanismos de manutenção da unidade familiar, além de uma forma de participar da vida e das transformações da cidade. Estes elementos se configuram como arcabouço na tomada de decisão de migrar, como nos relata José da Silva: “Meu pai tinha barco. Então, ele enchia o barco de banana e vinha pra cidade, pra capital [...] e a mãe dele já morava aqui. Primeiro veio minha irmã estudar, na frente, depois nós”.

As relações estabelecidas com a cidade tornam mais fácil e menos arriscada a decisão de migrar. O conhecimento da cidade, as relações já estabelecidas e, principalmente, a existência de familiares na cidade se tornam uma garantia a mais, na construção da sensação de segurança, do não desamparo. Em síntese, as relações familiares existentes em Manaus, além de serem responsáveis pela divulgação da própria cidade, também o são para dar maior segurança emocional na tomada dessa decisão.

Assim nos relata Fátima Freitas: “Meu pai sempre viajava para cá. Ele deixava a família e vinha. Aí, ele comprava as coisas e levava pra gente. Mas a gente só trabalhava, trabalhava de segunda a sábado. Só domingo que era dia de folga”.

Os migrantes, mesmo submetidos a certo isolamento geográfico da capital, não se encontravam num completo estranhamento quanto às transformações em Manaus. Notícias da implantação de uma escola agrícola, a preparação da área para implantação do PIM, o intenso vai e vem dos navios nos grandes rios amazônicos eram indícios de que mudanças estavam em curso.

As notícias das transformações da cidade também são, em certa medida, fonte de segurança na tomada de decisão, elemento que inspira maior confiança de realização dos objetivos. Segundo Antônio Maciel, na época da construção do Distrito Industrial, seus tios trabalharam no desmatamento. Esta declaração coaduna com o fato de que, no final da década 1960, a implantação da Zona Franca de Manaus se configurava como realidade na cidade de Manaus; entre os marcos estava o desmatamento da gleba de densa floresta, o que ocupava alto contingente de mão de obra. Situação similar à de Félix da Silva e Elvécio da Fonseca, cujos pais ficaram na origem e tinham familiares já morando na capital.

Manaus era tema de conversas e elucubrações, retratada como um lugar fácil de arrumar emprego, que despertava curiosidade de conhecer. Saber da existência de Manaus

não implicava conhecer sua vida, suas transformações ou sua história. Este saber, ainda que superficial, permite a criação de projetos e de metas. O saber potencializa o querer, e este, dado as condições, possibilita o agir concretamente. “É o nosso interesse à mão que motiva todo o nosso pensar, projetar, agir e que, portanto, estabelece os problemas a serem solucionados pelo nosso pensamento e os objetivos a serem atingidos por nossas ações” (SCHUTZ, 1979, p. 110).

Ao tratar do cenário cognitivo do mundo da vida, Schutz (1979) advoga que existem quatro zonas de relevância, sendo a primeira composta pela parte do mundo ao nosso alcance, que pode ser imediatamente observada, como também, ao menos parcialmente, dominada, modificada e organizada através das ações. Ressalta que essa zona de relevância exige um “nível ótimo de compreensão, isto é, clareza e nitidez” (SCHUTZ, 1979, p. 111). Segundo o autor, o domínio da situação só é possível se possuir o *know-how*, a técnica e o talento, “e compreensão precisa de por que, quando e onde usá-los” (IDEM).

Os conhecimentos adquiridos sobre Manaus pelos migrantes, por diversos meios, não são suficientes para darem segurança absoluta sobre as possibilidades no destino. Assim, a existência de familiares no destino se torna relevante na tomada de decisão, funciona como um *plus*, um elemento a mais que fortalece a tomada de decisão.

Os migrantes, em sua maioria, demonstram certa insegurança quanto à decisão a ser tomada, ocasionada pela falta de um conhecimento mais claro sobre a cidade. A falta desse conhecimento potencializa, como vimos, a construção de dilemas que vão desde o medo de sair de seu lugar de origem – o que implica uma revalorização de seu lugar de origem – mesmo que este não lhe apresente possibilidades de melhoria de vida, até o medo de fracassar, ainda que reconheça que no destino terá maior chance de sucesso que no lugar de origem.

Na ótica de Schutz (1979), no segundo nível de relevância, “existem outros campos, fechados ao nosso domínio, mais imediatamente ligados à zona de relevância primária” (p. 111) e neste nível basta que o sujeito conheça as possibilidades, chances e riscos que possam interferir no interesse principal. A este respeito, nota-se que alguns migrantes têm consciência de suas limitações, embora, para a maioria, o destino não seja bem conhecido e dominado apenas muito parcialmente; eles pressentem que poderão ter

dificuldades na realização de seus planos, um sentimento que resulta da capacidade de realizar uma autocrítica, já que conhecem suas potencialidades e limitações, e assim imaginam os possíveis riscos e as chances de sucesso, o que é demonstrado por alguns como o medo do fracasso.

Schutz (1979) advoga mais dois níveis de relevâncias: as “relativamente irrelevantes” (terceiro nível) e as “absolutamente irrelevantes” (quarto nível). Para o autor, a passagem de uma zona a outra não se dá mecanicamente, como também estas não podem ser classificadas de forma estanque, pois se apresentam de maneira dinâmica, com pontos entre si convergentes e divergentes.

Não podemos esquecer, como já dissermos, que a implantação de uma Zona Franca se insere no contexto da economia global e se configura como uma das inúmeras estratégias de expansão do capitalismo mundial, como bem analisam Pinto (1987) e Silva (1999). O estudo de Valle (2007, p. 110) sobre a produção de *offshore* em Manaus é uma demonstração disso: “Sujeita à dinâmica do capitalismo, a Amazônia, e, em particular, a cidade de Manaus sofreram mudanças acentuadas com os processos de expansão e recomposição da economia capitalista mundial”.

É oportuno recordar que também fez parte de uma estratégia política do governo militar brasileiro, e mantido pelos governos civis, para buscar o desenvolvimento econômico da região amazônica, ocupar e proteger suas fronteiras (OLIVEIRA, 1991).

As mudanças na economia global e na política econômica brasileira impuseram à população de Manaus e do Amazonas novas relevâncias, ou melhor, as ações tomadas pelo poder político (zonas de relevâncias três e quatro). Para Schutz (1979, p. 111), o terceiro nível de relevância se caracteriza por, no momento da ação, os diferentes fatores não terem ligação com o interesse do indivíduo, enquanto o quarto nível é aquele em que “nenhuma mudança possível iria influenciar o objetivo em questão”. Pertencem, segundo o autor, ao sistema imposto de relevâncias, pois são situações e eventos impostos que não estão ligados a interesses por nós escolhidos, não se originam da nossa vontade. Por isso, temos que aceitar exatamente como são, sem poder de modificá-los.

Compreendemos assim que as metas e propósitos tornam-se material sobre o qual se debruça o migrante na esperança de que a experiência do amigo, do conhecido, de um

membro da família, de algum modo, subsidie o sucesso do projeto. As narrativas daqueles com quem compartilha a vida assumem um valor de verdade, pois é necessário se apegar a algo. Como afirma o entrevistado Francisco Braga, as histórias relatadas sobre Manaus por aqueles que aqui residiam aguçavam sua imaginação: “Eu tinha tios aqui. Eles iam lá e falavam”.

As narrativas sobre o conhecimento de Manaus se configuram na consciência dos migrantes como os *motivos a fim de* – projetos a serem realizados futuramente – como construção na consciência da forma de ver e viver a existência. O conhecimento de Manaus pelos familiares, ou por vizinhos, colocava o migrante em condição de responsabilidade, ao mesmo tempo de uma relativa liberdade de dizer não ao projeto migratório. Levando-se em conta as circunstâncias, o ato de migrar é imperativo, adotado como medida que objetiva resolver as deficiências da origem, vistas como maiores do que os riscos no destino. Essa decisão, no entanto, não é de responsabilidade exclusiva do migrante; está restrita à decisão do genitor, tendo em vista que 45% dos migrantes entrevistados estavam em condição de menoridade.

A cooptação de mão de obra feminina nas pequenas cidades, principalmente para trabalho doméstico, foi uma prática adotada por muitas famílias como mecanismo que tornava possível um futuro diferente para os seus filhos ou filhas, que se deslocavam para cidades com melhores condições de educação. Eram os “padrinhos” que se responsabilizavam pelo transporte do migrante, pelo sustento e pela proteção; os “afilhados” exerceriam alguma atividade, geralmente doméstica, em troca do sustento e moradia e da possibilidade de continuar os estudos.

Assim relembra Iris Santos que migrou sozinha aos dezoito anos de idade, enquanto os pais ficaram na origem: “minha mãe tem umas tias com mais condições; eu tenho tias e elas têm noras que tiveram filhos; elas queriam uma babá, então minha mãe me mandou, eu tinha dezessete anos”. Em muitos casos, o migrante não tem o poder de decidir. Entre as mulheres que migraram para Manaus, cujo planejamento da viagem foi por deliberação familiar, 10% (9) e 4% (4) foram mandadas para Manaus para trabalhar em casas de parentes ou conhecidos.

Diante desse quadro e das possibilidades, fatores relacionados à origem ou ao destino foram fundamentais na decisão de migrar. Tais fatores nem sempre estavam claros para o migrante, embora houvesse a intenção de migrar. Não há fase ou aspecto da consciência humana que surja de si e por si próprio.

O conhecimento adquirido sobre Manaus, as relações com os parentes e a análise de seu cotidiano são elementos que irão compor a construção na consciência do migrante do projeto migratório. Em Schutz (1972), citado por Lopez (2008), encontramos a afirmação de que as metas se referem ao futuro e são necessárias para sua realização; para seu alcance, a ação é em si mesma um meio. Neste sentido, os *motivos a fim de* são metas que se referem ao futuro para os migrantes, e para que estas sejam alcançadas, a ação é um meio e se faz necessária. A escolha do lugar de destino e o enfrentamento dos dilemas vivenciados na origem são metas a serem alcançadas para que a ação se torne ato.

Na ótica do autor, parece haver uma razão dupla para isso: um significado subjetivo e um significado objetivo, que se multiplica ainda em outros aspectos das implicações envolvidas no conceito de motivos. É subjetivo quando se refere à experiência do ator que vive o processo de atividade em curso, para quem o motivo quer dizer o que ele realmente tem em vista como atribuidor de significado à sua ação em curso; isso é sempre o '*motivo a fim de*'. Por outro lado, na medida em que vive a ação em curso, ele não tem em vista os *motivos por que*, mas somente quando a ação é realizada e se torna um ato. O significado objetivo se evidencia quando o sujeito pode voltar-se para ação passada, como um observador de si próprio, e investigar as circunstâncias que determinaram sua decisão, ou seja, é somente na retrospectiva que o ator tem consciência efetiva do *motivo por que*.

Nas entrevistas percebemos que os migrantes verbalizam os *motivos por que*, e estes estão vinculados às críticas sobre a vida no lugar de origem, com as condições de subsistência, com a falta de emprego, de educação, entre outras. Eles também registram seus *motivos a fim de*, ou seja, os motivos que se referem ao futuro, não ao projeto em si mesmo ainda, mas ao ato projetado, composto de críticas do presente vivido. É a ação futura.

Para os migrantes entrevistados, os principais *motivos a fim de* na construção da ação migratória são: emprego, educação e melhoria de vida. Mesmo que estes tenham

surgido nas entrevistas isoladamente, trabalho e educação são compreendidos pelos migrantes como fundamentais na melhoria de vida.

A busca por emprego é um dos principais incentivadores da saída da cidade de origem. Conhecidos, amigos e parentes deixavam o campo em busca de trabalho em Manaus. Para os migrantes, as condições de vida no interior são difíceis, instáveis, principalmente para quem vivia da agricultura, pecuária ou pesca. As estações de seca ou cheia, em geral, agravam a vida do interiorano, principalmente o ribeirinho, pois, dependendo da intensidade das estações, os prejuízos podem ser grandes.

Para Frederico da Silva, que trabalhou com seus familiares na agricultura e na pesca, a vida no “interior era muito vulnerável, tinha a cheia e tinha seca, tinha um período farto e um período era mais escasso”. É interessante notar que o migrante tinha consciência que as atividades desempenhadas despendiam grande esforço físico, disposição e constância, mas, mesmo assim, não possibilitavam mudança significativa na vida. Somente saindo haveria a possibilidade de “melhorar mesmo a vida, porque, lá, não tinha” (Maria Socorro).

Os migrantes percebiam nessas atividades somente a probabilidade de manutenção da sobrevivência, mas não a possibilidade de uma vida melhor. É o que fica evidente quando comenta Frederico da Silva: “eu via os meus parentes, todos os meus tios vindo [para Manaus]. A questão era o trabalho, melhorar a condição através do trabalho”.

Como vimos anteriormente, os migrantes ao partirem de suas cidades ou comunidades – quanto às atividades desempenhadas – estavam em três condições: somente estudavam, trabalhavam e estudavam ou somente estudavam. A insatisfação quanto às atividades exercidas é notada nas narrativas dos migrantes, quando afirmam que, no lugar de origem, as atividades eram todas informais, o que lhes despertava o anseio de obter um trabalho em melhores condições.

Associado à intenção de adquirir emprego fixo, estava também o desejo de estudar, seja pela falta de oferta ou por avaliarem a formação como deficitária. Ainda hoje, em muitas comunidades amazônicas, há somente a oferta do ensino fundamental, o qual nem sempre tem corpo docente permanente, como também funciona em escolas

improvisadas, em casas cedidas por algum membro da comunidade ou em barracão da associação comunitária.

Essas condições imprimem na consciência do migrante uma avaliação do estudo disponibilizado e o impulsionam a querer encontrar condições mais favoráveis, pois, como comenta Gustavo Pereira que migrou com os pais aos treze anos de cidade, “no interior, sabe que é difícil o estudo”. Na mesma perspectiva, Nívea Damasceno ressaltou que pretendia continuar e terminar seus estudos.

Manaus é imaginada pelo migrante como um lugar onde realizará seus sonhos, onde poderá obter um trabalho melhor, uma educação melhor ou adquirir bens. No entanto, nem sempre o projeto se realiza como planejado e desejado. Essa é a experiência de Antônio Souza, que se frustrou ao chegar à Manaus e teve que escolher entre as metas que pretendia realizar: trabalho ou estudo. Migrou sozinho aos dezenove anos, em 1991, e seus pais ficaram na origem; tinha familiares que trabalhavam no PIM desde sua criação nas décadas de 1960.

Eu pensava a facilidade de emprego, a moradia e o estudo também. Só que quando eu cheguei aqui, eu vi que a coisa era um pouco diferente, emprego estava escasso, deixei um pouco de lado a escola por um tempo e corri atrás de um emprego para estabilizar (Antônio Souza).

O projeto construído na tomada de decisão de migrar se consolida, como dissemos anteriormente, primeiramente pela elaboração de uma crítica à própria realidade social e, num segundo momento, por uma avaliação da possibilidade de obter sucesso, acreditando que alguns elementos poderiam fazer a diferença para aquisição de um trabalho no destino: boa saúde e disposição para o trabalho, tendo em vista que na origem desempenhavam atividades informais, sem garantias e direitos, ou atividades extremamente desgastantes que exigiam muito vigor.

Mesmo em posse desses elementos – e que esses tenham contribuído para fortalecer a decisão de migrar – o imaginado é substituído por uma realidade muitas vezes desalentadora. Essa é a tônica do relato de Félix da Silva:

No começo eu pensei que eu ia ter uma vida boa. Eu tinha saúde, então, vou para lá trabalhar. Emprego, casa, mas não foi bem assim. Eu achava que eu iria conseguir estudar, que eu iria conseguir comprar, adquirir mais bens, para voltar, para um dia voltar.

Félix da Silva exerce a atividade de auxiliar de solda, tem o ensino médio completo, ganha dois salários mínimos. Na cidade exerceu, num primeiro momento, diversas atividades informais e, após três anos de sua chegada, ingressou no PIM, onde trabalha há 7 anos e de onde provém a manutenção de sua família. Relembra os primeiros tempos, as relações, o trabalho, a sobrevivência:

Foi difícil, porque, primeiro que, se tu não trabalhar, tu não comes. Então eu tinha que trabalhar virado, ninguém me conhecia, eu não conhecia muita gente a quem pudesse recorrer, mostrar o que eu fazia. Então, eu comecei limpando quintal, depois me aparecia a oportunidade de fazer o que eu sabia, então eu fui mostrando o que eu sabia fazer até poder mostrar que eu sabia fazer alguma coisa. Daí, comecei a ganhar outros lugares.

Após 10 anos vivendo em Manaus, adquiriu casa própria, construiu família, adquiriu alguns bens e concluiu o ensino médio. Contudo afirma, “posso dizer que eu não vivo bem, mas vivo tranquilo. Tenho um monte de conta para pagar, mas consigo dormir tranquilo”.

Para alguns, o projeto migratório não estava muito claro, porque foram levados ou enviados pelos pais ou responsáveis para Manaus. Essa é a condição de Rodrigo de Oliveira, que migrou com os pais aos treze anos de idade e mora há trinta e nove anos em Manaus. Ele conta que não tinha consciência desse processo, mas sabia que tinha se criado em sua família uma expectativa diante da possibilidade de sair de uma cidade pequena e viver em Manaus.

Para alguns migrantes, 9% (4), o ato de migrar não foi fruto de uma decisão consciente, nos termos preconizados por Schutz (1979). Uma ação é consciente quando o sujeito antes de realizá-la já tem em sua mente “uma figura” do que vai fazer (p. 126). Para

o autor, essa figura é retida diante do olho interior (retenção), ou de vez em quando é lembrada (reprodução).

Tomando como base as entrevistas dos migrantes, as expectativas sobre a vida na cidade de Manaus, os elementos decisivos para o ato migratório, a realização parcial ou integral das metas traçadas e a configuração presente da vida em Manaus, tanto os maiores como dos menores, é possível afirmar que 58% dos migrantes se sentem realizados, e 42% parcialmente realizados. A classificação parte da evidência de que as metas mesmo que parcialmente foram alcançadas.

Por exemplo, entre os migrantes entrevistados, 4% se encontravam desempregados quando entrevistados, construíram patrimônio, têm melhor escolaridade do que quando migraram, no entanto mesmo nesta condição, não desejam retornar para morar em suas cidades de origem. Manaus ainda é a melhor escolha.

Perguntado sobre o desejo de retornar para a origem, assim responde: “Eu acho que, lá, não teria oportunidade pra mim. Não valeria a pena”, declara Jonas Socorro, que migrou sozinho aos dezesseis anos, ficando seus pais na origem. Elvécio da Fonseca justifica: “Se tivesse trabalho, quem sabe até eu estaria lá. Se tivesse trabalho, mas não tem recurso”. Odalice Silva, que migrou com vinte e oito anos para ficar junto de seu marido que já havia migrado, afirma decidida: “Eu quero ficar aqui na minha casinha. Aqui eu já tenho as minhas coisas, tenho a minha casa. Só quero voltar a passeio”.

Os planos e projetos para o futuro nem sempre se realizam como almejado, seja porque os migrantes os mudam diante da nova realidade, ou porque esta os obriga a transformá-los mesmo à revelia de sua vontade. Os migrantes relatam que muitos projetos não se realizaram integralmente por alguns motivos, tais como: condições financeiras desfavoráveis e baixo nível de escolaridade.

Para Vicente Celestino, que desejava obter emprego, estudo, cursar uma faculdade e ter uma vida melhor, os estudos foram preteridos pela necessidade de trabalhar ou pela impossibilidade de conciliar ambos. “Não tive como concluir os estudos, precisava sustentar minha família e trabalhar direto”. Suzete Breves, que foi enviada pelos pais para morar com a tia aos quinze anos de idade, comenta: eu desejava “um futuro melhor, um trabalho, fazer faculdade, mas até agora ainda não consegui, porque lá o ensino era muito

fraco e eu vim pra cá para obter mais conhecimento, e para trabalhar também, que lá não tem trabalho”.

As narrativas apontam as causas da não realização integral do projeto inicial, geralmente, vinculadas à vulnerabilidade da formação educacional, às imposições de sua sobrevivência e de seus familiares. Para Schutz (1979), existe uma chance razoável de que a ação futura se amolde, pelo menos em tipo, ao projeto antecipado de *modo futuri exacti*. Essa chance é subjetiva, existindo apenas na forma de possibilidade, não há garantia de que coincida com a probabilidade objetiva. Ou seja, o presente especioso – aquele que contém elementos do passado e do futuro – é matéria para construção e delimitação do projeto que está sendo forjado, no entanto sua construção não garante que se realize exatamente como imaginado.

De modo mais objetivo, o migrante ao construir seus objetivos e metas para o destino deseja melhorar de vida. Por exemplo, pretende estudar e, a partir disto, adquirir um bom emprego, que lhe possibilite moradia, estabilidade, comodidade e segurança. As metas e objetivos podem se realizar em tipo, o migrante inicia um processo de escolarização e adquire um emprego. No entanto, embora tenha se realizado em tipo, não possibilitou a concretização das metas almejadas pelo projeto ao ser construído. Todos os planos feitos, todas as ações postas em curso têm como característica a indeterminação, apresentam-se ao sujeito apenas como um quadro de possibilidades.

Os projetos migratórios nem sempre se realizam no tempo e da forma como planejados. Como evidência, verificamos que, a despeito dos desejos dos migrantes de ingressarem no mercado formal de emprego no destino, 72% exerceram primeiramente atividades no mercado informal de trabalho. Com isso, os direitos, as garantias e a segurança almejados no projeto inicial não se realizaram como planejado inicialmente.

O trabalho se torna, entre outros elementos, fator determinante do processo migratório. As narrativas nos levam a crer que os migrantes não se referiam ao trabalho informal, mas ao trabalho formal, com direitos e garantias. Na origem, muitos entrevistados exerciam atividades na agricultura de subsistência, na construção civil, no cultivo de juta, no comércio, na extração vegetal e serviços.

Em Manaus, alguns migrantes exerceram atividades informais, com veremos, como alternativa necessária à manutenção da sobrevivência, mesmo que esta alternativa não tenha sido elencada como meta para o destino.

Segundo Schutz (1979),

as relações causais do mundo objetivo são vivenciadas subjetivamente, como meios possíveis para fins possíveis, como obstáculos ou apoio para as atividades espontâneas do meu pensar e fazer. Elas são vivenciadas como contextos de interesses, como uma hierarquia de problemas a serem resolvidos, como sistemas de projetos e suas possibilidades de desempenho (p. 138).

Estabelecidas as metas para o futuro, já com um domínio mínimo do lugar de destino, é preciso pôr em prática o projeto, tomar a imagem construída e torná-la ato e, para fazê-lo, é necessário planejar, o que equivale a pensar ponderadamente sobre os possíveis obstáculos intervenientes do processo.

Neste momento, é decisivo determinar o que não é relevante, a partir do “estoque de conhecimento à mão”, sendo este a base para se projetar o futuro, é o chão onde o migrante apoiará os pés em busca de alguma segurança sobre o futuro. Assim, o único mecanismo lógico e racional que pode contribuir para que o projeto se realize como ato futuro é o planejamento, que antecipará “eventos futuros, trazendo consigo horizontes em abertos, que somente serão preenchidos através da materialização do evento antecipado” (SCHUTZ, 1979, p. 139).

No universo estudado, a decisão de migrar tem diversas características, pode ser: decisão individual, determinação dos pais, decisão tomada após deliberação com a família, bem como decisão exclusiva do cônjuge, quando este já tinha sua própria família. A tomada de decisão implica na responsabilidade do planejamento da viagem, o que significa tomar as medidas cabíveis para que a ação se inicie, o projeto entre em curso de realização. No grupo, esta atividade não se concentra nas mãos de um único indivíduo, ou é restrita a uma condição, ela é realizada pelos pais dos migrantes, pelo próprio migrante ou, ainda, por deliberação do grupo familiar (Gráfico 15).

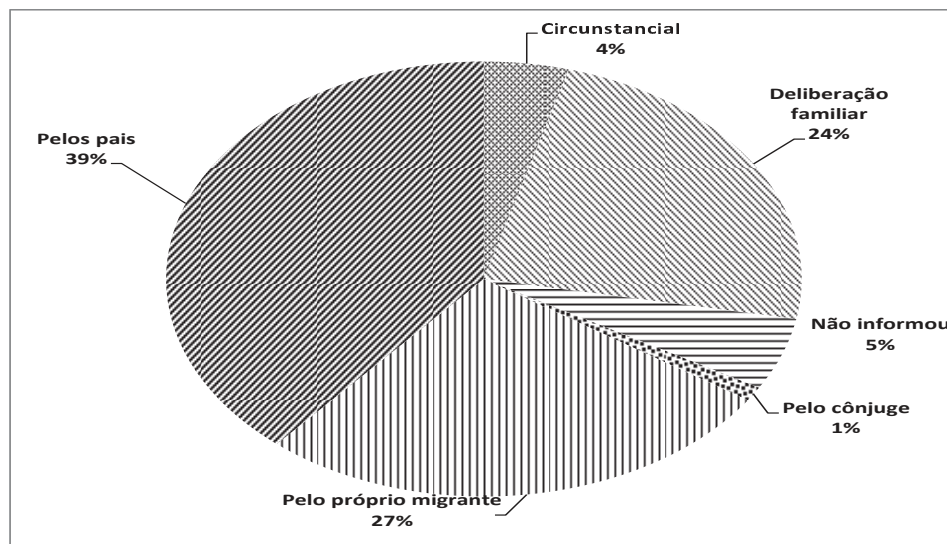


Gráfico 15 – Responsáveis pelo planejamento da viagem para Manaus
 FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de Campo, 2012.

De modo geral, ao ser planejada a viagem, os 93 migrantes entrevistados estavam sob duas posições na tomada de decisão: a) eram solteiros (90%) com idade superior a 18 anos (45%) ou inferior a 18 anos (55%), viviam na dependência financeira dos pais, migraram com eles ou foram mandados para Manaus; b) eram casados com idade superior a 18 anos e viviam com os pais (7%) ou com suas próprias famílias (3%).

Quanto à responsabilidade pelo planejamento da viagem, é pertinente observar que, dos que migraram com idade igual ou superior a 18 anos (45%), 25% fizeram o próprio planejamento, 17% deliberaram com a família, 2% dependeram das circunstâncias e 1% tiveram a decisão restrita ao cônjuge. Dos que migraram com idade inferior a 18 anos (55%), 39% dependeram da decisão dos pais, 6% da deliberação familiar, 3% tomaram a própria decisão, 2% sujeitaram-se às circunstâncias e 5% não informaram.

É pertinente observar que dos 27% que planejaram sua própria viagem, apenas 1 em 10 é do sexo feminino, enquanto que os demais 9 em 10 são do sexo masculino. As mulheres, 3%, estavam em uma ou outra condição, solteiras sem filhos ou casadas com filhos. Os homens, 24%, estavam em uma das três condições: solteiros sem filhos, casados com filhos ou casados sem filhos. Tanto homens como mulheres tinham relativa

independência financeira, mesmo convivendo com familiares, com algum grau de parentesco (pais, irmãos, tios, etc.), além também de estudavam e estudarem/trabalharem.

A decisão individual se deu com base em algumas reflexões sobre a vida no local de origem e à luz das possibilidades oferecidas pelo destino. Vicente Celestino, como outros entrevistados, constatou: “Aqui não dá mais para ficar, não tem emprego, vou ter que ir embora”. Para alguns, foi preciso convencer pais e familiares a aceitarem que a partida era uma necessidade. Em outros casos, a decisão foi apenas comunicada aos familiares. “Eu me programei três meses antes, quando eu decidi vir foi justamente com a cabeça já feita”, diz Davi Ramos, que migrou aos vinte e quatro anos, deixando na origem sua filha e sua mãe.

Para migrantes, como Emerson Taveira, a partida foi uma tentativa, que, caso desse errada, poderia resultar no retorno à cidade de origem. Como conta, “aluguei meu terreno para um cara trabalhar; se não desse certo, eu voltava”. Complementa Sérgio Pessoa, “eu vou na frente para ver se arranjo um emprego; se arranjar, venho buscar minha mulher”.

Dentre os que pretendiam servir ao Exército Brasileiro (5%), registramos intenções de morar no próprio quartel e, ainda, situações em que houve dispensa do serviço militar e que o migrante acabou permanecendo na capital.

Para aqueles que tiveram a decisão de migrar tomada pelos pais, nem sempre existiu a possibilidade de escolha, porque algumas famílias venderam tudo o que tinham ou, mesmo, os pais estavam com dificuldades de prover a subsistência e resolveram tentar a vida em Manaus. Há pais que perceberam que seus filhos não teriam chances se permanecessem no interior e resolveram que eles viriam para a capital para estudar e trabalhar, seja com toda a família ou para morar na casa de parentes. Quer dizer, nem todos que vieram para a casa de parentes o fizeram no objetivo deliberado de estudar, porque, em certas situações, havia o acerto de trabalhar na casa do parente, cuidar das crianças etc.

Em algumas famílias, 24% (22), houve conversas e momentos de deliberação quanto à saída de seus locais de origem. É o caso de Fabrício Sales, que destaca: “a gente chegou num acordo para vender as nossas terras e vir embora”. Em outras, parte da família já estava na cidade, o que pesou significativamente para que a partida ocorresse. Em certos

casos, os parentes ou amigos providenciaram empregos para os migrantes ou, ainda, incentivaram para que tentassem a vida em Manaus.

Para determinados entrevistados, a migração simplesmente aconteceu, sem muito planejamento. Há migrantes que vieram passar férias em Manaus e não retornaram, outros viajaram para fazer vestibular e, após a aprovação, decidiram permanecer na capital. A necessidade de tratamento de saúde em Manaus por parte de algum familiar motivou a partida e determinou a fixação na cidade. Um dos migrantes fez referência a uma decepção amorosa, que desencadeou o abandono de seu município.

O planejamento, por sua vez, é realizado sob as condições possíveis e disponíveis. É preciso aperfeiçoar o uso dessas circunstâncias-ferramentas, pois, somente assim o objetivo imediato, por ação em curso, pode ser realizado. Planejar implica, racionalmente, se apropriar da melhor maneira possível das variáveis disponíveis, informações, meios materiais, relações afetivas e circunstâncias que potencializem o sucesso do empreendimento, já que não há garantias. Migrar envolve, portanto, riscos, seja quanto à realização das metas no destino (*motivos a fim*), seja como ação em curso (*ato*).

Para Schutz (1979, p. 140), “a viabilidade prática do projeto é condição de todo projetar que possa ser traduzido em propósito”, o que para ele não significa que um determinado projeto seja um “fantasiar” dentro de um dado quadro imposto pela realidade, onde a ação projetada será desenvolvida, mas que em sua construção sejam levados em conta apenas os meios e os fins que estejam ao alcance. Uma segunda condição, diz o autor, é que ao se planejar “todas as chances e riscos sejam pensados de acordo com o conhecimento atual de possíveis ocorrências desse tipo no mundo real”, o que não significa que a ação deva ser “pré-vivenciada”, mas que a experiência disponível, à mão, tenha garantido a “viabilidade prática, se não o sucesso, de ações tipicamente semelhantes no passado”.

Vale a pena lembrar que o grupo de migrantes saiu de suas cidades ou comunidades em duas condições: sozinhos (56% – 52), deixando os pais na origem ou com a família (44% – 41). Aqueles que migraram com toda a família, na maioria das vezes, não tinham com levar todos os bens, nem deixá-los à sua disposição na origem. Migrar significou também para estes abdicar, se desfazer, vender por um preço bem abaixo do que

valeria se fosse comprar um novo. Ao fazer isso, tornou-se mais difícil a aquisição de novos bens e a construção de uma infraestrutura no destino. Como salienta Rodrigo de Oliveira, “a gente tinha criação de gado também, e vendeu umas dez cabeças de gado lá para arrumar dinheiro e construir aqui [Manaus]; a gente vendeu tudo praticamente”. Maria Socorro explicita que: “Foi difícil. Porque a maioria das coisas que eu tinha, eu tive que me desfazer. Antes, os ônibus tinham aquele malão embaixo, aí, trouxemos uma cama. A geladeira ficou, ficou fogão, ficou tudo isso aí. Só trouxe coisas essenciais, o resto ficou tudo”.

Luís Barroso, que migrou com toda família, em uma viagem difícil de três dias, assim relata:

Foi de barco. Eu tive que vender aquelas coisas que eu achava que não suportaria dar cabo em três dias. Três dias de viagem. Então, eu tive que me desfazer de coisas que eu gostava muito. Só deixei aqueles mais resistentes. E chegaram coisas amassadas, rasgadas, quebradas, danificadas. E isso eu não podia nem reclamar pro dono do barco. Foi uma viagem difícil, nós pegamos dois temporais. Três dias de viagem.

Para William Oliveira, que migrou sozinho, pois seus pais já estavam no destino, se desfazer da casa na origem foi imperativo, sendo possível assim adquirir uma na cidade para sua família: “Então, a minha decisão foi vender a nossa casa lá para comprar uma para a minha mãe aqui, já que ela já iria ficar para sempre aqui. Então, foi essa a decisão que eu tomei como filho mais velho. Aí, eu vendi tudo lá e comprei a casa para ela aqui”. Uma situação similar foi vivida por Fabrício Sales, que migrou na década de 1970, com seus pais e irmãos.

Era a minha família: meu pai, minha mãe e meus irmãos. A gente chegou num acordo para vender as nossas terras de lá para vir embora para Manaus, para procurar uma vida melhor. Foi aí que a minha mãe consentiu, a gente vendeu. Chegamos a comprar uma casa lá na Colônia, lá na baixada mesmo, lá na rua mais perigosa de Manaus.

Em determinadas circunstâncias, o planejamento é realizado a partir das ponderações do núcleo familiar, pois a decisão de migrar envolve e compromete toda a família. Este tipo de deliberação acontece, por exemplo, quando o migrante não tem maioridade civil para tomar tal decisão, ou quando sua subsistência depende de recursos dos pais, não tem independência financeira, logo, não pode assumir tal responsabilidade. Nessas situações, o planejamento é realizado pelos pais ou parente que assume certa responsabilidade sobre ele. Essa era a condição de Adonias Santos que migrou sozinho aos dezoito de idade, indo morar na casa do tio:

Eu vim para Manaus porque meu tio ligou para minha mãe para saber se dava para mandar uma pessoa. Ele iria viajar e queria alguém para ficar na residência dele. Minha mãe conversou comigo, eu disse que vinha, e já perguntei para ele se poderia vir para ficar, para morar, para buscar melhorias.

Mesmo que o migrante não decida isoladamente, por sua condição já mencionada, ele participa de alguma forma, ou seja, tem a possibilidade de declinar do que lhe está sendo proposto: “Então, minha mãe chegou daqui de Manaus, disse: ‘olha, a tua tia quer uma pessoa para trabalhar lá. Tu queres ir?’ Aí, eu disse: ‘Quero’. ‘Então, arruma as tuas coisas’. Aí, vim embora”, relata Iris Santos, que vivia com pais e irmãos e migrou no final da década de 1990, com 18 anos de idade. Em sua cidade natal trabalhava em “casa de família” desde os nove anos. Sua mãe, ao retornar de viagem que fizera à Manaus, foi com incumbência de mandá-la como babá para cuidar do neto da tia da mãe.

Há ocasiões em que o sujeito migrou sozinho, deixando sua esposa e filhos morando com os pais. Após certo tempo e tendo se estabelecido, retornou para buscar sua família: “Meu marido resolveu ir me buscar, porque eu estava lá sem trabalho, sendo sustentada pelo meu pai. Eu já não tinha condições financeiras de me sustentar. Aí, ele me trouxe”. Conta-nos Maria Socorro que a empresa onde trabalhavam faliu, assim seu esposo migrou em busca de trabalho e após seis meses, tendo conseguido trabalho e um lugar para ficar, retornou buscar a família que tinha ficado na casa do sogro.

Cumprido os rituais de planejamento, delineadas minimamente as etapas da ação, é chegada a hora de colocar o projeto em ação. Esse é o passo doloroso para a maioria dos migrantes. Deixar a terra, os amigos, os conhecidos, os rituais cotidianos, os lugares, em suma, deixar toda uma história construída ao longo dos anos, toma forma e intensidade maior para aqueles que têm maior clareza do contexto.

Os entrevistados, já dissemos, migraram para Manaus a partir da década de 1950, por via fluvial, terrestre e aérea. Observe-se que, até a década de 1970, o deslocamento foi feito exclusivamente por via fluvial ou terrestre. Somente na década de 1980, identifica-se o deslocamento por via aérea¹⁴.

A distribuição espacial dos municípios tem características totalmente adversas do que se imagina ou da experiência que se tem em outras regiões do país. Com exceção de municípios da Região Metropolitana de Manaus, as fronteiras entre os municípios são mais simbólicas do que efetivas, tendo em vista a baixa densidade demográfica. Mesmo os municípios da Região Metropolitana de Manaus – RMM¹⁵ estão separados entre si por quilômetros de vegetação nativa ou rios caudalosos. Os municípios não pertencentes à RMM estão distantes entre si; mesmo as que pertencem à mesma microrregião estão distantes em horas de voo, bem como dias e horas, se utilizado o transporte regional convencional – o barco.

Buscamos nas narrativas compreender o sentimento do migrante ao partir de seu lugar de origem, qual a sensação de deixar as coisas para trás, parentes, amigos, conhecidos, bens, as relações, enfim, a vida até então vivida. Solicitamos aos entrevistados que discorressem sobre a sensação, sentimento ao deixar sua cidade de origem.

¹⁴ A presença da Força Aérea Brasileira (FAB) na região amazônica ocorreu a partir de 1935 através do Correio Aéreo Militar, com o prolongamento da linha Teresina-Fortaleza até Belém. No ano seguinte, foi ativado o núcleo do 7º Regimento de Aviação. Em 1941, O Ministério da Aeronáutica criou a Primeira Zona Aérea, abrangendo os estados do Amazonas, Pará, Maranhão, e Territórios de Guaporé, Acre, Rio Branco e Amapá. Somente em 1976, uma empresa de aviação civil, TABA – Transporte Aéreo da Bacia Amazônica, entra em operação.

¹⁵ A Região Metropolitana de Manaus (RMM) foi criada em 30 de maio de 2007 pela Lei Complementar nº 52/2007 e modificada no dia 27 de dezembro de 2007 pela Lei Complementar nº 59/2007 e constitui-se dos municípios de Manaus, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva.

As narrativas nos remetem a sentimentos de alegria, de tristeza, de saudade, de expectativas, de angústias e de perdas. Um conjunto significativo e rico de variáveis, que agrupamos em três grandes blocos: alegria/felicidade – com características mais positivas; dor/tristeza/aflição – com características mais negativas; e um terceiro que não se enquadraria necessariamente nesses, que chamamos de expectativa/confiança. Um conjunto de emoções, sentidas e vividas, lembradas de forma única por cada um dos migrantes, sejam maiores ou menores.

Não podemos deixar de mencionar que apenas 74% dos migrantes descreveram os sentimentos/sensações de deixar o lugar de origem. Agrupando as narrativas, nos blocos mencionados, temos um quadro, onde são significativas as narrativas carregadas de elementos negativos (tristeza/aflição/dor), com 45%; seguidas pelas narrativas que transparecem expectativa e confiança sobre o futuro (18%) e, em menor percentual, 11% das narrativas remetem a um sentimento de felicidade e alegria. Vale ressaltar que 26% dos migrantes não fizeram nenhuma descrição desse processo, tendo em vista que migraram em tenra idade, todos menores, como vemos no gráfico 16. Note-se ainda que, apenas 74% (69) que se posicionaram, sendo 45% (42) maiores e 29% (27) menores, os demais 26% (24) menores, não lembravam desse ato.

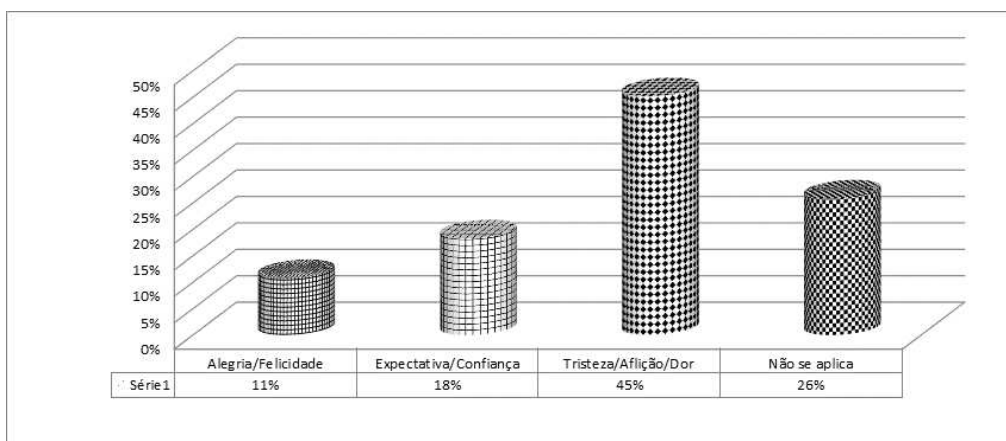


Gráfico 16 – Sentimento principal ao deixar a cidade de origem

FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de Campo, 2012.

Os sentimentos e sensações são negativos para 45% dos migrantes entrevistados, dos quais 27% eram maiores e 18% menores. Para outros 18%, o sentimento foi de expectativa/confiança, sendo 14% maiores e 4% dos menores. E, finalmente, para os demais 11%, os sentimentos foram descritos como positivos, sendo 4,5% maiores e 6,5% menores.

Muito embora os *motivos por que* sejam plausíveis – as justificativas são concretas, o lugar de origem não apresenta possibilidades de potencializar uma vida diferente, uma melhoria – deixar a origem é um momento traumático para muitos, implica romper os laços afetivos, é deixar para trás uma parte de si, de sua história, é dilacerar a memória, é forçar-se a reconstruir-se; em suma, é obrigar-se a se reinventar.

As narrativas nos remetem a perceber que os sentimentos são motivados pela partida do lugar de origem, de deixar uma história para trás, a família, os amigos, um estilo de vida. Para 29% dos migrantes entrevistados, são preponderantes os *motivos a fim de*, relacionados ao destino, ao futuro, do que os *motivos por que*, relacionados a origem. Como vimos, para os maiores (45%), a origem não possibilitava a realização de objetivos, como melhoria de vida, trabalho e educação.

Como vimos, há preponderância dos maiores quanto aos sentimentos negativos. Para estes, a partida da cidade de origem foi motivada, principalmente, por busca de melhoria de vida, trabalho e educação. Para Hugo Cardoso, que migrou sozinho aos vinte anos de idade, ficando seus pais na origem, a sensação foi “de saudade e choro, a minha infância, que foi ótima, os meus amigos. Saudades. Até hoje eu sinto”.

Os migrantes nos relatam um conjunto de sensações, “largar tudo para trás com um objetivo [...] tudo eu larguei para a gente chegar aonde chegou hoje”, declara Sérgio Pessoa. Para Odalice Silva, “foi tristeza, pelos amigos, principalmente pela minha mãe [...] e ter deixado os amigos”. Por sua vez, Luís Barroso se sentiu “desamparado [...] era um sentimento de perda”, e continua, “o ideal era eu estar aqui com a vida que eu tinha lá [...] se a gente pudesse manter o padrão... a sensação foi de perda total [...] é como se eu tivesse perdido a minha identidade, eu me tornei um cidadão urbano”. Para Felipe Nascimento, “foi de desespero, eu até chorei [...] o desespero era por causa da família, ninguém quer deixar a família”. Romper com a família era também para Letícia Carmargo um peso, “foi

horrível, deixar minha mãe, meu pai”, contudo, continua: “acostumei, tinha época em que não queria nem ir passar férias lá, pedia para mamãe vir”.

Estas visões não têm a ver com o êxito do projeto migratório, tem a ver sim com o sentimento da partida, quando a ação planejada foi colocada em prática (ato). Assim, no presente, como afirma Schutz (1979), o passado visto em retrospectiva pode ser analisado e, nesta análise, alguns migrantes classificam estes afetos como negativos.

O sentimento de expectativa/confiança, descrito por 18%, estava relacionado com o destino, conheciam a cidade, tinham amparo na cidade, parentes, conhecidos ou amigos, migraram com os familiares, o que reforçava essa sensação. Para Levi Dourado, que migrou sozinho aos vinte e cinco anos, a escolha do destino estava relacionada à existência de familiares. “Aqui tinha parentes. Em outro local não tinha para onde ir. Aí, ficava mais difícil”.

Roberta Pinheiro tinha metas, orientou sua vida por uma meta específica, migrar e conhecer o seu pai. “Eu não conhecia o meu pai [...] tinha muita vontade de conhecê-lo. E a curiosidade era tão grande que eu me formei, procurei estudar para vir embora pra cá, porque eu sabia que lá não tinha condições”. Davi Ramos se sentiu desamparado, com interrogações que lhe afligiam: “Estou aqui, sem ninguém, quem vai me proteger? Quem vai me ajudar? Quem vai me dar um copo com água?”.

Condição bem mais confortável era de Vitor Carvalho: “A gente não perdeu o contato. Aqui e acolá o papai também estava aqui. Ele tinha um tio nosso”. Para Alessandro Coutinho, “vir para uma situação totalmente diferente, mas, na época não tinha como poder tomar a decisão porque você dependia dos pais”.

Para 11% dos migrantes, deixar sua origem, a cidade onde vivia, despertava um sentimento de alegria/felicidade, pois estava relacionado à realização de desejos de conhecer a cidade grande, reunir a família e era a oportunidade de concretização de um desejo.

Comenta José Aparecido, que migrou de cidade pertencente à RMM, com vinte e oito anos de idade: “Foi mais pela minha mulher, que ela morava aqui. Ela morava aqui e eu morava lá. Porque eu sempre faço as coisas de cabeça firme”. Segundo Zélia Tomás, a empolgação era a tônica: “Aquele negócio de deixar os amigos, mas também aquela

empolgação [...] o que era o desejo [...] mudar de vida, e foi quando eu vim”. O desejo de conhecer a capital era o que motivava Michele Silveira: “Ah, eu queria vir! Eu queria, porque eu não conhecia Manaus, eu não conhecia a cidade bonita e tal, o pessoal todo falava [...] a gente queria ver, queria conhecer. Ah, eu queria vir”.

Para alguns migrantes era estranho sair de perto dos pais, deixar os amigos, os parentes, os conhecidos, deixar a vida que tinham em suas cidades. Nota-se, mesmo levando em consideração as dificuldades vividas, a construção nostálgica em torno do lugar de origem, em relação à facilidade de mobilidade e ao conhecimento dos pares. Em relação a isso, comenta Nilcineia Peixe, que migrou sozinha aos dezoito anos de idade, cujos pais ficaram na origem: “Porque, lá, tudo é tão calmo, tudo é perto, todo mundo se conhece”.

Percebe-se nos discursos um apego às raízes. A ação de migrar, apesar de inúmeras justificativas, se configura, para alguns, como uma fuga, um abandono da família, dos amigos, do local em que foram criados, da terra em que trabalharam. Tal ação provocou uma dor muito grande no coração e a sensação de que tudo estava ficando para trás.

Aqueles que referem alegria no ato da partida se justificam pela novidade. Contudo, com o tempo e o conhecimento do lugar, o encantamento dos primeiros dias passa, a nova vida não parece mais tão encantadora, reaparecendo a saudade do passado e certo esquecimento quanto aos motivos que desencadearam a partida. Assim rememora Samuel Feitoza, que partiu porque seu pai estava desempregado:

No começo foi legal, eram outras pessoas, mas você está acostumado com uma vida no município. Você quer dar uma volta, pega a bicicleta e sai por aí; quer tomar um banho, acha um igarapé, rapidinho. Aqui não, para dar uma volta, tem que ter o dinheiro para a passagem, é uma cidade grande, tem violência.

Os migrantes que relatam a sensação de alegria ou felicidade o fazem pela expectativa, pela novidade, a qual, em alguns dias, se transforma em saudade de suas vidas na origem, dos amigos, dos parentes. Uma sensação horrível era como se tivesse deixado tudo e recomeçado do nada, uma sensação de abandono.

Migrar na Amazônia, como já dissemos, têm características diferentes de outras regiões do país. A mobilidade espacial é onerosa financeiramente, além de apresentar certo grau de periculosidade¹⁶, tendo em vista que esta é, em sua maioria, realizada em embarcações (barcos e lanchas) pelas calhas e os vários rios amazônicos, onde há a exposição a acidentes, colisões e tragédias, tombamento e alagação das embarcações etc.

Percentual significativo dos migrantes (78%) se deslocou por via fluvial. Para muitos, dependendo de onde se parte, a viagem assume conotação de jornada, particularmente para aqueles que habitam em cidades mais distantes da capital. O custo de deslocamento de uma pequena cidade ou da zona rural, com exceção dos municípios da RM, é alto, e geralmente realizado em muitos dias. O deslocamento pode durar de oito (8) a doze (12) dias ininterruptos, com os passageiros acomodados em redes em um espaço exíguo.

Para estes, a jornada tem a conotação de um ritual de passagem, são dias e até semanas em que o migrante neste “tempo livre” descansa, reflete sobre suas metas e até mesmo se aflige sobre as incertezas do destino. A classificação dada ao deslocamento tem relação direta com a afetividade do indivíduo, como também com a intensidade da experiência do deslocamento.

Para aqueles que puderam fazer livremente a escolha de migrar, a viagem tem uma significação de leveza, como um périplo necessário à realização de um projeto desejado. Para aqueles que, de alguma forma, são “obrigados” a migrar, deixar suas vidas e sua terra, o deslocamento – a viagem – pode ter a conotação de despedida, de despojamento e de tristeza.

As descrições feitas pelos migrantes sobre o deslocamento se restringem mais à viagem em si, ao traslado, e não exatamente ao seu estado de espírito. Para a grande maioria (63%), a viagem foi boa ou tranquila, enquanto para 12% foi ruim ou estressante (Gráfico 17).

¹⁶ Não é possível inferir a partir dos dados disponíveis (Antaq, Tribunal Marítimo e Notícias de Jornais) qual a taxa de acidentes em relação ao número de viagens e passageiros transportados.

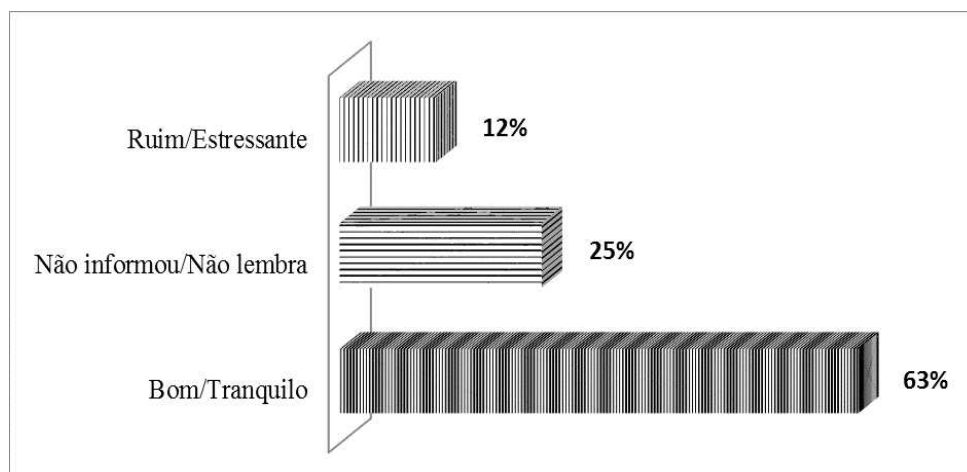


Gráfico 17 – Descrição do deslocamento do lugar de origem para Manaus
 FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de Campo, 2012.

Se o percurso se deu sem a ocorrência de alguma tragédia, como naufrágio ou pane no motor, essa é considerada boa, normal ou tranquila. Os rios da Amazônia, além de importantes para a economia regional, são a principal via de transporte das populações locais, são mais 20.000 km de rios navegáveis, sendo a Região Hidrográfica Amazônica¹⁷ a maior do País, concentra 64% da rede hidroviária nacional. Nela são movimentadas 671 mil toneladas de carga por mês, e a cada ano uma média de 14,5 milhões de passageiros navegam pelos rios amazônicos, segundo estimativas da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ, 2012).

Em 2003, segundo a ANTAQ, o transporte interestadual na Amazônia era realizado por 36 empresas, que percorriam uma distância média de 1.014km, a uma velocidade média das embarcações de 10 nós, operando geralmente 7 escalas, tendo as embarcações a capacidade média de 180 passageiros. Em um ano foram realizadas 3.200

¹⁷ Região Hidrográfica Amazônica tem uma área de abrangência de: 6.925.674 km², no Brasil 3.900.000 km², ocupa 42% da superfície brasileira. Países: Desde suas nascentes nos Andes Peruanos até sua foz no oceano Atlântico, ao norte do Brasil, abrangendo territórios do Brasil (63,88%), Colômbia (16,14%), Bolívia (15,61%), Equador (2,31%), Guiana (1,35%), Peru (0,60%) e Venezuela (0,11%). Estados: AC, AM, AP, PA, RO, RR e MT. Municípios: 294 municípios – As capitais Manaus (AM), Rio Branco (AC), Porto Velho (RO), Boa Vista (RR) e Macapá (AP), bem como os municípios de Santarém (PA) e Sinop (MT) são os centros urbanos que mais se destacam.

viagens, transportando nesse período 550.000 passageiros e 320.000 toneladas de mercadorias.

Embora nenhum evento trágico tenha sido relatado pelos migrantes entrevistados, a ocorrência de naufrágios é uma constante nos rios da Amazônia. É pertinente observar que há diferenças significativas quanto ao número de vítimas, nas informações divulgadas pela imprensa e pelo tribunal marítimo, sendo o divulgado pela imprensa bem superior, no entanto, adotamos os dados constantes nos processos do tribunal marítimo (Quadro 8).

1980	Dominique	Rio Solimões	30
1995	Comandante Albuquerque	Rio Madeira	15
1999	Capitão Pinheiro II	Rio Solimões	7
2004	Princesa Laura	Rio Negro	14
2008	Comandante Sales	Rio Solimões	46

Quadro 8 – Naufrágios no Amazonas e vítimas fatais.

Fonte: Tribunal Marítimo, 2014.

Os dramas vividos no percurso não se restringem aos de causas fortuitas, pois há situações de constrangimento vivenciadas pelos migrantes. Nem sempre existe recurso imediato para se custear o deslocamento para Manaus, ficando-se na dependência de que a passagem seja paga somente no destino, o que gera desconforto para aquele que viaja com pendência de pagamento. Como relembra Antônio Douglas, “foi difícil, eu vim com a passagem fiada, para pagar aqui em Manaus; o pessoal ficou com minha roupa, eu não tive ajuda; passou uma semana, quase quinze dias, e o meu irmão pagou depois”.

Os migrantes entrevistados não realizaram crítica às embarcações, aos serviços prestados a bordo, às condições de higiene, à alimentação e nem ao reduzido espaço para descanso e acomodação. As dificuldades registradas concernem ao cansaço da viagem, ao confinamento, às condições de pagamento da passagem ou à tristeza ao deixar a terra natal.

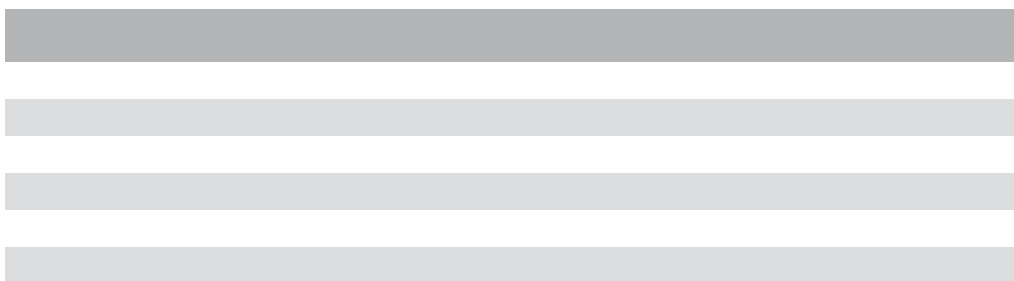
A viagem geralmente é custeada por familiares (pais, irmãos, primos etc.) ou pelo próprio migrante. Uma terceira alternativa do custeamento da viagem é a secretaria municipal de assistência social, amigos ou conhecidos. De modo geral, como se verifica, os migrantes pagaram com seus próprios recursos (28%) ou recorreram a familiares (42%) para o financiamento da viagem, 1% foi ajudado pelos pais e 6% tiveram o apoio da prefeitura ou de conhecidos (Gráfico 18).



Gráfico 18 – Custeio do deslocamento para Manaus
 FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de Campo, 2012.

É prática comum no estado do Amazonas que o executivo municipal, por meio das secretarias municipais de ação/assistência social, subsidie o deslocamento de munícipes, por via terrestre, fluvial ou aérea, prioritariamente àqueles que buscam fora do município serviços não disponíveis no município de origem, prioritariamente, os relativos a doenças. Esse tipo de “assistência” quase sempre foi utilizado como instrumento clientelista. Algumas prefeituras mantêm na capital uma “representação” administrada por um “representante”, responsável para dar suporte aos munícipes que vêm a tratamento de doenças. Este tipo de “suporte” dado pela administração gera indubitavelmente um sentimento de “gratidão” (muito embora seja um dever da administração, que aplica dinheiro público para isso) tanto do beneficiado individualmente como de seus familiares que ficaram na origem.

As alternativas buscadas pelos migrantes para custeio das passagens se devem ao alto custo do transporte¹⁸, e nem sempre se tem os recursos e os meios necessários para fazê-lo. Em pesquisa realizada em 2007, pela Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ), os entrevistados declaram quanto ao serviço de transporte fluvial:



Quadro 9 – Avaliação do transporte hidroviário regular e turístico por passageiros
FONTE: ANTAQ, 2007.

Quanto ao custo do deslocamento por via fluvial no Amazonas, convém demonstrar as despesas com o deslocamento das cidades de origem dos migrantes à Manaus e vice-versa. Os valores da tarifa são valores médios, para cada trecho, nos dois sentidos, por exemplo, Eirunepé-Manaus e Manaus-Eirunepé. A capacidade média de passageiros por embarcações, que depende de seu tamanho. O Índice de Passageiro por Quilometragem (IPK) é resultante da divisão do número médio mensal de passageiros pagantes equivalentes (Tabela 3).

¹⁸Em tese de doutoramento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Carla Souza Malheiros discorre sobre a Metodologia de Tarifa de Transporte Fluvial de Passageiros na Amazônia, Dezembro de 2010. Disponível em: http://objdig.ufrj.br/60/teses/coppe_d/CarlaSouzaCalheiros.pdf

Amaturá – Manaus	1.251	211	2.532	460,00	54	0,03
Anamã – Manaus	190	846	10.152	60,00	80	0,32
Anori – Manaus	234	3.600	43.200	32,50	80	0,30
Autazes – Manaus	324	4.184	50.208	113,20	89	0,23
Barcelos – Manaus	454	5.171	62.052	96,00	138	0,24
Barreirinha – Manaus	552	2.551	30.612	94,00	131	0,17
Benjamin Constant – Manaus	1.575	1.404	16.848	350,00	341	0,14
Borba – Manaus	322	3.602	43.224	71,50	139	0,30
Caapiranga – Manaus	170	521	6.252	32,50	50	0,18
Careiro da Várzea – Manaus	32	18.592	223.104	16,00	67	1,85
Coari – Manaus	421	8.363	100.356	55,00	139	0,26
Codajás – Manaus	285	4.502	540.24	41,00	111	0,23
Eirunepé – Manaus	2.417	188	2.256	350,00	884	0,20
Humaitá – Manaus	965	308	3.696	131,00	276	0,22
Itacoatiara – Manaus	211	2.797	33.564	31,00	70	0,21
Itamarati – Manaus	1.930	445	5.340	35,00	100	0,04
Lábrea – Manaus	7.495	605	7.260	285	194	0,01
Manacapuru – Manaus	66	671	8.052	20,00	87	0,59
Manaquiri – Manaus	79	5.020	60.240	25,00	83	0,79
Manaus – Marã	796	175	2.100	150,00	66	0,06
Manicoré – Manaus	616	3.523	42.276	75,60	143	0,17
Manaus – Maués	698	5.732	68.784	78,00	299	0,26
Manaus – Nhamundá	660	3.546	42.552	88,00	280	0,27
Manaus – Nova Olinda do Norte	236	4.857	58.284	40,00	145	0,53
Manaus – Novo Aripuanã	469	2.230	26.760	75,00	196	0,32
Manaus – Parintins	475	6.457	77.484	85,00	172	0,24
Manaus – Santo Antônio do Içá	1.196	977	11.724	280,00	341	0,17
Manaus – Tabatinga	1.573	2.343	28.116	305,00	341	0,13
Manaus – Tefê	631	10.955	131.460	102	240	0,23
Manaus – Urucará	344	1.630	19.560	60,00	86	0,17

Tabela 3 – Movimentação de passageiros em linhas regulares no Amazonas
 FONTE: ANTAQ, 2013.

Os migrantes, majoritariamente, vieram de cidades em que o único meio disponível para locomoção é o transporte fluvial (Gráfico 19). Esse transporte é realizado

por embarcações denominadas regionalmente de batelões. Essas embarcações transportam tanto passageiros quanto cargas, sendo responsáveis por boa parte do abastecimento das cidades da região. Poucas cidades têm o serviço de transporte aéreo, que, em comparação ao transporte fluvial, requer um gasto bem superior.

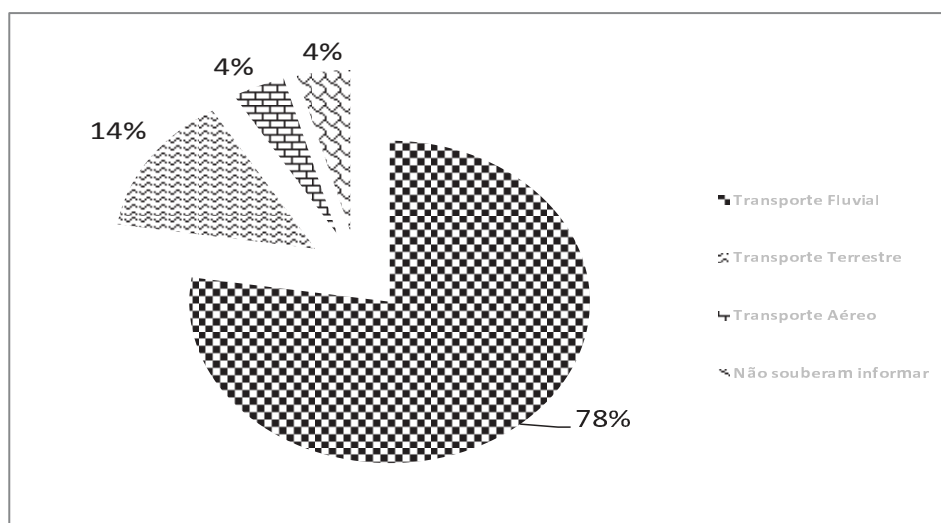


Gráfico 19 – Meio de transporte utilizado pelos migrantes no deslocamento para Manaus
FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de Campo, 2012.

Outra forma de transporte é a balsa – espécie de jangada grande, usada para transportar cargas pesadas em longas distâncias. Embora sua característica principal seja o transporte de cargas, pode também ser utilizada para transporte de passageiros. A carga transportada envolve gás de cozinha envasado em Manaus, produtos manufaturados importados vindos hoje em dia, sobretudo, da China, víveres, materiais de construção e limpeza, bem como bens duráveis produzidos no PIM. Dependendo da capacidade de propulsão do empurrador e da distância em relação a Belém ou Manaus, uma viagem pode chegar a 15 dias de seu início ao destino.

Entre as cidades da mesma calha, por exemplo, o percurso se torna relativamente curto, de um a dois dias. O deslocamento entre cidades de calhas diferentes, geralmente, despende tempo bem superior ao realizado entre cidades da mesma calha¹⁹.

Em nossa pesquisa encontramos relatos de jornadas diversas, de poucas horas, para cidades próximas de Manaus, como de semanas para cidades mais distantes. Durante o percurso, o migrante tem bastante tempo para refletir sobre sua escolha, para planejar ações não pensadas antes de partir, para obter maiores informações sobre o lugar de destino, partilhadas por aqueles com mesmo destino e que já o conhecem, como também para fazer novas amizades, que, em muitos casos, auxiliam o migrante nos primeiros passos na cidade.

As dificuldades mais sentidas pelos migrantes quanto ao deslocamento estão mais relacionadas a questões subjetivas, a aspectos emocionais oriundos da ruptura com o passado, com a vida que deixou, do que com o percurso em si. É esse o teor do depoimento de Nilcineia Peixe. “Eu vim de barco, a mudança para cá, pra mim, sentimentalmente falando foi muito difícil, eu chorava todos os dias, querendo voltar no outro dia [...] eu chorava, chorava, chorava todos os dias querendo voltar”. Ela veio para Manaus “para estudar e trabalhar para manter o estudo, mas não tinha outra perspectiva de morar. Mas aí fui ficando”.

Para Iris Santos, que migrou em 1997, de cidade localizada no sudoeste do Amazonas, na microrregião do Juruá, “foram vinte e oito dias de barco, porque a gente parou em duas cidades, mas em dezoito dias se chega aqui; é muito ruim andar de barco vinte e oito dias, comendo só frango e mais nada, e a gente fica agoniado, só rio, só rio”. Foram vinte e oito dias de confinamento, água-mata-água, a mesma paisagem, o mesmo ritual: a rede e a mesa, a mesa e a rede; o ruído do motor, a baixa da temperatura à noite, os mosquitos e o calor amazônico durante o dia.

¹⁹ Para o Governo do Estado do Amazonas, o estado é dividido em nove (09) calhas dos rios, que correspondem aos principais rios do território: Calha do Rio Negro; Calha do baixo Amazonas; Calha do médio Amazonas; Calha do Madeira; Calha do Rio Negro-Solimões; Calha do Jutai-Solimões-Juruá; Calha do Purus; Calha do Alto Solimões; calha do Juruá. As calhas são compostas pelos municípios de seu entorno; essa classificação dos municípios por calha é diferente da realizada pelo IBGE, que distribui os 62 municípios do estado em quatro (4) mesorregiões e treze (13) microrregiões, como vimos preliminarmente (SEPLAN, 2011).

O transporte fluvial tem oferta regular em quase todos os municípios. São exceção os atendidos pelo transporte rodoviário, serviço prestado por cinco (5) empresas, que atendem onze (11) municípios do estado: Itacoatiara, Silves, Itapiranga, Rio Preto da Eva, Presidente Figueiredo, Careiro (Castanho), Careiro da Várzea, Iranduba, Manacapuru e Novo Airão, bem como as comunidades de Novo Remanso, Vila de Balbina, Abonari, Cacau Pirêra e Bela Vista (ARSAM, 2010).

O trauma da ruptura com sua origem, sua história, seu passado, a incerteza do futuro, o confinamento da viagem, a saudade e o desconforto das acomodações são elementos que se somam e que põem o migrante numa fronteira tênue entre o sonho e sua realização, o projeto e sua concretização, a origem e o destino, o rural e o urbano, o costume e a novidade, o antigo e o novo mundo da vida. Nesse processo, o migrante, por vezes, se vê como refém de sua condição financeira, humilhado e impotente, sentimentos, traumas e marcas que ele não deixa de associar ao ato de migrar.

Vimos que as informações sobre o destino são fornecidas por diversos meios, destacando as relações familiares; essas são fundamentais para aqueles construtores dos projetos migratórios ou responsáveis pelo planejamento da viagem, os pais ou o próprio migrante. A partida da cidade de origem é sempre recheada de emoções, positivas e negativas. Apesar de o migrante ter clareza dos *motivos por que* e dos *motivos a fim de*, de constatar que partir é um imperativo, isso não torna a partida menos dolorosa. O deslocamento entre as cidades, na região, é realizado prioritariamente por via fluvial, geralmente custeado por familiares. Para o indivíduo que deseja partir de sua cidade de origem, é fundamental reunir o máximo de informações sobre o destino – o acervo pessoal. Estas subsidiam o planejamento da viagem e o alcance dos objetivos no destino.

2.3 A vida dos migrantes no contexto da cidade: primeiros momentos na capital

As etapas subsequentes à elaboração do projeto migratório são a viagem e a chegada à Manaus. O fim daquela inaugura o início de outra e, com ela, florescem as

incertezas, as inseguranças e medos quanto ao não cumprimento do que foi planejado; porém, a cidade se torna real e uma nova vida se inicia.

Neste item conversaremos sobre os dilemas vivenciados pelo migrante na chegada e instalação em Manaus: como o migrante se situou no espaço da cidade, quais foram as medidas tomadas, as estratégias adotadas na construção de uma nova existência na cidade, suas impressões, as relações de parentesco, a obtenção de moradia, os primeiros tempos de vida e, por último, as primeiras atividades de subsistência exercidas.

A chegada à Manaus não é o desfecho do projeto construído na origem, todavia, apenas uma etapa. De fato, cremos que para aquele que parte de sua origem para outro lugar, por mais que consolide e construa uma nova forma de existência, sempre será um estrangeiro. Talvez, por isso, em algumas falas apareça o desejo, ainda que poético, de retorno às origens.

Ao discorrer sobre Manaus, o migrante relata acerca da cidade que percebe, que sente, que respira, que vê e tanto desejou conhecer. Não é uma descrição de Manaus a partir do estabelecido: da classe média, dos desempregados, dos mendicantes, dos funcionários públicos, dos trabalhadores do porto, dos profissionais liberais, dos industriários, mas a do migrante, daquele que chega a suas cercanias a partir dos anos 1970.

Essa Manaus concreta é diferente daquela que conhecera pelo telejornal, pelas notícias radiofônicas, pelas falas dos amigos, dos viajantes, dos vizinhos ou conhecidos, que um dia cá estiveram. Aquela é uma cidade imaginada, fantasiosa, meio encantada e mística, fruto típico da imaginação; esta é real, concreta, palpável, assustadora, gigantesca, ensurdecadora, deslumbrante, agitada, iluminada, estranha e inspira medo.

Sua condição é de estranho, mesmo que possuisse relações com parentes, amigos ou conhecidos na capital. Nessa experiência, ele está só, enclausurado em suas próprias dúvidas e incertezas. Como advoga Schutz (2010), o sistema de conhecimento só assume “a aparência de uma suficiente coerência para os membros do grupo interno”, o que não acontece com o estranho; que “não compartilha as suposições básicas típicas de um determinado padrão cultural – um sistema de testadas receitas à mão”, tornando-se necessário “colocar em questão quase tudo que parece ser inquestionável para os membros do grupo do qual ele se aproxima” (p. 121-122).

O migrante – muito embora não se enquadre absolutamente nos termos estabelecidos por Schutz (2010), na condição de *stranger*, como sujeito que procura “interpretar o padrão cultural de um grupo social” – partilha dos mesmos padrões culturais, salvo particularidades específicas de cada município. Segundo o autor, para o estrangeiro, o “padrão cultural do grupo ao qual se aproxima não tem a autoridade de um testado sistema de receitas [...] a história do grupo aproximado tem sua história peculiar” (p. 122).

São patentes as suposições do autor, contudo é inegável que o migrante amazonense partilha, em partes, do padrão cultural do grupo aproximado. De fato, ele não é um estranho nos termos do autor, como também não é um natural. De certa forma, está entre um e outro, não é totalmente estranho ao lugar como também não é absolutamente aproximado.

Essa condição pode ser caracterizada pelo domínio da língua comum, de inúmeras práticas e costumes, pela existência de relações de parentesco, amizades construídas outrora, certa proximidade com o novo lugar, por já tê-lo experienciado.

O estranho de Schutz (2010) preenche seus quadros vagos por experiências vividas; o teor anônimo transforma-se em situações sociais definitivas, enquanto as tipologias prontas se desintegram. Reforça o autor que “qualquer conceito originado no nível da partida torna-se necessariamente inadequado para o novo nível sem que tenha sido reformulado em seus termos” (p. 123). É válido aqui ressaltar a argumentação do autor, quando vemos que os planos, objetivos e metas traçadas pelos migrantes na partida nem sempre se realizam como esperado. Às vezes, tomam rumos inesperados, mesmo que sua condição não fosse a de um completo estrangeiro, um estranho absoluto.

A questão da sorte aparece de forma muito sutil nas entrevistas, somente 8% dos migrantes se referem a isso quanto à aquisição de trabalho e estudo, uma vida melhor e em termos da relação com a chefia imediata.

As metas traçadas pelos migrantes, os *motivos a fim*, nem sempre foram alcançadas como esperado. Os desejos de sucesso, os sonhos tão laboriosamente construídos foram esquecidos ou reformulados, tendo em vista as circunstâncias e as novas condições que a vida impôs e abriu.

O provável conhecimento sobre o lugar de destino, as relações de parentesco e amizade existentes não substituem, pelo menos no primeiro momento, a sensação de segurança vivida no lugar de origem. O novo lugar é um lugar desconhecido de fato, as possíveis lembranças emanadas de uma passagem breve pela capital, os relatos daqueles que por aqui passaram se desfazem no ar, e o migrante se encontra efetivamente só, como o personagem Roquetin de Sartre (1987), “ao sabor das circunstâncias”, pois ainda não tem a capacidade, os instrumentos para decidir por si mesmo (por que, para que e por onde ir). Esse é o estado de espírito do migrante que chega.

O que era sonho se tornou realidade, o que era especulação e conjectura tornou-se concreto, a Manaus desejada e perfeita se revela nua e crua; suas ruas, suas fachadas, os transeuntes, os sons, as luzes se mostram. O migrante também se revela, em sua mente um turbilhão de emoções contraditórias concorrem e tomam conta de seu espírito, diante do inegável fato de que chegou e precisa seguir.

O primeiro contato com a cidade é recheado de reflexões, indo de questões subjetivas, afetivas, às impressões pessoais sobre a cidade e sobre as pessoas com quem manteve algum tipo de contato pessoal. Quanto a este quesito, somente 60% dos migrantes se posicionaram, enquanto 40% não se posicionaram, por não se lembrarem das circunstâncias ao chegarem à cidade, sendo que 10% eram maiores e 30% eram menores.

Dentre os que responderam (60%), podemos agrupar suas respostas em três (03) categorias principais: pessoal (44%) – como a cidade o afetou; cidade (26%) – impressão sobre a cidade; habitantes (5%) – impressão sobre seus habitantes. É pertinente observar que alguns migrantes deram mais de uma resposta, sendo classificadas de acordo com os critérios nas categorias descritas.

Ao analisarmos as falas dos migrantes em torno de suas primeiras impressões sobre Manaus, na categoria cidade, chama-nos atenção que 10% veem a cidade como agitada, 8% observam a grandiosidade da cidade, o que, inclusive, dificulta a locomoção, 4% perceberam a cidade como iluminada, 3% a sentiram como barulhenta e 3% como de tráfego intenso de veículos, 3% julgaram-na bonita, 3% veem-na diferente de suas cidades, da imagem que possuíam e, ainda, diferente da experiência anterior com ela, e para 3% a

cidade causou medo. Vale ressaltar que 3% relataram que perceberam a cidade como novidade, pequena, com muitos prédios e como um caos.

Quanto a estas percepções, é interessante comentar a referência feita à cidade de Manaus como pequena. O migrante teve o primeiro contato com a cidade ao vir se alistar no exército em 1970; ao ser dispensado, retornou para sua comunidade de origem no ano seguinte. Mesmo na década de 1970, a cidade tinha uma população de 312.160 habitantes, sua observação é comparativa com a Manaus atual. “Cidade era pequena. Essa ponte aí do Educandos, o cara descia e atravessava por uma ponte de madeira. A rota dos ônibus toda era lá por trás” (Emerson Taveira).

É necessário observar que as primeiras impressões sobre a cidade expõem um pouco sobre sua rotina, contudo dizem muito mais sobre a origem dos migrantes. A vida nas pequenas cidades do Estado, por pouquíssimas exceções, é tranquila, pacata. Sua maior agitação está restrita a algumas zonas da cidade, ao centro comercial, ao mercado municipal e aos feriados municipais. São cidades pequenas! Observe-se que o Censo de 2010 constatou que 66% dos municípios têm população total inferior a 30 mil habitantes; somente 31% (19) possuem população superior a 40 mil e inferior a 90 mil. Note-se ainda que apenas uma (01) cidade tem população superior a 100 mil, enquanto a capital (Manaus) comporta mais de 50% da população do Estado.

A diferença populacional e o gigantismo da cidade Manaus em comparação a essas pequenas cidades de origem justificam, em termos, as observações dos migrantes, tanto quanto à cidade, quanto sua afecção em relação a ela. No que tange ao afeto do migrante quando chegou à Manaus (classificado no item “pessoal”), verificamos que 16% se disseram admirados em seu primeiro contato; 8% declaram que tiveram boa impressão ou se sentiram seguros ao chegar à cidade e 20% relatam o sentimento de medo ou insegurança com a cidade, e finalmente 10% se sentiram frustrados, perplexos, receosos e perdidos.

Temos um conjunto de percepções que podem ser classificadas como positivas ou negativas. Acreditamos que estas percepções se relacionam com as condições de efetivação do projeto migratório, após a ação ter sido colocada em prática. Não encontramos nenhuma

pista concreta, a partir da qual possamos afirmar que esta primeira percepção teve alguma influência sobre as trajetórias sociais.

Outro aspecto que identificamos nas falas dos migrantes foi uma leitura quanto aos habitantes da capital, especialmente, as pessoas com quem travaram algum contato ou relação ao chegar à cidade. As observações sobre as pessoas são de cunho negativo e concernem a seu comportamento social. As críticas negativas feitas às pessoas, por apenas 5% dos entrevistados, devem-se ao seu individualismo, ao alto nível de estresse, à construção da vida em função do trabalho, à misantropia e ao oportunismo.

Além das impressões citadas, e não menos importante, vale ressaltar que migrantes também fizeram menção às pessoas ou circunstâncias experienciadas ao chegarem à cidade. De modo geral, os migrantes veem tais comportamentos como estranhos, à medida que realizam um contraste com as experiências vividas na origem. Nota-se nos depoimentos certa nostalgia, ao lembrar como era a vida na origem. É emblemática a fala de Nilcineia Peixe, ao referir-se ao comportamento das pessoas: “ninguém quase tem tempo para sentar e conversar... lá [origem], a gente vê muito o pessoal, todo mundo senta na frente da casa, fica conversando até altas horas, aqui a gente não vê isso”.

O individualismo é a principal crítica enunciada por 1 em cada 25 entrevistados. Como comenta Félix da Silva: “Foi um susto o individualismo das pessoas. No interior, todo mundo conhece todo mundo, tu chegas na casa de um ou de outro, o que tem ele divide contigo”, ao que Nilcineia Peixe completa: “ninguém quase tem tempo para sentar e conversar [...] todo mundo sai de manhã cedo, ninguém vê a hora em que chega e hora que sai”. Ao depararem-se com outro comportamento nas novas relações sociais, diferente do companheirismo e do compadrio da origem, se ressentem em um primeiro momento. No entanto, este ressentimento está relacionado ao fato de não fazerem parte integralmente desse novo ambiente, visto que no presente se dizem completamente adaptados e socializados.

Essa característica identificada por alguns, como individualismo, está relacionada à percepção que têm da vida na cidade, ao corre-corre do dia a dia e à grandiosidade da cidade. Como afirma o migrante Félix da Silva: “Me assustei pela grandiosidade da

cidade”. E, ainda, “as pessoas fazem as coisas muito mais rápido aqui, elas correm muito” (Luís Barroso).

Os migrantes que se referiram ao comportamento das pessoas ao chegarem à cidade migraram nas décadas de 1990 e 2000, sendo 4% com idade igual ou superior a 18 anos, e 1% tinha idade inferior a 18 anos.

Mesmo os migrantes com parentes em Manaus (83%) fazem referência à insegurança, ao medo, à angústia e a outros sentimentos desse gênero ao falarem da chegada e dos primeiros anos na capital. A existência de familiares nem sempre é sinônimo de segurança ou estabilidade. É provável que a presença de parentes em Manaus tenha contribuído ou determinado a tomada de decisão de sair da origem, no entanto, não deu a firmeza necessária ao migrante ao chegar. Isso se torna evidente quando constatamos que apenas 67% foram residir com familiares, uma estadia que, de modo geral, não perdurou por muito tempo, tanto pelo desejo latente de ter sua própria residência quanto pelos problemas advindos de morar com parentes: muitos membros dividindo o mesmo espaço, alimentação, liberdade de ir e vir e questões de relacionamentos pessoais.

É emblemático o depoimento de Nívea Damasceno: “Quando eu comprava as coisas para a casa da minha tia, quando eu chegava, o pessoal acabava tudo. Uma vez, eu disse, poxa vou ter que procurar um lugar para morar só. Aluguei um quarto”. A fala de Emerson Taveira explicita um pouco do drama que é morar com parentes: “Eu morava na casa da minha irmã, e a gente nunca dava certo”.

Os relacionamentos com os membros da família receptora nem sempre eram saudáveis. Quem estava chegando ficava na condição de refém, restando a alternativa de se adaptar até conseguir independência, lutar para que isso ocorresse o quanto antes ou retornar à origem, o que, por sua vez, implicava em exposição a uma condição humilhante, que significava admitir que tinha fracassado em seu objetivo. Assim relata a entrevistada Iris Santos: “eu vim para trabalhar em casa de família, pessoas que a gente nem conhece, que não estão nem aí para ti [...] eu fazia de tudo para não ficar doente, para não dar trabalho pros outros, pra que não me mandassem embora”.

Embora com todos os possíveis problemas de convivência com os parentes, seja em qualquer grau, é inegável que a existência destes foi vital na sustentação afetiva e na

construção do projeto migratório. Como vimos, a presença destes pesou consideravelmente para a tomada de decisão.

É pertinente observar que entre aqueles que não residiram com parentes no primeiro momento de chegada à capital (16%), apenas 3% tinham casa própria, 10% pagavam aluguel, 2% ficaram em regime interno no Exército e 1% foi residir com amigo.

No estado do Amazonas existem 117.227 domicílios alugados, sendo que 85% (99.587) estão na microrregião Manaus e 15% (17.640) nas outras 12 microrregiões. Observe-se que 96% (96.007) dos domicílios alugados na microrregião Manaus estão na cidade de Manaus e apenas 4% (3.580) nos demais municípios da microrregião.

Segundo o Censo/2010, havia em Manaus, por condição de ocupação, 338.752 domicílios próprios (74%), 96.007 domicílios alugados (21%), 25.190 cedidos (5%), 4.091 cedidos pelos empregadores (0,9%), 21.099 cedidos de outra forma (5%) e 895 em outra condição (0,2%).

Em relatório do Ministério das Cidades (2011), construído a partir da análise dos dados do PNAD 2008, encontramos a seguinte afirmação:

Em termos relativos e considerando somente as áreas urbanas, o estado do Amazonas possui o maior destaque, pois lá o déficit corresponde a 18,7% do estoque de domicílios urbanos. No Maranhão ele corresponde a 17,6%; no Pará, a 14,8%; no Distrito Federal, a 14,4%; e em Roraima, a 13,8% (BRASIL, 2011, p. 29).

O aumento populacional gerou um crescimento desordenado da cidade, com a criação de novos bairros sem infraestrutura e serviços públicos inadequados. Na década de 1980, o Estado – em parceria com o Governo Federal, por meio da Secretaria de Estado da Habitação – iniciou a construção de conjuntos habitacionais, sendo os mais significativos os instaurados no bairro Cidade Nova, onde moravam 13% dos trabalhadores da indústria de transformação, segundo o Censo de 2000.

Os anos 2000 são marcados pelas obras de saneamento e retirada de moradores das margens dos principais igarapés, sendo um dos mais conhecidos o Igarapé do 40. O projeto

de remoção de populares e realocação em outras zonas da cidade deu origem a conjuntos habitacionais, como o Conjunto Cidadão.

A sobrevivência, a luta para garantir o pão de cada dia toma outra proporção com a chegada à cidade de Manaus. Na origem, os migrantes em situação de extrema necessidade poderiam contar com a solidariedade dos conhecidos, parentes ou amigos. Em Manaus, essa possibilidade se torna, ao menos em um primeiro momento, restrita a familiares, e quando estes não o podem fazê-lo, a aflição e o desespero acabam por dominar o migrante.

Mesmo que, nas últimas décadas, as relações na origem tenham se metamorfoseado e assumido características dos centros urbanos, a solidariedade e o compadrio são citados pelos migrantes como valores sociais relevantes. Wagley (1988), ao estudar uma comunidade amazônica, registra este comportamento como típico do homem amazônico. Um pouco mais distante encontramos no estudo de Andrade (2012), sobre comunidades ribeirinhas do Rio Amazonas, há registros que enaltecem este comportamento, mesmo à revelia dos problemas de relacionamentos que possam existir entre os moradores. Os migrantes ressaltam sua importância e validade em suas comunidades de origem, fato este mais corriqueiro em pequenas comunidades da zona rural dos municípios.

Os migrantes, embora tenham migrado porque não vislumbrassem a possibilidade de melhoria de vida em suas origens, percebem diferenças da capital em comparação a seus locais de origem. Reconhecem que a experiência dos primeiros tempos na cidade é marcada pelas dificuldades de adaptação e manutenção da sobrevivência, obrigando, em muitos casos, a fazer adaptações nos planos e projetos traçados na origem.

Como vimos anteriormente, a existência de parentes na cidade não minimizou tão substantivamente a vida dos migrantes em um primeiro momento. Em suas falas percebemos que 52% qualificam os primeiros tempos como difíceis, e somente 25% como bons, enquanto 23% não souberam informar, porque eram, em sua totalidade, menores quando chegaram à cidade.

É pertinente situar por que os migrantes qualificam estes primeiros tempos como bons ou difíceis. Os que informaram que foram tempos bons citam alguns elementos que justificam essa percepção: foram morar com familiares, como tios, irmãos e avós (21%);

tinham apoio financeiro dos pais que ficaram na origem (1%) e 3% conseguiram emprego logo nos primeiros tempos.

O maior número classificou como tempos difíceis (52%), sendo que 38% residiam com parentes, 6% em casa alugada, 2% estavam aquartelados, 1% morava com conhecidos e 5% não informaram. Enquanto os que descreveram como bons tempos indicaram que morar com familiares deu certa tranquilidade e segurança, os que qualificaram como difíceis mencionam que morar com familiares, embora tenha minimizado os impactos da adaptação, não impediu que outros elementos tenham complicado esses primeiros tempos, como: acomodações inadequadas, tipo de trabalho, falta de recursos financeiros, falta de afetividade, discriminação, enclausuramento, trabalho/estudo, falta de trabalho, ansiedade, difícil adaptação, doenças. Para os que nos primeiros tempos moravam alugados, aquartelados, com amigos, destacam-se as mudanças constantes de domicílios, a locomoção na cidade, a solidão e o enclausuramento.

Em síntese, para os que descrevem os primeiros tempos como bons, salta como valorativo morar com os familiares. Para os que declararam como difíceis, esta condição atende parte das necessidades, mas, não sua totalidade. As dificuldades citadas pelos migrantes passam pelo medo da cidade, pelo processo de adaptação a uma nova vida, dificuldades financeiras, falta de moradia, inexistência de um trabalho, moradia em casa de parentes, vida nômade na cidade e luta incessante pela subsistência.

Nas falas notamos diversas circunstâncias em que esses elementos aparecem. Pedro Justino, por exemplo, nos conta que estar com parentes não é garantia de ser bem tratado: “Foram péssimos. O parente não é a pessoa mais indicada para cuidar dos filhos dos outros. Na verdade, o mais indicado é o pai e a mãe mesmo. Foi um drama muito grande. A falta de afeto, a falta de carinho, a falta de compreensão por não ser filho. Isso aí me abalou muito”. O migrante veio para Manaus para morar com parente. Foi enviado pelos pais, que acreditaram que, na capital, teria maiores oportunidades no futuro.

Não muito distante é o caso de Selma Melo, que migrou para Manaus para viver com a irmã e precisou trabalhar numa casa para ajudar em seu sustento:

Quando eu cheguei, ainda passou um mês e consegui um lá na [rua] 24 de Maio, numa casa. Gente, eu fiquei frustrada lá, eu não sabia que era ruim, porque todas as pessoas que eu conhecia eram boas. E lá, não. Eu ia trabalhar como babá, ia porque o bebê ainda ia nascer. Eu não cheguei nem a esperar, porque a mulher era morta de ruim. Ela era muito ruim. Comigo, não. Mas eu achava assim, tudo era regrado. Só pra ti tomar água era sem permissão dela, mas tudo o que fosse mexer tinha que ter permissão. Mexer na geladeira tinha que ter permissão, não sei o quê, não sei o quê, tinha que ter permissão. Ah, eu achei aquilo horrível.

Maria Socorro migrou com sua família, na esperança de que Manaus pudesse lhes oferecer a melhoria de vida. Descreve assim seus primeiros tempos:

Foi bem difícil. Na época, eu já tinha os meus dois filhos mais velhos, e eles eram crianças, muito pequenos. Na época, eu vim doente, e o mais novo também. Aí, só era ele [o marido] trabalhando, pagando aluguel, a gente não tinha uma geladeira. Sabe os bens materiais que são essenciais dentro de uma casa? A gente não tinha. E outra coisa: não sabíamos nos locomover direito na cidade, onde ficava posto de saúde, enfim, onde procurar o que se precisava. Aí, com o tempo, a gente vai conhecendo. É como trocar de bairro. Você tem medo até da vizinhança quando você troca de bairro.

Apesar das dificuldades mencionadas, para outros 67% morar com familiares foi fundamental, pois lhes dava relativa segurança e um tempo para superá-las. É que nos relatam os migrantes:

Foram tranquilos, apesar de não ter residência própria. Fui morar com o meu marido na casa do irmão, e logo consegui emprego no Distrito, por meio do irmão. Consegui a carteirinha, fiz os testes e fui admitida para a linha de produção na Philips (Odalice Silva).

Mas foi tranquilo porque eu estava na casa de parentes. Se eu estivesse na casa de estranhos, aí eu iria sentir dificuldades. Eu estava praticamente em casa, eu me sentia, meu irmão me dava todo o apoio. Então, eu não tive dificuldade nisso aí (Samuel Feitoza).

Lá na casa onde a gente morava, no meu avô, sempre foi movimentada. Meu avô ajudava, ajudou durante uns três meses. Aí, foi o tempo em que o meu pai [...] arrumou um emprego... (Elvécio Fonseca).

Na época, foi muito bom, porque as minhas tias eram todas solteiras, as irmãs da minha mãe, e foi bom porque eu era o xodó da casa. Foi muito bom mesmo, pra mim foi! Pra mim e pros meus irmãos também, porque a gente ficou na casa da vovó. Porque a casa da minha avó era grande, era em Petrópolis, na época em que aqueles terrenos eram grandes, de casas boas, então, tinha espaço. Eu fiquei só estudando (Vânia Oliveira, migrou aos catorze anos de idade com a mãe).

Quando eu cheguei aqui, como diz o pessoal, sem nome e sem documento, sem nada para me abanar. Eu morei na casa de uma tia minha [...] Eu comecei a trabalhar. Eu morei uns seis meses com ela (José Arnóbio).

Nos anos 2000, o que chama a atenção é a recorrência dos depoimentos sobre a cidade, os costumes, os comportamentos das pessoas que lhes pareceram estranhos. Assim relata Félix da Silva: “Aqui, na cidade grande, o que mais me impactou foi a individualidade dos habitantes [...]. No interior, você se movimenta na cidade inteira em duas horas; aqui, eu ia pra um lugar, se eu queria ir para outro, se eu tivesse dinheiro, ia, se não tivesse não ia”.

Foram tempos difíceis para os migrantes, não somente pelo processo de adaptação à cidade em si, ou pela construção de novas relações sociais, a falta de apoio de parentes ou conhecidos, o isolamento, a solidão, mas, fundamentalmente, pela luta diuturna pela sobrevivência. Essa foi travada em diversos flancos e de diversas maneiras possíveis, com o objetivo claro de manter-se e manter os seus, permanecendo na luta por um futuro melhor, na esperança de não ter que retornar para a origem.

A adaptação, de modo geral, estava ancorada em quatro etapas: moradia, trabalho, domínio da espacialidade e afetividade. Ao analisarmos estas etapas hierarquicamente, numa perspectiva didática, podemos classificar em graus de criticidade estes primeiros tempos, do mais complexo ao mais simples: a) garantir a moradia, para isso precisam de trabalho, socializar-se e conhecer a espacialidade (aprender a movimentar-se na cidade); e

um segundo grau: b) a falta de trabalho, ou melhor, a luta diária pela subsistência, submetendo-se a diversas formas de trabalhos (avulso, bicos, etc.); como terceiro grau: c) aqueles que se sentiam confinados, isolados, controlados, pela falta de domínio da espacialidade; em um quarto grau: d) aqueles que, mesmo morando com parentes, se sentiam afetivamente frustrados, pela falta de carinho, discriminação e/ou tristeza.

Sobreviver em Manaus implicou sair em busca de uma atividade econômica. O desejo de permanecer exigiu renúncias, sacrifícios e dedicação ou mesmo submissão. Os migrantes maiores (45%) desejavam, ao partir de suas cidades, obter um emprego estável (36%), continuar os estudos (17%) e alcançar a melhoria de vida (36%) – moradia, conquistar segurança para si e para os seus – no entanto, nem sempre os desejos foram consumados e eles tiveram que se adaptar, renunciar a alguns sonhos e submeter-se à nova ordem estabelecida.

A vontade de ingressar no mercado formal, muitas vezes, não se efetiva, porque alguns atributos pessoais estão relacionados a esta possibilidade, como nível de escolaridade, idade, experiência profissional, dentre outros elementos geralmente exigidos pelo mercado de trabalho, que podem ser sintetizados pela expressão “qualificação profissional”. A discussão sobre os conceitos de qualificação e competência pode ser encontrada no artigo *Essai sur la qualification du travail* de Naville (1956).

É pertinente observar que, dentre os migrantes que descreveram como difíceis os primeiros tempos na cidade (52%), apenas 2% tinham nível superior completo, 17% nível médio completo/incompleto, 25% nível fundamental completo/incompleto, 1% séries iniciais e 7% sem qualquer nível de escolaridade, além de que somente 8% na origem já haviam trabalhado num emprego formal (madeireira, funcionalismo público, comércio). Aqueles que descreveram com bons, 15% tinham Ensino Fundamental Completo/Incompleto, 9% Ensino Médio Completo e apenas 1% nenhum nível de escolaridade, e que somente 3% exerceram na origem alguma atividade formal. Note-se que a média etária dos dois grupos era de 18 anos.

Em síntese, acreditamos que os elementos nível de escolaridade, experiência profissional e idade são critérios para inclusão do mercado formal de trabalho, e que, para

aqueles que não residiam com algum parente, o ingresso no mercado de trabalho era vital, significava tornar viável sua permanência na cidade.

Os migrantes, de modo geral, exerceram diversas funções ocupacionais no mercado informal antes de ingressarem no mercado formal. Indagamos aos migrantes quanto à primeira atividade profissional exercida, logo após a chegada à capital e, a partir das respostas, elaboramos o quadro 10. Dos migrantes, 29% exerceram ocupação no mercado formal, dos quais 11% foram para empresas do PIM. A parcela de 30% do grupo foi para o mercado informal, enquanto que 41% não informaram, devido não serem maiores de idade (em sua maioria) na época da migração e, por isso, não terem ingressado no mercado de trabalho naquela ocasião. O ingresso na atividade pelo migrante se deu por indicação de amigos, parentes ou conhecidos, anúncios de classificados de emprego, entrega de currículo e emissão de ficha como candidato.

ATIVIDADES	TIPO	%
Agente de crédito	Formal	1
Ajudante de marcenaria	Formal	1
Ajudante de pedreiro	Formal	4
Auxiliar de almoxarifado	Formal	1
Cadastrador	Formal	1
Conferente	Formal	1
Estagiário (a)	Formal	2
Industriário (a)	Formal	11
Militar	Formal	2
Operador de campo	Formal	1
Professor (a)	Formal	2
Vendedor (a)	Formal	1
Ajudante de feira	Informal	1
Ajudante de lanchonete	Informal	1
Ajudante de pedreiro	Informal	5
Ajudante de sondador	Informal	1
Artista plástico	Informal	1
Auxiliar de escritório	Informal	1
Auxiliar técnico	Informal	1
Babá	Informal	5
Balconista	Informal	1
Empregada doméstica	Informal	3
Entregador	Informal	1
Guardador de carros	Informal	1
Limpador de quintal	Informal	2
Pedreiro	Informal	1
Vendedor (a)	Informal	4
Vidraceiro (a)	Informal	1
Não se aplica	-	41
Total	-	100

Quadro 10 – Primeiras funções ocupacionais exercidas em Manaus

FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de Campo, 2012.

Como bem discutem Cacciamalli (2000) e Araújo (2010), a informalidade é um fardo a mais, lançado sobre o ombro do trabalhador. Se, no emprego formal, ele é assoberbado e explorado no máximo de suas forças; no mercado informal, ele é lançado à sorte no mercado, obrigado a vender sua força de trabalho por valor irrisório, sem garantias sociais. Somente 52% dos migrantes informaram os meios de inserção no mercado de trabalho, seja formal ou informal, sendo predominante a indicação de parentes (15%), conhecidos (12%), amigos (10%) e outros (15%), como concorrência, currículo, ficha, anúncio de jornal, indicação e convênio.

As atividades econômicas formais ou informais permitem a sobrevivência ou mesmo a permanência na cidade, entretanto, não é raro identificar casos em que o desempenho da atividade de subsistência era inexorável. O migrante se tornou refém da própria necessidade; não se submeter significava ficar à mercê da sorte. Nessa condição estava Iris Santos, que assim nos conta:

Eu fui para a casa dela [tia]. E foi nessa casa, dessa outra tia, que eu não fui mais ser babá, eu já fui ser cozinheira, eu aprendi a cozinhar. Trabalhei cozinhando para ela, pro estaleiro até eu vir para cá [fábrica] [...] Eu só tinha na minha cabeça que eu tinha que trabalhar para ganhar dinheiro e me sustentar, não depender de ninguém.

Comentamos anteriormente sobre as condições em que Iris Santos saiu de sua cidade natal. Sua trajetória nos primeiros tempos é árdua, foi trabalhar como babá, onde sofreu violência do empregador. Não suportando, pediu abrigo à tia, que lhe conseguiu emprego como cozinheira, com quem conviveu por dez anos. Após este tempo, ingressou no PIM (2005), por indicação de amiga, onde trabalha desde então.

Para Iris, os primeiros tempos foram difíceis, com baixa qualificação, longe dos pais, residindo em casa de estranhos, sentindo-se refém. É o orgulho, a força de vontade que a mantém firme, resoluta em persistir e não retornar à origem. O ingresso na fábrica soa como libertação, o estabelecimento de uma nova fase em sua vida, representou para ela a segurança e a estabilidade, por obter o “melhor emprego”, onde tem melhores condições de trabalho, direitos garantidos e benefícios.

As atividades mencionadas no quadro 11 foram apenas as primeiras de um longo rol que permeia a trajetória profissional dos migrantes. Ao olharmos para todas as atividades já exercidas pelo grupo de 93 entrevistados, constatamos que 72% desempenharam outras ocupações antes de se constituírem como industriários, enquanto que 28% atuaram exclusivamente no PIM. Dentre os que cumpriram tarefas em outros ramos profissionais antes do ingresso no PIM, verificamos que o comércio e o setor de serviços foram seus maiores empregadores (gráfico 20).

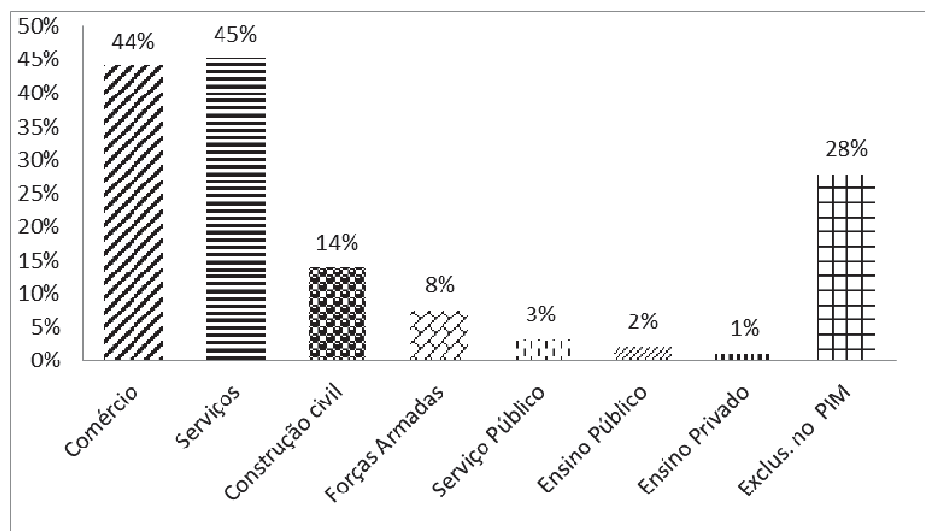


Gráfico 20 – Áreas de atuação profissional dos entrevistados desde a migração.
 FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de campo, 2012.

Os relatos nos indicam que, no comércio, as ocupações foram diversas, como: açougueiro, ajudante (de caminhão, de carga e descarga, de comércio, de feira, de lanchonete), atendente (de farmácia, de locadora, de panificadora), auxiliar (de escritório, de loja, de produção), balconista, carregador, chapeiro, comerciante, comerciário, conferente, entregador, estoquista, feirante, repositor, vendedor de loja, vendedor ambulante, dentre outros.

No setor de serviços, encontramos aqueles que trabalhavam por conta própria, prestando algum serviço ou também funcionários em empresas prestadoras de serviço. Em meio às ocupações, podemos citar algumas: ajudante (de carpintaria, de marcenaria, de movelaria, de oficina mecânica, de restaurante), autônomo, babá, cozinheira, empregada doméstica, limpador de quintal, motorista, *office boy*, porteiro, segurança, servente, taxista etc.

No quadro 11 estão as funções ocupacionais exercidas pelos migrantes maiores nos primeiros tempos, 45% (42), enquanto no gráfico 20 estão as áreas de atuação profissional exercidas por todos os entrevistados (93), inclusive aquelas exercidas nos primeiros tempos.

O desejo dos migrantes de ingressarem no mercado formal nem sempre se realizou e, por conseguinte, não foi possível uma melhoria qualitativa substancial em suas vidas, nos primeiros anos na cidade. Podemos demonstrar a condição típica dos migrantes nos primeiros tempos, a partir de três elementos: atividade econômica, escolaridade e moradia. Esta classificação desses elementos estaria assim dividida: a) atividade econômica: formal ou informal; b) condição de moradia – alugado, morando com parentes, casa própria; c) escolaridade – analfabeto, ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo, ensino médio incompleto, ensino médio completo, ensino superior incompleto, ensino superior completo.

A partir desses elementos, construímos o quadro 11, buscando demonstrar a condição dos migrantes nos primeiros tempos. A condição ideal, acreditamos, seria: estar em emprego formal, ter nível superior completo e possuir casa própria. Em contrapartida, uma posição mais delicada estaria o migrante na seguinte condição: analfabeto, em emprego informal e morando de aluguel. Estas duas condições extremas não se aplicam ao grupo migrante. Senão vejamos: a) 2% do grupo têm Nível Superior Completo, Emprego Formal, enquanto 1% mora alugado e 1% mora com parentes; b) 4% são Analfabetos, moram com parentes, sendo que 1% tem atividade formal e 3% atividades informais.

Tipo Atividade Econômica emprego	Escolaridade	Condição de Moradia	%
Formal	Fundamental Incompleto	Casa própria	1%
Informal	Fundamental Completo	Alugada	1%
Informal	Fundamental Completo	Casa própria	1%
Informal	Médio Incompleto	Alugada	1%
Formal	Médio Incompleto	Casa própria	1%
Formal	Analfabeto	Com parentes	1%
Formal	Superior Completo	Com parentes	1%
Formal	Superior Completo	Alugada	1%
Formal	Fundamental Completo	Com parentes	2%
Informal	Fundamental Completo	Com parentes	2%
Formal	Médio Completo	Casa própria	2%
Informal	Médio Completo	Casa própria	2%
Formal	Médio Incompleto	Com parentes	3%
Informal	Analfabeto	Com parentes	3%
Formal	Fundamental Incompleto	Com parentes	5%
Informal	Médio Completo	Com parentes	5%
Formal	Médio Completo	Com parentes	12%
Informal	Fundamental Incompleto	Com parentes	15%
Não se aplica			41%
Total			100%

Quadro 11 – Condições dos migrantes nos primeiros tempos: emprego, escolaridade e moradia
 FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de Campo, 2012.

Concluimos que os migrantes amazonenses, independente das aspirações construídas na origem, adotam as estratégias possíveis de sobrevivência na cidade. Nesse jogo, as relações existentes ou as novas desempenham papel vital. A manutenção da vida requereu sacrifícios e adaptações e, com o passar do tempo, a cidade – que no primeiro momento lhes pareceu dura e perigosa – tornou-se seu o lugar de reconstrução de suas vidas.

A cidade de Manaus, por despontar como o maior centro econômico do Estado do Amazonas e da região Norte, é inegavelmente um polo de atração populacional. Destaca-se em relação às demais cidades do Estado na oferta de bens e serviços, o que demanda melhor qualidade e quantidade de mão de obra. Sua condição socioeconômica é elemento de atração população, enquanto a pouca oferta de emprego, a baixa capacidade de formação

educacional dos demais municípios são fatores de expulsão de suas populações, que têm, invariavelmente, migrado em grandes contingentes.

A cidade de Manaus torna-se para homens e mulheres, que para cá migram, um novo lugar, o lugar de reconstrução de suas vidas, que precisa ser desvelado e dominado. A nova vida impõe aos que chegam um conjunto de elementos que precisam ser dominados, exige do estranho a adaptação. Sua sociabilidade se dará em maior ou menor grau, de acordo com o estoque de conhecimentos à mão, qualificação, experiência profissional.

Assim, o migrante típico, ao ingressar na nova cidade, se vê diante de condições diferentes das imaginadas na origem, as novas demandas do destino se imporão inexoravelmente, esteja ele preparado ou não, corresponda o seu estoque de conhecimento ou não à realidade. Ser mal ou bem sucedido no primeiro momento de socialização está ligado à realização dos motivos *a fim de*, construídos a partir da leitura da origem (*motivos por que*).

O migrante típico busca na cidade de destino concretizar os *motivos a fim de*, constitutivos de seu projeto migratório: trabalho, educação, melhoria de vida. Esses elementos se impõem e sua concretização na nova vida dependerá do equilíbrio entre o exigido pela nova estrutura social, de sua capacidade em disputar os postos de trabalho disponíveis, do conhecimento de seus desafios, do domínio de seus códigos, em suma de sua capacidade de gerenciar essa nova vida, e nesta empreitada, dois elementos despontam como fundamentais: a existência de familiares e, a ele associado, um lugar para morar.

CAPÍTULO III

O NOVO MUNDO DO TRABALHO

3.1 A condição de industriário migrante

Para Schutz (1979, p. 248), diferentemente do defendido por William James, “é o significado de nossas experiências e não a estrutura ontológica dos objetos que constitui a realidade, ou seja, cada província de significado tem o seu estilo cognitivo especial”.

Assim, o mundo do trabalho, o mundo da fábrica, é formado por um conjunto de experiências, que precisam de estilos cognitivos próprios, consistentes e compatíveis uns com os outros. Este mundo é “caracterizado por uma tensão de consciência específica, por uma perspectiva de tempo específica, uma forma específica de se vivenciar a si próprio, e ainda uma forma específica de socialização” (SCHUTZ, 1979, p. 249).

Schutz (1979) vai buscar nos princípios de psicologia de James o fundamento para sua argumentação sobre a interpretação da realidade. Para ele é necessário desligar essa interpretação do cenário psicológico, sendo realidade tudo que excite e estimule o interesse.

Assim, argumenta Schutz (1979, p. 248):

Para William James, existem diversas ordens de realidade, provavelmente um mundo infinito, cada uma com seu estilo especial e distinto de existência [...] cada mundo, enquanto se está concentrado nele, é real segundo o seu próprio estilo... temos que desligar a teoria de James do cenário psicológico e analisá-la em função de suas implicações[...] preferimos falar de províncias finitas de significado às quais é atribuído o acento da realidade, em vez de subuniversos.

Segundo o autor, a mudança da terminologia enfatiza o fato de que a realidade é constituída pelos significados dados pela experiência e não pela estrutura ontológica dos objetos. Defende Schutz (1979, p. 248):

Cada província de significado tem seu estilo cognitivo especial, e é este estilo especial de um conjunto de nossas experiências que as constitui como províncias finitas de significado, que “todas as experiências dentro de cada um desses mundos são, com respeito a esse estilo cognitivo, consistentes em si e compatíveis uma com a outra.

Os entrevistados, nos termos de Schutz (1979), vivenciaram e vivenciam diversas províncias de significados, na origem, em Manaus, no mundo do trabalho, na família, nas relações sociais. Em suma, na vida cotidiana vive-se províncias finitas de significados, sendo todas as experiências dentro de cada um desses mundos, com respeito ao estilo cognitivo, consistentes e compatíveis umas com as outras, e à medida que se vivencia um choque – quando não são mais consistentes em si e compatíveis uma com a outra – são abandonadas, mudando-se o acento de uma realidade para outra.

Para Schutz (1979), vivemos a nossa realidade cotidiana sob seis estilos, “um estado de alerta total”, “um *epoché* específico”, “o trabalho”, “uma forma específica de vivenciar o próprio eu”, “uma forma específica de socialização” e “uma perspectiva de tempo específica”. Cada estilo pertence a cada província de significado em particular e lhe dá acento de realidade.

Nessa realidade, segundo o autor, vivenciamos experiências de choque, essas nos acompanham com frequência no curso da vida diária, ou melhor, pertencem à sua própria realidade, e quando isso acontece, há um processo de transição de uma realidade a outra. Assim, todas as províncias de significado, não somente o mundo do trabalho no tempo padrão, são províncias de significados finitas.

Para Schutz (1979, p. 252), “o mundo do trabalho na vida diária é o arquétipo de nossa experiência de realidade, todas as outras províncias do significado podem ser consideradas como suas modificações”. Ou melhor, o termo para o autor distingue o mundo da vida entre a ação e o simples imaginar.

Utilizamos neste trabalho a expressão mundo do trabalho, numa acepção mais estrita do que utilizada pelo autor, para designar o mundo da atividade efetiva, um desempenho que requer o movimento do corpo, compartilhado por todos, num mundo comum – o mundo da fábrica – com características básicas comuns, e mesmo que cada

situação biográfica seja única, “é somente numa pequena escala feita por ele próprio” (SCHUTZ, 1979, p. 159), ou seja, a condição de migrante industrializado é uma condição construída na relação com os semelhantes e outros.

Os migrantes, nos termos de Schutz (1979), vivenciam uma situação face a face, compartilham um espaço e um tempo comum, estão conscientes uns dos outros, as experiências fluem lado a lado na relação do dia a dia. Nessa relação compartilham suas alegrias, tristezas e conquistas, em suma, a vida.

A condição de industrializado migrante é estabelecida bem depois da migração, visto que, ao decidirem partir de seus municípios, como vimos, apenas 3% tinham como objetivo claro trabalhar no PIM, ou seja, vieram para Manaus para trabalhar – não especificaram em que queriam trabalhar (36%), vieram em busca de formação educacional (17%), melhoria de vida (36%), servir as forças armadas (5%) e conhecer o pai (2%).

No capítulo precedente, explicitamos que somente 28% dos entrevistados foram exclusivamente industriários, o que significa que muitos tiveram experiências de trabalho em variados ramos de atividades. Por isso, em momento algum, nos referimos aos entrevistados como industriários migrantes, porque nenhum deles era industrializado quando migrou, em suas cidades não havia indústrias. Foi unicamente na cidade de Manaus que os migrantes agregaram às suas vidas a condição de industriários e, por conseguinte, se converteram em migrantes industriários.

Reverso o quadro geral dos entrevistados, observamos que 45% migraram para Manaus com idade igual ou superior a 18 anos (maiores). Num outro grupo, 55% dos entrevistados migraram com idade inferior a 18 anos (menores), muitos, inclusive, ainda crianças, por isso, veremos que houve um espaço maior de tempo entre a migração e o ingresso no PIM.

A experiência no PIM deu-se para os dois grupos em tempos bem diferentes, como para os sujeitos individualmente. Dentre os maiores, identificamos que 41% ingressaram no PIM nos dois primeiros anos de chegada em Manaus, sendo 31% (13) no mesmo ano e 10% (4) no ano seguinte. Os demais 59% ingressaram somente após dois anos que chegaram, sendo que 21% (8) entre 2 e 4 anos, 24% (10) entre 5 e 6 anos e 14% (6) entre 8 a 10 anos. No ingresso 14% estavam na faixa etária de 18 a 20 anos, 17% entre 21 e 23;

34% entre 24 e 26; 14% entre 27 a 29; 9% entre 30 e 32 anos; 9% entre 33 a 35 e 2% com idade superior a 35 anos (Gráfico 21).

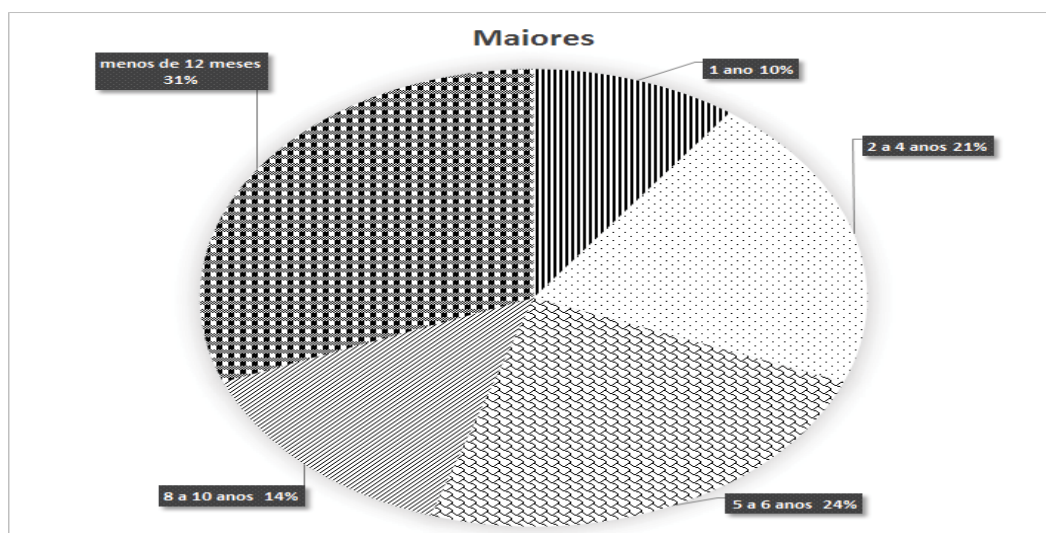


Gráfico 21 – Relação entre data de migração e tempo de ingresso no PIM dos maiores
Fonte: Pesquisa de campo. Amostra de 42 migrantes, 2012.

Como vimos no capítulo anterior, 72% dos migrantes, maiores e menores, atuaram em outras áreas profissionais antes de ingressarem no PIM, como comércio, serviços, construção civil, forças armadas, serviço público, ensino público e privado. Se separarmos esta experiência por migrantes maiores e menores, verificamos que 29% dos menores trabalharam no comércio e apenas 15% dos maiores. Na área de serviços, 27% dos menores e 18% dos maiores; na construção civil, 9% dos maiores e 5% dos menores; no serviço público, ensino público e privado, apenas os maiores exerceram atividades, 6%, e por último, a atuação exclusiva no PIM, 16% dos menores e 12% dos maiores.

Estes dados tornam-se significativos, pois essas múltiplas experiências da maioria dos migrantes industriários servem de pano de fundo às análises comparativas, vantagens e desvantagens do trabalho no PIM, como veremos.

Os maiores, quando ingressaram no PIM, estavam na seguinte faixa etária: 14% entre 18 e 20 anos, 17% entre 21 e 23 anos, 33% entre 25 e 26 anos, 14% entre 27 e 29 anos, 10% entre 30 e 31 anos, 10% entre 33 e 35 anos e 2% com 38 anos. Quanto aos menores, verificamos que 14% ingressaram entre 16 e 17 anos (na condição de aprendiz), 24% entre 18 e 20 anos, 35% entre 21 e 23, 6% entre 24 e 26, 12% entre 27 e 29 e 10% com 30 anos ou mais. Destaca-se quanto a este último que dois ingressaram com 42 e 44 anos, respectivamente, sendo que o primeiro migrou com 12 anos, na década de 1970, e o segundo tinha 4 anos na ocasião da migração, nos anos de 1950.

Na ocasião da pesquisa os entrevistados, maiores e menores, estavam nas seguintes faixas etárias: 4% de 18 a 23 anos, 9% de 24 a 29 anos; 14% de 30 a 35 anos, 15% de 36 a 41 anos, 34% de 42 a 47 anos, 15% de 48 a 53; 8% de 54 a 59 e 1% com mais de 60 anos. Ou seja, 73% tinham idade superior a 35 anos.

Não é possível estabelecer a representatividade de toda a amostra por faixa etária em relação às empresas participantes da pesquisa, nem estabelecer a amostra de migrantes fora do PIM. Isso só é possível realizar para duas empresas que forneceram informações cadastrais dos migrantes, uma do Polo de Eletroeletrônicos e uma do Polo de isqueiros, canetas e descartáveis.

Da empresa de produtos elétricos, eletrônicos e de comunicação, fundada em setembro de 1969, nossa amostra foi de 1% de todas as faixas etárias de migrantes na planta (Gráfico 22). A referida empresa tinha em sua planta, na realização da pesquisa, 392 migrantes amazonenses, sendo os extremos, 21% na faixa etária de 41 e 45 anos de idade e 1% na faixa de 56 a 60 anos.

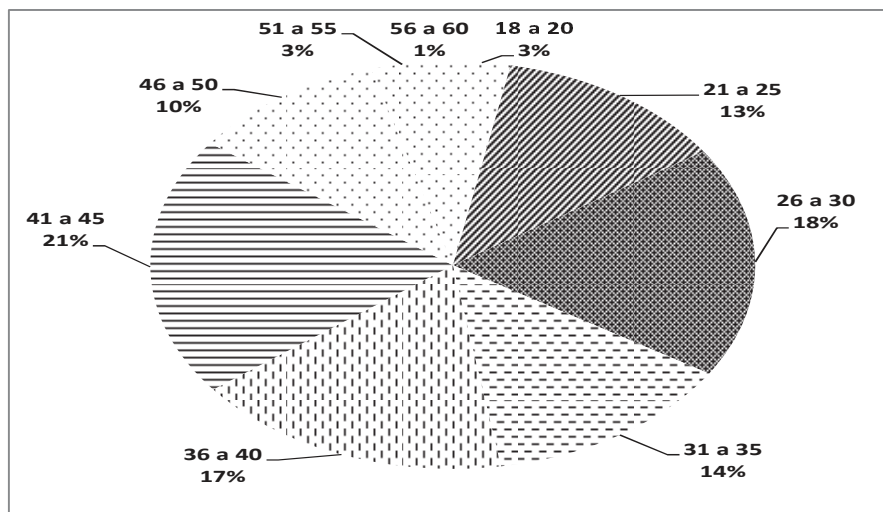


Gráfico 22 – Faixa etária dos migrantes amazonenses de uma empresa do polo de eletroeletrônicos
 FONTE: Amostra de 392 migrantes. Pesquisa de Campo 2012.

Convém acrescentar que a referida empresa tem em seu quadro 1.093 manauaras, com idade média de 31,76 anos, 319 trabalhadores de outras unidades da federação com média de 34,48 anos; os não identificados somam 158, com média de 44,17 anos e 02 estrangeiros com idade média de 41 anos. A faixa etária média de todos os colaboradores é de 37,41 anos de idade.

Da empresa de Polo de isqueiros, canetas e barbeadores descartáveis, fundada em 1969, nossa amostra englobou 50% das faixas etárias existentes na planta (Gráfico 24). A referida empresa tinha em sua planta, na realização da pesquisa, 139 migrantes amazonenses, nos extremos, 22% estão na faixa de 41 a 45 anos e menos de 1% na faixa de 59 anos (gráfico 23). É possível verificar a presença de migrantes de diferentes décadas atuando nesta empresa, permitindo-nos registrar que o tempo médio de empresa de 11 migrantes contratados na década de 1980 é de 26 anos, de 32 contratados na década de 1990 é de 16 anos, de 95 migrantes contratados nos anos 2000 é de 4 anos. Destaca-se que, entre o grupo pesquisado, apenas um migrante, que ingressou na década de 1970, tinha 35 anos de empresa.

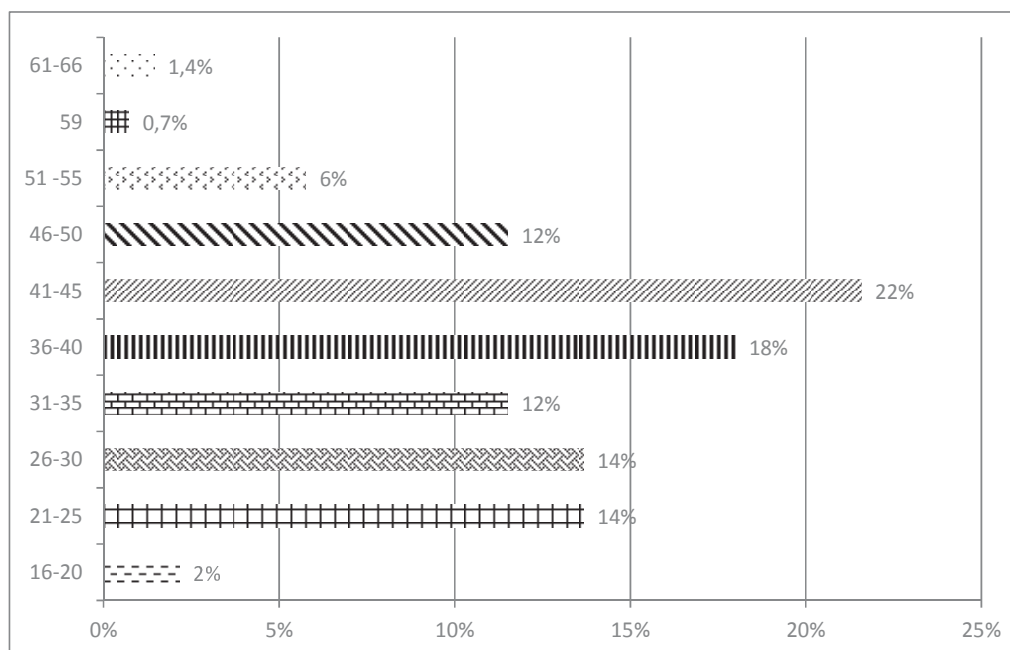


Gráfico 23 – Faixa etária dos migrantes amazonenses de uma empresa do polo de isqueiros, canetas e barbeadores descartáveis

FONTE: Amostra de 139 migrantes. Pesquisa de Campo, 2012.

Trabalhadores brasileiros, estrangeiros, migrantes amazonenses e manauras fazem ou fizeram parte da história da ZFM nos mais de quarenta e cinco anos de sua existência. Neste ínterim, muitas histórias foram contadas e recontadas, muitas empresas cerraram suas portas, transferiram sua sede para outros estados da federação, debates políticos e estratégicos são travados no intuito de mantê-la, sob a argumentação de sua essencialidade para a economia da região amazônica.

Para muitos, quando se fala em indústria, a imagem da linha de produção vem imediatamente à lembrança. Contudo, os trabalhadores das indústrias não são iguais, nem fazem as mesmas coisas, nem todos desempenham as mesmas atividades; há gerentes, coordenadores, supervisores, líderes, montadores etc. Cada um, a seu modo, faz leituras diferenciadas sobre o que é PIM, o mundo fabril, as relações que se estabelecem no espaço da fábrica, a exploração da força de trabalho, o pouco tempo para o lazer, entre outros temas.

O PIM pode ser classificado em Subsetores, com características próprias, um Processo Produtivo Básico – PPB aprovado pela SUFRAMA. Esta separação pelo ramo de atividade é funcional; é sob este enquadramento que as empresas se autodenominam e são denominadas socialmente: Empresa do Polo de Bebidas, do Polo de isqueiros, canetas e barbeadores descartáveis, Polo de Duas Rodas, Eletroeletrônicos, entre outros. Vale ressaltar, porém, que, mesmo com essa uniformidade, há especificidades na política de recursos humanos, no estilo gerencial, na estrutura organizacional, o que geralmente tem a ver com a “cultura empresarial” implementada. Uma empresa do Polo de Eletroeletrônico de capital oriental tem seguramente um estilo de gestão bem diverso de uma de origem holandesa ou americana, embora não divirjam muito nas técnicas e tecnologias de produção.

Ao perguntamos a um dos nossos entrevistados se houve maior flexibilidade no gerenciamento de pessoas, o entrevistado respondeu:

Cuidado. Cuidado. Nós estamos num ambiente chamado de uma empresa. Cuidado, isso não é geral aqui no Distrito. Você sabe que têm empresas que ainda *é do it*. As empresas coreanas ainda são. A nossa aqui, não. A nossa, eu sempre comento que a gente construiu uma família aqui dentro (Oiticica da Fonte - Diretor Empresarial, em empresa do Polo Eletroeletrônico, com sede na Holanda).

Por sua vez, um entrevistado do Polo de Bebidas não alcoólicas e que atuou no Polo de duas rodas, comenta: “Na empresa X eu trabalhei demais, aquilo ali é cruel de domingo a domingo, você realmente não tem tempo para a família. Ou você trabalha, ou você... perde a família, porque acontece muito isso aí” (Vicente Celestino). Segundo o migrante, ao ingressar no PIM em 2005 ganhava o equivalente a um salário mínimo, e na realização da pesquisa ganhava o equivalente a quatro.

Partiremos do pressuposto de que empresas pertencentes ao mesmo setor têm características similares, não levando em conta sua cultura empresarial. Assim, um trabalhador que atuou em empresas de origens diversas, mas pertencente ao mesmo ramo de negócio, teve ou tem experiências profissionais análogas.

Adotaremos essa uniformização no intuito de demonstrar que, mesmo a partir dela, os trabalhadores migrantes, em sua maioria, nessas quatro décadas (1970, 1980, 1990, 2000) desempenharam atividades em mais de um segmento, o que nos dá algumas pistas: alta rotatividade de trabalhadores no PIM e adoção de políticas diversas de manutenção de trabalhadores. Entre estas, podemos antecipar as vantagens declaradas pelos migrantes: planos de saúde, planos odontológicos, transporte casa/fábrica/casa, etc.

Como evidenciamos anteriormente, muitos trabalhadores em suas origens trabalharam no setor primário ou no setor terciário da economia. Ao migrarem, buscaram um emprego ou trabalho, o que significava, geralmente, a formalização do vínculo empregatício. Nem sempre essa condição se efetivou e, quando aconteceu, as expectativas não foram supridas, despertando assim o desejo de ir para o PIM, tido como o lugar onde se tem bons salários e benefícios melhores que em outros segmentos. Essa é, de modo geral, a justificativa dada pelos trabalhadores para ingressarem no PIM.

É notório que há uma mobilidade entre os setores da economia, como também no mesmo setor. Constatamos que, no grupo de migrantes, há uma mobilidade entre subsetores e polos do PIM. Tal mobilidade é resultante, majoritariamente, de rescisões contratuais por parte do empregador, que, de modo mais frequente, são ocasionadas por crises financeiras ou falência e, em menor grau, a pedido do trabalhador, que busca em outra empresa os benefícios não oferecidos na que atuava. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas – Sindmetal, 96% das rescisões contratuais homologadas são realizadas por iniciativa do empregador (Carta de Demissão), 3% por iniciativa do trabalhador (Pedido de demissão) e 1% por aposentadoria, invalidez ou morte (SINDMETAL, 2014).

Os participantes, em sua maioria (95%), estavam em atividade no PIM na época de realização da pesquisa, enquanto 5% não atuavam mais na indústria (Tabela 4).

Polos / Subsetores	%
Polo isqueiros, canetas e barbeadores descartáveis	30
Polo de produtos elétricos, eletrônicos e de comunicação	27
Polo de duas rodas	22
Subsetor de bebidas não alcoólicas e seus concentrados	16
Outros (avulso, desempregado, profissional liberal, doméstica)	5

Tabela 4 – Migrantes participantes da pesquisa ativos e inativos
 FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de campo, 2012.

As pesquisas realizadas no PIM ao longo das 4 (quatro) décadas (SCHERER, 2005; SILVA, 2010; VALE, 2007), como os Relatórios de Indicadores de Desempenho da SUFRAMA/2012 e mesmo os jornais locais, comprovam a mobilidade da mão de obra no PIM. Em nossa pesquisa, verificamos dois tipos de mobilidade de trabalhadores: endógena (no próprio PIM) e exógena (para outros setores da economia). Os trabalhadores desligados, quando não conseguem ingressar em outra empresa do PIM, vão para outros setores da economia. Registramos com evidência que, dentre os migrantes participantes da pesquisa que não atuavam mais no PIM (5%), todos desejavam retornar ao polo, o que não aconteceu. Argumentam entre os fatores, idade e nível de escolaridade. Desses, 4% estão desempregados e somente 1% exerce outra atividade no setor de serviços (profissional liberal).

Não temos como inferir o nível de absorção da mão de obra dispensada, contudo, em relação ao contingente dispensado a cada ano, somos levados a acreditar que esta seja mínima.

No grupo pesquisado, averiguamos que somente 45% trabalhadores permanecem na mesma empresa de ingresso no PIM, enquanto que os demais (55%) já trabalharam em, no mínimo, duas (2) e, no máximo, oito (8) empresas.

Ao analisarmos os Relatórios de Indicadores de Desempenho da SUFRAMA de 1998 a 2012, notamos uma constante variação negativa mensal de mão de obra no PIM, sendo a maior concentração nos primeiros e nos últimos meses dos anos. Em um período de 187 meses (janeiro de 1988 a maio de 2012), 32% apresentam variação negativa na mão de obra total, ou seja, o resultado da equação entre os que são demitidos e os admitidos é negativo.

A mobilidade endógena e exógena dos trabalhadores do PIM pode ser ocasionada por fatores diversos, e esta realidade depõe negativamente na afetividade e na carreira desses trabalhadores. Ao ser desligado de determinada empresa, o trabalhador, comumente, é colocado frente a frente com algumas alternativas, dentre as quais: buscar uma vaga em outra empresa no PIM ou migrar para outro setor da economia. A continuidade no PIM depende de múltiplos elementos: idade, experiência, qualificação, demanda, como também das relações interpessoais estabelecidas que, normalmente, funcionam como porta de acesso à concorrência de uma vaga.

Os migrantes criam uma rede de relações ao atuarem no PIM e, ao serem desligados de uma determinada empresa, esta é a primeira opção para tentar retornar. Isso não significa, contudo, garantia de vaga ou ingresso, mas, que as informações fornecidas sobre contratações, perfil exigido, entre outras, são fundamentais, ou que se torna um diferencial significativo na disputa. O segundo caminho, não menos importante, é a consulta diária aos classificados de emprego de jornais locais, e por terceiro, candidatar-se às vagas cadastradas no Sistema Nacional do Emprego – SINE. É pertinente observar que esta divisão é meramente didática, visto que, na prática, são exercidas concomitantemente, no intuito de realização dos objetivos planejados e reingresso no mercado de trabalho.

Vale ressaltar que muitos não conseguem retornar ao PIM, ou por não desejarem ou por não corresponderem às expectativas dos empregadores. Nessas condições, dependendo da estrutura construída durante os anos em que ficaram empregados, aventuram em nova atividade profissional, geralmente, no setor de serviços, ou buscam ingressar no mercado formal em outro ramo de atividade ou setor da economia.

A título de exemplo, fomos à sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, à procura de um industrial que tivesse sido demitido em 2011. Ao ser indagado sobre o que pretendia fazer, informou que iria tentar inicialmente retornar para a empresa que o demitira, (por isso estava no sindicato) e não conseguindo iria distribuir currículo e fazer uns contatos com colegas de outras empresas. Solicitamos que nos fornecesse dados sobre seus conhecidos que atuavam no PIM, como nome, empresa e número telefônico. Foram-nos informados os contatos de 47 (quarenta e sete) industriários de cinco (5) empresas diferentes. O referido industrial ingressou no PIM na década de 1990, passou por três

empresas, e até abril de 2014 não tinha conseguido retornar ao polo, vivendo no presente de pequenos serviços.

Há uma compreensão de senso comum entre os trabalhadores do PIM que não se fica por longos anos em uma mesma empresa. Segundo eles, esta prática não faz parte das culturas das empresas do PIM. Aparentemente, a prática da empresa acima referida é uma exceção, no entanto, a partir dos dados de campo não é possível assegurar a afirmação dos migrantes sobre a constante rotatividade de trabalhadores no PIM. Em entrevista com um diretor de uma empresa do Polo de isqueiros, canetas e barbeadores descartáveis, ouvimos a seguinte afirmação, “temos muitos funcionários antigos, nossa rotatividade aqui é pequena”. Identificamos nesta empresa, como já nos referimos, 139 migrantes, dos quais 11% (15) têm entre 22 e 35 anos de empresa. Nossa amostra é de 28 (20%) e têm entre 22 e 27 anos de empresa.

Apesar de alargar seu arcabouço de experiências profissionais, adquirido nas diversas culturas empresariais, o trabalhador se vê na condição de refém na venda de sua força de trabalho, porque precisa se submeter continuamente a novos recomeços. Ter que recomeçar apresenta aspectos negativos, como a insegurança no desempenho de uma nova função, a fragilidade da posição de quem está iniciando, observando e aprendendo, a sensação de desconfiança do empregador ante o trabalhador em período de experiência etc. Inclusive, uma extensa lista de vínculos empregatícios pode não inspirar confiança em um empregador, enquanto pode com outro demonstrar larga experiência. O empregador pode acreditar que incompetência, imperícia, absenteísmo ou outros comportamentos desse gênero tenham pesado para as demissões do trabalhador das empresas anteriores.

Os trabalhadores desempenharam diversas funções ocupacionais ao longo dos anos que trabalham ou trabalharam no PIM, e que estas se enquadram nas seguintes condições: na mesma empresa mudam de funções mais simples para mais complexas, permanecem na mesma função; mudam de empresas para funções de mesmo nível ou para funções mais complexas.

Quando o trabalhador muda de empresa, muitas vezes, ele passa a preencher outro posto, até mesmo inferior ao precedente. Segundo Elvécio Fonseca: “Eu sempre saí de uma (função) em um degrauzinho e sempre voltei para montador. Todos os que eu entrei foi

como montador”. Em outros casos bem específicos, quando o trabalhador recebe oferta e muda de empresa, ele conta com uma remuneração melhor ou migra para uma posição mais elevada.

Podemos, a partir dos relatos dos entrevistados, perceber que os migrantes têm duas posturas distintas em relação às funções exercidas: valorativa da atual e depreciativa em relação às funções anteriores, principalmente, se a atual função é superior à precedente. Quando a função atual é inferior a anterior, a descrição é feita de forma muito sintética, com poucos detalhes. Por outro lado, quando desempenham ou desempenharam funções superiores, os trabalhadores se colocam como protagonistas da ação, enaltecem as atividades desempenhadas, demonstram importância central. Mesmo que a função não tenha em sua atribuição específica responsabilidade e liderança, os trabalhadores referem como efetivamente competências exercidas nas relações de trabalho.

3.1.1 Os migrantes e a mobilidade funcional nas empresas do PIM

Segundo Schutz (1979, p. 161),

dentro do ambiente comum qualquer sujeito tem seu ambiente subjetivo particular, seu mundo privado, originalmente dado a ele, e a ele somente. Ele percebe o mesmo objeto que o seu parceiro, mas com coloridos que dependem de seu determinado Aqui e seu fenomenal Agora.

Os migrantes compartilham um ambiente comum, um tempo comum, estabelecem uma relação face a face, e nesta atribuem-se motivos típicos de seu agir, vivem situações típicas, vivem um cotidiano com ritualística típica. Ao ingressarem no mundo da fábrica, no mundo industrial, desenvolvem uma concepção de mundo e de vida, essencialmente um contexto diverso, dentre as múltiplas províncias do significado possíveis.

Cada cargo ou função desempenhada pelos migrantes tem, no mínimo, duas significações ou estruturas descritivas: a dada pelo empregador, funcionalmente

estabelecida dentro da hierarquia organizacional, e outra, dada pelo próprio migrante, em que atribui a si ou agrega às funções institucionalmente definidas novas ou outras atribuições não estabelecidas.

Segundo Dwyer (1995, p. 13),

Em cada posto de trabalho, em cada tarefa a ser executada, o trabalhador age dentro de um sistema de relevâncias cujo fluxo é contínuo. Trabalho é produzido através da unificação de conhecimentos, capacidades e motivações fragmentadas em indivíduos que passam a trabalhar em sistemas que exigem cooperação e criam interdependência e que se identificam e são identificados como 'operários', 'profissionais', 'gerentes', 'empregadores' etc.

Assim, como parâmetro para descrever a mobilidade funcional dos migrantes utilizaremos a classificação hierárquica. É impossível estabelecer critério para nível de complexidade de uma função ocupacional. A Classificação Brasileira de Ocupações – CBO/2002 estabelece um perfil ocupacional a partir de três elementos: uma Descrição Sumária – atividades principais relativas à função; Experiência – um tempo de experiência mínimo necessário a seu exercício; Formação – nível de escolaridade mínimo para seu exercício e ingresso. Essas descrições foram elaboradas após estudo do Ministério do Trabalho e Emprego em parcerias com Universidades, Entidades Representativas e com trabalhadores dos diversos seguimentos de atividades. Servem como roteiro para análise de centenas de funções ocupacionais do mundo do trabalho, no entanto, não se aplicam em termos absolutos a nenhum caso específico.

Ao analisar as funções ocupacionais exercidas pelos migrantes no ingresso no PIM, verificamos que 37% foram para o chão de fábrica como montador, 31% exerceram a função de auxiliar e 32% em outras funções. No conjunto de funções, duas se sobressaem em nível de complexidade em relação às demais: gerente (1%) e analista (1%). Os migrantes estavam classificados em dezoito (18) funções ocupacionais.

Ao compararmos as funções ocupacionais exercidas no início da atividade no PIM com as desempenhadas na ocasião de nossa pesquisa, notamos o decréscimo em algumas e o surgimento de novas. É pertinente ressaltar que houve mobilidade da função de montador

para outras funções, sendo esta exercida atualmente apenas por 15%. Registramos, ainda, um decréscimo na função de auxiliar, ficando em 11% e, também, um crescimento de 11% na função de analista (Gráfico 24).

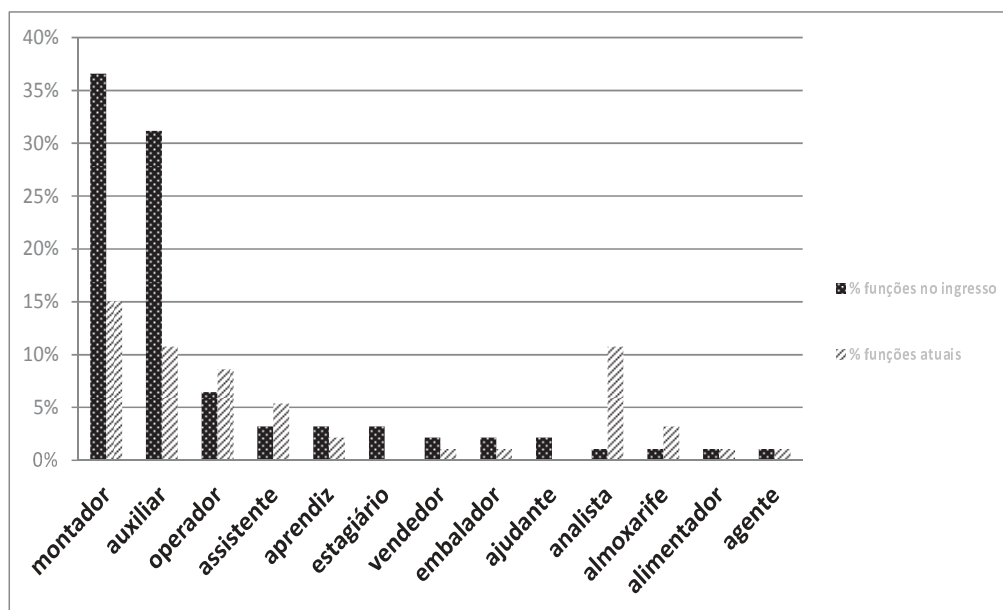


Gráfico 24 – Funções ocupacionais comuns exercidas no ingresso no PIM e na ocasião da pesquisa
 FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de Campo, 2012.

Ao desagregarmos as funções iniciais e atuais por década de ingresso no PIM, e classificarmos em alto, médio ou baixo – adotando o critério alto para funções de gerência, diretor; médio para funções de análise, coordenação e supervisão; e baixo para as funções de execução, montador, alimentador, operador, etc. – verificamos no ingresso do PIM a preponderância de funções em nível baixo (96%), médio (2%) e alto (2%). Na atualidade, registramos um crescimento significativo nas funções de nível médio (37%) se comparado à função inicial, muito embora, o nível baixo (59%) ainda seja predominante, sendo menor a participação de funções de nível alto (4%).

Há, de modo geral, uma mobilidade ascendente dos migrantes quanto às funções ocupacionais exercidas no PIM. Para aqueles que permaneceram na mesma planta, desde o

ingresso no PIM, foi mais recorrente a ascensão profissional, tanto na mesma função (quando nela há vários níveis) quanto numa outra. Apenas 31% dos migrantes entrevistados permaneciam na mesma empresa de ingresso. Este grupo pode ser subdividido em dois: 46% que continuam na mesma função ocupacional que ingressaram (14% mudaram de nível e 32% se mantiveram no mesmo nível) e 54% que mudaram de função ocupacional dentro da mesma empresa. Dos que estavam no mesmo nível, foi possível verificar que se tratavam de industriários que tinham entre 6 e 36 meses de atuação na empresa. Do grupo que modificou sua função ocupacional, apenas para 43% essa mudança significou o desempenho de atividades de maior complexidade.

Para os demais, que ingressaram numa empresa e na ocasião da pesquisa estavam em outra, tornou-se um pouco difícil mensurar se ocorreu ascensão, visto que houve a admissão em funções diferentes das anteriores, mesmo que com grau de complexidade similar. Neste grupo, somente com algumas exceções, foi possível detectar nitidamente que houve uma ascensão profissional nesses anos de experiência no PIM.

Não encontramos nenhum parâmetro claro sob o qual possamos estabelecer um critério de complexidade das funções ocupacionais exercidas pelos migrantes industriários. Utilizando as descrições feitas pelos migrantes, definimos alguns referenciais: a) o tipo de execução da função (repetitiva ou de análise); b) a autonomia da atividade; c) a abrangência da atividade (liderança de pequeno ou grande grupo). Adotados os parâmetros acima, determinamos as faixas de 1 a 5 para agrupar as várias funções descritas pelos entrevistados, desde o ingresso no PIM até os dias atuais. Para exemplificar, o quadro 12 traz algumas das funções consideradas em cada nível.

NÍVEL	FUNÇÕES
1	Ajudante; Alimentador; Aprendiz; Assistente; Auxiliar; Embalador; Escriturário; Estagiário; Montador; Motorista; Operador; Pintor.
2	Almoxarife; Especialista; Ferramenteiro; Inspetor; Mecânico; Oficial; Operador; Reserva; Revisor; Técnico; Vendedor.
3	Agente; Analista; Coordenador; Líder; Supervisor.
4	Chefe
5	Diretor

Quadro 12 – Classificação das profissões por níveis de complexidade

FONTE: Construída a partir das funções ocupacionais. Pesquisa de campo, 2012.

No gráfico 25 apresentamos um comparativo entre as funções exercidas no ingresso e as atuais, no intuito de clarificar se a mudança de função significou aumento de sua complexidade. Estabelecidos os critérios, verificamos que apenas 61% dos migrantes mudaram para funções mais complexas, enquanto 39%, mesmo que tenham mudado de nível na função, não tiveram efetivamente um aumento de complexidade e responsabilidade em suas atribuições. De acordo com os critérios estabelecidos, a mobilidade de funções por nível complexidade pode ser assim explicada: 36% permaneceram no mesmo nível de complexidade 1, 3% no mesmo nível 2, 39%, teve mobilidade do nível 1 para 2, 18% do nível 1 para 3, 2% do nível 1 para 4, 1% do nível 2 para 3 e 1% do nível 4 para 5.

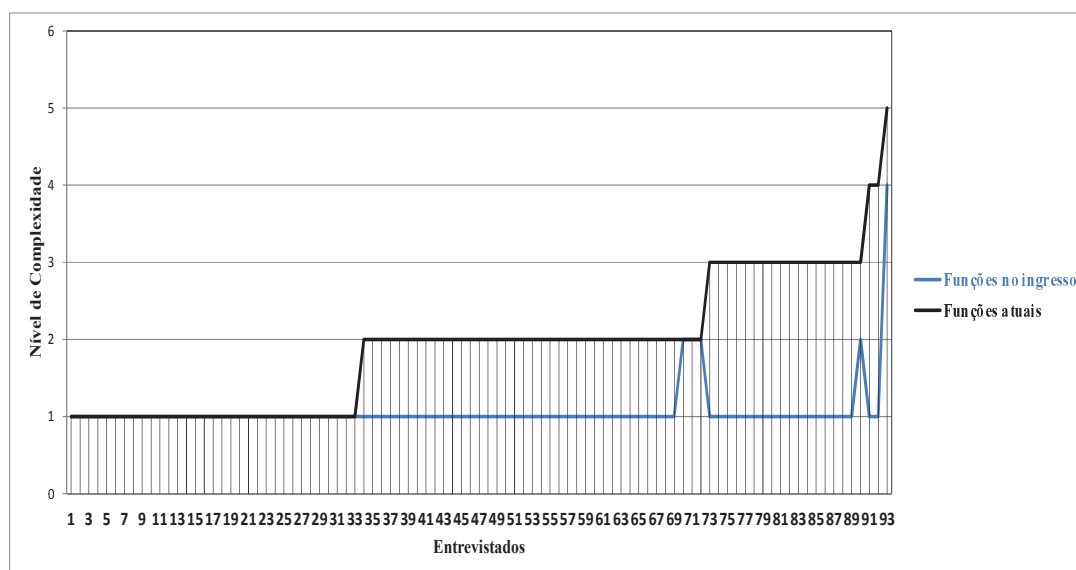


Gráfico 25 – Comparativo dos níveis de complexidade das funções no ingresso e na atualidade

FONTE: Amostra de 93 migrantes. Construída a partir das funções ocupacionais dos entrevistados. Pesquisa de Campo, 2012.

Os dados demonstram que alguns migrantes passaram a exercer atividades de maior complexidade. Constatamos, a partir de depoimentos, a passagem do exercício de atividades repetitivas para atividades de maior responsabilidade ocupacional, onde figuram entre as atribuições o controle de processos e a gestão de pessoas. O migrante Rodrigo de

Oliveira, por exemplo, após treze anos de empresa, com interstício de 4 (quatro) anos, exerceu 8 (oito) funções ocupacionais: operador de máquina, líder de linha, inspetor de processo, líder de controle de qualidade, encarregado de controle de qualidade, chefe de controle de qualidade, especialista e chefe de produção sênior.

Comecei como Operador de máquina, que retira e coloca a peça, faz medição da peça que trabalha. Hoje sou Chefe de produção sênior. A gente controla a produção, controla o pessoal, controla os inutilizados de peças. O controle de pessoal no geral, o pessoal que faltou, a movimentação de pessoal; controla os índices produtivos do setor, nos índices de *performance*; a gente vê o material para compra, se tiver faltando manda comprar, contata o fornecedor, informa o pessoal de compra de material que precisa no setor.

Nota-se que o migrante ascendeu para funções relacionadas diretamente à gestão do processo produtivo. Os estágios pelos quais passou, neste caso específico, não podem ser estabelecidos como a regra para a ascensão nas empresas do PIM, pois, mesmo que existam programas que possibilitem a ascensão dentro da empresa, a mobilidade depende de fatores diversos, dentre os quais se destacam como decisivos: o nível de qualificação e o histórico funcional do trabalhador.

O entrevistado Pedro Justino ascendeu para funções na área que ingressou – Materiais – chegou à função de liderança após treze anos de atividade. Começou na função de auxiliar de alimentação – responsável por alimentar as linhas de produção, abastecer com componentes a linha de produção – passou por duas funções intermediárias, Controlador de Materiais e Analista de Materiais. No período de aplicação da pesquisa, estava exercendo a função de Chefe de Materiais, cujas atribuições incluem o planejamento das atividades diárias, a orientação ao pessoal quanto aos princípios de alimentação de material. Salienta que, entre as suas atribuições, é mais difícil e desafiador gerir os mais jovens.

Comecei como Auxiliar de alimentação, depois passei para Controlador de Materiais, depois Analista de materiais, e hoje sou Chefe de materiais. Faço

planejamento da atividade diária, oriento bem o pessoal quanto aos princípios de alimentação do material, garantindo, no tempo certo, a qualidade do trabalho, a qualidade do material. E a mais difícil: gerir os nossos jovens. Essa é a pior parte, mas é a mais desafiadora. É a alimentação de processos.

As relações interpessoais no PIM têm passado por transformações nas últimas décadas. Constata-se a construção de uma nova forma de lidar com os trabalhadores, do ponto de vista pessoal, com um tratamento mais cordial, menos agressivo; por outro lado, refinaram-se as técnicas, procedimentos e mecanismos de maior exploração e expropriação da força de trabalho desses trabalhadores, destacam-se: o enxugamento do processo produtivo, a redução de fases no processo produtivo, a inserção de novos equipamentos que exigem novas habilidades dos trabalhadores. O depoimento de Jonas Socorro, que trabalhou por 23 anos no PIM, de 1980 a 2005 e exerceu sete funções de Montador a Supervisor de Estoque, expõe-nos algumas dessas mudanças:

A automatização, que dominou. Vieram maiores tecnologias. O parque aumentou e, por isso, aumentou o número de empregos, mas a automatização diminuiu os postos de trabalho. A cada empresa, foram diminuindo os postos de trabalho. Aumentou o número de empregos porque aumentou o número de empresas. Se ficassem as mesmas empresas, hoje, metade da população estava sem emprego. A automatização diminuiu muito emprego. Eu percebia isso porque, toda vez que chegava uma máquina nova, tinha que demitir um monte de pessoas. A cada mudança que havia na produção, tinha que tirar uma leva de pessoas, porque iam entrando as máquinas no lugar. Uma pessoa domina uma máquina que substituía milhares de pessoas. Aconteceu muito. Na Q, aconteceu muito. Quando entrou em sessão automática. A cada máquina que entrava, era um monte de pessoas que eram demitidas porque era inserido manualmente, e a máquina insere direto. O mais marcante foi que, na época, eu era supervisor das duas linhas de preto e branco, de tv preto e branco. Aí, com o avanço a linha de preto e branco foi perdendo o mercado e eu fui obrigado a demitir as duas linhas. Rapaz, era muita gente, mais de cem pessoas, era por aí assim. Na época, eu me senti ruim da barriga, porque as duas linhas acabaram nas minhas mãos. E estava chegando a hora de mandar as pessoas embora e eu ficava nervoso, porque eu prezo muito pelo lado social das pessoas. Eu ficava imaginando porque eu penso que tem que ter alguma coisa segura. Para eu estar bem, eu tenho que estar seguro em alguma coisa. E eu pensava: o que essas pessoas vão fazer desempregadas? Para onde elas vão? E eu só vim saber na realidade como é que a pessoa se vira depois que eu fui demitido, que eu tive que correr atrás.

De fato, construíram-se no seio das empresas novas formas de relações humanas. A exigência de multifuncionalidade e polivalência (POCHMANN, 2001) e, por conseguinte, maior expropriação, tornaram menos hierarquizadas as relações, foram quebradas etapas de comando e gestão. Essas mudanças tornaram mais fluidas as relações institucionais, criando-se o mito da proximidade, da parceria e da constituição de uma aura de “empresa-família”.

As novas formas de gerir pessoas, conflitos e processos conduziram à difusão de uma pseudoigualdade entre empregador e empregado. As novas modalidades de relações entre empregador e entidades representativas para 37% (34) dos entrevistados não inspiram confiança. Vale observar que somente 43% dos entrevistados se declararam afiliados, e destes apenas 8% veem como importante o papel político da entidade representativa.

Os trabalhadores do PIM, nesses mais de quarenta e cinco anos, se estruturaram como “um novo proletariado industrial” na cidade de Manaus, que se configurava como de mão de obra não qualificada e semiquificada (SALAZAR²⁰, 1992) à mão de obra qualificada, mudança ocasionada não somente pelo crescente nível educação formal, como também pelo maciço investimento patronal por meio de fundações na formação técnica-tecnológica e da mudança tecnológica (VALLE, 2007; SERÁFICO, 2011).

Em nossa pesquisa em 2007, sobre o perfil ocupacional de trabalhadores do Polo de Eletroeletrônicos, constatamos exigência de maior complexidade das competências necessárias para o ingresso.

Afirma Salazar (1992, p. 478-479),

Comprovou-se ser o operariado, de constituição urbana e rural, mas cuja longa permanência deste último, na convivência da sociedade urbano-industrial, desagregou as características mais proeminentes da vida tradicional, tendo ficado demonstrada a nivelação social, política, econômica e cultural dos grupos dentro de origem urbana e rural, desde que se considere ambos os grupos dentro do mesmo nível de especialidade [...] Os operários dos Distrito Industrial já

²⁰ João Pinheiro Salazar realizou na década de 1990 uma pesquisa com cento e vinte (120) trabalhadores do Polo Industrial de Manaus, com o intuito de compreender como se constituiu o que ele denominou de “o novo proletariado industrial de Manaus”. Tal investigação deu origem à sua tese de doutorado, na qual o surgimento da ZFM, as condições socioeconômicas dos industriários e as transformações sociais vivenciadas por este grupo ganham relevo.

absorveram, em maior grau, os valores da sociedade urbana-industrial, dado o maior tempo de vivência nessa sociedade, tendo-se, por isso, observado entre o nosso grupo, maior nível de escolaridade, de especialização, maior participação no processo eleitoral, etc.

Por seu turno, a maior qualificação dos trabalhadores não representou maior poder de organização e luta. As narrativas demonstram um desinteresse acentuado dos trabalhadores pelas entidades representativas, sendo fundamental a manutenção do emprego, o cumprimento das regras do empregador e o contínuo usufruto dos benefícios ou vantagens oferecidas. É quase nula a participação política ou social, seja em clubes ou ações de bairro. Os entrevistados, como veremos, resumem sua rotina, em sua maioria, a uma vida de trabalho/casa/trabalho e fins de semana com a família, além de se referirem ao mundo da fábrica e ao “mundo lá fora”.

Quem trabalha no Distrito, a gente se prende um pouco. A gente fica de férias de ano em ano, e, quando a gente fica de férias, parece que ali fora o mundo é outra realidade. E, na verdade, é uma realidade diferente daqui de dentro. Porque a gente passa mais tempo aqui dentro do que lá fora. E a rotina é realmente diferente, da realidade da empresa com a realidade dali de fora, eu chamo ‘mundo lá fora’. Nem todas as notícias você fica sabendo, nem tudo o que acontece você está a par, então, são essas coisas. Com a família, a gente tem a noite, a partir das dezessete horas, e os finais de semana (Zélia Tomás).

Ao indagarmos os industriários migrantes sobre o relacionamento com os colegas e encarregados, as respostas tendem a pintar um quadro de irmandade, companheirismo e solidariedade etc. Afirmam que a relação entre os pares e entre os chefes imediatos ou mediatos passou por transformações qualitativas nesses últimos anos.

Procuramos agrupar os diversos depoimentos pelas funções ocupacionais dos migrantes entrevistados, buscando demonstrar a diversidade de compreensão dessas relações. Para José da Silva, oficial de produção, “a relação é a melhor possível, é tranquila, o pessoal é companheiro”, e para Antônio da Silva, especialista de produção, a relação é considerada “proveitosa, amigável, você não pode ser só profissional, tem que saber

diferenciar colegas, amigos, e não tem que ser fechado. Tem que ser companheiro, compreensivo, dar chance, todos nós temos problemas, são pessoas amigas, nós estamos no mesmo barco”. Ambos exercem funções de coordenação de pequenas equipes.

Para o coordenador José Brito, a relação é “muito boa, maravilha, é muita briga, muita porrada, mas tudo é como se fossem irmãos. É uma irmandade total”. Segundo Vanilson Pedreira, também coordenador, “a minha relação é boa, muito boa, de amizade mesmo, companheirismo”. Os depoentes coordenam diversas atividades com equipes maiores.

Para Adelson Loureiro, inspetor, “na realidade, a gente aqui é uma família, porque eu e os meninos, todo mundo, um precisa do outro, ajuda um o outro”. Segundo Antônio Souza, analista técnico, a relação é “excelente, o pessoal aqui é como se fosse família, pelo tempo que já está aqui junto. A gente tem uma parceria muito boa”. Ambos exercem função de análise e inspeção.

Para alguns, o relacionamento no espaço de trabalho “é tranquilo. O nosso chefe dá livre arbítrio, você já sabe das suas responsabilidades. Então, a partir do momento que você respeita isso aí, não chega ninguém para te condenar, culpar” (Pedro Alencar, que exerce a função de ferramenteiro). Enquanto para Suzete Breves, que trabalha na linha de produção, “Ah, é boa. Quando a gente chega aqui, com as meninas, a gente começa a contar. ‘E aí, como é que foi o teu final de semana com a tua família, teus colegas?’”. Cada um vai contar a sua história”.

A quase unanimidade nos depoimentos da mudança qualitativa das relações no espaço fabril não invalida, portanto, a competitividade entre as empresas e a luta contínua dos trabalhadores pela manutenção dos postos de trabalho; seja por que esta atividade tem relativa estabilidade, depende do mercado, a dispensa pode ser ocasionada por razões conjunturais ou até crises econômicas; ou ainda, pelo fato de que o PIM emprega apenas 14% da população economicamente ativa em Manaus. Essas mudanças tornam, sem sobra de dúvida, a atividade laboral no presente menos exaustiva emocionalmente, se comparada com décadas anteriores, como declararam os migrantes.

Entre os participantes da pesquisa, temos diversos níveis de funções ocupacionais, de chão de fábrica a *staff*. A posição hierárquica na organização determina, de alguma

maneira, a sua visão sobre ela. Podemos subdividir o grupo de migrantes pesquisados em três grandes conjuntos: a) trabalhadores que atuam diretamente no processo produtivo, como montadores, alimentadores, almoxarifes, inspetores e assistentes; b) trabalhadores que atuam em função de análise ou planejamento; c) trabalhadores em cargo de responsabilidade, supervisão, coordenação ou gerência.

Ao analisarmos as narrativas sobre as relações com os colegas de trabalho, podemos inferir três tipos de discursos: i) o pessoal, em que a boa convivência deve ser cultuada por estarem na mesma situação funcional, “no mesmo barco”; ii) o profissional, que ressalta a boa convivência como salutar para melhor desempenho das funções e responsabilidades de cada um, além de que, este é consequência do bom cumprimento dos papéis, cenário este em que surge a figuração de uma “relação familiar”, “uma irmandade”; iii) o empresarial, no qual são escamoteados os conflitos próprios das relações entre as pessoas, “sem estresse”; neste grupo aparece mais contundentemente o discurso de uma “total relação de parceria”, “companheirismo” e a empresa como “uma grande família”.

Esses discursos não estão separados por um *locus* próprio, relacionados ao lugar dos sujeitos na estrutura organizacional, como se poderia imaginar: o pessoal mais na base, o profissional no nível intermediário e o empresarial mais no *staff*. Essa poderia ser didaticamente apresentada nesses termos, no entanto, perpassam todos os níveis, variando o grau de intensidade em cada segmento. No intuito de explicitar a partir das narrativas os três tipos de discursos, e como estes são reproduzidos pelos níveis aqui estabelecidos, utilizamos alguns depoimentos.

Uma inspetora da produção descreve a relação com os colegas: “Eu sou a única mulher no meio de um monte de machos. Então, eu sou uma espécie de mãe, às vezes, irmã, às vezes, eu sou confidente. [...] É tranquilo, amigável” (Maria Socorro). Samuel Feitoza, auxiliar de contabilidade, declara,

no meu setor, a gente é bastante flexível. A gente brinca, na hora de brincar, trabalha. O trabalho é ótimo. Aqui na Administração é bom, agora na produção é meio estressante. Às vezes, a máquina para, quebra, muito volume de trabalho.

Um reserva de produção, segundo os migrantes, é na realidade um líder, toma conta da linha, verifica falta de material, a falta de funcionários e fiscaliza o andamento da produção, é em suma, quem efetivamente administra a produção. Para Zélia Tomás, Reserva de Linha há seis anos, a interação com seus colegas,

É muito boa. Eu procuro me relacionar ao máximo o melhor com os meus colegas de trabalho. Também porque, às vezes, é ruim você ficar, de vez em quando, tendo problema com um, problema com outro. Então, os meus colegas, eu tento levar na esportiva. E tu sabes que até certos tipos de brincadeiras a gente poderia guardar lá pra fora, mas a gente faz aqui dentro mesmo. Então, tudo bem.

Para Vânia Oliveira, que também desempenha a função de Reserva de Linha, e está na função há dois anos:

A minha relação, particularmente com o meu pessoal, é muito boa. É bastante fácil, não tenho problema. Se eles não sabem, eles perguntam, têm liberdade, até porque eu peço. Eles têm que ter porque, 'se eu não sei, não adianta eu ir para o posto não sabendo o que eu vou produzir. Se eu não sei', eu estou ali para isso, para ensinar.

Algumas funções no processo produtivo, como Inspetor e Revisor, têm como objetivo conferir, aprovar ou identificar possíveis desvios ou falhas no processo. Os trabalhadores que executam essas atividades têm a obrigação funcional de apontar os defeitos e, por consequência, podem ser mal vistos pelos demais, pois nem sempre as atribuições do posto de responsabilidade são compreendidas. Comenta Maria de Fátima, que já atuou como montadora por 19 anos e há seis é revisora:

Tem muita gente que não deixa seu problema em casa, aí quer descarregar na gente. Eu fico na minha, não revido, eu procuro estar sempre sorrindo. Eu procuro estar sempre bem. No setor em que eu trabalho, graças a Deus, todo

mundo se dá muito bem. Quando tem aniversário, uma coopera, outro coopera para dar presente um pro outro. Graças a Deus, todo mundo se dá bem.

O bom desempenho da função é compreendido como de responsabilidade pessoal: “[...] existe dentro de todo trabalho aquele que não dá o melhor. [...] Eu nunca gostei de estar indo em supervisora, nunca gostei de estar indo em chefia. Eu mostrava o meu trabalho lá onde eu estava sentada, no meu posto de trabalho”, afirma Selma Melo, que já atuou como Montadora, Auxiliar técnico e na ocasião da pesquisa atuava como Revisora, função que exercia há mais de uma década. Em 2007, foi diagnosticado que estava com Lesão por Esforço Repetitivo – LER e, desde então, ausenta-se da função com certa regularidade.

Às vezes, as relações construídas da fábrica se tornam muito íntimas, como comenta Iris Santos, que trabalha na empresa há sete anos e há seis meses atua como Revisora.

A gente sempre tem uma [colega] que a gente é mais assim. Eu tenho essa que me colocou aqui dentro. Ela sempre é minha colega de trabalho, tanto lá fora como aqui, ela sempre foi, essa que me colocou. Ela trabalha em outra linha. Então, a gente nem tem muito contato aqui dentro. Lá na minha linha, eu só tenho uma colega, que a gente conversa, que a gente chora, que a gente fala tudo, que é amiga. O resto é colega de trabalho.

Nem sempre as relações no chão de fábrica são tão fáceis; em muitas circunstâncias surgem divergências nas relações de trabalho. “A gente se dá. Tem Reserva que deixa o cara fora do sério. Chega um colega: ‘Fica assim não! Vê se te anima! Isso é da vida! Isso acontece! Hoje você está assim, amanhã você está alegre’” relata Raimundo Fontes, que atua como Montador há sete anos. A existência de conflitos também é relatada por Roberta Pinheiro: “a gente passa dificuldade com outros colegas de trabalho. A gente encontra essa dificuldade. É um pouco difícil”.

Mesmo com a evidência da existência de conflitos ocasionais nas relações de trabalho, identificamos a afirmação de que “todo mundo se dá bem, graças a Deus e na medida do possível, a gente vai conciliando”, é o que afirma Nívea Damasceno, que já atuou como Montadora, Ajustadora, Auxiliar Administrativo e na ocasião era Assistente Administrativo, uma função de maior complexidade e responsabilidade que as anteriores.

Sendo o mundo intersubjetivo um mundo comum partilhado por todos, os indivíduos agem uns sobre os outros e se afetam mutuamente nos relacionamentos, pois as relações interpessoais em qualquer contexto impõem desafios. Os conflitos e tensões existentes nas relações de trabalho estão relacionados a dois fatores prioritariamente: aos papéis desempenhados e suas atribuições pertinentes e a comportamentos inadequados nas relações interpessoais.

Manter um relacionamento amigável nas relações cotidianas de trabalho surge como um elemento necessário para o sucesso do processo produtivo. Nesse sentido, Felipe Nascimento salienta que as relações nem sempre se dão por afinidades pessoais, mas pela necessidade de manutenção de um ambiente de convivência saudável, onde cada um tem um papel e responsabilidades a cumprir, um papel a desempenhar.

As relações construídas no espaço fabril são também relações de poder; missões precisam ser cumpridas, metas alcançadas e superadas, os papéis devem ser desempenhados com eficácia e eficiência, as ações desempenhadas estão carregadas de responsabilidades, e o não cumprimento traz consequências pessoais e institucionais. Entre as diversas funções ocupacionais, algumas têm como escopo mensurar, acompanhar os processos, inspecionar os resultados das etapas antecedentes e liberar o fluxo para etapas seguintes.

Essas etapas, geralmente, têm atribuições individuais e coletivas, seus ocupantes respondem individualmente, como também são responsáveis pelos resultados de sua equipe. Esses técnicos necessitam manter a convivência harmônica no grupo, alcançar as metas propostas; é, de fato, um desafio manter o equilíbrio entre desenvolver as atividades típicas da função que ocupa e a própria subjetividade. Assim comenta Letícia Camargo, Analista de Recursos Humanos, que trabalha na empresa há seis anos, e é responsável entre outras coisas por admissão e rescisão contratual:

eu acostumo a viver em qualquer lugar. Eu brinco com todo mundo; na hora de levar a sério, eu levo a sério; na hora de puxar a orelha, eu puxo a orelha; na hora de receber um puxão de orelha, numa boa. É muito boa a nossa relação.

Para o gerenciamento de equipes é indispensável estabelecer metas, deixar as coisas às claras, atribuir responsabilidades. Em muitas empresas, há momentos destinados à reunião da equipe, à orientação quanto às tarefas e processos a serem seguidos. Jonas Barbosa, que atua como analista sênior numa empresa do polo de duas rodas, destaca que, normalmente, não nota muitas contestações às ordens dadas: “A gente conversa, tem a reunião pela manhã, a gente conversa, passa as atividades, o pessoal não reclama. No meu setor, tem poucos com problemas de reclamar, mas, no geral, é tranquilo”. Para o migrante, o descontentamento é pouco significativo, no entanto existe, sendo preferível acatar as ordens e manter seu emprego.

Você tem que fazer com o que você tem e ficar calado. Você não pode falar, porque, senão, se você for pedir, se você for exigir, se você for brigar por alguma coisa, você pega a conta, como várias pessoas pegaram a conta porque iam atrás, que queriam, porque isso aqui era melhor, porque esse tanto de pessoas era melhor, aí pegaram a conta (Iris Santos).

O posicionamento dos entrevistados sobre as relações interpessoais com os colegas de trabalho é, em sua maioria, positivo (81%), podendo ser assim classificado: A) Excelente, Maravilhosa, Melhor possível; B) Companheirismo, Ótima, Amigável, Familiar, Cordial, Equilibrada; C) Boa, Tranquila, Legal, Parceria. Para 3% é negativa: D) Desgastante, conflitante; somente 16% não informaram (E). Se desagregarmos os migrantes por polo ou subsetores, essa configuração se mantém, conforme observamos no quadro 13.

A	5	1	2		2
C	61	16	22	12	11
E	16		1	2	13

Quadro 13 – Descrição da relação dos migrantes com os colegas de trabalho.

FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de campo, 2012.

Para alguns, a fábrica se tornou uma grande família, na qual as relações tomam feições paternalistas, tudo aparenta perfeita ordem, onde os conflitos foram extirpados e onde há o desejo de que tudo flua em harmonia. Corroborando essa afirmação, diz Simone Galvão: “a gente aqui é uma família, porque eu e os meninos, todo mundo, um precisa do outro. Na necessidade de cada um, se estou precisando de ajuda, jamais vou dizer assim: ‘Não, não vou te ajudar, não posso te ajudar, eu estou fazendo isso. Não quero!’. De maneira nenhuma”. Complementa William Oliveira, Inspetor de Qualidade, responsável pela garantia da produção conforme as especificações técnicas:

O pessoal da produção me respeita até um certo ponto, porque eles sabem que eu conheço do processo, e que é o meu trabalho cobrar isso e aquilo. E eles me respeitam por esse lado. E, por outro lado, eles sabem também que eu sou um cara que sei a dificuldade de todo mundo também, então, eu procuro ser amigo deles também. Uma mão lava a outra. Eles me ajudam a fazer o que eu peço, se pode fazer isso, e eu procuro ajudá-los também em outras coisas que eles venham a pedir pra mim também. Qualquer coisa que eles não têm coragem de falar para o chefe, eles falam pra mim e eu passo para o chefe deles ou de outro setor, alguma coisa que eles pedem.

O controle e a orientação fazem parte dos papéis desempenhados, precisam ser realimentados continuamente; a vida que há é a da fábrica, a boa convivência é uma conquista que precisa ser mantida. “Hoje, me tratam bem, mas sempre tem pessoas com perfil mais um pouco temperamental, mas nada que a gente não ultrapasse com carinho,

com respeito”, comenta Davi Ramos, Analista de Custos. Acrescenta Francisco Felipe, Analista Técnico:

A gente tem uma ótima convivência, conversa, tem integração com os funcionários, fazemos reunião todas as manhãs, aos sábados uma reunião maior. No final do ano, temos uma confraternização para as famílias se integrarem, procuramos ajudar uns aos outros. Se alguém tem dificuldade, está de licença médica, a gente faz uma cotinha e colabora.

Efetivamente, eles estão em fábricas, onde tarefas precisam ser cumpridas e os resultados são esperados, mas ainda assim, eles acreditam que é necessário estabelecer relacionamentos mais próximos, porque “você não pode ser só profissional, tem que saber diferenciar colegas, amigos, e não tem que ser fechado. Tem que ser companheiro, compreensivo, dar chance, todos nós temos problemas”, afirma Antônio da Silva.

O trabalhador passa por um processo de adaptação, acostuma-se ao ritmo fabril, às novas relações sociais estabelecidas, a um novo ritmo de vida. É pelo domínio desses novos códigos, das novas relações, entre outros elementos, que é possível a mobilidade funcional na organização. Ou melhor, é somente quando interpretar e dominar os padrões existentes, que será efetivamente aceito pelo grupo que ingressa.

O que se verifica é que, a partir da década de 50 no Brasil, mudanças significativas começaram a acontecer nas relações entre empregadores e empregados, com alterações nos organogramas e no discurso empresarial, o que fez com que os trabalhadores assumissem maior responsabilidade no seio fabril, pois, além do cumprimento da tarefa, eles são postos como corresponsáveis pelo sucesso do processo produtivo (CHIAVENATO, 1999).

Para Mattoso (1995), o Brasil, no imediato pós-guerra, implantou as bases de uma economia urbana e industrial, que iria incorporar a indústria do aço, da química, dos bens de capital, embora essa indústria tivesse por base uma tecnologia mais complexa, ancorada na eletricidade, no petróleo e no motor à explosão e dominada por grandes empresas que exigiam grandes volumes de capital.

Essa nova postura deu à administração nas empresas uma roupagem de humanização, produziu em seu seio um conjunto de ações que tinham o objetivo de transformar o trabalhador em bem mais que um vendedor de sua força de trabalho, mas em alguém que participasse, que vivesse na e da empresa, e de quem ela dependesse, pois ele seria a empresa.

Identificamos que 8% (7) advogam a existência de uma empresa-família, onde há relação de colaboração mútua e parceria. É um discurso proferido por migrantes que ocupam funções de liderança, como também de execução. Assim, declara um supervisor ao ser perguntado sobre as relações entre os trabalhadores:

Essa é uma das melhores partes. A gente gera uma família, porque a indústria é isso. [...] Em casa, você tem muito menos tempo para a sua família do que pra eles aqui, com eles. Com eles juntos é muito mais tempo. Então, querendo ou não querendo, pode não gerar uma família com todo mundo, mas, com os que estão mais próximos, é um relacionamento bom e, às vezes, com briga, como qualquer família. Tem aquele irmão que você se dá mais, outro que você se dá menos. Assim também é na indústria: tem aquelas pessoas que você se identifica mais. Claro que não dá para dizer que é totalmente família, porque você não vai sair abrindo problemas, situações. Tem que ter cuidado, também por causa dos comentários. Mas, enfim, é uma grande família. Não tem como as pessoas dizerem, a própria administração diz isso: para não se envolver, para não ter coração, você tem que ser razão. Mas não tem jeito, não tem como. Quando você percebe, você já gosta das pessoas. Ainda mais alguém como eu, que eu gosto de gente, gosto de pessoas. Você gosta de pessoas, você percebe que, de alguma maneira ou de outra, você já se envolveu em algum... sei lá, você já sabe uma parte da vida de alguém, e aí, você já começa a olhar para aquela pessoa de um jeito diferente, por saber daquela situação. Enfim, é bom (Simone Galvão, Supervisora de Produção).

Para Nelza Teixeira, que é Analista Fiscal e trabalha há sete anos em empresa do polo de eletroeletrônicos:

Na maior parte, a gente é muito companheiro uns dos outros, porque é a nossa segunda família. A gente passa a maior parte do dia aqui, entra ano sai ano. É um grupo, esse grupo que está hoje, tem uns cinco anos juntos, todos os que estão lá. Tem algumas pessoas novas, tem uma pessoa nova que deve fazer um ano com a gente aí. Mas eu acredito que, como toda família, eu considero até como uma

família, mas como toda família, tem seus momentos de desentendimento, porque cada um tem uma opinião diferente.

A supervisora reconhece a existência de conflitos, próprios, inclusive, das relações familiares. Neste sentido, o Coordenador Vanilson Pedreira diz que sua relação na empresa é muito boa, de amizade e companheirismo. Reconhece que em sua área há uma competição desgraçada, comprometendo, às vezes, as relações de amizade, sendo necessário em determinadas situações escolher entre a amizade e melhores ganhos, um processo, segundo ele, desgastante. Entretanto, admite ter incorporado essa competição, o que o faz, ocasionalmente, machucar determinadas pessoas.

A competitividade nas relações de trabalho, às vezes, gera experiências traumáticas, levando-se muito tempo para superá-las ou adaptar-se a elas. É o que declara Luís Barroso, Supervisor de Serviços, que na ocasião da pesquisa estava há quatro meses na atual empresa, com uma experiência acumulada de seis anos na mesma função.

Foi a coisa que eu mais estranhei. Parece que eu sou o cara certinho, que não faço coisa errada, aquela coisa. Não é isso. Mas como eu me formei, pela formação que o meu pai me deu, puxar tapete é ilícito; sinceramente, me revoltou muito no Distrito e eu demorei a superar isso: o cara ser capaz de inventar alguma coisa para te derrubar. Talvez seja isso, que eu venho de lá, todo mundo é concursado ou alguma coisa, não importa o que tu fizeres, tu não vais me mudar de cargo mesmo, tu vais morrer naquele cargo, então, as pessoas não têm isso, cara. As relações no Polo são mais conflitantes e há muita concorrência, e desleal, na maioria das vezes.

Alguns reconhecem a existência de comportamentos diferenciados, embora não digam isso claramente, mas declaram: “Eu tenho um bom relacionamento. Entre níveis de chefia, é normal. Eu procuro tratar da melhor forma possível” (Rodrigo de Oliveira). Um coordenador comenta: “Eu não tenho problema com ninguém na empresa, tenho bom relacionamento. Então, não tenho desavença, não tive desavença com ninguém. É um ambiente de trabalho muito bom. Ótimo” (Otávio Nicolas).

Chamou-nos a atenção a declaração de um Diretor de empresa, o qual ressalta a existência de uma relação harmoniosa no espaço empresarial: “É totalmente uma relação de parceria” (Oiticica da Fonte). A partir desta fala podemos perceber o discurso reproduzido pelo *staff* quanto às relações entre empregador e trabalhador. A fala não exprime apenas uma crença particular, mas afirma a inexistência de conflitos: “eu nunca tenho problema sério por causa de nossos funcionários, a gente vê o amor”. O entrevistado é diretor de empresa do polo de eletroeletrônicos, com experiência de vinte e cinco anos no PIM.

Os migrantes relatam como positiva a mudança no comportamento dos encarregados, supervisores, chefes e gerentes nas relações do dia a dia, comparando-o ao adotado antes da reestruturação produtiva, ocorrida nos anos 1990. Essa constatação já se deu em pesquisas realizadas no chão de fábrica no final da década de 1990, como o trabalho de Nogueira (1998).

Segundo a autora, os gerentes entrevistados demonstraram como importante o fator humano para a garantia da qualidade do produto, sendo assim seria necessário mudar a forma de tratar o funcionário, objetivando assegurar o seu comprometimento com os objetivos estabelecidos nas metas de produção das empresas (NOGUEIRA, 1998). Afirma a autora:

os resultados das entrevistas indicam que 97% dos entrevistados consideram as relações entre chefias e subordinados menos conflituosas que antes de 1990 [...] Houve uma mudança na forma do trato das chefias com seus subordinados, indicando um processo de mudanças de formas de relações autoritárias e conflituosas para a configuração de um tipo de relação de proximidade (p. 135).

Em nossa pesquisa entrevistamos trabalhadores em funções de execução, de planejamento e análise e de gestão e coordenação. Quanto ao sentimento quanto às relações interpessoais com os chefes imediatos, 75% classificaram-nas como relações positivas, 2% negativas e 23% não informaram. Podemos assim agrupar as respostas positivas: A) Excelente, Melhor possível (2%); B) Amigável, Cordial, Ótima, Respeitosa, Normal (10%);

C) Agradável, Boa, Legal, Muito boa, Tranquila, Aberta, Acessível, Fácil (63%). No caso das negativas, elas podem ser expressas na categoria D) Conflituosa (2%).

Roberto Bandeira faz uma análise comparativa entre o passado e o presente dessas relações e afirma: “Antigamente era mais difícil, porque você não tinha acesso. Hoje em dia, não, está mais aberto isso aí”. Fátima Freitas, que trabalhou em outras empresas, comenta, “Na empresa P, os chefes eram bons. Eram daqui mesmo. Eles eram bons. Porque na Q, gostavam de massacrar a gente”. A migrante está se referindo a um período em que a grande maioria dos cargos de chefia e comando era ocupada por “paulistas”.

Segundo Elvécio Fonseca:

Na empresa W, as coisas foram mudando depois, quando trocou de chefia, porque cada gerente age diferente. Na P era diferente. Não tinha acesso ao chefe. Quem resolvia era o reserva, depois supervisor. O gerente, a gente sabia quem era, mas não falava direto assim.

Identificamos, entre as narrativas, a atribuição de culpa aos subordinados pelo comportamento pouco cordial da coordenadora: “o pessoal diz que ela é ignorante, mas eles fazem por merecer”, afirma Rosário Peres, que é auxiliar de produção. Um comportamento, que segundo Iris Santos, é bem diferente de seu chefe imediato, pois “tudo o que peço pra ele, o que ele pede pra mim eu faço, me trata normal, nada com grito, nada, nada”.

Enquanto Leonardo Maquiné encontra explicação para o comportamento competitivo do seu chefe, que busca o cumprimento rigoroso das metas: “o chefe é pior, ele bate em todo mundo, mas é amigo da gente”.

A migrante Gisele Arruda traz-nos evidência de que há comportamentos diferentes entre os chefes, quando explica “ele é uma pessoa muito educada e não é uma pessoa estressada como os outros”. Para Letícia Camargo, a relação entre os colegas de trabalho é boa em todos os níveis hierárquicos, “da chefia até o coleguinha do lado”.

Para os migrantes entrevistados, há mudanças qualitativamente significativas nas relações interpessoais em todos os níveis e funções nas relações de trabalho, podendo-se

registrar uma mobilidade ascendente de funções de menor para maior complexidade, o que exige maior responsabilidade em sua execução.

3.1.2 Os migrantes e as relações de poder

Quando pensamos em poder no espaço fabril, é salutar recorrermos a Foucault (2007), o qual postula que o poder não é algo circunscrito a um lugar ou a uma pessoa, não é um objeto natural, uma coisa, é antes de tudo uma prática social e, como tal, constituída historicamente.

O aportar na cidade implica, ao mesmo tempo, em um abandono e uma adoção. Abandono de um *ethos*, de uma vida, de um ritmo, de um estado de coisas circunscrito há tempos, para um estado de coisas fugidias e voláteis, não certas, improváveis, mas que têm em si a possibilidade de determinação e controle. Somente com o passar do tempo e a adoção dessa nova ritualística existencial, o migrante aos poucos se despoja do velho e adota o novo.

As relações de poder permeiam o ambiente fabril e são constituintes da própria história do PIM, no qual trabalhadores e trabalhadoras configuraram e reconfiguram suas vidas para atender às necessidades de sobrevivência e manutenção suas famílias. Segundo Dwyer (1993, p. 27-28), “trabalhadores e gerentes (que agem como os agentes dos empregadores) estão envolvidos num relacionamento que leva trabalhadores a trabalhar e produzir diversos produtos”. Continua o autor, “tentam modificar a forma e o conteúdo desta produção em função de seus interesses, valores culturais e informação”, o que produz “um conflito social entre trabalhadores e entre trabalhadores e empregadores pela maneira como se gerencia o relacionamento entre o trabalhador e seu trabalho”.

Nas fábricas, verifica-se, a partir da década de 1990, mudanças em suas estruturas físicas, ruptura de alguns espaços e interdições, remoção de paredes, extinção e criação de funções, mudanças nas relações interpessoais, maior acessibilidade entre os níveis operacionais, análises e coordenação ou comando, ou seja, a construção de uma nova forma de gerenciamento das relações sociais, que, segundo Dwyer (1993; 1995), acontecem em

três níveis de relevâncias: recompensa, comando e organização e um nível não-social, o nível do indivíduo-membro.

O autor explicita que as relações sociais, no primeiro nível de recompensas, se dão por incentivos financeiros, pelo trabalho extra e pela recompensa simbólica; o segundo nível, comando, se manifesta pelo autoritarismo, desintegração e pela servidão voluntária; e no terceiro nível, a organização se dá pela falta de qualificação, pela rotina e desorganização. No nível não-social do indivíduo-membro, três dimensões exibem autonomia de sistemas de relações sociais: a psicológica, a cognitiva e a física (DWYER, 1993, p. 33-63).

O ingresso do trabalhador no mercado formal de trabalho é, sem dúvida, a submissão consciente ou não a uma estrutura de relações de poder ativas ou passivas. Na determinação dessa condição, o sujeito se submete às regras, leis, estatutos e códigos próprios do ambiente em que ingressa, construídos historicamente e referendados pela prática e pelo uso.

Os migrantes vêm de experiências sociais diversas, tanto na zona rural quanto na zona urbana, onde desempenhavam experiências laborais variadas. No entanto, ao ingressarem no PIM, passam por um processo de construção de uma nova forma de agir, adotando nova ritualística de vida, outra postura no cotidiano, a qual os leva a assumirem novos compromissos e desafios, a aprimorarem os hábitos, a urbanidade, o rigor com o tempo, a aprenderem a cumprir normas, regras, a serem proativos e terem iniciativa.

Para muitos migrantes, o espaço da fábrica é um espaço de aprendizado, não somente sobre novas formas de aprimoramento da função em si, mas também de conhecimentos que são aplicados na vida, no espaço da família e do convívio social. Ou melhor, aí irá vivenciar um conjunto de experiências, que se tornarão, nos termos de Schutz (1979), significativas e reais.

Para Rodrigo de Oliveira, o aprendizado da fábrica é útil para o espaço doméstico:

Hoje, eu já estou fazendo as coisas em casa mais como as coisas que eu vivo aqui. Mas as coisas que a gente aprende aqui e tenta colocar em casa, muitas vezes a esposa não entende. Cumprir horário, regras, normas. Às vezes, a gente

vai fazer isso em casa, a mulher reclama. Em casa funciona um pouco diferente (Chefe de Produção, experiência de dezessete anos no PIM e há quatro na atual função).

Ao perguntarmos a um migrante sobre sua relação com seus superiores, ele declara: “Na verdade, eu sempre fui obediente. Eu sempre obedeci sem questionar. Tenho isso comigo. Então, ele era autoridade, eu subordinado, então, eu nunca me estressei com ninguém” (Jonas Socorro). Os migrantes enfatizam que a fábrica se distingue do espaço da casa, entre outras coisas, por nela existirem normas e procedimentos. No entanto, também destacam a necessidade de serem cumpridas por todos. As relações entre os pares, sejam de mesmas funções ou não, são permeadas por normas, e estas se legitimam na medida em que são aceitas e se transformam em objetivos comuns, quanto à produtividade, à segurança, ao respeito mútuo.

Os depoimentos colhidos junto aos migrantes e as pesquisas realizadas com grupos de trabalhadores do PIM (NOGUEIRA, 1998; SILVA, 2010) constataam que, a partir da década de 1990, houve uma mudança na estratégia de gestão de recursos humanos. As entrevistas nos revelam essas mudanças, geralmente em relação ao trato humano, com maior acesso dos que desempenham funções de execução àqueles com funções de planejamento e comando.

O sistema reconhece uma crise de legitimidade e busca reconstruir suas bases através da conversa, da participação, onde procura a partir dos empregadores gerenciar as relações dos trabalhadores com seu trabalho e o controle direto de suas ações, nos níveis de relações mencionados por Dwyer (1993).

Para abordar essa questão, tomaremos as entrevistas a partir de duas vertentes que se complementam: o posicionamento daqueles que desempenham funções de lideranças e dos que exercem atividades de execução. A partir destas, os depoimentos se subdividirão em depoimentos daqueles que tiveram experiência em mais de uma empresa e daqueles que permanecem na mesma empresa desde o ingresso no PIM.

Os migrantes com experiência profissional em mais de uma empresa do PIM têm dois tipos de posicionamento ao serem perguntados sobre a relação com seus superiores

(chefes, gerentes, encarregados ou supervisores): a) classificam as atitudes em relação ao passado e ao presente; b) atêm-se exclusivamente ao presente, sem nenhuma referência ao passado.

Esses relatos nos fazem perceber mudanças nas relações interpessoais entre os indivíduos de diferentes funções na hierarquia organizacional. Os superiores, em um passado não necessariamente muito distante, desempenhavam suas funções a partir de uma compreensão taylorista/fordista, com tempos e métodos, rigor, disciplina e vigilância, como pressupostos necessários a resultados. Essa postura tem como característica um distanciamento, uma apartação clara entre os indivíduos que exercem funções de comando e as de execução, numa compreensão de que o poder se torna efetivo quanto manifestado concretamente na relação com trabalhadores que desempenham funções de menor complexidade, ou de execução.

Como diria Foucault (2007, p. 166), ao analisar a eficiência do *panopticum* de Bentham, o maior controle se processa sobre os trabalhadores e, com isso, uma série de males é evitada, visto que, “se são operários, não há roubos, nem conluíus, nada dessas distrações que atrasam o trabalho, tornam-no menos perfeito ou provocam acidentes”.

Ao comparar-se passado e presente, nota-se mudança significativa, na medida em que o isolamento, o rigor, a pressão, a truculência e o assédio, dão lugar ao diálogo, ao acesso, ao respeito, à cordialidade e à competência. Para a reconstrução das bases da legitimidade num mundo de maior complexidade – onde o capital depende mais do trabalhador do que antes – a mudança de comportamento é uma exigência funcional.

Quem é que faz as coisas acontecerem? São os gerentes, chefes de departamentos ou supervisores? Quem faz a coisa acontecer? É a base! Então, isso eles aprenderam. Nós aprendemos. Chegue e ajude. Não chegue e peça ou imponha. Tem que ser! É o que eu falo aqui. Quem faz a produção? São eles. Quem faz a qualidade? São eles. Quem faz o custo? São eles! Quantas pessoas nós temos? Quinhentas. São eles que têm que movimentar. O resto, gerentes, supervisores, inclusive eu, estamos para ajudar. A cadeia é invertida. Antigamente, era assim. A nossa cadeia é diferente. Eles estão aqui, e nós estamos para ajudá-los. E aí se fizessemos isso. Por isso que vinha, no passado, o choque. – “Não, quem manda aqui sou eu! E te vira. Faça!”. Não é assim. Hoje, nós somos professores. Estamos lá para ensinar (Oiticica da Fonte, Diretor Empresarial).

Para José da Silva, “é um tratamento cordial”, onde “nenhum funcionário é tratado com grito, esporro. O tratamento é cordial”, como complementa Maria Socorro. Alguns migrantes fazem uma leitura comparativa entre o presente e o passado quanto a esta relação: “Eu acho que é um tratamento que já melhorou muito. [...] É cordial, nada de gritos, deu uma melhorada. Se o chefe quer chamar a atenção, chama numa sala, em particular”, afirma Francisco Braga.

Francisco Felipe relembra que o relacionamento: “É bom, é amigável. Quando eu entrei, nos anos 80 a 90, o chefe ficava em cima e o operador embaixo, hoje eles estão lado a lado, tem mais diálogo”. Vânia Oliveira faz um contraponto entre passado e presente: “Antigamente, o meu gerente só sabia chegar irritado na produção. Esse aí, não. Ele chama, conversa [...] a nova gestão, que imprimiu mais o diálogo, conversar mais, comunicação. Hoje, a minha base de tudo é o diálogo, com mais resultados e menos desgaste”.

Naquela época, os nossos gestores, quando eles queriam algo, eles pressionavam simplesmente de uma maneira errada, com palavras pesadas, muitas vezes até humilhando os funcionários. Hoje, não. Há um diálogo melhor, quando quer chamar a atenção, o diálogo é melhor, mais aberto, como ser humano mesmo. Naquela época, até era muito difícil, o gestor chegava e começava a gritar: “Se não der produção, tu vais embora” (Joel Ribeiro).

Os migrantes declaram que competência é elemento fundamental nessa relação: “Tem que ter competência. Tudo é o momento. Se você acha que tem mais gente nova ou velha, isso é o momento. No Distrito, olha, com competência você chega a ter uma garantia legal”, cita Tiago Salvador. Enquanto Otávio Nicola afirma que “tem que ter competência. Não vai por indicação”. Para Lucila Rocha, “não tem aquela competição: 'Não, essa vaga é minha!'. Vai muito da competência de cada um”.

Outros afirmam que o diálogo é fundamental nessa relação face a face. “Tem diálogo. Você senta lá, se está acontecendo alguma coisa, senta lá com eles e conversa. Tem liberdade para expor”, narra Samuel Feitoza. Para Hugo Cardoso, houve mudanças, porque “agora, o encarregado está tendo um diálogo melhor do que antes. Lá em cima tem um chefe e, aqui, tem outro. Todo tempo eles ficam comunicando, interagindo uma equipe

com a outra. Está sendo legal, hoje, trabalhar”. Pelo que sugerem, há uma relação equilibrada, “tem um estresse, mas é suportável. Tem diálogo, troca de ideias”, relata Pedro Alencar.

Chama-nos a atenção o depoimento de Alessandro Coutinho, que já trabalhou diretamente no processo produtivo e na realização da pesquisa exercia a função de Almoxarife: “Não era bom, até porque eu trabalhava na produção e não tinha muito acesso com o gerente. A gente não tinha diálogo”.

O ritmo contínuo das máquinas, esteiras e linhas, a sensação de isolamento da vida social sentida por alguns migrantes, o crescimento da população economicamente ativa, a crescente exigência de melhor qualificação, o aumento significativo do volume de produção, com um faturamento que saiu de US\$ 2,2 bi em 1988 para US\$ 38 em 2012, o enfraquecimento do poder de barganha dos sindicatos dos trabalhadores, produziram nos industriários do PIM um sentimento de orfandade, que se manifesta pela falta de confiança em sua entidade representativa de classe. Veremos posteriormente com mais detalhes as leituras sobre esta relação, no entanto, vale mencionar que 37% dos entrevistados não são filiados, 43% são filiados (estes se subdividem em um conjunto de seis motivos para serem filiados) e 20% não informaram.

De modo geral, há uma convergência para o discurso de que há uma cordialidade entre os níveis hierárquicos superiores e inferiores. Todavia, os relatos ainda apontam resquícios deste distanciamento entre um e outro, o que põe por terra a tese de que há “total parceria”, advogada por alguns. Por isso, a percepção dos migrantes é de que há certa relatividade dessas transformações, porque não podem ser percebidas em todos os que exercem cargos de liderança. “Hoje, depende muito do chefe, do supervisor e do encarregado para fazer um tratamento para as pessoas”, afirma Adonias Santos.

Percebemos, de maneira residual, no entanto não menos significativo, que o tratamento no chão de fábrica deve ser diferenciado, mais duro, mais firme, em função do “tipo de pessoa” que nele atua, como salientou Nilcineia Peixe, que trabalha no PIM há seis anos, e na ocasião atuava como Analista: “Na produção são pessoas mais rudes. Se for calmo, a pessoa pisa em ti. Muita gente reclama. A maioria da queixa é do pessoal da produção”.

É interessante trazer duas narrativas de migrantes que atuam no mesmo Polo: “Tem essas pessoas que te atendem bem, e tem umas que não. Por isso que eu digo razoável assim, eu não estou falando de todos eles, mas a metade é boa”, comenta Vicente Celestino, que também já trabalhou no Polo de duas rodas e atua como vendedor no Polo de bebidas há quatro anos e industriário há sete anos. Para William Oliveira, Inspetor, que trabalha no Polo há dez anos: “É diferenciado”, e complementa “acho que tinha que ter mais diálogo entre chefe e funcionários, e não muita ordem”.

As falas dos migrantes industriários nos indicam que há um tratamento diferenciado, circunscrito ao gênero e não à pessoa, uma relativização nas relações humanas, como ressalta Nelza Teixeira:

Tem casos e casos. Eu acredito que, para nós mulheres, a forma de eles se comunicarem com a gente é diferente de um homem. E também da área, depende da área. Na nossa área lá, o nosso gerente tem uma linguagem muito bacana de conversar com a gente, de falar com a gente. Mas também já presenciei em outros setores, em outros lugares, uma situação bem diferente mesmo, da pessoa ser destrutada por um supervisor, por um gerente.

Alguns depoimentos abordam o tema do assédio sexual e moral (8%), mas é quase uma unanimidade dos depoentes de que ambos fazem parte do passado. Há, entretanto, um depoimento que garante ainda sua existência. Assim, declara o migrante Francisco Felipe, Analista, que ingressou no Polo na primeira metade dos anos 1990 e tem dezoito anos de PIM:

Existe discriminação com as mulheres. O engenheiro homem ganha mais que a engenheira mulher, quando os dois têm, teoricamente, a mesma qualificação. Os homens no Distrito desenvolvem mais do que as mulheres. As mulheres, geralmente, ficam na área produtiva. Na linha de produção, a maioria são mulheres. Eles não dão muita oportunidade. Então, eu vejo discriminação aí. Fora o assédio que ainda existe muito com o mulherio.

Não é menos verdadeira a constatação de atitudes que dependem da subjetividade do indivíduo, Gerente, Chefe, Encarregado ou Supervisor, de sua educação, de sua forma de ver e lidar com outro, de sua origem geográfica.

Varia muito. Alguns têm um tratamento diferenciado, tratam bem, conversam mais, ouvem. Outros, não. É mais na base do chicote. Varia muito. Tem o pessoal que é moderado e tem o pessoal que [...] é meio termo. Eu acredito que sejam mais pessoas de fora. Eu percebo que são as pessoas mais de fora que são assim, do Sul, São Paulo. Pegam mais pesado (Gustavo Pereira).

Para o migrante Luís Barroso, industriário há sete anos, o relacionamento entre os diversos níveis hierárquicos na organização, não mudou muito, havendo ainda segregação. Assim relata:

Logo depois que me nomearam supervisor, uns camaradas chegaram pra mim: 'Nós não somos do meio do povo, cara!'. Até hoje, é comum: uma mesa só de Diretor e os familiares deles, afastados do povão. É comum um camarada desse da Direção, o cara tem outra expectativa. Vai ser a mesma ordem dada por duas pessoas diferentes. Agora, foi ordem superior, é diferente. O cara chega, chega aí, sacaneia ele, humilha e diz até palavrão pra ele. Esse mesmo cara, num mesmo momento de raiva, quando ele percebe que eu sou o supervisor, a cara dele fica totalmente diferente, completamente. Quando ele percebe que o cara que ele fala é um cara que não tem conhecimento, acabou. Ele sacaneia, ele humilha o caboclo, o caboclo sofre, o motorista do homem sofre. E isso é em todas as classes. E o cara dá carteirada: 'Eu sou o rei do mundo'. Isso é muito comum. Muito, muito comum. Tem demais (Luís Barroso).

Ao analisarmos as narrativas migrantes sobre as relações interpessoais, não há como negar a mudança de postura dos trabalhadores entre si, nos níveis e entre os níveis inferiores ou superiores. Esta mudança tem dado a transparecer a estas relações um clima mais amistoso, o que não significa, contudo, menos rigoroso, tendo em vista que os deslizes, em menor ou maior grau, são punidos.

Vemos sim que há uma dupla face dessa mudança nas relações: maior aproximação entre os níveis – inferiores, intermediários e superiores – criando a sensação de igualdade nas relações entre os indivíduos, possibilitando, mesmo àqueles que exercem atividades de execução, criticar, sugerir e colaborar na construção de novas formas e processo de trabalho; por outro lado, a aparente igualdade apregoada, de forma mais contundente pelos que exercem algum poder, funciona como um mecanismo que desarma os sujeitos desta relação, além de, pelo processo de cooptação, tornar o trabalhador do lado os olhos e a boca do encarregado ou supervisor, tornando, menos oneroso o exercício do poder, o que sem dúvida é um ganho substancial em sua abrangência e efetividade. Em suma, há uma metamorfose da forma de operacionalidade do poder, quando é substituída pela parceria.

As relações de poder perpassam pelas relações de gênero. Não é lenda que nas relações de trabalho, historicamente, as mulheres têm sofrido discriminação. Não é incomum encontrar atividades desempenhadas por homens e mulheres, sendo estas pior remuneradas, ou ainda um conjunto de atribuições consideradas de pouca relevância, geralmente, sendo designadas como próprias para mulheres.

As pesquisas históricas por longo tempo foram orientadas por valores tradicionais, patriarcais, sendo raro, senão impossível encontrar a presença feminina nessas abordagens (WEINBERG, 1992). Segundo Kosminsky (2004), a produção bibliográfica sobre gênero nas pesquisas migratórias nos Estados Unidos se iniciou na década de 1980, e no Brasil na década de 1990.

Nos depoimentos dos migrantes encontramos discursos dissonantes tanto de homens quanto de mulheres. Ouvimos homens que acham que as mulheres têm um papel ‘especial’ na sociedade, ‘são diferentes’, ‘têm deveres próprios dados pela natureza’. Por outro lado, mulheres sustentam que há uma diferença substancial entre os gêneros e que, por isso, precisam ser tratadas de forma diferenciada.

Ainda se encontra em muitas atividades, privadas ou públicas, a compreensão de que a “mulher ajuda”, mesmo que exerça atividade em que o esforço demandado é o mesmo do homem. Vê-se bem isto na agricultura familiar, na qual a mulher limpa, planta, encoivara, arranca, raspa, ceva e mesmo torra a farinha, mas se perguntado a esta o que ela

faz, não é incomum que se diga “que ajuda o marido”. Quando é o homem que exerce tal atividade é trabalho; quando é mulher, soa como ajuda (ANDRADE, 2012).

Ao analisarmos os Censos de 1991, 2000 e 2010, nota-se crescimento da PEA feminina e masculina na cidade de Manaus, na zona rural e zona urbana. A única exceção é o decréscimo de -6% da PEA masculina na zona rural, identificada no Censo de 2010 em relação a 2000.

A população masculina da zona urbana teve um crescimento de 45% em 2000 em relação ao censo de 1991; de 93% em 2010 em relação ao censo de 1991 e de 33% em 2010 em relação ao censo de 2000. A população feminina da zona urbana teve um crescimento de 85% em 2000 em relação ao censo de 1991; de 166% em 2010 em relação ao censo de 1991 e de 44% em 2010 em relação ao censo de 2000.

A população masculina da zona rural teve um crescimento de 87% em 2000 em relação ao censo de 1991; de 75% em 2010 em relação ao censo de 1991 e de -6% em 2010 em relação ao censo de 2000. A população feminina da zona rural teve um crescimento de 378% em 2000 em relação ao censo de 1991; de 618% em 2010 em relação ao censo de 1991 e de 50% em 2010 em relação ao censo de 2000 (IBGE, 2010).

Vale ressaltar que, segundo o Censo/2010, na cidade de Manaus, 92% da população economicamente ativa masculina estava ocupada na semana de referência, e somente 86% da população economicamente ativa era feminina. Comparando-se o rendimento nominal médio mensal de homens e mulheres, na zona urbana e zona rural, nota-se que as mulheres da zona urba ganhavam apenas 79% do que ganhavam os homens e na zona rural apenas 57%.

Quanto à qualificação de homens e mulheres na cidade de Manaus, segundo o Censo/2010, 28% a mais de mulheres têm especialização de nível superior que os homens, e 24% a mais de homens com mestrado e 29% a mais com doutorado do que mulheres.

Segundo o Censo/2010, das vinte e uma seções de atividade do trabalho principal analisadas pelo IBGE na cidade de Manaus, em 67% é predominante a presença masculina e em apenas 33% a feminina.

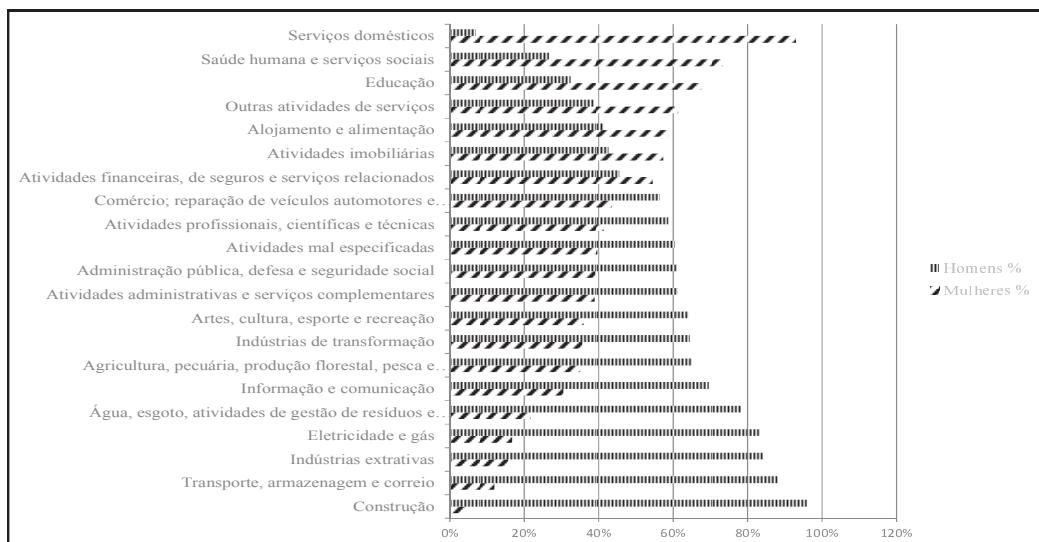


Gráfico 26 – Seção de atividade do trabalho principal na cidade de Manaus, homens e mulheres
 FONTE: IBGE, Censo 2010.

A divisão sexual do trabalho é ainda uma realidade em muitos campos de atuação, relegando algumas atividades, geralmente de menor status social, às mulheres. Classificando atividades do mundo do trabalho em “de homens” e “de mulheres”. A casa ainda figura como o lugar da mulher, enquanto a rua como lugar do homem. Trabalhos brutos e pesados são de homem, enquanto trabalhos delicados e leves pertencem à mulher.

Em suas origens, em suas famílias, em suas vilas, cidades ou localidades, os migrantes vivenciaram, aprenderam e reproduziram esses valores, que ditavam como deviam ver e viver as relações de trabalho. Os homens entrevistados trabalhavam com o pai na roça, no comércio, eram vendedores ambulantes; as mulheres *ajudavam* a mãe nos afazeres domésticos, e eram encarregadas de cozinhar, limpar, lavar roupas; se fossem exercer alguma atividade fora de casa seria, inicialmente, como babás ou como domésticas, não sendo incomum serem responsáveis por cuidar das coisas, roupas, quartos dos irmãos homens.

Essa forma de ver, de viver e compreender a relação de trabalho é reproduzida nas relações fabris do PIM. As mulheres estão destinadas aos postos mais “delicados”, têm mãos mais macias, dedos mais finos, são mais obedientes, têm medo de reclamar, etc. Este

foi e é, em parte até os dias de hoje, o discurso repetido sem nenhuma cerimônia ou vergonha, como se fosse uma verdade natural, pronta e acabada.

As entrevistas nos permitiram identificar as transformações ocorridas nas relações de trabalho a partir da década de 1990, relativas a uma suposta equidade salarial entre homens e mulheres, bem como ao relativo acesso das mulheres às funções mais complexas. Afirmamos como relativas por que este e outros aspectos não se tornaram regra institucionalizada nas relações de trabalho, dependem da índole ou formação individual dos dirigentes, chefes ou supervisores, estando mais aos encargos subjetivos do que a uma questão cultural.

Ao questionarmos os migrantes sobre as relações entre os gêneros e o tratamento dispensado às mulheres no PIM, percebemos que existem posicionamentos distintos e contraditórios, os quais estão sintetizados no Quadro 14.

PERCEPÇÃO	% HOMENS	% MULHERES
Todos são iguais	26	39
Há diferenças salariais para as mesmas funções	3	4
Há preconceito e divisão de tarefas de homens e mulheres	22	18
Há divisões no exercício de trabalhos leves e pesados	3	4
As mulheres precisam de um tratamento diferenciado	2	4
Depende dos gestores e da capacidade das pessoas	10	7
Não soube responder	5	7
Não respondeu	29	17
TOTAL	100%	100%

Quadro 14 – Percepção dos migrantes quanto às relações de gênero no ambiente de trabalho
 FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de Campo, 2012.

As percepções podem ser classificadas em dois grandes blocos, positivas e negativas. Quanto às positivas, verifica-se que 26% (17) dos homens e 39% (11) das mulheres descrevem como igualitárias as relações no ambiente de trabalho, não havendo distinção por parte das empresas em termos de contratação, promoções, salários ou funções. Enaltecem a equidade entre os gêneros, uma mudança de postura nessa relação onde as mulheres são mais valorizadas, um maior respeito por parte dos homens, os funcionários são como irmãos. “Hoje em dia, está igual, mesmas posições, mesmas responsabilidades”,

afirma Raimundo Fontes. “Todo mundo é igual. Tem as mesmas oportunidades”, complementa Rosário Peres.

Para Bruno Feitosa, “o tratamento é igual. Eu acho que o tratamento só não é igual porque tem pessoas que têm um cargo maior. Nisso fica a diferença. Tem uns cargos que são diferentes. Mulheres e homens têm as mesmas oportunidades”. Na mesma tônica, advoga Emerson Taveira: “As mulheres, por exemplo, têm muitas mulheres nas fábricas hoje em dia, nem tanto como antes, né? Mas, antes, era mais difícil pra elas, né? Era mais difícil pra elas. Hoje é igual. A relação de comunicação é a mesma”.

Na mesma direção dos depoimentos precedentes, os depoentes (um do Polo de duas rodas e outro do Polo de eletroeletrônicos) assim declaram:

Hoje tem paridade. Na nossa empresa, todos têm os mesmos direitos. Sem exceção. O que uma jovem tem de direito odontológico, eu tenho direito, salário. Não consigo enxergar nenhuma diferenciação. Tem as mesmas oportunidades. Nos cursos que são ministrados, homens e mulheres. Seja qual for o benefício que se estenda aos homens, se estende às mulheres (José da Silva, Oficial de Produção, treze anos de PIM, onde ingressou há treze anos).

Hoje, eu vejo que está igual, porque nós temos gerentes mulheres, temos gerentes de PCP, nós tivemos outras gerentes que já saíram daqui. Teve uma outra gerente que foi transferida para São Paulo, mas para a mesma unidade. Então, eu acho que não tem essas regalias. Hoje, está equiparado (Davi Ramos, Analista de Custos, ingressou no PIM nos anos 2000, com doze anos de experiência).

Convém observar que as narrativas dos migrantes do sexo masculino são muito mais incisivas que as narrativas dos migrantes do sexo feminino. Os primeiros são mais detalhistas ao estabelecer as semelhanças e mais prolixos nas descrições, apresentando uma defesa um pouco velada do lugar que fala. Um tom um pouco diferente é dado pelas mulheres, numa narrativa rápida. Berenice Ramos é lacônica: “Todos são bem tratados. Não tem diferenças”. Vânia Oliveira reforça, “eu acho que é normal”. Enquanto Paula Figueira sustenta uma isonomia de oportunidades: “É igual. Eles abrem oportunidade para ambos”.

Buscando um pouco mais de detalhes, inquirimos as migrantes sobre diferenças entre homens e mulheres, na empresa em que trabalham ou em outra que já tenham trabalhado, bem como acerca de diferenças entre salários. Ao que Lucila Rocha responde: “Não. Nunca ouvi falar assim. Ele faz o trabalho dele na mesma função que a gente, e nunca eles comentaram nada. Ele faz o trabalho dele e a gente o da gente”. Ao que complementa Deusa Pinheiro: “Não. Eu acho que é igual. É igual. Era igual. Era assim também. São, as mesmas coisas”, referindo-se aos mesmos direitos e oportunidades.

Se agruparmos as percepções dos migrantes, de que todos são iguais, por polo de atividades, temos a seguinte configuração: 4% do Polo de Bebidas, 6% do Polo de Duas Rodas, 12% do Polo de Eletroeletrônicos e 8% do Polo de Descartáveis.

No segundo bloco, que denominamos de percepções negativas, nota-se que 26% (40) são homens e 36% (10) mulheres. No Polo de Bebidas, identifica-se que 6% dos entrevistados consideram que há preconceito e divisão de tarefas entre homens e mulheres. Para 2% depende dos gestores e da capacidade das pessoas e para 1% há divisões no exercício de trabalho leves e pesados.

José Brito, consultor de vendas com doze anos de experiência no PIM, destaca que as oportunidades são dadas às mulheres, e essas optam por outra atividade: “Espaço tem. Tem porque, logo que começou aqui, tinham umas três mulheres. Mas depois elas foram saindo e só resta a Maria com a gente. É puxado. Mulher é mais delicada. É cansativo”.

Leonardo Maquiné, inspetor de qualidade com experiência de dez anos no PIM, avalia que o ritmo de trabalho “é muito acelerado, as mulheres têm menstruação, têm filhos, têm que trabalhar no meio do sol, se atrepar, arrumar, abaixar, levantar, carregar produto, entrar em geladeira, frigorífico, abastecer, subir de descer de moto o dia todo”.

“Mulher não procura muito esse ramo de venda, de garrafa, porque trabalha muito externo, nossa venda só é externa. [...] É difícil aparecer mulher para concorrer à vaga de vendedora”, afirma Vanilson Pedreira, coordenador de vendas com experiência de quatro anos no PIM.

No Polo de Duas Rodas, 6% ponderam que há preconceito e divisão de tarefas de homens e mulheres. Para 4% depende dos gestores e da capacidade das pessoas; para 1% há

diferenças salariais para mesmas funções e 1% julga que há divisões no exercício de trabalhos leves e pesados.

Na ótica de Roberto Bandeira, líder de controle de qualidade com vinte anos de PIM, “para a parte de chefia, eles sempre procuram mais o homem, talvez, seja pelo fato desse problema de você ter que ter disponibilidade de 24 horas para a empresa. E a mulher engravida, tem necessidade de ter licença maternidade, e outras coisas”.

Adonias Santos (especialista de produção, com quatorze anos de PIM relata que “ainda existe aquela barreira, dizem que ainda a mulher tem que ser submissa ao homem, um exemplo nós tivemos na minha área antiga. Uma mulher tinha um grande conhecimento, tinha uma oportunidade de crescimento dentro da nossa área e não deram porque era mulher”. Reforçando essa visão, Maria Socorro, com oito anos de PIM, tendo exercido a função de operadora de produção, argumenta: “Ainda existe o preconceito, a maioria das empresas não tem mulheres em cargo de chefia, é coisa muito rara, não deixam.

Frederico Silva (com onze anos de PIM) defende que “tem empresas em que os homens têm mais opções [...] das mulheres mais é a parte administrativa. [...] Só que, muitas vezes, o salário nem sempre acompanha o salário dos homens em relação a outros cargos mais elevados, por exemplo, o cargo de liderança, cargo de chefia, de supervisão, geralmente, é sempre mais abaixo”.

Do Polo de Eletroeletrônicos, 6% indicam que há preconceito e divisão de tarefas de homens e mulheres; para 2% há diferenças salariais para as mesmas; 2% acreditam que essa relação depende dos gestores e da capacidade das pessoas; enquanto 2% advogam que as mulheres precisam de um tratamento diferenciado e 1% afirma que há divisões no exercício de trabalhos leves e pesados.

Sérgio Pessoa, que trabalhou no PIM por dez anos, relata que algumas funções “para os homens, eram mais facilitadas; eles colocavam mulher, mas a gente via que não tinha muita mulher naquela função”. Zélia Tomás, reserva de linha, acredita que tem um tratamento diferenciado, “porque o homem tem que ser tratado de uma forma e a mulher de outra. A mulher é mais sensível, tem que saber como tratar com ela, ela não pode pegar serviço pesado”.

Não para os pequenos, não para montador. Mas, quando já chega de supervisor para cima, há diferença sim. Aqui [...] entre todos os supervisores homens [...] são dezesseis, dezessete, nós temos três mulheres. Então, há diferença sim. Entre, sei lá, eu acho que eu conheço aí uns vinte gerentes da vida, entre os vinte gerentes que eu conheço, conheço uma mulher. Entre Diretores, conheço um monte, conheço umas duas mulheres. Porque esse mercado é muito competitivo, e as pessoas ainda acreditam que o homem, por ser homem, ele já está muito mais preparado para isso. A estrutura emocional é diferente da mulher. É o que eles pensam: mulher é pau de dar em doido. Mas a questão do tempo, a questão do amor pela família, que a mulher, querendo ou não querendo, ela tem que se desdobrar mesmo. Dificilmente há uma mulher que não vá optar pela família, e o homem não. A mulher, cuidando mais dessa parte familiar, o homem fica mais livre mesmo para o trabalho fora, pro trabalho secular. Então, as indústrias, a alta direção, geralmente enxergam dessa maneira: que o homem tem razões a mais, pessoais até, para estar ocupando esses cargos. A diferença é até em salários. A maioria dos homens, quando contrata para a mesma função, por ele ser homem, ele ganha mais do que as mulheres. Até hoje. (Simone Galvão, especialista técnica com treze anos de experiência no PIM).

Os que trabalham no Polo de Descartáveis afirmam que há preconceito e divisão de tarefas de homens e mulheres (1%) e que depende dos gestores e da capacidade das pessoas (15). Para Sandro Mota, “o machismo também ainda existe. Isso aí é muito ruim. Muitos não querem que a mulher cresça e isso impede. Eles cortam a oportunidade que elas têm para crescer dentro das empresas, meus colegas falam, sempre comentam assim”. “Você vai pelos seus méritos”, assevera Raimundo Figueiredo.

Entre as diversas percepções dos migrantes quanto às relações de gênero, as evidências apontam mudanças e mais fortemente um equilíbrio nessas relações. Contudo, um depoimento nos chama a atenção por sua convicção fundamentalista, pela defesa intransigente da diferença entre homens e mulheres, fundada em princípios religiosos e na predestinação dos papéis.

Dentro do pensamento cristão e bíblico, a mulher deve estar em casa, e eu comungo desse pensamento. Porque, se você observar a mudança de comportamento da mulher em relação ao trabalho, quais as consequências para a sociedade? Com essa emancipação feminina, os resultados disso na família: filhos abandonados, criados por uma governanta, ou por uma tia, ou por uma avó; é bem diferente do que é ser criado por um pai ou por uma mãe. Mães solteiras, porque, quando se deu liberdade para a mulher, ela se soltou de forma abusiva. E isso, na verdade, não trouxe benefício nenhum, eu vejo. Minha esposa não trabalha, mas ela é formada em Pedagogia. Não que eu imponha que ela não

trabalhe, nunca impus, mas eu deixo claro, dentro do princípio cristão, qual é a missão da mulher e qual é a missão do homem. Baseado nesse princípio, isso chegou para dentro das fábricas, e a mulher, por ser considerada um ser inferior; muita gente ainda considera inferior, eu não. Ela está em pé de igualdade nas situações em que cada um tem um caminho a seguir: ela, no papel de mãe. Mas, dentro do distrito, chega a distinções, é tímido, mas ainda existe sim em termos de cargos. Existe uma expectativa diferente entre homens e mulheres (Pedro Justino).

Agrupando as diversas percepções, positivas e negativas, por polo de atividades, temos o seguinte quadro 15.

	PERCEPÇÕES	BEBIDAS	DUAS RODAS	ELETR.ELET.	DESCART.
		%	%	%	%
a	Todos são iguais	4	7	12	8
c	Há preconceito e divisão de tarefas de homens e mulheres	7	7	7	1
	As mulheres precisam de um tratamento diferenciado			9	
g	Não soube responder	1	2	1	1
Total		16	22	32	30

Quadro 15 – Percepção dos migrantes quanto às relações de gênero no ambiente de trabalho, por Polo de Atividade.

FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de Campo, 2012.

Analisando a mobilidade para homens e mulheres, notamos que 93% das mulheres ingressaram no nível baixo e 7% no nível médio, e na realização da pesquisa, 75% estavam no nível baixo e 25% exerciam função de nível médio. Dentre os homens, 96% ingressaram em função de nível baixo, 2% no nível médio e 2% no nível alto, enquanto que, na realização da pesquisa, 54% exerciam funções de nível baixo, 40% funções de nível médio e 6% de nível alto. Tais dados nos levam a concluir que, a despeito do discurso de que há igualdade em condições para homens e mulheres, expresso por vários migrantes, há maior possibilidade de mobilidade de funções para os homens do que para as mulheres.

Se compararmos em percentuais a relação por nível de atividade entre homens e mulheres, quanto às funções no ingresso e na realização da pesquisa temos: no ingresso os homens, no nível baixo, tinham 3% de maior participação que as mulheres; no nível médio, as mulheres tinham 5% de maior participação que os homens, e no nível alto exclusivamente apenas 2% dos homens exerceram funções. No que tange à configuração na realização da pesquisa, temos: um percentual de 21% maior das mulheres em relação aos homens exercem funções de nível baixo, e 15% menor exercem funções de nível médio e, exclusivamente, as funções de nível alto são exercidas por 6% dos homens.

Em suma, há certo equilíbrio no nível baixo no ingresso, uma diferença significativa no nível médio e absoluta no nível alto. Na ocasião da pesquisa, identificamos que havia um crescimento do nível médio para homens e mulheres, sendo mais significativo para os primeiros, e no nível alto o crescimento é absoluto. Para as mulheres, há mobilidade apenas em dois níveis (baixo e médio), enquanto para os homens a mobilidade se dá nos três níveis.

Segundo Araújo (2007), não é de hoje que as mulheres lutam pela conquista de seu espaço no mercado de trabalho, vitória sobre certos estigmas, superação das desigualdades salariais para mesmas funções ocupacionais, acesso aos mesmos direitos e as mesmas oportunidades que os homens. Na análise da autora, a partir da década de 90, muitos sindicatos patronais de várias categorias passaram a exercer forte pressão pela retirada de várias cláusulas sociais, que representavam conquistas de anos anteriores, em troca de outras demandas consideradas prioritárias pelos sindicalistas. O recuo em alguns sindicatos, a não priorização das questões de gênero nas campanhas e nas mesas de negociações são queixas comuns das militantes sindicais, bem como a dificuldade de sensibilizar os homens, colegas de trabalho e dirigentes sindicais, para as questões de gênero.

De modo geral, as percepções dos migrantes quanto às relações de gênero no ambiente de trabalho não são muito díspares entre si, com relativa igualdade entre os posicionamentos. Isto, contudo, não invalida o fato de que há competitividade no espaço fabril, que muitas diferenças ainda precisam ser superadas. Mesmo tendo-se avançado, no dia a dia continua existindo desigualdade quanto a salários para mesmas funções, divisões de tarefas e dependência quanto às subjetividades dos gestores.

3.1.3 Os migrantes e a competitividade nas relações de trabalho

É na situação face a face que os migrantes percebem uma disposição para a modificação de situação funcional, relatam uma tendência à mudança pela utilização de mecanismos diversos. Esta constatação é possível, pois, “é somente nesse tipo de relação que posso ser testemunha não só dos projetos do outro, mas também de seu sucesso ou fracasso, à medida que a ação se desenrola”, como assevera Capalbo (1979, p. 67).

Para Schutz (1979, p. 180), “outra pessoa está ao alcance da minha experiência direta quando ela compartilha comigo um tempo e um espaço comum”. É nessa relação face a face que os indivíduos identificam um conjunto típico de motivos que levam a agir, *motivos a fim de* e *motivos por que*, atribuições de motivos à ação do outro, o que o autor denomina de “idealização de reciprocidade de motivos”.

O mérito ou o demérito na luta competitiva são assumidos pelos entrevistados como seus, sendo de sua responsabilidade o sucesso ou o fracasso. Não refletem sobre as condições objetivas, materiais, políticas, econômicas ou sociais a que estão submetidos os trabalhadores em geral, ou seja, quando o fazem, os *motivos a fim de* e os *motivos porque* são analisados na perspectiva de suas próprias ações ou condições, e não a partir do contexto.

Provavelmente, por esse motivo, o empreendedorismo e a iniciativa pessoal aparecem como condições admiradas pelos migrantes por serem vistas como responsáveis pelo sucesso. Ao mesmo tempo, classificam como desleal a utilização de mecanismos ou subterfúgios, ditos não ortodoxos, que objetivam a ascensão funcional ou melhoria salarial.

Ao relatarem sobre a competitividade nas relações de trabalho, identificam que estas se processam de diferentes formas: o esforço pessoal como a chave para obtenção do reconhecimento, a busca por qualificação profissional, a inexistência de competição, atitudes desleais para conquistar um cargo – esforço em querer aparecer mais que o outro, disposição para ficar fora do horário regular de trabalho, bajulação aos superiores –, a disputa entre antigos e novos, o uso do poder (Quadro 16).

Mérito Pessoal		
a) A ascensão é fruto do mérito pessoal	25	4
b) Alguns demonstram mais esforço em melhorar	11	21
c) Há uma busca por maior qualificação para ter oportunidade	7	4
d) Para vencer é preciso estar atento e não vacilar	2	-
e) Nem sempre o esforço é reconhecido	2	-
Competitividade		
a) Não identifica competição	7	21
b) Há menor competitividade e mais respeito	2	8
c) Há atitudes desleais para se dar bem	40	42
Atitudes		
a) Os mais antigos têm medo de perder espaço para os jovens	2	-
b) Alguns deixam o poder virar a cabeça	2	-
TOTAL	100%	100%

Quadro 16 – Percepção dos migrantes quanto à competitividade no ambiente de trabalho

FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de Campo, 2012.

É importante salientar que a leitura do quadro deve ser feita levando-se em conta as devidas proporções da amostra, ou seja, 47% (44) de homens e 26% (24) de mulheres, visto que 27% (25) dos entrevistados não se posicionaram sobre a questão. Dito isto, de antemão podemos classificar as percepções em três blocos e seus respectivos desdobramentos: Mérito pessoal, Competitividade e Atitudes.

No primeiro bloco – Mérito Pessoal, três elementos são identificados pelos homens e pelas mulheres, enquanto dois foram citados apenas pelos homens. Chama-nos a atenção o item a (ascensão profissional) em que a proporção é de 1 para 4, ou seja, a cada quatro afirmações de que a ascensão é fruto de mérito pessoal, apenas uma é feita por uma migrante; no item c (qualificação profissional), a proporção é de 1 para 3, ou seja, a cada três afirmações de que há busca maior por qualificação, uma é de migrantes do sexo

feminino. A percepção sobre o esforço de alguns para melhorar (b), é comum de homens e mulheres.

Para os migrantes, a ascensão de uma função a outra, o crescimento na organização, é exclusivamente de sua responsabilidade. Se não acontece, “é porque as pessoas não se mexem, elas ficam ali, elas querem ficar ali” (Iris Santos). E se acontece é porque “estão buscando mais, uma forma de melhorar, procurando estudar” (Nívea Damasceno). Complementa Davi Ramos, “quando a gente quer realmente, a gente tem que procurar fazer valer”; “têm aqueles que buscam mostrando para que vieram” (Letícia Camargo).

No segundo bloco – Competitividade, nos elementos a (sem competição) e b (menor competição), há certo equilíbrio, haja vista que a diferença é pouco significativa, quase de 1 para 1. No entanto, no item c (atitudes desleais), a relação é de 2 para 1, ou seja, a cada dois homens apenas uma mulher identifica deslealdade quanto à competitividade no ambiente de trabalho.

A percepção dos entrevistados quanto à competitividade nos remete a elementos de difícil mensuração, como “mérito pessoal”, “atitudes desleais”, “mais ou menos esforço”, “busca de qualificação”, “mais respeito”, “medo de perder espaço”, “estar atento”. Os entrevistados o fazem partindo do pressuposto da naturalidade de sua existência na vida e nas relações de trabalho. Há, comumente, a culpabilização dos indivíduos por sucesso ou fracasso; enquanto que as instituições, quando surgem nas narrativas, são definidas como “incentivadoras”. Comenta José Brito, “se você não bater seu objetivo, o colega vai tomar o teu espaço, são poucas as colocações que ganham a premiação”.

Na atribuição de responsabilidade ao próprio indivíduo identifica-se um comportamento destacadamente reprovável, que se manifesta de duas formas: disputa desleal em confronto com os pares e o uso de subterfúgios ou relações de aproximação com funções superiores com vista a benefícios ou vantagens. No primeiro caso, é emblemática a declaração de Luís Barroso:

Tem muita competição, é o que mais tem. Eu já me deparei com um camarada apresentando um trabalho que não foi ele quem fez, um camarada que chega e pula a hierarquia, quer queimar o outro candidato que é seu concorrente, formam-se grupinhos para boicotar e levar ao chefe, a ponto de não fazer nada, ou saber alguma coisa e fazer pouco.

Quanto às relações de aproximação por interesse de obtenção de benefícios e promoções, podemos notar, na narrativa de Félix da Silva, que ocorrem: “Com certeza. Pessoas querendo se promover. Umas trabalhando mais que o normal, outras bajulando, comendo, bebendo junto com o chefe. Outros diminuindo os outros para tentar subir”.

No terceiro bloco – Atitudes, registramos apenas as percepções emitidas pelos homens. Acreditamos que isto tem relação direta com o fato de que os homens parecem ser mais competitivos. Como vimos anteriormente, a ascendência para funções de maior complexidade do grupo foi feita pelos homens.

Para os migrantes, a competição é característica natural dos seres humanos, inata, constituinte da condição humana. As narrativas nos conduzem a acreditar que há uma mudança significativa na atitude dos trabalhadores quanto à competitividade; configura-se uma nova postura, a adoção de outros novos mecanismos para se alcançar mudança de posição hierárquica dentro da organização em que trabalham. Somente a boa execução da função ocupacional não é mérito suficiente para alcançar a mudança de *status*, visto que qualificação e o esforço pessoal surgem como elementos de mensuração.

Isso, contudo, não invalida a existência de atitudes desleais nas relações cotidianas no local de trabalho, aproximação intencional dos líderes e autopromoção à custa dos colegas, atitudes referidas como predominantes.

A partir dos dados averiguamos que 55% (24) dos homens e 58% (14) das mulheres identificam atitudes positivas, e 39% (17) dos homens e 42% (10) das mulheres percebem atitudes negativas, e ainda, atitudes que não se caracterizam como positivas ou negativas, que denominamos de neutras, são identificadas por 6% (3) dos homens. Em síntese, as relações de competitividade são positivas para 56% do grupo, para 40% são negativas e 4% não se enquadrariam absolutamente nestes critérios.

Os migrantes entrevistados desempenham funções ocupacionais diferentes, de execução, de análise e de comando, têm experiências existenciais variadas, origens distintas, como também diversificadas formações educacionais. Em suma, a situação biográfica de cada um é ímpar, como também as experiências à mão. Portanto, o juízo sobre as relações de trabalho é construído à luz dessa multiplicidade e variedade de particularidades de experiências existenciais. Para Schutz (1979, p. 73),

todo o momento da vida de um homem é a situação biográfica determinada em que ele se encontra, o ambiente físico e sociocultural conforme definido por ele, dentro do qual ele tem a posição, não apenas a posição em termos de espaço físico e tempo exterior, ou de seus status e papel dentro do sistema social, mas também sua posição moral e ideológica. Dizer que essa definição da situação é determinada em termos biográficos significa dizer que ela tem a sua história, é a sedimentação de todas as experiências anteriores desse homem.

Assim, a compreensão dos migrantes sobre a competitividade nas relações fabris está vinculada às percepções nas relações face a face no cotidiano fabril, como também das experiências biográficas e expectativas individuais.

3.2 A construção de uma nova ética para o trabalho

Os migrantes provêm de cidades e comunidades onde não existe indústria. As atividades profissionais exercidas por aqueles com idade laboral estavam relacionadas às atividades na área de serviços, ao funcionalismo público, ao extrativismo vegetal, ao setor informal, à agricultura familiar e à pesca.

A vida em uma pequena cidade tem um ritmo bem diverso daquele edificado numa cidade de médio ou grande porte. A dinâmica da vida em uma cidade com parque fabril é, invariavelmente, bem diferente, adversa de uma sem essa configuração. No caso de Manaus, é patente que aconteceram transformações significativas em sua dinâmica existencial, econômica e política.

Os migrantes são originários de cidades com população média de 18.000 habitantes (IBGE, 1991), o que certamente configura outra dinâmica urbana se comparada a uma cidade hoje, com quase dois milhões de habitantes, como é o caso da capital do Estado. Não é recente a discussão sobre as transformações da cidade de Manaus, como polo de atração populacional, sua centralidade econômica para a região.

Isso, sem sobra de dúvida, altera significativamente a visão do mundo da vida dos migrantes amazonenses. Um migrante originário de zona rural ou urbana de uma pequena cidade que migra para cidade de médio ou grande porte tem, impreterivelmente, uma transformação na forma de ver e se ver nesse mundo. Há uma alteração imperativa no estado das coisas, nem o sujeito que se insere e nem um mundo em que se insere serão mais os mesmos.

O estereótipo construído sobre mim ou por mim sobre o outro influencia na construção e no estabelecimento da relação face a face, pois, esta para existir “pressupõe, uma simultaneidade real de cada uma das correntes de consciência distintas”, pois a outra pessoa estaria “ao alcance da minha experiência direta quando ela compartilha comigo um tempo comum e um espaço comum”, ou seja, “quando sua experiência flui lado a lado com a minha, quando posso, a qualquer momento, buscar e captar seus pensamentos conforme eles passam a existir, em outras palavras, quando estamos envelhecendo” (SCHUTZ, 1979, p. 180).

Expressões como “do interior”, “paulistas”, “de fora”, “daqui”, “típica vida do interior”, “hábito do interior”, “coisa do interior”, “gente do interior” e “cara do interior”, estabelecem um lugar para as coisas, um lugar de cada coisa, moldam o olhar de quem olha sobre o que olha.

Então, às vezes, eu faço parte do processo de seleção, eu dou uma prioridade para o cara do interior, dou porque, não é que ele seja mais trabalhador, mas pelo menos ele faz porque ele tem mais vontade e, por incrível que pareça, essas pessoas conseguem. Os meus amigos, por exemplo, o chefe daqui desses cursos do Governo do Estado, é do interior, ele é meu amigo. Então, quer dizer, essas pessoas, tanto cara bom em Manaus, como é que um cara desse vem para uma Secretaria dessa aí? Então, quer dizer, o cara consegue, o cara do interior. Diz que tu veio lá do interior! Você consegue, com certeza, o supervisor. Por exemplo, eu, tanta vontade é a desses caras de estar hoje no meu lugar. Você não vai é ficar em

cima de todo mundo. Às vezes, você consegue tomar o lugar de um cara desse. Isso eu acho legal (Vanilson Pedreira).

A centralidade de Manaus para a região se acentua com a implantação da Zona Franca de Manaus, em 1967. Inúmeros estudos, como os de Salazar (1992), Nogueira (1998), Silva (2010), entre outros, discutem as novas configurações existenciais do “novo proletariado industrial de Manaus”.

Não é demais assegurar que se efetiva a construção de uma nova ética para o trabalho e das relações de trabalho. Essa nova configuração, este novo mundo do trabalho traz consigo algumas características que lhe são intrínsecas, novas metodologias de uso do tempo e das atitudes dos trabalhadores.

O ingresso dos migrantes no mercado formal de trabalho, no PIM, impôs mudança drástica nas dinâmicas existenciais, como revelam as narrativas. Suas vidas na cidade tomaram novas tonalidades, novas prioridades, ao assumirem novo ritmo de vida, dito como cansativo e repetitivo, em que nem sempre sobra tempo adequado ao lazer e à família.

No início, tinha folga de sábado e domingo para ficar com a família e, com o decorrer do aumento da produtividade, foram mudando as nossas folgas. A gente tem dificuldade de estar com a família. Hoje, você trabalha de segunda a sábado e só tem o domingo para estar com a família. Antes, no sábado, você passava o dia todo com a família e no domingo programava para ir à casa da mãe, à Ponta Negra ou, então, lá para a praia do Tupé. Hoje em dia, a gente não pode mais fazer isso aí, porque chega sábado já de tarde e domingo a gente tem que estar junto com a família e acaba ficando em casa mesmo (Antônio Souza).

Eu tenho que acordar às cinco horas para pegar a rota. Tenho pouco tempo para a família e para a vida social. Isso de segunda à sexta. Eu venho aos sábados também por causa das horas-extras, pela necessidade do acompanhamento da produção (Francisco Felipe).

Você trabalha de segunda a sábado, principalmente na área industrial. Na X, eu trabalhei demais, aquilo ali é cruel, de Domingo a Domingo. Então, você não

tinha realmente tempo para a família. Ou você trabalha, ou você, na verdade, perde a família, porque acontece muito isso aí [...] (Vicente Celestino).

A gente passa mais tempo aqui do que com a família da gente. Quando eu chego em casa, eu pego o meu filho, meu marido, a gente vai jantar. A gente vai contar as novidades do que aconteceu, sobre o dia cada um. Final de semana a gente passa com a família (Suzete Breves).

As causas apontadas da dificuldade de adaptação à nova rotina de vida não se referem tanto à luta diária pela sobrevivência, mas entre outras coisas ao enclausuramento fabril, à rotina de trabalho completamente metrificada e controlada. Segundo Dwyer (1993, p. 58), “o trabalho rotineiro é o resultado da simplificação [...] trabalhadores que têm um treinamento adequado repetem tarefas de um conteúdo fixo e tratam as tarefas como não sendo sujeitas à variação”.

As falas denotam que a adaptação ao PIM não foi fácil. Mais da metade do grupo estudado (55%) se posicionou sobre o processo e identifica um conjunto de *motivos porque*, como as dificuldades quanto ao horário de trabalho, à adaptação à função, à conciliação entre trabalho e estudo, ao aprisionamento no espaço da fábrica e às pressões existentes no PIM. Aos separarmos os motivos por década de ingresso, notamos que os que ingressaram em 1970 (2%) atribuem a dificuldade de adaptação à função, em 1980 (37%) atribuem a dificuldade em relação ao horário de trabalho e à função; em 1990 (24%) a dificuldade é associada ao ritmo de trabalho, ao horário, à conciliação entre trabalho e estudo; em 2000 (37%), a dificuldade de adaptação dá-se em razão da função, do horário, do ritmo e do isolamento.

Os entrevistados expressam um desejo ardente de abandonar esse ritmo de vida, *motivos a fim de*, ainda que não haja um projeto muito concreto de mudar de ramo de atividade, de estudar para abrir novas possibilidades de trabalho ou mesmo de retornar aos seus locais de origem. Aliás, quanto a esse regresso, essa projeção soa muito mais como algo poético e lírico do que como efetivo, como conversamos anteriormente. Nessa nostalgia, a vida de tranquilidade e o contato com a natureza surgem como argumentos que depõem a favor desse retorno.

Afirmam assim os migrantes sobre o projeto de mudança: Adonias Santos comenta: “Tenho planos de voltar. Para descansar, ter uma vida mais sossegada, montar o próprio negócio, trabalhar em algo que dê para viver mais tranquilamente. Sair do estresse da cidade grande, da violência, da preocupação”. Francisco Braga declara: “Quero construir o alicerce aqui, e futuramente, pretendo investir em imóveis e voltar para o interior, que é uma vida tranquila, um bom descanso, com uma boa renda, depois de velhinho”. Consideramos interessantes também outras narrativas:

Eu tenho vontade de voltar se eu arrumar um trabalho como funcionário público. Se eu participasse de um concurso, passasse e fosse para lá, eu voltaria na hora. Se tivesse trabalho, quem sabe até eu estaria lá. Se tivesse trabalho, mas não tem recurso (Elvécio Fonseca).

Eu quero poder exercer a minha função de Fonoaudióloga, um dia. Eu quero muito em breve poder fazer isso, trabalhar menos e poder cuidar mais dos meus filhos. Quero sim, eu tenho vontade sim. Eu faço hoje, mas assim: aparece alguém, um paciente, alguma coisa, eu faço no final de semana, mas eu quero fazer exclusivamente, trabalhar exclusivamente na minha função em Fonoaudiologia (Letícia Camargo).

Me aposentar. Eu vou atrás desse negócio aí, mas eu quero mudar. As pessoas dizem: ‘Selma, por que você não monta logo?’. Não dá, o meu dinheiro está preso, eu tenho que sair logo, então, o meu dinheiro está aqui preso há dezessete anos. É um capital pra eu começar a movimentar e mudar de vida. Eu vou montar um bazar. Eu tenho isso na minha casa, eu quero uma sorveteria. É porque eu já vendo alguns produtos, eu vendo produtos religiosos. Então, a gente sai, eu com a minha irmã, e sai vendendo. E, agora, quando eu sair, eu quero montar mesmo. Aí, eu pretendo fazer isso. É uma coisa que eu gostaria, então, vou me esforçar. Eu já tenho esse projeto de montar, porque eu já tenho um início bem pequenininho, está bem pouco. É juntar e montar. A minha irmã viajou esse final de ano e ela disse: ‘Selma, eu já achei o caminho!’ (Selma Melo).

Sim, eu pensei em investir em imóveis para alugar. E ficaria em casa, não teria tanto compromisso. Com metas claras, a longo prazo. Parece que a empresa tira da gente tudo o que a gente tem de melhor. É esgotante. Eu me sinto muito isolado da vida social. Eu diria que mais realizado é sessenta por cento e quarenta fora. Eu penso que é um preço que você tem que pagar (Luís Barroso).

Eu pretendo fazer outra coisa. Montar, por exemplo, um negócio para mim mesmo. Hoje, nós temos uma venda de frango assado. A gente está indo bem, graças a Deus. Eu comprei uma máquina daquela que chamam ‘televisão de cachorro’, que é uma churrasqueira, só que é a minha ex-esposa que trabalha com ela, mas nós somos sócios. Eu pretendo expandir. A gente está querendo colocar um restaurante. Quem sabe, antes da aposentadoria, esse restaurante já esteja funcionando, se Deus quiser. Não dá para ficar parado (Felipe Nascimento).

Eu tenho vontade de voltar a ser artista plástico. Agora, que as minhas filhas já estão maiores, eu tenho vontade. Comprar material, o meu próprio material. Porque, para você ser artista plástico aqui, tem que ter o teu próprio material, ferramenta todinha, máquina de solda, compressor, senão, sempre tu vais ser terceirizado por outro artista plástico, só a tua mão de obra. Então, tendo todo o material, tu vais estar com o teu nome à frente mesmo, tu vais pegar o serviço, tu não vais pagar ninguém para alugar nada. E a única coisa que eu estou fazendo é isso, que eu tenho bastante ferramenta, já, compressor, pistola, tudo eu estou comprando. Mas, aos poucos, estou comprando, que são coisas caras, aí estou comprando à prestação. Terminei de comprar um, pago, e vou comprando outro (William Oliveira).

O que o migrante tem efetivamente no presente é uma vida que se desenrola em ritmo diferente de sua origem, para a qual precisou edificar uma nova compreensão da realidade e do mundo. Nesta nova realidade se inseriu em um modelo de relações de trabalho, sendo portador de uma força de trabalho precisa vendê-la para sobreviver. Neste novo mundo, desenvolveu nova forma de ver, ouvir e sentir, novos signos foram incorporados, novas formas de relacionar-se com os outros, novo ritmo biológico, em suma, construiu novo acervo de valores.

Schutz (1979, p. 196) utiliza o termo signo “para designar objetos, fatos ou eventos do mundo exterior cuja apreensão apresenta a um intérprete cogitações de um semelhante”. Assim, os indivíduos se utilizam desses signos para compreender suas relações mútuas, novas relações no mundo da vida.

A incorporação de um novo ritmo de vida e de trabalho é um imperativo, onde predomina a tríade casa-fábrica-casa, bem diferente da realidade vivida em suas origens, tanto na zona rural ou zona urbana de municípios do interior do estado do Amazonas. Na origem, a tríade pode ser construída para alguns como casa-trabalho-casa, sendo o termo trabalho aplicado a qualquer atividade de modificação do estado das coisas. Neste novo

locus laboral, há processos de resistência, adaptação e imposição de rotina que se contrapõem à vida doméstica. O novo lugar do trabalho lhe impôs inexoravelmente nova ética, nova forma de gerir o tempo e a vida.

As narrativas sobre suas vidas, sobre o mundo do trabalho, as relações sociais, nos mostram que os trabalhadores constituem uma classe-que-vive-para-o-trabalho e para a família – para quem trabalham – haja vista que a atividade laboral é preponderante sobre outras atividades.

Na vida dos migrantes, o trabalho assume centralidade existencial. Salvo as exceções, as vidas se configuram, se moldam e se transmutam em uma relação simbiótica com a atividade laboral. Os entrevistados descreveram sua rotina de vida desde que começaram a trabalhar no PIM, o que pode ser sintetizado no Gráfico 27.

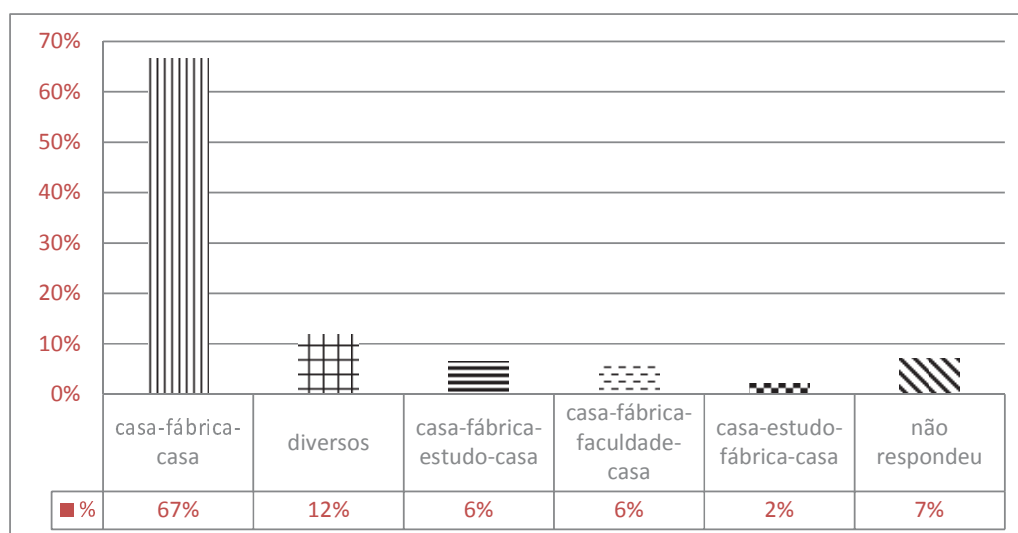


Gráfico 27 – Descrição da rotina de vida dos migrantes industriários

FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de Campo, 2012.

Para 67% dos migrantes, a rotina de vida é descrita pela tríade casa-trabalho-casa. Nesse ciclo, a fábrica é o local que garante a manutenção da vida, enquanto a casa é o lugar

onde se renovam as forças necessárias às novas jornadas. Nessa direção, Frederico da Silva detalha sua rotina de vida:

Eu acordo às cinco horas da manhã, preparo o café dos meus filhos. Quando são sete horas, levo os dois, cada um pra uma escola diferente, volto à minha casa. Nesse intervalo, eu já preparo o almoço deles. Às dez e trinta da manhã, eu volto a pegar os dois. Nesse momento, já está pronto o almoço, eles almoçam; eu fico um tempo com eles ajudando a fazer tarefa e organizando a casa, nesse período de onze horas até às treze horas. Às treze e trinta, me arrumo e, às treze e quarenta e cinco, eu venho para a fábrica. O trabalho é das quinze até as vinte e três horas; chego em casa à meia noite e dez. Nesse período, eu fico acordado até uma e meia ou duas horas. Isso de segunda a sábado.

Percebe-se um ritmo diário que começa às cinco horas da manhã e é encerrado após a meia noite, com horários delimitados, etapas definidas e sucessivas. O cuidado com os filhos, o desempenho das tarefas domésticas, o auxílio nas tarefas escolares, compõem a rotina diária. Após oito horas de atividades diversas, se inicia a jornada laboral formal com o transporte para a fábrica, após uma jornada de mais oito horas.

Sem tanta riqueza de detalhes, contudo demonstrando o ritmo da vida, Maria Socorro declara: “Casa-trabalho, trabalho-casa. Eu tenho estudado muito pouco”. Esta é uma declaração muito próxima à de Otoniel Pedreira: “Todo dia vou para a fábrica. Depois da fábrica só para casa”. Alguns migrantes registram que o tempo em que ficam em casa é dedicado a descanso, afazeres domésticos, tarefas relativas à escola/faculdade, assistir televisão.

Esses e tantos outros depoimentos relatam um fato incontestável: o trabalho, a atividade laboral de subsistência preenche quase completamente suas vidas, necessária à manutenção da família. O lazer, as relações de amizade fora da fábrica, a participação social em associações, televisão, agremiações, atividades lúdicas ou religiosas, surgem em cena muito discretamente, sendo a elas relegados o pós-expediente ou o fim de semana, durante os dias para descanso.

Ocupando o trabalho a centralidade da vida, há para alguns a possibilidade de que os planos de lazer ou ficar com a família sejam suspensos em detrimento de demandas eventuais da atividade.

A gente não tem um controle, uma organização certa, porque, no Distrito, a gente tem o horário de entrada e de saída, mas, às vezes, acontece alguma coisa que a gente não programa. Às vezes, a gente tem alguma coisa programada com a família, mas a necessidade de se resolver uma situação no trabalho é maior, porque a gente já se preocupa mais com a organização da empresa. A programação de horário com a família é mais no final de semana, no domingo e feriados (Adonias Santos).

A vida no trabalho é descrita como constante adaptação. A família e sua manutenção aparecem como *motivos a fim de e motivos por que*, como justificativa, à submissão às regras impostas. Comenta José da Silva: “Se você não olhar pro lado familiar, você não consegue. Eu só vejo meus filhos no fim de semana. Fico isolado da família. Tem muita hora extra”. A jornada de trabalho, o pouco tempo para família, a falta de vida social são temas recorrentes. Desabafa Adonias Santos: “Seria bom ter mais tempo social, a carga horária é muito alta e você, às vezes, dentro do Distrito, não decide a sua vida social. Quem manda é o patrão, e o empregado tem que seguir as regras do patrão”. Por sua vez, deseja Felipe da Silva:

Se eu pudesse trabalhar meio-expediente, seria muito maravilhoso. Teria tempo para sair, ir à faculdade, ficar com a família. Às vezes, eu venho trabalhar, chego em casa de noite, vou dormir, no final de semana, que é para ficar com a família, eu estou trabalhando. Nossa vida é resumida à [Empresa X], a maior parte, queira ou não, é aqui dentro.

A atividade como industriário impõe de modo geral durante boa parte do dia um distanciamento da família e maior proximidade com a fábrica, principalmente para aqueles que têm jornadas superiores a cinco dias da semana. O convívio com a família se dá após a

jornada diária de trabalho ou de estudo, para aqueles que também estudam. De modo geral, uma relação mais aproximada com o núcleo familiar se dá nos fins de semana.

Para a maioria, a vida social é restrita. Alguns afirmam que o mundo do não-trabalho é um mundo apartado, definido como o “mundo lá fora” ou como “outra realidade”. O que é relevante nos termos de Schutz (1979, p. 111) é a sobrevivência, a manutenção de um padrão de qualidade de vida, uma parte do mundo ao alcance, “que pode ser observada, parcialmente dominada, modificada e reorganizada através das ações, é o setor do mundo em que os nossos projetos podem ser materializados e desenvolvidos”.

Poucos migrantes (3%) apresentam nitidamente novos projetos pessoais. Em sua maioria (67%), são projetos vagos, outros dependem das circunstâncias para conseguir desenvolvê-los em paralelo à atividade industrial; para outros, trata-se de algo para após a aposentadoria; outros pretendem a manutenção do projeto atual, ou seja, a continuação na indústria. Como vimos em Schutz (1979, p. 139), sob esta condição é apenas um fantasiar, pois “é a referência do projeto a um estoque de conhecimento à mão que diferencia o projetar do mero fantasiar”.

Alguns esperam que a realização dos planos se dê por meio dos filhos, como afirma Roberta Pinheiro, ao ser perguntada sobre sua vida: “minha rotina já não é mais voltada para mim, já é voltada para eles, porque o que não pude ter, eu já estou dando a eles” (Roberta Pinheiro). Outros abortaram novos projetos individuais. Tiago Salvador, ao ser indagado sobre sua escolaridade, afirma:

Parei [no Ensino Médio], porque eu constituí família, aí fica mais pesado um pouco. Aí, fica um negócio que você já começar a sonhar para os seus filhos do para você mesmo. É sonhar nos seus filhos o que você não conseguiu ter, não dando pressão para ser o que você queria ser, mas dar liberdade para eles escolherem.

A decisão de não mais investir em si mesmo, abdicando de alguns projetos individuais e investir nos filhos se enquadraria em investimento, nos termos de Schutz (1979, p. 229), posto que “alguns de nossos consócios e contemporâneos vão viver mais do

que nós e podemos supor que vão continuar a agir então como sabemos que agem agora”. Muito embora, não haja nenhuma garantia, pois segundo o mesmo autor, “o mundo dos sucessores é completamente indeterminável”. O investimento feito ou não em si mesmo, pelos predecessores ou contemporâneos (pais), só pode ser revisto em tempo pretérito, em retrospectiva.

Em diversos momentos, encontramos a alusão deste agir no mundo, da ação na vida, tendo como prerrogativa o outro, aquele com quem o migrante tem um vínculo familiar mais aproximado, um membro familiar. Não é incomum citarem os filhos como *motivos por que* da escolha de um ou outro projeto.

Nos termos de Schutz (1979, p. 138), poucos são projetos de fato, e não meras fantasias, tendo em vista que para tal deve ser “motivado pela intenção posterior, antecipada, de desenvolver”, ou melhor, “a possibilidade prática de desenvolver a ação projetada, dentro do quadro imposto da realidade do *Lebenswelt*, é uma característica essencial do projeto”.

A contínua permanência no local de trabalho na maior parte do tempo útil do dia carrega a possibilidade de transformar a casa, o doméstico, num lugar estranhado, um lugar onde se sente estranho, como se houvesse processado uma metamorfose: a fábrica se transforma em casa, a fábrica é o lugar onde “sente-se em casa”, o lugar onde se sente familiar e íntimo. “Se tiro férias e não viajo, fico pensando lá na fábrica. Eu já fico pensando que em casa não é meu local” (Arthur Vasconcelos).

A vida se tornou limitada, o tempo é exaurido não somente pela atividade laboral exercida, mas também para ir e retornar dela. As atividades de lazer após o trabalho não são práticas comuns, “praticamente, eu só tenho o sábado, porque domingo eu já procuro descansar para segunda-feira de novo”, declara Roberta Pinheiro. “Já chego [em casa] mais pra lá do que pra cá, cansada. É! Não quero saber mais de nada, é só dormir para acordar novamente, para vir novamente, de segunda à sexta”, complementa Selma Melo.

Pequena parcela do grupo estudado, ao referir-se às atividades exercidas além da laboral, dá destaque à busca de melhor qualificação educacional, “porque sabe que, se não estudar, não vai passar disso”, afirma Maria José. Trata-se de um investimento na

construção de possibilidades de ascensão social e econômica, seja a partir da atividade que exerce ou outra em outro setor da economia.

A vida segue uma cadência simples sem muitos sobressaltos. As maiores crises do PIM – décadas de 1980 e 1990- imprimiam maior agitação à vida dos trabalhadores, as greves, a chegada das máquinas insersoras²¹, o encerramento de atividades de empresas, demissões em massa. No entanto, no presente, muitos (32%) se sentem alienados, cansados, estressados, isolados da vida social, e não realizados.

O dia a dia da fábrica é descrito por 31% dos entrevistados como repetitivo. As poucas atividades de lazer são realizadas no horário de intervalo do almoço, como jogos de dominó ou sinuca, a leitura casual de uma revista. “Após o almoço, a gente tem um lazer, uma sinuca, um dominó”, lembra Otoniel Pedreira. Ao que William Oliveira comenta: “o descanso é almoçar e se jogar ali” e acrescenta, “se tivesse uma reclamação, seria uma, porque, aqui, a gente não tem um local para repousar”.

A vida no espaço da fábrica é acentuadamente descrita como de trabalho por 49%, enquanto 39% incluem além do trabalho a participação em atividades como: reuniões, ginástica, lazer, relações interpessoais, treinamento, pausa para descanso, a saída para casa, estudo (Gráfico 28).

²¹ Máquinas insersoras de componentes são utilizadas na indústria eletrônica moderna para a montagem automática de placas de circuito impresso. Essas placas formam a parte principal dos equipamentos eletrônicos tanto de entretenimento (tais como rádios, televisores, vídeo cassetes), como de informática (tais como microcomputadores, monitores de vídeo, máquinas de FAX, etc.). A fase de montagem automatizada é uma área onde existem oportunidades para se obter potencialmente grandes economias. No Brasil, em particular, as máquinas de montagem automática (das quais as máquinas insersoras são um caso particular) têm preço relativamente alto, o que torna o seu custo de operação um componente importante na matriz de custos de produção dos equipamentos eletrônicos.

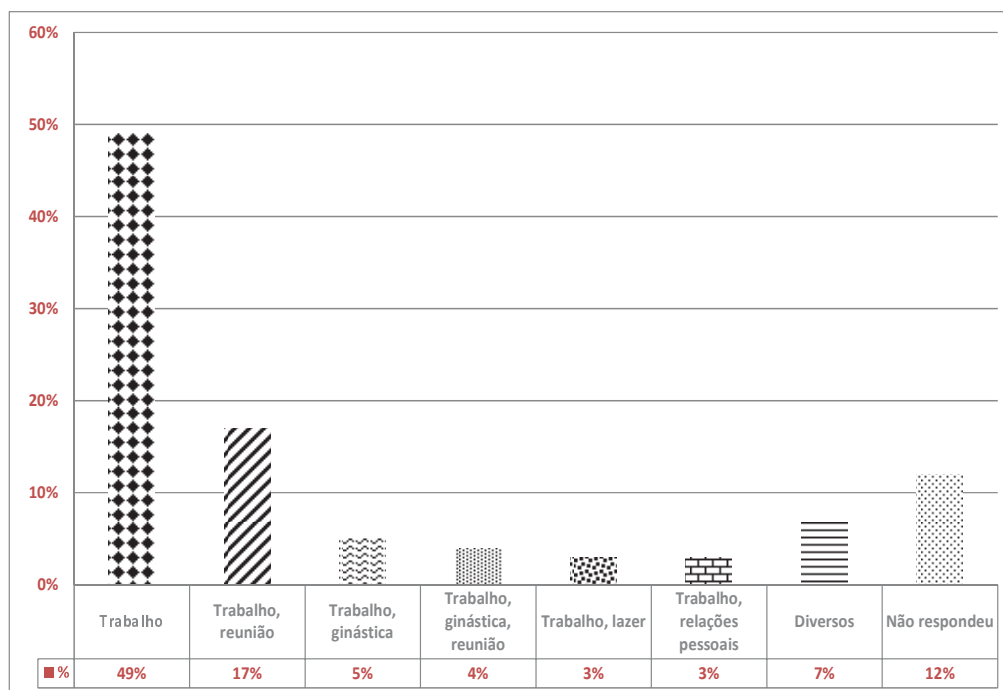


Gráfico 28 – Descrição do dia a dia fabril dos migrantes

FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de Campo, 2012.

Além do trabalho, da atividade *faber*, os migrantes relatam participarem de reuniões com Coordenadores, Chefes ou Supervisores; ginástica laboral, atividade de lazer – durante a sesta (após o almoço); de grupos de trabalho; de cursos de formação (treinamento); repouso durante o intervalo do almoço; além de formação em temática adversa do ofício – curso de inglês.

Chamou-nos a atenção que embora mais de 90% dos migrantes tenham família constituída, apenas uma entrevistada comentou que durante o dia mantém contato com esta. Isso não indica, contudo, que não valorizem suas respectivas famílias, porque, inclusive, alegam que só suportam a carga pesada do trabalho em função da sobrevivência e da oferta de oportunidades aos filhos. “A gente fica trabalhando o dia todo, aí tem os intervalos; no intervalo dou uma ligadinha lá pra casa, para saber como está, na hora do almoço também. Em qualquer intervalo eu ligo lá pra casa. Aí, volto para a linha e fico aqui até cinco e oito”, declara Suzete Breves.

É importante salientar que 29% dos entrevistados ocupam funções diretamente no processo produtivo, como Montadores, Oficiais, Revisores e Reservas. Nestes postos de trabalho, a mobilidade é mais restrita, somente nos intervalos (lanche, almoço, descanso, banheiro), além de ser desaconselhado o uso de telefones móveis. Acredita-se que, para as demais funções, não ligadas diretamente ao processo produtivo, isto não seja um problema latente.

As jornadas de trabalho são descritas como rotineiras, agitadas, cheias de novidades, de adaptação e desgastantes. Uma pluralidade de emoções é colocada em evidência, um ir e vir, a produção de bens duráveis e não duráveis, o preenchimento de relatórios, a distribuição de tarefas, o atendimento de demandas, as reuniões com equipes, o planejamento de produção, a ginástica laboral, o *input* de informações, a inspeção dos postos de trabalho, a leitura de ata do posto de trabalho, o almoço, o lanche, a participação em treinamentos e palestras, os intervalos, atividades que preenchem o tempo em que estão nas fábricas. Leiamos os depoimentos dos migrantes:

Geralmente, eu não tomo café, vou direto pro setor checar como ficou o terceiro turno, se deu algum problema, se está tudo bem. Eu começo as minhas atividades: pego o plano de produção, vejo o que foi planejado, planejo novamente. Lá por meio-dia e meia vou almoçar, depois volto a trabalhar novamente. Depois lanche e, às dezessete horas, eu finalizo as minhas atividades (Francisco Felipe).

Acordo todos os dias às cinco, pego a rota, chego na fábrica às seis e quarenta, tomo café. Depois do café, às sete e quinze começa a reunião todos os dias, faço uma ginástica. Aí, a ginástica e a reunião vão até às sete e trinta. Depois, a gente começa o trabalho. Vou para o setor, corro atrás das peças pra ver se estão todas corretas, fazer checagem; vou ver a produção do dia, o que vai passar pros seus modelos, até a hora do almoço. Aí, almoço. Depois do almoço, alguns dias o pessoal me convida, venho pro dominó. Quando eu estava estudando, eu aproveitava para estudar. Hoje, eu estou mais voltado para o lazer ou, então, para o descanso. Deito, pego uma revista. No final do dia, acaba o expediente às dezessete, pego a rota, chego em casa praticamente às dezoito horas, aí vou para a academia até às vinte e uma e trinta. Todos os dias [isso se] repete, até os sábados (Roberto Bandeira).

Chegar seis e meia na empresa, tomar um café, assistir reunião do chefe, todos os dias, ouvir esporro dele todos os dias. Mas isso é para o bem, isso não é para o mal. E se preparar. Pegar seu material de trabalho e ir para a rua. Isso é a minha rotina todo dia. Na X, era totalmente diferente, ali você não vê o raiar do sol, você não via o anoitecer. A vida é na empresa mesmo, na X mesmo. Mas é muito bom também. É bom demais trabalhar, eu recomendo para todo mundo. Tinha hora de almoço, era tal hora, dez minutos antes, no setor. Mas tudo certinho. Chefia em cima, chefia no teu pé. E é assim (Vicente Celestino).

Dos 93 entrevistados, apenas 50% incluíram na descrição de seu dia a dia fabril a satisfação das necessidades fisiológicas, comer e beber (37%) e ir ao banheiro (13%) e apenas 3% se referem ao calor. Duas suposições surgem dessa não verbalização: a) a centralidade da atividade laboral durante a jornada diária, sendo as de manutenção do próprio corpo como mais uma rotina que precisa ser cumprida; nesse processo, há o estabelecimento de horários para a alimentação e pequenos intervalos de descanso; b) há um processo de adaptação do corpo a intervalos previamente delimitados e determinantes, as necessidades fisiológicas se adequam às possibilidades de acordo com as funções e postos ocupados.

O uso do banheiro na atividade fabril emerge nas narrativas como ruptura de uma dinâmica de trabalho que não pode ser prejudicada, principalmente para atividades de chão de fábrica. Diante do imperativo biológico, a racionalidade funcional precisa se fazer valer; como sujeitos responsáveis por este papel na estrutura fabril, é de encargo dos industriários não deixar o processo parar, o que demanda o preenchimento do lugar vacante. Sobre isso, conta Antônio da Silva: “O colega quer ir ao banheiro, o outro não está, aí eu já substituo o colega aqui”. E complementa Jonas Socorro: “Todos os postos o reserva tinha que conhecer, para quando fosse preciso outro ir ao banheiro, ou quando faltava alguém, tinha que assumir o posto”.

É a dinâmica comum nos postos das linhas de montagem, o ritual a ser obedecido por todos. O atendimento destas necessidades surge nas narrativas das trabalhadoras como algo surreal: “A gente tinha cinco minutos para ir ao banheiro”, comenta Fátima Freitas. Ratifica Selma Melo, “dez minutos para você ir ao banheiro”. É o controle do tempo, do

corpo, das necessidades. Desabafa Paula Figueira, “normalmente eu não tenho quase tempo de vir ao banheiro, é prioridade! Tá, eu tenho que fazer no sistema rápido”.

Para aqueles que ocupam atividades ou funções em que é preciso mudar regularmente de turno, as trocas alteram substancialmente o planejamento existencial, o horário de dormir, de comer, de estar com a família, a vida social. O trabalho noturno desloca para o dia o sono, o descanso, enquanto ao seu redor tudo está em funcionamento. A troca de turno nem sempre é uma escolha; para alguns, é a oportunidade de aumentar a renda com o adicional noturno, o ônus é a pouca vida social e, em alguns casos, os danos à vida conjugal.

Elvécio Fonseca trabalhou muitos anos em turnos, precisando reorganizar sua vida. Segundo ele, a mudança de turno, às vezes cria determinadas situações, “pois você está trabalhando no terceiro turno [...] pensando que a pessoa estava comigo, ela estava por aí”. Continua, “muita gente até trocava com outro de outro horário, fazia troca [...] tinha muita gente que não queria porque era o pessoal que tem família [...] como não tinha jeito tinha que encarar, precisa aguentar as outras coisas”.

Não é incomum identificar entre os trabalhadores que, pela condição de dependência, pela necessidade – mesmo conscientes – adaptam-se ao ritmo do trabalho, precisando abandonar novos projetos, o que provavelmente poderia alterar a configuração do futuro. Trata-se de uma constatação que, em termos de Schutz (1979), somente poderia ser realizada efetivamente em retrospectiva, como já vimos. “Eu larguei de um curso importante que estava fazendo para trabalhar à noite. O horário não coincidia, e eu estava desempregado. Foi uma péssima troca, eu não tinha mais de onde tirar o dinheiro do curso” (Elvécio Fonseca).

As narrativas nos conduzem a constatar que os industriários têm dificuldade de romper com o círculo vicioso, seria necessário um tempo – diríamos ocioso – que possibilitasse uma reflexão sobre sua condição como trabalhador e relações no mundo do trabalho. O trabalho ocupa parte significativa de suas vidas, marcando fortemente a existência, um ritual que se repete diariamente no espaço fabril, o café da manhã, as reuniões, a socialização, a interação entre os pares, os intervalos, o almoço, o banheiro, a sesta, o lanche da tarde, a saída para casa e a rota (transporte) para casa.

A possibilidade de conciliação entre jornada de trabalho diária e outro projeto pessoal exige do trabalhador capacidade gerencial. Encontrar espaço e a condição para conciliar essas duas forças que se contrapõem requer uma pitada de sorte, um toque de ousadia e muita perseverança. Projetos são interrompidos em seu curso pela impossibilidade de gerenciá-los e conciliá-los com a manutenção do posto de trabalho, fonte de sua subsistência e do grupo familiar. Uma parte do seu mundo, o mundo do trabalho está ao seu alcance, e mesmo consciente de que não atende todos seus anseios e projetos, é este que imediata e parcialmente domina e se apresenta com maior relevância (SCHUTZ, 1979).

A possível ruptura da rotina cíclica, nem sempre significa libertação – se não foram construídas bases para tal – às vezes significa expulsão e demissão, fazendo com que o trabalhador se encontre face a face com a dura realidade do desempregado, sem perspectivas. A percepção destas contradições, *a posteriori*, produz a sensação de ter sido injustiçado, e mesmo assim deseja ardentemente retornar; pois está cansado demais, impotente para recomeçar e construir novas possibilidades, pois as exigências do mundo do trabalho são outras, não se sente mais com forças para fazê-lo.

Elvécio Fonseca trabalhou durante dezoito anos no PIM, em quatro empresas do polo de eletrônicos, exerceu seis funções ocupacionais distintas, sendo apenas uma de nível de complexidade médio. Reside em Manaus há vinte e quatro anos, migrou com ensino médio incompleto, concluindo-o no destino, iniciou o curso técnico, abandonando-o no meio do caminho. Na realização da entrevista estava desempregado e almejava retornar. Ao ser perguntado como se sentia após anos trabalhando no PIM:

Me sinto decepcionado. Primeiro, porque, quando eu penso assim em estar desempregado... Pra mim, o emprego é dignidade. É tudo. Estando parado assim, a gente só pensa besteira. É meio difícil dar a volta por cima. Agora, eu vou só estudar. Ano que vem, vou começar a fazer o curso ali no ... E seguir essa profissão que eu sempre almejei. Pretendo voltar para o Distrito. Estou entregando currículos para RH. Porque, para entrar no Distrito, agora, para mim, eu estou achando muita dificuldade porque só entra quem tiver amigos dentro, um peixe. Hoje em dia, está assim. Ainda mais para entrar em uma função que não seja montador. [...] E eu estou pensando em fazer o currículo e botar para entrar com qualquer coisa de novo. Porque na área da qualidade está difícil. Está difícil porque eu não tenho uma formação mais adequada. Eu perdi muito tempo.

Eu perdi muito tempo porque eu deveria ter estudado e, às vezes, quando a gente está trabalhando, a gente esquece algumas coisas. Esquece não. Pra mim, valeu investir esse tempo no Distrito porque tudo o que eu tenho aqui é do Distrito. Se não, eu não teria nem casa. O que não deu certo para mim, a culpa foi minha. Eu não ter progredido nos meus estudos, acabado o segundo grau, entrar numa faculdade, fazer faculdade. Eu até tentei, mas não consegui numa escola pública. Eu ainda dispensei esse técnico. Se eu tivesse concluído esse técnico, eu estaria bem melhor. E também dei para trás e não concluí. Eu quero agora é retomar.

Como diria Schutz (1979, p. 132), “o ato de fato terminado é irrevogável, e as consequências têm de ser suportadas, tenha ele tido sucesso ou não”. O migrante justifica em retrospectiva os *motivos porque* de sua condição no presente, e como esta impede a realização de *motivos a fim de*, quando a relaciona à falta de qualificação mais adequada, formação técnica, não adquirida no passado.

Após trabalhar dezenove anos no PIM, da década de 1980 a 1990, Fátima Freitas responde que gostaria de ter retornado, pois em relação a outro setor – comércio – a vida fabril é melhor.

Queria. Mas não voltei mais. Eu só queria voltar para o Distrito. Não queria trabalhar com negócio de venda, não. Era de domingo a domingo, e em negócio de loja. E eu não queria. Eu queria ir para o Distrito. Mas não consegui. Em todo lugar que eu ia, o pessoal dizia: “Ah, só aceitam até vinte e cinco anos”. Eu digo: Com vinte e cinco anos, eu não consigo mais. Aí, não voltei mais.

Quando há a ruptura da relação empregatícia, o trabalhador se ressentido, é obrigado a reconhecer, a despeito de suas ilusões, de todo o esforço realizado, de toda a força vital despendida, da dedicação, do rigor e a adaptação, que a relação entre ele e o empregador não tem o significado que ele gostaria, de que seria lembrado e valorizado nos momentos críticos, de crises/demissões. Para o entrevistado Sérgio Pessoa, que trabalhou em empresa do Polo Eletroeletrônico, sua demissão foi injusta, sem justificativa plausível, tendo em vista seu tempo de casa e sua dedicação pelo trabalho. Assim relata:

O que me revoltou foi que eu passei muitos anos trabalhando lá. Sábado, domingo e feriado. Nunca tinha faltado emprego. A única vez em que eu faltei foi quando a minha filha nasceu e tive direito aos cinco dias que a legislação dá. Foi a única falta que tive nesses quase 11 anos de empresa e, chegar um dia, o meu chefe dizer que eu não poderia mais fazer parte da empresa (Sérgio Pessoa).

O depoimento do migrante vem ao encontro do que afirma Dwyer (2006, p. 162): “Os locais de trabalho são sempre divididos entre estabilidade e mudança. Relações sociais que parecem duradouras podem, de uma hora para outra, ser alteradas devido às ações do empregador ou do trabalhador”.

Os trabalhadores migrantes reconhecem e valorizam sua atividade industrial, todavia, afirmam que é uma atividade dura, suas vidas não têm a configuração que gostariam: menor carga de trabalho, menor tempo de dedicação à empresa, pouca flexibilidade, poucas oportunidades de crescimento, pouco tempo com a família. Elementos que veremos com maior profundidade de detalhes quando apresentarmos as realizações e fracassos no mundo do trabalho segundo os migrantes.

Não deve ser precipitada a afirmação de que, por ser o trabalho industrial cansativo, exaustivo ou mesmo alienante, o trabalhador se sinta infeliz, e por consequência deseje mudar de atividade. Assim, procuramos compreender qual o sentimento em relação à atividade no Polo e se teriam a intenção de mudar de atividade, ou seja, exercer outra profissão que não a de industriários (Quadro 17).

Positiva	Bem/feliz/realizado	44	47
	Com grandes oportunidades	2	
	Produtivo	1	
Negativa	Alienado	1	33
	Cansado/estressado	17	
	Preso/Isolado da vida social	10	
	Irrealizado	5	
Neutra	Acostumado	1	1
Ambígua	Realizado, mas o salário é baixo	1	2
	Realizado, mas falta tempo para o lazer	1	
Não informou		17	17

Quadro 17 – Sentimentos dos migrantes quanto ao trabalho de industriário
 FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de campo, 2012.

Ao analisarmos o quadro, notamos entre os migrantes a predominância de sentimentos positivos em relação à atividade industrial (47%), o que poderia nos remeter à compreensão de que eles estão felizes, que não se sentem cansados, não se sentem explorados, não sentem falta de mais tempo livre, como nos apontaram os demais. Efetivamente, os *motivos porque* de permanecer são mais relevantes do que os *motivos a fim de*. Como veremos, apenas um pequeno percentual tem projetos concretos para o futuro.

Um grupo significativo, porém menor (33%) foi mais enfático, disse que se sente cansado, desgastado, estressado, explorado, preso, sem vida social, sem tempo para a família e o lazer, distante de tudo, não realizado na atividade que desenvolve, etc. Para estes, a necessidade de prover a sobrevivência fala mais alto e determina a aceitação do trabalho fabril, mesmo com as ressalvas.

As respostas ambíguas, apesar de muito minoritárias, também são bem interessantes, porque a percepção de sua condição de explorados não deixa de ser referida; há a expressa alusão aos baixos salários (desproporcionais ao tempo de trabalho dispensado), ao desgaste emocional e ao enclausuramento, que não permite um maior tempo com a família, os amigos e o lazer.

Acreditamos que a afetividade quanto à atividade como industriário não tem relação direta – pelos menos é isso que as entrevistas nos mostram – com as relações

interpessoais com os chefes imediatos. Note-se que apenas 2% dos entrevistados disseram que esta relação é conflituosa.

Além desses destaques, podemos mencionar outros, como, por exemplo, que a faixa etária média dos grupos de visão positiva e negativa é de 40 anos. Dentre os que têm sentimento positivo (47%), 34% são homens e 13% mulheres, o sentimento negativo (33%) é expresso por 20% dos homens e 13% das mulheres. As mulheres se dizem mais satisfeitas que os homens.

Podemos ainda tentar estabelecer a relação do sentimento quanto ao trabalho como industrial, sob dois parâmetros, o ano de migração e o ingresso no PIM (Tabela 5).

1950	1%									
1960	3%								1%	
1970	14%	3%	4%	2%			1%		10%	1%
1980	12%	16%	11%	7%	1%	1%		1%	2%	5%
1990	11%	14%	11%	13%					2%	5%
2000	6%	14%	7%	11%	1%	1%			2%	5%
Total	47%	47%	33%	33%	2%	2%	1%	1%	17%	17%

Tabela 5 – Sentimentos quanto ao trabalho de industrial por década de migração e ingresso no PIM

FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de campo, 2012.

Quanto ao trabalho de industrial, constatamos que os que migraram nas décadas de 1950 e 1960 (4%) têm sentimento positivo. Identificamos maior diferença entre os que migraram na década de 1970, sendo 14% positivo e 4% negativo e 1% tem posicionamento neutro. Ao analisarmos as décadas de 1980 e 1990, verificamos que 22% têm sentimento negativo, e 23% têm sentimento positivo. Há uma diferença pouco representativa (1%) entre as duas décadas. Nos anos 2000, identificamos percentual (6%) para positivo, 7% negativo e 1% para um posicionamento ambíguo.

Tomando como base o ano de ingresso no PIM, averiguamos que, dentre os que ingressaram na década de 1970 (5%), 2% têm sentimento negativo e 3% positivo. Dos que ingressaram na década de 1980 (25%), 7% têm sentimento negativo e 16% positivo, 1% ambíguo, 1% neutro. Os da década de 1990 (27%), 13% negativo e 14% positivo, com uma diferença pouco significativa de 1%. Os dos anos 2000 (26%), 11% negativo e 14% positivo, 1% ambíguo.

Assim, seja por data de migração ou por data de ingresso no PIM, os dados nos permitem concluir que, de modo geral, no grupo estudado, há em maior proporção um sentimento positivo em relação à atividade como industriário.

O questionamento quanto à realização no trabalho veio acompanhado da indagação acerca do desejo de permanecer na atividade fabril. O quadro 18 nos revela que é grande o percentual dos que têm o desejo de mudar de atividade produtiva.

Sim	----	37
Sim (com algumas condições)	Aprovação em concurso público (3)	10
	Abertura de negócio próprio (7)	
	Não justificado (1)	
Não	----	23
Não informou	----	30

Quadro 18 – Desejo de mudança de atividade

FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de campo, 2012.

Os migrantes que desejam mudar de atividade (47%) não têm, em sua maioria, um projeto claro sobre o futuro, este não “traz consigo horizontes em aberto”, com pouca probabilidade de se “materializarem”. Somente 18% especificam as atividades econômicas que gostariam de exercer (saúde humana, alimentação, atividade imobiliária, produção florestal, recreação e lazer, atividades artísticas, atividades financeiras, comércio varejista, educação e administração pública). Para 16%, retornar aos estudos seria a ação a ser realizada com vistas a criar mecanismos para num futuro – não especificado – mudar de

atividade. O menor percentual 13%, embora desejem mudar de atividade, não especificaram um projeto nem uma ação a ser adotada para realizá-lo.

Apesar de 30% não terem respondido à questão, consideramos representativo o percentual de 47% que expôs a intenção de mudar de atividade, o que corresponde basicamente ao mesmo número dos que se dizem satisfeitos. Isso, contudo, não significa que foram os mesmos que se dizem realizados e desejam mudar de atividade.

Do total de 37% que não associaram a mudança de ramo a alguma condicionalidade, identificamos alguns projetos pessoais dos migrantes como: ser pediatra, ser policial, ser professor, atuar como técnico de segurança do trabalho, ser fonoaudiólogo; alguns não são tão específicos acerca da atividade pretendida, mas externalizam o desejo de mudar para ter progresso profissional, encontrar sossego, ter um futuro melhor, obter uma melhor remuneração.

Entre os desejos relatados destaca-se o de “encontrar sossego”, pretendido por 1% dos migrantes. É pertinente observar que esta referência tem a ver com a atividade desenvolvida no presente, de segunda à sexta-feira. Vanilson Pedreira, que trabalha na empresa há quinze anos, e há cinco desempenha a função de coordenador de equipe, assim relata sobre seus planos: “Pelo menos eu penso em sossego, mais sossego. Do comércio eu não tenho intenção de sair. Você ser dono do seu próprio negócio [...] aqui a concorrência é muito grande, as cobranças, é um negócio acelerado”.

Os que desejam mudar de atividade com algumas condicionalidades (10%) apresentam a possibilidade de obter aprovação em concurso público e passar a trabalhar em alguma instituição do poder público municipal, estadual ou federal, onde podem ter uma remuneração melhor e não se submeterem a um horário de trabalho tão desgastante. Outros se referem ao sonho empreendedor, de ter seu próprio negócio, ser “seu próprio patrão”, e não precisar prestar contas a ninguém.

Para que a mudança de atividade aconteça, os migrantes acreditam, majoritariamente, que a retomada dos estudos é o investimento que precisam fazer em suas carreiras. Os que não se mostraram interessados em mudar de atividade, também revelaram alguns projetos, como voltar a estudar e conseguir se aposentar.

Os migrantes industriários comentam que o ambiente fabril, muitas vezes, os põe em confronto com aquilo que estão habituados em suas vidas, em suas famílias. O ingresso numa empresa do polo os obrigou a aprender a lidar com as adversidades, as cobranças, o estresse, as relações interpessoais etc. Em suma, a construção de novas relações intersubjetivas, o compartilhamento de um novo ambiente comum, partilhado também pelos semelhantes.

Schutz (1979, p. 160) defende que “agindo sobre os outros e sendo afetado por eles, conheço esse relacionamento mútuo, e esse relacionamento implica que eles, os outros, vivenciam o mundo comum, essencialmente um mundo semelhante ao meu”.

O trabalhador, ao ingressar no mundo formal de trabalho, é portador de uma série de valores, normas, crenças e condicionamentos construídos ao longo de sua vida pela família, pela escola, pelas instituições e pelas relações sociais. Essa inserção no mundo do trabalho só é possível porque, ao longo de sua vida, conseguiu assimilar e adaptar-se à vida social, à vida comum, as suas regras, entre as quais está a construção do trabalho como um valor existencial.

Ao ingressar no mundo do trabalho, valores e comportamentos são redimensionados. Efetivamente, precisa adaptar-se a uma nova ética, ao *ethos* do mundo do trabalho, que orienta e determina um típico comportamento do *homo faber*, de um fabricante de coisas, da instrumentalidade, e nesse fazer instrumental adequa o eu *bios*, “já não é o movimento do corpo que determina o movimento do utensílio, mas sim o movimento da máquina que impõe os movimentos ao corpo” (p. 159).

Os novos comportamentos não se referem apenas àqueles próprios do fazer, do exercício da função, mas também dizem respeito a sua subjetividade, sua forma de falar e se relacionar com seus pares, os hábitos alimentares, de higiene, entre outros. Já fizemos alusão anteriormente ao processo de construção de nova performática com a assimilação de um novo estilo de vida.

Os migrantes assimilaram um novo estilo de vida, embora desejem alguma mudança, essa não significa a ruptura com o estilo de vida adquirido na cidade ou abandonar o trabalho no PIM que, apesar de críticas sobre sua intensidade, permanecer se justifica pelas possibilidades que oferece. Na hipótese de um novo estilo de vida em outro

lugar, outra cidade, este deveria oferecer os mesmos serviços ou possibilidade de uma vida moderna. Perguntado sobre o desejo de retornar à origem, cidade com 51.000 habitantes, distante a 331 km em linha reta de Manaus, Luís Barroso conta:

Eu pensei em comprar um sítio lá e dar toda a estrutura e conforto da cidade grande lá, com internet, bomba de poço, tudo, tudo o que tu imaginares de moderno eu pretendo ter nessa casa. E, com o mesmo sítio que o meu pai tem, não é nem na sede, é no interior. Esse é o meu sonho de consumo. Mas, como eu estou te dizendo: se não desenvolver um meio de transporte em que eu chegue em Manaus rapidinho, não farei isso, pela questão de saúde. O local perfeito é te dar o conforto e tudo o que a modernidade te trouxe de bom e estar ao lado da natureza. Seria o complemento, a relação, seria o complemento das duas.

Para o trabalhador formal, especificamente, a inserção no mundo trabalho consolida a construção de um mundo adverso do doméstico. Essa é geralmente a característica das narrativas, um mundo da fábrica/trabalho e o mundo da casa/doméstico, mundos fundamentalmente complementares. O mundo da casa está geralmente associado à privacidade, à liberdade, poder, sossego, relações afetivas, segurança, gasto de dinheiro, enquanto que o mundo das relações de trabalho é atrelado à falta de liberdade, à falta de privacidade, à obediência e à adaptação às regras e ganho de dinheiro (Quadro 19).

ESPAÇOS	SENTIMENTOS/ASSOCIAÇÕES
Casa	a) Onde se fica à vontade; sem regras; há flexibilidade; não pode se ter tanto rigor.
	b) Há solidão; não tem graça.
	c) É possível fazer escolhas; poder de determinar; é o chefe.
	d) É onde dá para recarregar as baterias e relaxar; descontração; relaxamento; tem emoção; família; conforto.
	e) Ritmo mais lento; silêncio; ninguém perturba; paz; tranquilidade.
	f) Mais sério; faz regras.
	g) Atividades diversas.
Fábrica	a) Comportamento profissional; mais sério; tem que estar apresentável; postura diferente; respeito; outro ritmo.
	b) Há horário, regras, normas, obrigações; tem que cumprir atividades; é corrido; demanda disciplina; obediência; responsabilidade; atenção.
	c) Há amigos; dá para ser brincalhão; mais solto.
	d) Há subordinados.
	e) Lógica e emoção.
	f) Extensão da casa.
	g) Rotina, tédio.
	h) Tem que manter o ritmo; apresentar resultado; é adrenalina.
	i) Há preocupação ambiental.
	j) Muito barulho.
	k) É a fonte da alimentação.
	l) É viver; é a vida.

Quadro 19 – Visões dos migrantes industriários sobre os ambientes doméstico e fabril

FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de Campo, 2012.

A compreensão dicotômica pura e simples entre casa e fábrica, como se fossem dois mundos estanques, sem conexões, não corresponderia à verdade dos fatos, tendo em vista que são realidades que se complementam, que se retroalimentam. Como a maior fração do tempo útil é vivida dentro da fábrica, este espaço é palco da maior parte da vida *activa* do migrante. Neste sentido, é possível afirmar que o *ethos* doméstico incorpora mais o *ethos* fabril do que seu inverso.

Mesmo com uma aparente contraposição entre casa e fábrica, percebemos que, para alguns migrantes, esta última passa por uma metamorfose, transformando-se em uma espécie de segunda casa, um posicionamento que não é unanimidade. “O pessoal fala que a fábrica é a segunda casa” (Antônio Douglas). Por sua vez, Pedro Justino declara: “quando eu saio da minha casa para vir para a fábrica, eu esqueço que a casa existe, e o inverso também é verdadeiro”. De fato, não há uma separação absoluta entre estes dois espaços,

casa e fábrica, o que é reconhecido pelo migrante: “Mas são coisas que estão intimamente ligadas, e que eu não posso viver sem uma ou sem a outra”.

O doméstico é o local de construção de uma relação muito mais profunda, e mesmo que “na empresa exista a tendência a isso, a gente não deixa a emoção extrapolar; existe a lógica e a emoção”, destaca Oiticica da Fonte. Ou seja, do ambiente doméstico é característico o afetivo, o emocional, enquanto a fábrica figura como o racional, o sistemático, porque na empresa “não pode ser totalmente emotivo, porque você tem que ter disciplina, você tem que ter resultados”. Em síntese, poderíamos dizer que o trabalhador que ingressa na atividade industrial não é o mesmo que sai, o cidadão não é o mesmo, o pai não é o mesmo, a mãe não é a mesma e a família também nunca mais será a mesma, seja pela assimilação de elementos positivos ou negativos.

A dinâmica da nova vida como industriário imprime outro ritmo à vida da família, à vida social e, por conseguinte, à vida de cada um em particular. A convivência mais aproximada com a família e a vida social passa a ter horários e dias reservados, enquanto que o trabalho se torna a centralidade da vida. À família são reservadas as noites para uns e os dias para outros, os fins de semana e as férias. Essa dinâmica proporciona transformações profundas na vida do migrante, mesmo após anos da ruptura, já que práticas adquiridas e úteis ainda são reproduzidas.

Os depoimentos de muitos migrantes (inclusive dos que não estão mais no PIM) nos revelam que a experiência industriária abre novas possibilidades profissionais. Não menos verdadeiro também que alguns computam a existência de traumas construídos nessa relação.

3.3 Avanços e rupturas: realizações e fracassos no novo mundo do trabalho

No item anterior discorremos sobre a vida dos entrevistados, suas rotinas, o dia a dia nas fábricas, os sentimentos relacionados ao local de trabalho, os desejos de mudanças, os projetos pessoais, as dificuldades de adaptação ao novo local de trabalho, e finalmente as relações entre o doméstico e os locais de trabalho.

Neste item, abordaremos as percepções dos migrantes sobre o trabalho no PIM, sobre as vantagens ou desvantagens pessoais ou familiares, a sua relação com as entidades representativas – sindicatos, sua participação em movimentos reivindicatórios enquanto trabalhador, sua percepção das transformações no Polo e, finalmente, sobre ascensão profissional.

Os migrantes relatam realizações e fracassos nesse novo mundo do trabalho. As vantagens estão relacionadas a conquistas pessoais ou coletivas nessa relação: o atendimento médico e odontológico, os auxílios, a alimentação, a participação nos lucros e resultados, a manutenção da família, a aquisição de bens, o ambiente agradável de trabalho, o tempo de trabalho e tempo de descanso, o serviço de transpor casa/fábrica/casa, a conquista dos bens.

As conquistas individuais e subjetivas: a sensação de estabilidade econômica, a sensação de segurança física, estabilidade na vida, perspectivas e oportunidades de crescimento profissional, a aquisição de conhecimentos, sensação de proteção à família.

A sensação de estabilidade é citada por alguns migrantes. Rosário Peres declara: “A vantagem é que eu consigo pagar as minhas dívidas. Comprar umas coisas pra mim, para mulher, para os filhos”. Ronaldo Dantas complementa: “A vantagem que tem é que eu tenho um salário fixo. Você pode sustentar sua família. É garantido. Você recebe, faz o que tem que fazer. É seguro”.

Para Antônio Douglas, o trabalho no PIM lhe possibilitou uma melhor qualidade de vida para sua família, a construção e um patrimônio.

Em especial aqui, porque, daqui, eu construí meu patrimônio. Tenho casa, carro próprio, moro num bairro bem situado. Eu ganho mais ou menos aqui, meus filhos estudam em escola particular, eu tenho um comércio, e isso foi daqui.

Para outros migrantes, a realização se expressa pela sensação de segurança física, como declara Simone Galvão:

Eu posso fazer um comparativo com o comércio. Nós temos transporte, transporte é uma vantagem, não estar dependendo de ônibus. Nós temos o transporte especial, é rota da empresa; alimentação, nós temos todas as refeições que são feitas dentro da própria empresa; a gente não precisa estar pegando sol e chuva se deslocando, nem estar indo para casa pra estar se alimentando; nós temos os convênios médicos. O convênio médico que abrange não só o funcionário, mas a família.

O crescimento profissional, a possibilidade de realização, é real no PIM se comparado a outro setor, na perspectiva de alguns migrantes, como Pedro Justino:

São os benefícios dados pelas indústrias que são bem diferentes dos benefícios da área comercial, e isso é um atrativo, querendo ou não. É um diferencial, com certeza. A perspectiva de crescimento, o Distrito proporciona mais isso para aqueles que querem realmente crescer. No comércio, é muito restrito. Hoje, quais os comércios que têm que a gente possa dizer que vão desenvolver pessoas? É difícil.

A família é fundamental para o migrante, é com o fruto do trabalho que consegue mantê-la e protegê-la no presente, dar-lhe melhor qualidade de vida.

O que tem no Distrito e não tem em outras áreas. Nossos filhos, até vinte e cinco anos, têm convênio médico e dentário, coisa que em outras áreas não tem. A gente tem seguro de vida, condução, alimentação. Recebemos farda. Nossos filhos têm direito ao leite, à creche (Maria Socorro).

A grande maioria das vantagens mencionadas (80%) está relacionada a conquistas legais, implementadas com características específicas da indústria, como, por exemplo, o transporte de casa para o trabalho e vice-versa. São serviços conquistados pelos trabalhadores, e “oferecidos” pelo empregador, no mínimo com dupla finalidade: manutenção do trabalhador, por ser um diferencial da indústria em relação a outros setores, como comércio e serviços; e redução de perdas por parte do empregador, por um maior

controle ao trabalhador, como, por exemplo, transporte de casa para o trabalho, atendimento médico conveniado.

Alguns desses elementos se apresentam como vantajosos para os entrevistados, em contraposição a sua oferta pelo serviço público, descrito como caótico ou moroso. As vantagens, assim denominadas pelos entrevistados, em sua maioria, são frutos de conquistas históricas, estabelecidas em lei ou acordos coletivos da categoria (Gráfico 29).

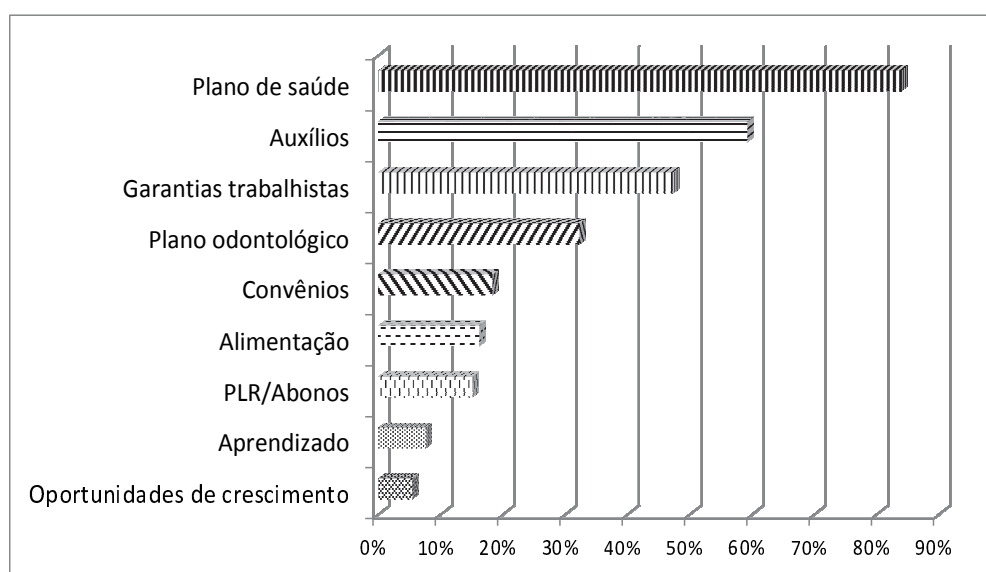


Gráfico 29 – Vantagens apontadas pelos migrantes oferecidas pelo PIM
 FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de Campo, 2012.

É perfeitamente compreensível porque os migrantes citam tais elementos como vantagens. Segundo o Censo/2010, a População Economicamente Ativa era de 844.465, sendo que apenas 50% tinham vínculo formal de emprego, seja carteira de trabalho assinada ou funcionários públicos estatutários. Ainda, a partir do mesmo censo, verifica-se que 19% (163.921) da PEA eram trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, não remunerados em ajuda a membro do domicílio e trabalhadores na produção para o próprio sustento. Assim, somente parte da PEA teria, em tese, acesso às referidas vantagens. No

entanto, os migrantes fazem alusões a setores em que os trabalhadores têm carteira assinada, e essas vantagens não são oferecidas da mesma forma.

Tem plano de saúde e odontológico, a garantia de estabilidade, dependendo da empresa. Hoje, o salário está razoável, eu queria ganhar mais. O próprio trabalho, apesar de ser um trabalho duro, mas na construção civil é muito pior, as condições de trabalho. Aqui, você tem ventilador, ar condicionado, equipamentos de proteção. Sem contar que tem drogaria, tem ótica, onde a empresa paga a metade (Félix da Silva).

De fato, a maioria dos elementos citados pelos entrevistados como vantagens são garantias trabalhistas, frutos de conquistas históricas dos trabalhadores brasileiros: o pagamento de salários e sua pontualidade, carteira assinada, emprego firme, estabilidade, décimo terceiro salário, direitos garantidos, dissídio coletivo, estabilidade financeira, férias, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), gratificações, contribuição previdenciária para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), repouso semanal remunerado.

Não há como negar, entretanto, que algumas vantagens são mais comuns em grandes indústrias – planos de saúde, auxílios, plano odontológico, abonos. Os migrantes por nós entrevistados trabalhavam entre as maiores empresas dos respectivos polos e subsetores.

Vale ressaltar que mesmo legalmente constituídos, os direitos nem sempre são atendidos em conformidade com a lei e com os anseios do trabalhador. Como por exemplo, podemos citar o pagamento dos salários devidos. Os entrevistados ressaltam como vantagem não somente ter um salário, mas tê-lo em dia, ou seja, sem atrasos. Como comenta Vanilson Pedreira: “Olha, as vantagens, por exemplo, é você ter certeza do salário. Nesses 14 anos, se eu disser para você que um dia o mês atrasou, um dia, eu estou mentindo pra ti. Eu tenho a certeza”.

Efetivamente, as vantagens legalmente constituídas são direitos. No entanto, para aqueles que trabalham sem carteira assinada, não remunerados em ajuda a membro do domicílio, ou trabalhadores na produção do próprio consumo, estes direitos não existem.

Sendo assim, a garantia efetiva desses direitos se torna elemento diferencial tanto para os trabalhadores como para o empregador, sendo que este último ganha duplamente à medida que os postos de trabalho são cobiçados e disputados pelos trabalhadores, e ainda, o que aumenta a possibilidade do empregador contratar conforme os critérios convenientes.

Segundo a Constituição Federal de 1988, a jornada de trabalho é de 44 horas semanais. Na prática, o trabalhador que labuta de segunda à sexta-feira fica na empresa, em média, 10 horas diárias, incluindo intervalos para café, almoço e lanches. É evidente que a dinâmica de trabalho no PIM e os intervalos disponíveis para a refeição não permitem que o trabalhador se desloque da empresa para sua residência para fazer as refeições. Operacionalmente seria impraticável para o trabalhador, como um desastre para a empresa. Assim, as empresas – ao invés de fornecerem *tickets*-alimentação ou vale-refeição – fornecem refeições no interior da própria empresa, em sua maioria um serviço prestado por empresas do ramo de alimentos.

Os serviços de alimentação das empresas do PIM, de modo geral, foram terceirizados a partir da década de 1990, como outras atividades não ligadas a atividades fim, como segurança patrimonial, manutenção predial, manutenção mecânica, limpeza, entre outros. Os migrantes relatam entre as vantagens o serviço de alimentação fornecido pelas empresas. Efetivamente, para as empresas, significa a garantia da continuidade e manutenção de um ritmo de trabalho, tendo em vista que o deslocamento para fora da planta para suprir tal necessidade aumentaria enormemente os riscos e o comprometimento das atividades. Para os entrevistados, este serviço é caracterizado como vantagem não somente por sua oferta, mas também, por sua qualidade, como comenta Raimundo Fontes: “alimentação é boa”. Como também pela comodidade, como assevera Vânia Oliveira, “a gente passa o dia, mas tem alimentação, não precisa se preocupar em fazer comida”.

Neste conjunto de vantagens identificam-se os auxílios: auxílio-creche, auxílio-funeral, auxílio-livro, auxílio-material escolar, auxílio-pagamento de escola, auxílio-universidade, bolsa auxílio educação, brinquedo para os filhos, cesta básica, cesta natalina, investimento em formação, material escolar para os dependentes, programa de aleitamento e transporte. Este grupo de auxílios pode se subdividir em dois conjuntos: os

regulamentados por lei e os não regulamentados, geralmente classificados pelas empresas no conjunto das responsabilidades sociais.

No conjunto das “vantagens” verificam-se três elementos que têm estreita relação entre si: plano de saúde, plano odontológico e os convênios. Na inexistência desses serviços subsidiados pelas empresas, o trabalhador teria duas alternativas: custear diretamente ou recorrer ao serviço público. Ambos trariam uma dupla penalidade: no primeiro caso, pagar um plano de saúde com os recursos próprios reduziria bastante o universo dos que teriam como arcar com mais essa despesa mensal; na segunda alternativa, essa penalidade seria compartilhada pelo empregador, com a ausência mais frequente do trabalhador, que faltaria para buscar esse serviço, fornecido precariamente pelo poder público.

Esses serviços são analisados como vantajosos não somente porque são particulares, e permitem ao trabalhador não precisar recorrer ao sistema público, mas também porque sua simples existência é bem mais significativa para quem veio do interior, como é o caso da entrevistada Paula Figueira, que afirma:

Eu acho que todo mundo se preocupa com a situação de saúde. Trabalhar no Distrito tem plano de saúde, e plano de saúde não é barato, principalmente para quem vem do interior. E saúde é precária no interior, e a gente se preocupa muito com isso. Eu visei mais isso: a questão do plano de saúde. A minha questão no trabalho industrial foi o plano de saúde.

A Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) também aparece nas falas como um benefício, o qual é resultante de uma conquista da classe trabalhadora, regulamentada pela Lei 10.101 de 20 de dezembro de 2000 pelo Congresso Nacional e que “dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências” (BRASIL, 2013). Desde a promulgação da lei supracitada, entre as pautas de negociação sempre constam os critérios a serem estabelecidos pelas partes, empregadores e entidades representativas sobre seu cumprimento.

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas (Sindmetal), em julho de 2013, 120 empresas do PIM haviam fechado acordo sobre PLR com os funcionários.

As empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) devem pagar um volume superior a R\$ 200 milhões aos funcionários com a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) até o final de 2012. O montante é 10% maior que os R\$ 180 milhões pagos no ano passado. A previsão é que 90 mil funcionários recebam a participação nos lucros, quase 20 mil a mais que em 2012. A estimativa é do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas (Sindmetal/AM). Até os primeiros dias de julho, 120 empresas fecharam acordo com os funcionários, informou o secretário de Comunicação do sindicato, Sidney Malaquias dos Santos. As adesões mais recentes foram da Electrolux, que vai repassar R\$ 1.480 e da TP Vision, que deve pagar R\$ 1.800 a cada um dos cerca de três mil trabalhadores. A LG Electronics também fechou acordo de R\$ 3.500 aos poucos mais de 3.500 funcionários. Malaquias disse que até agosto, outras 130 fábricas deverão celebrar os acordos de PLR. Se comparado com 2011, o número de empresas que vão repassar os lucros deve crescer 28% (DIÁRIO DO AMAZONAS, 2013).

Apesar de ser um direito afiançado na forma da lei, é necessário que as entidades representativas se mantenham alerta para seu cumprimento a cada ano. Para os trabalhadores trata-se de uma vantagem, em comparação a outros segmentos da economia aos quais este dispositivo legal não se aplica.

Entre as vantagens citadas, identificamos o aprendizado e a oportunidade de crescimento profissional. Para os entrevistados, o ambiente da empresa favorece o aprendizado e o crescimento profissional, porque “te dá oportunidade de crescimento, [além do que] o aprendizado também é uma vantagem” (Francisco Braga). Para Bruno Feitosa, “a vantagem é a experiência profissional, é trabalhar em conjunto”. Segundo Jonas Barbosa, são vantagens “o conhecimento técnico que você adquire, as amizades, a realização pessoal”.

Com menor frequência surgem nas narrativas outras vantagens, como: seguro de vida, horários, sensação de estabilidade, estabilidade financeira, confraternizações, ambiente físico, salário que permite a aquisição de bens, padrão de vida, condições de trabalho, vestuário, tipo de salário, sustento da família, realização pessoal, plano de pecúlio²², leveza do trabalho, lazer, folgas, possibilidades de empréstimo, aquisição interna, benefícios, boas relações humanas, acesso, trabalho com proteção.

²² Benefício a ser pago no caso de morte do associado aos beneficiários designados pelo instituidor. São cinco os tipos de pecúlios: Ordinário e Adicionais A, B, C e D. A designação de beneficiários é livre e deve ser feita no formulário de inscrição, de modo que a soma geral dos percentuais designados para cada beneficiário seja igual a 100% do total de pecúlios escolhidos.

Em síntese, para os migrantes entrevistados, o trabalho no PIM apresenta mais vantagens do que desvantagens, as quais são fundamentais e justificam a permanência, haja vista que o vínculo possibilita a obtenção de serviços e benefícios inexistentes em outros segmentos.

Mesmo que para 94% dos migrantes o PIM apresente elementos vantajosos, não é menos significativo que 63% indiquem aspectos negativos, ou desvantagens, que se referem basicamente às condições de trabalho, à vida social, aos projetos pessoais e à sua condição como industrial. Esses elementos deixam transparecer sua condição de trabalhador. Ao mesmo tempo em que o trabalho lhe permite a subsistência, a segurança, a moradia, a manutenção de sua família, o plano de saúde, plano odontológico e alguns convênios, também lhe coloca em condição de submissão, de alienação e estranhamento da vida social. Como ressaltado, ele vive uma rotina de vida em que o trabalho assume centralidade, enquanto que a vida social, familiar e os projetos pessoais, ficam em segundo plano, não por sua importância, mas porque não tem escolha.

Os entrevistados também ressaltam seus sentimentos e atitudes pessoais quanto ao trabalho, além das sensações acerca do trabalho físico, do corpo, da matéria, sua sensação de vazio, a redução de vida, seus sentimentos em relação à sua coisificação, ao seu tratamento como objeto, como máquina, um autômato sem vida social ou familiar. É interessante que as falas dos trabalhadores são permeadas por aspectos objetivos e subjetivos, sem uma preocupação em realizar divisões.

A partir das narrativas sobre as desvantagens do trabalho no PIM, montamos um quadro, classificando-as em quatro grandes blocos: Condições de trabalho, Vida social, Projetos pessoais e Condição de industrial (Quadro 20).

Condições de Trabalho	a) Barulho; calor; estresse.
	b) Carga horária excessiva; estar na empresa o dia todo; dedicação à empresa além do tempo permitido.
	c) Estar à disposição para viajar.
	d) Excesso de trabalho.
	e) Doenças ocupacionais.
	f) Exposição a produtos químicos.
	g) Salário baixo em relação a outras empresas do mesmo ramo.
	i) Falta de assistência odontológica.
	j) Falta de flexibilidade.
	k) Perda de benefícios antes concedidos.
	l) Inexistência de um lugar para repouso (sesta)
	m) Serviço social ruim.
	n) Baixa qualidade do plano de saúde.
	o) Trabalho repetitivo.
Projetos pessoais	p) Alimentação ruim.
	q) Acordar cedo.
Vida Social	a) Conciliação entre trabalho e estudo; não dá para estudar; sem patrocínio para os estudos.
	b) Dificuldade de ascensão funcional (empresa familiar); poucas oportunidades de crescimento.
Condição de industrial	a) Falta de tempo; fim de semana curto (somente domingo); trabalho em turnos; perda de tempo; sem vida social.
	a) Preso; isolado; escravo; controlado.
	b) Cansado; alienado; desvalorizado; explorado; desamparado.
	c) Instabilidade; agitação; rigoroso.

Quadro 20 – Desvantagens de trabalhar no PIM relatadas pelos migrantes

FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de campo, 2012.

As desvantagens descritas pelos migrantes têm relação direta com a própria atividade laboral, com a vida social e os projetos pessoais. Não identificamos nas narrativas se estas têm implicação quanto ao relacionamento interpessoal com os superiores, vistos pela maioria como positivo.

No que é concernente às condições de trabalho, estas estão relacionadas ao dia a dia no trabalho e à vida na fábrica; na vida social estão incluídos o tempo com a família, o tempo de deslocamento para casa, o trabalho em turnos e a convivência social; em projetos pessoais inserem-se a falta de patrocínio para os estudos, conciliar estudos e trabalho, falta de oportunidades e crescimento profissional e pessoal; e em relação à condição de

industrialário, estão descritos seus sentimentos em termos da sua vida como industrialário, suas angústias.

Algumas falas denotam revolta acerca da condição de espoliação, que os rouba a liberdade, priva da realização de seus projetos, os impõe condições não tão dignas de trabalho, a falta de tempo, o estresse que recai sobre a família e os amigos etc. Roberta Pinheiro conta que “não dá quase para estudar. [...] Uma coisa que está faltando é assistência odontológica, [...] estabilidade tu não tens”. Para uns, a jornada de trabalho no PIM inviabiliza a realização de outros projetos pessoais, como estudar e o crescimento financeiro pessoal. Comentam os entrevistados:

Para você crescer, é muito passo de tartaruga, você não consegue ter um dinheiro, guardar um dinheiro, você não consegue fazer crescer seu patrimônio. Eu acho que é desvantagem. Se tu estivesse trabalhando pra ti, tu terias um dinheiro (Vanilson Pedreira).

Outro motivo pelo qual eu parei de estudar é porque toda vez trocava de turno, aí não tinha como conciliar. Trabalhei muito nesse negócio de vai para o primeiro, vai para o segundo, vai para o terceiro. Eu mudava constantemente. Todo ano, quase, a gente mudava e não tinha como conciliar com estudo. E eu me acomodei (Jonas Socorro).

O que pesa “é a questão do estresse a respeito das próprias metas que a empresa tem e a gente tem que cumprir, e as exigências de nós próprios. Isso, às vezes, nos deixa meio desgastados e dá uma sensação de cansaço, desamparo”, diz Antônio Souza. Há sempre a pressão por resultados cada vez melhores.

O ambiente fabril, apesar das decantadas melhorias, deixa o trabalhador exaurido, além do que há a pressão e o aprisionamento próprios do campo de produção, como relata o migrante Ronaldo Dantas: “É estressante, é muito quente. Muito barulho, tem que usar o protetor direto. A desvantagem é essa: tem que ter um horário. Trabalhar sem carteira assinada é a gente que faz o horário, dá pra fazer outras coisas”.

O trabalhador se sente preso, porque só há a possibilidade de deixar o posto para uma saída externa em casos de doença; fora essa condição, o ônus pode ser a perda do emprego. Não está agrilhado à fábrica, ao posto, à máquina. No entanto, não menos opressor é o que o motiva a permanecer: a fome, a necessidade, a sobrevivência, ou melhor, o trabalhador prefere trocar a liberdade pela certeza. “A desvantagem é você ficar preso na empresa e não ter tempo para fazer as coisas de casa, para estudar. Tem a noite, mas é muito rápido” (Bruno Feitosa).

No que é concernente aos quesitos subjetivos, os depoimentos de Jonas Socorro e Frederico da Silva – respectivamente – são emblemáticos, ao descrever seus sentimentos em relação ao trabalho:

Desvantagem é que a pessoa fica presa. Não vê o mundo lá fora. Não abre o horizonte. Ela fica só naquilo lá. Aprende só aquilo. O mundo gira ao redor daquilo lá. Não se fala de outra coisa. [...] a gente passa o dia todinho, às vezes ia final de semana, virava a noite até as nove, quando chegava em casa, só era para dormir.

Você convive na fábrica de sábado a sábado, tendo apenas o domingo pra aproveitar, sendo que esse domingo você leva o dia todinho pra fazer as coisas que deveria fazer durante a semana e, geralmente, não dá tempo. Além de domingo ser de descanso e, geralmente, você não sai no domingo, porque já passou a semana todinha no trabalho pesado e, geralmente, você quer ficar em casa.

É o imperativo do tempo. As categorias de espaço e tempo nos possibilitam compreender o mundo e a nós mesmos, independentes de nossa vontade, nos são dadas da consciência, não é possível controlá-las ou transformá-las. O tempo é inexorável. No entanto, o capitalismo as transformou em algo quase tangível, palpável, concreto. A busca por seu controle, por sua manipulação, é quase obsessiva, como comenta Leonardo Maquiné – Coordenador de Equipe de Vendas.

A desvantagem é essa loucura, é o horário, que você tem que ser obcecado por isso. Eu não posso fazer nada além disso. Essa é a desvantagem: que você não vive. Quando você vira um profissional do nível que eu sou, hoje em dia, você não vive, você não tem família. Tu tens o teu trabalho, o teu trabalho, o teu trabalho.

O cansaço impresso pelo trabalho e pela rotina diária conduz os migrantes a refletirem sobre suas vidas, sobre o mundo do trabalho e o mundo exterior. Para Bruno Feitosa, “é meio doloroso. Porque você perde praticamente o dia todo, você quase não vê nada, só vê no final de semana. Mas, para viver, tem que ser assim. Você não acompanha o que acontece na cidade. Você fica trancado praticamente”.

A desvantagem é o massacre capitalista. Você vira escravo. Tira até a tua última gota de suor. Tudo o que você faz é em função da empresa, não tem como o cara não levar trabalho pra casa. Tu tens que ficar mais aqui na fábrica. Os caras parecem que procuram quem faz algo a mais, um diferencial. Se tu tens diferencial, mais tu esticas teu horário. Se tu moras aqui perto, teu telefone bomba (Luís Barroso).

Eu gosto muito do que eu faço, apesar de eu ter muito trabalho, de ser muito cansativo, da gente não ter muito tempo para a família, não ter muito tempo para o lazer, porque a verdade é essa: a gente não tem muito tempo, a gente é escravo do trabalho. No Distrito, você é escravo do trabalho. Quanto maior for o teu cargo, mais escravo ainda você fica (Letícia Camargo).

É um ciclo que se repete, um circuito refeito todos os dias, que imprime no corpo e na consciência suas marcas. Os dias, os meses, os anos passam rápido demais, os filhos, a família se tornam de turnos, um pouco no fim de semana e à noite. Como afirma José da Silva, industrial há 15 anos: “Se você não olhar pro lado familiar, você não consegue. Eu só vejo meus filhos no fim de semana. Fico isolado da família. Tem muita hora extra”. Por sua vez, Simeire Galvão, industrial há 26 anos, comenta: “O tempo para sua família fica muito pouco. Você tem que pensar muito antes de criar filhos e estar na indústria”.

Como num passe de mágica, os anos passam; são dez, quinze, vinte ou trinta e cinco anos fazendo a mesma coisa, uma vida inteira de rotinas; a internalização da atividade é profunda. Identificamos nas narrativas uma metamorfose na compreensão quanto aos espaços, os direitos, os sujeitos e seus papéis.

O espaço da fábrica se confunde com o espaço doméstico, passando a ser a segunda casa, como vimos. Os produtos de seu trabalho são, efetivamente, os salários e os benefícios, no entanto na equação incluem o crescimento da fábrica também como seu, e ainda, os sujeitos e os seus papéis, ou melhor, o patrão, o empregador se transforma em amigo.

A fábrica deixa de ser o lugar onde se vende a força de trabalho e se metamorfoseia na casa, enquanto que o patrão se converte em amigo.

Eu só tenho a agradecer à [Empresa Y] por estar todos esses anos aqui, tenho a agradecer a todos os meus superiores, que me aguentaram esses anos. Eu acho que vou morrer e nunca vou pagar. E eu acho que é só isso mesmo. Agradecer muito ao [Senhor Y], que não foi um Diretor, foi um pai, não só para mim como funcionária, mas com os outros funcionários, que tem funcionário aí que, até hoje, está aí. Porque está aí por causa dele, que entrou junto com ele, aí ele tem esse carinho pela gente. Eu só queria agradecer a ele e a todos. Que essa casa nunca caía, que sempre seja com sucesso. E, um dia, eu vou ter que sair, mas ela vai continuar. Eu vou levar sempre saudade daqui que, aqui, Deus o livre, é uma casa! (Michele Silveira).

No entanto, para aqueles que hoje estão em outra condição, que foram demitidos, os fatos se mostram com outra face. O registro mudou de *status*, perdeu o vínculo com o espaço que durante anos dominou, o acesso é negado. Os bens produzidos durante anos nunca lhes pertenceram efetivamente; seu benefício foi a garantia de sua sobrevivência e de seus familiares.

É pertinente observar que 24% dos migrantes não identificaram nenhuma desvantagem em trabalhar no PIM, 10% mulheres e 14% homens, enquanto que 13% não se pronunciaram a esse respeito. Ainda observamos que a média etária daqueles que apontaram alguma desvantagem e dos que não percebem é de 39 anos.

As narrativas nos dão pistas de que o controle da vida, do tempo, dos movimentos os incomoda, pois, como dizem, a pessoa fica alienada, presa, escravizada, numa vida louca, igual a um quartel, com horários muito rígidos, não sobrando tempo para os assuntos particulares, para a família, para estudar. Sentem que não veem o mundo lá fora, não percebem a vida passar, têm que acordar muito cedo, não têm vida social, atrelados a um trabalho desgastante e repetitivo.

Mesmo diante disto, o PIM é um espaço disputado, um ambiente de trabalho que se deseja permanecer, tendo em vista as diversas vantagens agregadas. Note-se que, no grupo pesquisado, 55% trabalharam entre duas e oito empresas no PIM. E ainda que, os 5% de nossa amostra que não mais lá trabalham, apesar das desvantagens, desejam ou já desejaram retornar.

Outro elemento significativo acerca da vida como industriário é a progressão funcional nas empresas. As narrativas nos remetem a compreender que não há regras claras de progressão funcional, há adaptações, mecanismos mais ou menos estabelecidos que permitem a alguns trabalhadores mudarem de funções ocupacionais na mesma planta fabril.

Ao se comparar o tempo de PIM do grupo estudado e a ascensão funcional, verificamos que a mobilidade é pouco representativa em proporção ao tempo de trabalho. Sabemos que o grupo de migrantes tem em média 15 anos de PIM, e que 61% migraram de funções menos complexas para mais complexas (39% de 1 para 2, 19% de 1 para 3, 2% de 1 para 4 e 1% do nível 4 para 5) enquanto 39% permaneceram ou mudaram para funções com mesmo nível de complexidade (36% em 1 e 3% em 2).

São adotados diversos mecanismos pelas empresas para incentivar o trabalhador a produzir mais, a se empenhar no desempenho de sua função ocupacional. A perspectiva de uma promoção instiga os trabalhadores a uma mudança de comportamento. Há um personalismo nas “avaliações”, além disso, a “possibilidade” de mudança dificilmente se efetiva. Quando se concretiza, vem carregada de novas atribuições e mais responsabilidades, retroalimentando o ciclo “nebuloso” da promoção.

Os depoimentos sobre ascensão funcional podem ser classificados em duas subcategorias, quanto à metodologia adotada e quanto ao processo decisório. Na primeira verifica-se a existência de avaliação anual; observação e acompanhamento dos superiores;

informação divulgada por meio físico ou digital; recrutamento interno ou externo; necessidade de treinamento interno ou externo; ascensão atribuída como de responsabilidade do indivíduo. Na segunda, observa-se nitidamente a falta de uma política institucional. A mobilidade é instrumento de poder; o superior, o chefe, o encarregado ou o gerente é quem decide sobre a ascensão do trabalhador a qualquer outra função diferente da que exerce.

A análise dos dados sobre ascensão profissional permite-nos identificar que 55% dos entrevistados (37% homens e 18% mulheres) citaram elementos comuns e 14% identificaram elementos específicos (11% homens e 3% mulheres). Foram citados, tanto por homens como mulheres, a existência e inexistência de programa de ascensão funcional, o papel dos superiores na ascensão, meios de divulgação de vagas, necessidade de treinamento, teste avaliativo, dependência da pessoa ou da função e divulgação de vagas.

Algumas características foram citadas exclusivamente por homens: existência de avaliação anual, existência de cursos de formação interna, que o surgimento de vagas é circunstancial, que há mais oportunidades externas que internas, progressão utilizada como mecanismo de incentivo ao trabalho, anúncio de vagas oriundas de demissões.

Notamos também que duas características são citadas exclusivamente por 3% das mulheres, que a classificação depende exclusivamente do indivíduo e a seleção – recrutamento – é geralmente realizada com pessoal externo (Quadro 21).

Inexistência de um programa de ascensão funcional	Comum	11
Existência de um programa de ascensão funcional	Comum	11
Observação dos superiores como mecanismo de ascensão	Comum	10
Meios de divulgação de vagas	Comum	10
Necessidade de treinamento; Teste avaliativo	Comum	6
Dependência da pessoa ou da função	Comum	4
Divulgação de vagas	Comum	3
Existência de avaliação anual	Homens	4
Existência de cursos de formação interna	Homens	2
Surgimento de vagas é circunstancial	Homens	1
Mais oportunidades externas que internas; Dedicação à empresa	Homens	1
Progressão utilizada como incentivo ao trabalho; Teste de aptidão	Homens	1
Anúncio de vagas resultantes de demissões	Homens	1
Classificação depende exclusivamente do indivíduo	Mulheres	1
Seleção externa	Mulheres	2
Não responderam	Ambos	33
Total		100

Quadro 21 – Percepção dos migrantes sobre ascensão funcional

FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de Campo, 2012.

Como vimos, a maioria dos migrantes citou elementos comuns quanto à ascensão funcional nas empresas onde trabalharam. Vale destacar alguns depoimentos em que esses elementos aparecem. Para o entrevistado Otoniel Pedreira, ferramenteiro, a ascensão depende do esforço de cada um, a empresa contribui com o pagamento de cursos.

Pode subir, depende do esforço de cada um. A empresa procura pagar cursos. Qualquer um que queira estudar, a empresa libera, até troca de turno. Até teve um tempo desse umas provas que foram passadas para os setores. Divulgam as vagas nas fábricas. Quem quiser, pode se inscrever, se preencher os requisitos, faz a prova.

Lucélia Rocha, montadora, ressalta os meios de divulgação de vagas e reforça que a ascensão depende do interesse da pessoa.

Eles oferecem curso. Colocam na [intranet], você entra na [intranet] e vê. Tem os cursos para começar. Às vezes, eles fazem reunião e falam para a gente vir aqui

se inscrever no RH. Sempre eles estão fazendo cursos. Tem a oportunidade, depende do interesse em ter estudado também. Porque muita oportunidade tem. A gente não tinha que faltar. Se tu tivesses uma falta ou duas faltas, não pegavas a letra. E trabalhar direitinho, porque, se tu não trabalhasses direito e faltasse, não pegava a letra. Era isso aí que eles observavam. A Classificação na fábrica é feita por letra de A a F.

Para alguns migrantes (11%), as empresas fazem recrutamento interno. Somente se o quadro interno não suprir a demanda é realizado o recrutamento externo.

Nós temos. Mas eu acredito que funciona assim: abre uma vaga em algum departamento, e aí eles definem, ou a seleção interna, ou externa. Vão puxar alguém da produção. Lá no setor tem umas duas pessoas que vieram da produção que, hoje, estão lá com a gente. Mas também tem eu que vim de fora. Tem a seleção interna e a externa. É mais ou menos por isso (Nelza Teixeira, Analista Fiscal).

A empresa dá oportunidades nos cargos. Vamos aproveitar quem está aqui dentro. Se dá para aproveitar, aproveita. Se não, vamos buscar lá fora. É assim que funciona, de eu ter um montador, mas que pode muito bem ser um ajustador. Então, eu vou pegar, vou promover esse montador e vou contratar um outro montador para assumir o lugar dele, procurar substituí-lo. A gente analisa o desempenho, a escolaridade, a qualificação, todo um trabalho é feito em cima, antes de fazer isso. Tem treinamento (Letícia Camargo, Analista de Recursos Humanos).

Para outros, não existe um procedimento claro sobre isso, são ocasionais e mesmo assim há pequena chance de que se mude de função. O Polo de Bebidas se destaca, quando verificamos que não existe claramente um programa de mobilidade funcional, está centrada no desempenho do indivíduo e na aprovação dos superiores. Descreve a entrevistada Iris Santos, que é Revisora na Linha de Produção:

É assim: quando eles precisam de calibrador, eles não pegam e dizem assim para as montadoras: 'Eu vou te dar uma chance, eu vou te colocar na calibração, e vou contratar outra para ser montadora'. Eles não fazem isso. Eles contratam, pegam

no RH ficha de pessoas que já foram calibradoras e mandam chamar, então contrata pessoas que já são calibradoras. Eles não dão chance pra cá. Só se mesmo, tu saíres daqui e for pra cá, porque a tua linha parou, então, tu vens pra cá. De repente, eles podem dar uma oportunidade, te colocar lá para aprender. Mas não é assim. É muito difícil você ganhar promoção aqui dentro, já vem todo mundo lá de fora, todo mundo com sua função.

Adonias Santos salienta como relevante a existência de um cronograma setorial, como também uma avaliação anual, que, para ele, são mecanismos que possibilitam ganhos reais.

Existe o nosso cronograma setorial, de você sair de uma produção para entrar numa área de controle. Você se destacando ali naquela área pode conseguir exercer uma função de especialista. Aí, você vem recebendo, a partir desse momento, treinamentos para entrar no quadro de chefia, recebendo cursos. Participa de cursos, de apresentação de trabalhos e melhorias dentro do setor [...] e dando ideias. Quando você for avaliado, porque a gente tem uma avaliação anual e, através dela, você pode ter um aumento salarial, e você pode ter um plano de carreira.

Para Érica Gomes, é fundamental para ascensão funcional o comportamento do trabalhador; a inexistência de faltas, atrasos ou atestados médicos é considerada como algo positivo. Além disso, a empresa disponibiliza cursos na Escola de manufatura no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

É assim, porque eles valorizam muito o funcionário que não falta, que não tem atraso, que não pega atestado médico. Isso aí ajuda na classificação. Porque, se tem muita falta, se tem muito atestado médico, aí ele não está sendo um bom funcionário, não vai merecer aquela classificação. Quando aparece alguma vaga é divulgado. Tanto é que eles têm a Escola de Manufatura lá no SENAI, e eles são assim, por exemplo, cursos de Matemática, de Metrologia, vários cursos aí que tem, que a gente usa no nosso dia a dia, que lá no SENAI tem.

Podemos também inferir que a existência de uma política ou programa de ascensão com regras claramente definidas enfraqueceria, em certa medida, o poder exercido por superiores. Para 10% dos entrevistados, mesmo com a adoção de uma metodologia, a ascensão funcional passa, necessariamente, pelo aval dos superiores. Explica Generosa da Silva: “Aqui, eles observam as pessoas e passam para o gerente. O gerente é que depois conversa com a gente. É mais pelo desempenho e pelo esforço também”. Vanilson Pedreira complementa:

O cara se destaca perante a equipe com os resultados, com a disciplina. Avaliação é feita pelo gerente, escolha única dele. Vai da amizade, do desempenho do cara, é um cara que se destaca perante a equipe. Antes, só pegava supervisor. De primeiro, o cara para ser supervisor o negócio era vender. Hoje, dos oito supervisores, quatro eram vendedores e, por sinal, eram meus vendedores.

Quanto à ascensão funcional, identificamos duas posturas básicas: existência e inexistência de política ou mecanismos de ascensão funcional. Nas empresas que têm tais mecanismos, é predominante a divulgação, sendo peculiar o mecanismo de ascensão. Nas que não têm, a avaliação é individual e a decisão está centrada nos superiores imediatos. No Polo de isqueiros, canetas e barbeadores descartáveis, é divulgada a existência de vagas, mas a ascensão depende do treinamento e da qualificação do indivíduo; no Polo de Duas Rodas, existe um sistema de avaliação anual de desempenho, as vagas são divulgadas, mas a ascensão depende de treinamento e qualificação do indivíduo; no Polo de Eletroeletrônicos, não existe um programa de ascensão funcional, as vagas disponíveis podem ser ocupadas por recrutamento interno e externo e dependem da avaliação dos superiores.

Quando analisamos a relação entre as respostas sobre o sentimento dos migrantes quanto ao trabalho no PIM e as relações interpessoais com os chefes imediatos, podemos concluir que não há uma relação direta entre as duas variáveis. De modo geral, as relações interpessoais estão descritas como positiva por 75% e negativa por 2%, enquanto 47% se dizem satisfeitos na atividade de industriário e 32% se manifestam como insatisfeitos.

Quanto a este último, identificamos relativo equilíbrio entre as duas variáveis – satisfeitos e insatisfeitos – nos Polos de Duas Rodas e de Eletroeletrônicos; por sua vez, uma diferença significativa entre elas nos Polos de isqueiros, canetas e barbeadores descartáveis e de Bebidas não alcoólicas.

Se relacionarmos as relações interpessoais com os chefes e a sensação de trabalhar no PIM, identificamos relativo equilíbrio entre as variáveis satisfeitos e insatisfeitos no Polo de Duas Rodas (9% insatisfeitos e 10% satisfeitos) e de Eletroeletrônicos (14% insatisfeitos e 13% satisfeitos). Por sua vez, uma diferença significativa entre elas aparece nos Polos de isqueiros, canetas e barbeadores descartáveis (insatisfeitos 3%, 16% satisfeitos e 1% neutro) e de Bebidas não alcoólicas (2% insatisfeitos, 8% satisfeitos e 15% ambígua).

3.3.1 Os migrantes e as entidades representativas

A organização dos trabalhadores em Manaus não é algo recente. Pinheiro (2003) registra que os estivadores do porto se declararam em greve em 13 de novembro de 1899. Nos anos seguintes, identifica-se a organização política de trabalhadores urbanos da cidade. Em 1919, entre 13 e 17 de maio entram em greve os lixeiros, sapateiros, carroceiros, choferes e boleiros, pela regulamentação da jornada de oito horas. Em 1923, há uma nova paralisação no mês de junho, quando esta pauta é retomada. Em janeiro de 1924, os estivadores paralisaram as atividades e reivindicaram melhorias salariais, pleito este retomado em agosto do ano seguinte.

Um novo sindicalismo surge no ABC paulista, com deflagração de um movimento grevista em 1978, que se espalhou por todo o país, movimento este que deu origem à Central Única dos Trabalhadores – CUT em 1983.

O Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas tem sua instalação em 17 de agosto de 1933, sendo reconhecido em 10 de outubro de 1934, e sua Carta Sindical assinada em 04 de agosto de 1953 (SINDMETAL, 2013). A partir das discussões realizadas na Pastoral Operária, surge o interesse de mudar os rumos da política sindical. Como fruto desse processo, em 31 de janeiro de 1984, a chapa Puxirum vence as eleições e, em 14 de

fevereiro de 1984, assume a direção do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Manaus.

Os derrotados se organizaram em torno de uma entidade que havia sido criada anos antes e que estava desativada desde 1978, que seria o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Material Elétrico de Manaus, sendo expedida a segunda via do Certificado de Registro pela Delegacia Regional do Trabalho no dia 2 de fevereiro de 1984 (REIS FILHO, 2008).

A disputa judicial que definiria qual entidade representaria os trabalhadores nas indústrias produtoras de eletroeletrônicos só cessaria em 1985, quando a carta sindical da nova entidade foi anulada pelo Ministério do Trabalho, sendo assinado pelo Sindicato dos Metalúrgicos o acordo com o sindicato patronal, tendo em vista que a Convenção Coletiva de Trabalho de 84/85 não havia abrangido as empresas produtoras de eletroeletrônicos.

Durante duas décadas seguidas (1980 e 1990), o Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus era a organização sindical de maior destaque na cidade de Manaus, com o maior contingente de trabalhadores na base e também sindicalizados. Com as crises que se seguiram a partir dos anos 90, muitas fábricas fecharam e os trabalhadores foram demitidos, o que enfraqueceu, em certa medida, sua força política.

Em sua existência, o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas tem computado seis greves, a primeira em 1985 e a última em 2001. Sua agenda tem se pautado nos últimos anos pela luta pela ampliação e manutenção da Participação nos Lucros e Resultados e pela Campanha Salarial da categoria que representa (SINDMETAL, 2013).

Procuramos compreender o que os migrantes sentem sobre a reivindicação de seus direitos e a participação em entidades representativas, sindicatos ou associações. Percebe-se certa descrença quanto à política sindical e um questionamento sobre seu papel como entidade representativa.

A década de 1980 para a classe trabalhadora brasileira, de modo geral, é significativa, pois, entre outros fatos, há um processo de fortalecimento das relações entre trabalho e capital, principalmente quanto ao poder da classe trabalhadora frente aos donos do capital. O Polo Industrial de Manaus não passou ao largo dessas transformações ou conquistas. Este período foi marcado fortemente pelo crescimento e fortalecimento da

organização sindical dos trabalhadores, na luta pela manutenção e conquista de direitos. A década de 1980 se tornou símbolo do poder de luta e organização da classe trabalhadora do Polo Industrial de Manaus. Os posicionamentos sobre a organização sindical, o seu papel, as conquistas ou mesmo sua identidade, estão fortemente ancorados na imagem que se tem dessa década. Pesquisas desenvolvidas sobre a história da organização sindical com os trabalhadores, invariavelmente, remetem a este período como emblemático (REIS FILHO, 2008).

Passadas quase três décadas do “processo de fazer-se classe do operariado do Parque Industrial de Manaus”, as narrativas daqueles que participaram ativamente do momento histórico são construídas e têm como fio condutor as conquistas do passado e suas perdas no presente, seja em relação a direitos constitucionais ou quanto às subjetividades operárias.

Aquilo é que era época. A gente lutava, brigava, íamos juntos. Há bem poucos dias eu conversei com uma moça, hoje ela é advogada. Esta moça trabalhou numa empresa onde só havia adolescentes, elas fizeram a greve acompanhado pelo sindicato. Hoje ela diz: ‘será que a minha filha hoje com vinte anos teria essa consciência? (F.C entrevista, 09/2007 *apud* REIS FILHO, 2008, p. 75).

Trabalhar numa empresa multinacional era um negócio esplendoroso. Nós não sabíamos o que era um chão de fábrica, o que era uma reportagem, nós não sabíamos absolutamente nada. Eu entrei no Distrito Industrial em março de 1979. Nesse ano me depararei com uma realidade totalmente diferente da que eu cresci, que eu vivi, igual à maioria dos meus companheiros da época. Não havia uma identidade operária naquela época. Havia uma identidade autônoma no nosso próprio “torrão”, o nosso país produziu muito bem aqui, fazendo com que nós nos transformássemos numa mão de obra barata para as empresas internacionais. Então, ser operário naquela época era uma aventura, uma vontade. Imaginava-se ser operário numa perspectiva de que seria uma grande coisa na vida do ser humano. Na verdade não era tão brilhante assim (E. M entrevista 04/2008 *apud* REIS FILHO, 2008, p. 76).

O Sindicato atuava tanto num processo de articulação com a sociedade civil, como na construção de uma identidade, a principal bandeira naquela época. Fomos colocando ali cada pinga de sol, cada pinga de lágrima, cada momento de alegria, celebrávamos cada momento. Hoje eu percebo que tudo aquilo foi

destruído. Lembro que o Sindicato nunca se atrelou a nenhuma corrente, a nenhum partido político, sempre houve uma relação de autonomia. Atualmente o Sindicato é um instrumento de arrecadação financeira. Do ponto de vista da luta operária está muito distante daquela época. Existem muitos materiais da nossa história, mas, talvez hoje os dirigentes atuais neguem a nossa passagem por lá, mas existem muitos registros. O Ricardo Moraes foi um dos mais importantes elementos dessa época, jamais vi outro elemento igual (E. M entrevista 04/2008 *apud* REIS FILHO, 2008, p. 79).

Os depoimentos precedentes nos dão a entender o processo de luta e de construção de uma identidade de classe, a construção de uma estrutura funcional de embate entre patronato e trabalhadores do Polo Industrial de Manaus e suas transformações.

Nas últimas décadas, por motivos políticos e econômicos, as organizações sindicais modificaram suas estratégias de negociação, buscando a manutenção de direitos e conquistas de novos. Muito embora, para muitos entrevistados, as representações sindicais, “fazem o jogo do patrão”, “são cartas marcadas” etc.

É fato, no entanto, e isto é inegável, a adoção de novas estratégias de flexibilização das relações de trabalho, e de um novo perfil nas relações, entre trabalhadores, categorias representativas e empregadores. É emblemático o depoimento de um gestor ao se referir a um tempo “mais conflituoso”.

Porque nós amadurecemos. A relação com o sindicato tem sido uma relação aberta, transparente, e mostrando sempre que nós estamos no mesmo barco. Antigamente, não era. Era uma relação de conflito. A empresa querendo tirar mais, o sindicato querendo tirar mais para garantir melhor todo o processo com as pessoas. Ele não estava errado, a empresa não estava errada. Mas eram dois extremos. Hoje, existe um equilíbrio (Oiticica da Fonte).

Neste depoimento percebemos a visão de um representante patronal sobre a relação com o sindicato da categoria. Segundo ele, as relações entre empregador e empregado passaram por um processo de amadurecimento, com a anulação do conflito, quando efetivamente está na defesa de um alinhamento entre empresa e sindicato, um sindicalismo de empresa. Para o depoente, a filiação sindical é estratégica, no sentido de

estar à mesa de negociação, encontrar o “equilíbrio”, pela conquista de uma “relação mais aberta”, onde todos “estão do mesmo lado”.

Para Krein (2007), a mudança nas relações de trabalho não se justifica por um processo de “amadurecimento”, mas por sua “precarização”, que se caracterizou pela adoção de medidas que pulverizaram as formas de contratação a partir de quatro frentes: a) a liberdade do empregador em despedir o empregado; b) o avanço das formas atípicas de contratação; c) Terceirização das relações de trabalho e; d) relações de emprego disfarçadas.

A adoção desses mecanismos tem fragilizado o movimento de organização de classe de um modo geral e, por conseguinte, tem deixado pouca margem para as entidades representativas se movimentarem no sentido de tornar menor a exploração capitalista sobre o trabalhador.

As narrativas nos revelam que esse processo de fragilização das entidades representativas tem se tornado eficiente, basicamente por dois motivos: o trabalhador se sente impotente para contrapor a força do capital e não acredita que sua entidade representativa tenha forças ou meios para fazê-lo. Dos afiliados, apenas 8% veem essa relação como importante.

Em diversos momentos identificamos um desencantamento do trabalhador quanto às entidades representativas. Dentre estes, um nos chama a atenção, quando o migrante desabafou:

E eu não gosto nem de negócio de politicagem de sindicato. Não vale a pena você bater com as pessoas das empresas, as pessoas, diretores. Como diz o ditado: “a corda só quebra no lado mais fraco”. E você tem família, pessoas que dependem de você. Então, faz a tua parte, trabalha direitinho, cumpre teus horários, não falta, não chega atrasado, negócio de atestado médico (Eduardo Carneiro).

Isso não significa, contudo, que o trabalhador não tenha consciência de classe; pelo contrário, 74% dos não filiados declaram os motivos de sua não filiação e estes têm a ver com papel que o sindicato deveria cumprir como representante da categoria. No

entanto, não têm convicção política suficiente para arriscar e pagar o preço do embate, além de não confiar em sua entidade representativa. Declara Francisco Felipe, “eu não concordo com o sindicato. Tem muita politicagem. Pra mim, eles fazem aquela meia-boca na frente dos funcionários, mas, por trás, eles estão mancomunados com a empresa”. Para Adonias Santos, “o sindicato, hoje, no Distrito, não trabalha em benefício dos colaboradores, mas para si mesmo, buscando o lado político e não olhando o lado dos trabalhadores”, e para Pedro Souza, “o sindicato não passa segurança. Não é o que falam que é”.

Quanto à afiliação sindical dos migrantes entrevistados, verificamos que 43% são filiados, 37% não são filiados e 20% não informaram ou não souberam informar. A partir das narrativas, verificamos que os afiliados, 29% homens e 14% mulheres, podem ser classificados em sete subgrupos, conforme gráfico 30.

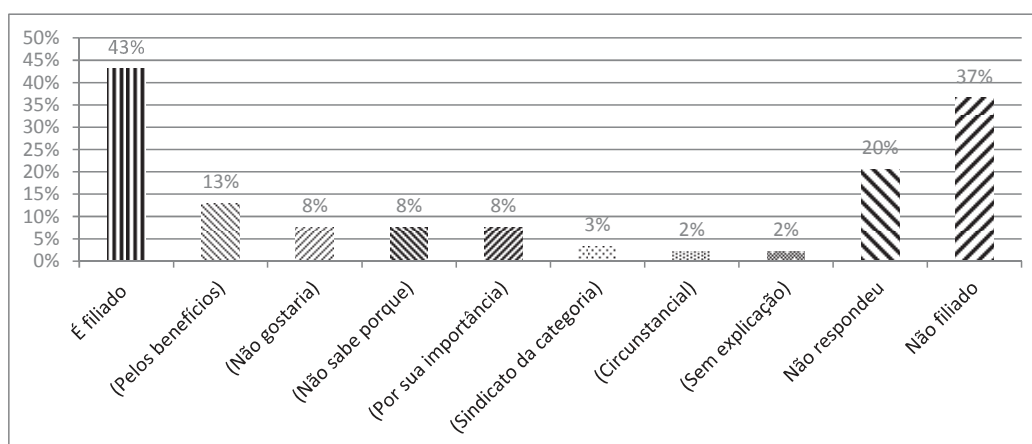


Gráfico 30 – Afiliação sindical: situação do grupo estudado
 FONTE: Amostra 93 migrantes. Pesquisa de Campo, 2012.

A partir do gráfico, nota-se que para 13% a afiliação se justifica pelos serviços que o sindicato dispõe, como convênios médicos ou odontológicos, assessoria jurídica, etc. Simone Galvão é filiada ao sindicato dos Metalúrgicos pelos benefícios que o sindicato presta a seus dependentes: “Eu sou mais por causa dos meus pais. Porque, sendo sindicalizada, sendo associada ao Sindicato, meus pais têm direito a médicos. É só por essa

razão”. Hugo Cardoso tem se mantido filiado, apesar dos incentivos dos colegas para se desvincular, também pela possibilidade de utilização dos serviços prestados pelos dependentes.

Eu sou do Sindicato dos Metalúrgicos. Eu já participava do campeonato de futebol do sindicato, aí os caras perguntavam quem queria fazer SESI, aí eu peguei mais para colocar meu pai e minha mãe. Nesse tempo, eu tinha, mas nunca usei nenhum benefício de sindicato, o médico, que eles têm médico. Aí, um dia desses o pessoal estava falando, aí eu disse: ‘Não, vou cancelar não. Pode ser que a minha filha precise’. Aí, eu penso nela, mais do que em mim. Hoje, é mais pensando mais na minha filha que eu faço parte do sindicato (Hugo Cardoso).

Alguns (8%) não gostariam de estar afiliados, alegam burocracia excessiva para desfiliação, são filiados por imposição, nunca precisaram do sindicato, a afiliação se deu por influência de companheiros. Declara Maria de Fátima: “Sindicato dos Metalúrgicos. Porque eu pegava corda, eu peguei corda dos outros”. Complementa Luís Barroso: “Olha, quando você entra, eles te filiam direto. Tu não tens a opção de escolher. Assim, que você entra, eles te filiam. Sinceramente, eu não gostaria; se dependesse de mim, não”. E lamenta Félix da Silva: “Sou filiado por livre e espontânea pressão”. Na mesma tônica, relata José da Silva, filiado ao Sindicato dos Metalúrgicos.

Sou filiado porque não tive opção. Se eu não quisesse, eu faria uma carta de próprio punho e colocaria, mas, apesar de tudo, eu acho que vale a pena. Eu não sei se é porque eu já vinha das empresas sindicalizado, aqui não me perguntaram nada. Mas eu continuei. Tem lazer que eles oferecem, e também porque, por exemplo, tem a PLR e eles estão lutando. Tem um abono que eles não queriam pagar e pararam a fábrica. Se o colaborador faz uma denúncia, eles vêm, investigam o que está acontecendo. É viável o sindicato sim. Hoje, no dissídio coletivo, ela queria dar 6,5%. Eles lutaram, pararam a fábrica e deram 9,5%.

Outros migrantes (8%) não veem importância e utilidade em estarem afiliados ao sindicato. Segundo Antonio Douglas, “eu precisei de um advogado e eles não puderam me ajudar. Até hoje eu não sei por que eu sou filiado no sindicato”. Para por vez, expressa

Vicente Celestino: “Sou filiado, porque toda a equipe é, primeiro isso aí. Mas, na verdade, não sei se influencia tanto porque, quando a gente reivindica alguma coisa, eles não resolvem. Não sei se influencia muito”. Enquanto Davi Ramos comenta: “Na verdade, eu nunca entendi, mas a gente é vinculado a sindicato”.

Para alguns afiliados (3%), o sindicato tem papel político importante na luta por direitos e garantias: “A gente tem que apoiar uma causa, e na hora da necessidade eu tenho o sindicato. Luta por direitos, aumentos, tem alguém que defenda a gente” (Pedro Alencar). E ainda: “Eles brigam pela gente”. Outra migrante complementa:

Eu acho importante. Porque, quando eu saí da outra empresa, eu pagava também uma taxa. E, lá, eles orientam para a gente. Porque, quando eu saí da outra empresa, o Sindicato me informou tudinho quanto eu iria receber, entendeu? E lá eles me passaram tudo correto, o que me passaram foi o que a empresa me pagou (Generosa da Silva).

Para outros, a afiliação ao sindicato é circunstancial (2%): “A empresa tem uma questão com o sindicato que a gente paga também”, comenta Bruno Feitosa. Enquanto Letícia Camargo argumenta: “O meu sindicato, na realidade, é o sindicato da minha área de Fonoaudiologia. Mas a gente se filia ao Sindicato dos Metalúrgicos também por causa da própria empresa, que a empresa é filiada. Automaticamente a gente vai junto”. Vale destacar ainda que 3% preferem se filiar aos sindicatos de suas categorias, engenheiros, contadores e vendedores.

Como vimos, 37% dos entrevistados não são filiados a nenhuma entidade sindical, muito embora 10% já o tenham sido. Para 27% existem justificativas para não serem filiados, *motivos por que*: a) relativo ao sindicato – não acredita no sindicato; não tem vantagem em ser sindicalizado; não concorda com o sindicato; não é partidário; o sindicato não faz nada; b) uma escolha – não tem interesse; não precisa; não quer se envolver; não gosta de politicagem.

Maria Socorro justifica porque não é filiada: “Muitos colegas meus já precisaram e eles ofertaram pouca coisa. Não é, na verdade, aquilo que eles prometem”. Márcio da Silva

argumenta: “Nunca gostei de me envolver com sindicato. Não tenho nada contra sindicalista nenhum, mas fico à parte”. Para Juarez Campos defende: “O sindicato, eu acho que eles fazem pouca coisa pela categoria. Eu não gosto muito de sindicato. Acho que, pra mim, tem um pouco de receio. Acho que eles visam um pouco de dinheiro também. Eu nunca me filiei”.

Eles defendem só o propósito deles, e não do todo. Eu prefiro ficar de fora. Sei que isso não é legal pra mim, porque eu tenho que correr atrás dos meus princípios, junto com os meus amigos. Mas, para evitar mais confusões do que já tem, eu prefiro ficar na minha. É como eu já te falei: eu sou meio do contra quase de tudo, onde tem maioria, eu sou do contra (Paula Figueira).

Porque, na época em que eu fui, eu participava de reunião, só que eu via que as pessoas lá não são tão honestas como você acha. Cada um quer se promover, quer ser alguma coisa. Geralmente, quando o cara vai para o sindicato lá, ele quer ser político depois, quer se promover em cima daquilo ali. Aí, com a mensalidade do sindicato, a gente já paga tanto do tributo, tanto imposto. Não deveria ser aquela mensalidade. Tinha que ser um valor simbólico, porque o trabalhador já paga demais. E aí você ainda tirar para estar... O Sindicato somos nós, mas a gente vive como trabalhador numa sociedade das mais desiguais, ele não é tão unido como outros empresários, outros tipos de gente. É por causa disso aí (Fabrício Sales).

Para o trabalhador, “a corda arrebenta do lado mais frágil”, assim não consegue perceber que sua categoria representativa tenha força para se contrapor ao empregador, assim prefere se manter em relativa neutralidade. O que vemos é o conjunto de eventos complexos, de variáveis que se interpenetram e se retroalimentam, apresentando-se como consequência mais visível uma apatia quase generalizada, um certo desencantamento por parte dos trabalhadores quanto aos sindicatos.

Quando analisamos a relação entre afiliação e participação em movimento grevista, constatamos que 19% declaram já terem participado de alguma greve (14% são afiliados, 3% não afiliados e 2% que não informaram sobre afiliação). A participação masculina em greves é bem mais significativa que a feminina no grupo estudado.

Se compararmos a não participação de greve, entre os afiliados (26%) e os não afiliados (29%) por década de ingresso no PIM, observa-se que 37% (34) ingressaram nas décadas de 1970, 1980 e 1990, período em que 83% das greves (5 no total de 6 greves) foram deflagradas, e que 19% (18) ingressaram nos anos 2000, quando foram deflagradas 17% das greves.

Quanto aos que não informaram participação em greve e não responderam, 17% (16) ingressaram no PIM nas décadas de 1970, 1980 e 1990 e 10% (9) ingressaram nos anos 2000. (Gráfico 31).

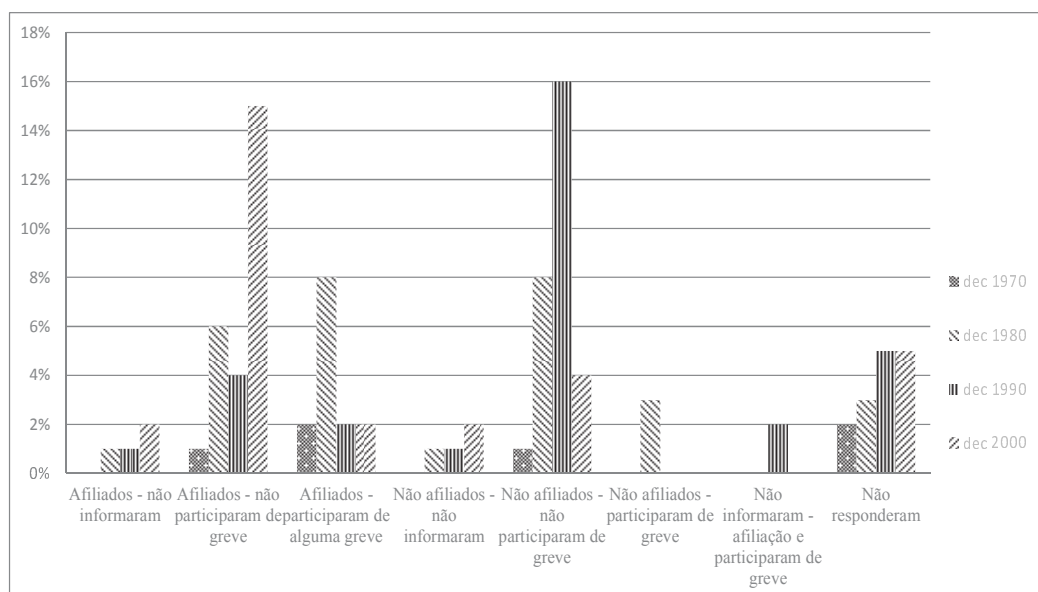


Gráfico 31 – Afiliação e participação em greve
 FONTE: Amostra 93 migrantes. Pesquisa de Campo, 2012.

O Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas contabiliza em sua agenda a realização de seis (06) greves: em 1985, com a paralisação da Sanyo, e uma greve geral com a adesão de vinte e quatro (24) empresas e 20.000 trabalhadores; 1987 com greve na Moto Honda; em 1989 em que houve greve geral com paralisação parcial do PIM; em 1990 com greve contra o Plano Collor com duas (02) fases, sendo a primeira com a adesão de

nove (09) empresas, destacando-se a Philips, quando houve 42 dias de paralisação, e na segunda fase, em agosto, quando aderiram 25.000 trabalhadores e a última em 2001, com a adesão da Videolar, Scorpion, Samsung e SDI (SINDMETAL, 2013).

Segundo Noronha (2009), no Brasil, o período entre 1978 e início da década de 1990 foi um ciclo sem precedentes na história brasileira, tanto por suas características quanto por sua intensidade, atingindo entre 1985 e 1992 um dos maiores níveis de paralisações da história dos países ocidentais. Para o autor, este ciclo brasileiro está vinculado às características e ao processo de transição política para a democracia, à superação do modelo desenvolvimentista e ao ambiente macroeconômico excepcionalmente instável.

Autores como Boito Jr. e Marcelino (2010), Rodrigues (2009) explicitam que os salários, as condições de trabalho, as taxas de desemprego e de inflação, a formação de concentrações operárias, as taxas de sindicalização, o nível de desenvolvimento das indústrias e suas práticas ou políticas de recursos humanos são alguns motivos desencadeadores das greves.

Noronha (2009) identifica de 1978 a 1997 três fases típicas de um ciclo: ascensão, auge e declínio, tendo cada uma delas características distintas, coincidindo os seus limites com as mudanças políticas e econômicas ocorridas ao longo do processo de transição política no país. A primeira fase (1978-1984) é ascendente, durante o período militar de liberalização e de constituição de um sindicalismo grevista; a segunda, de explosão do movimento grevista durante os governos Sarney (1985-1989) e Collor (1990-1992), quando a transição se completa com a Constituinte de 1987-1988, seguida da posse e do *impeachment* do primeiro presidente eleito por voto direto desde 1960; e a terceira, de declínio, durante os governos Itamar Franco (1993-1994) e o primeiro FHC (1995-1998), com a democracia consolidada e o modelo desenvolvimentista superado.

Em 1985, mais do que em qualquer outro ano, inúmeros segmentos realizaram sua primeira greve, acelerou-se o processo de incorporação e diversificação das categorias envolvidas no movimento, tanto no setor privado como público. No setor privado, as greves dos trabalhadores do comércio e de serviços ganharam maior importância. No setor

público, o destaque foi a crescente incorporação dos funcionários municipais. Isto é, tanto num como no outro setor, houve diversificação dos segmentos (NORONHA, 2009).

Na ótica do autor, o ano de 1986, marcado pela edição do Plano Cruzado, teve efeitos bastante diferenciados sobre a capacidade de mobilização e de negociação dos diferentes segmentos. A partir de 1987, com o fracasso das tentativas de estabilização da economia e das tentativas de pactos, agravou-se o conflito distributivo na área privada. Também no setor público, em função da crise financeira, radicalizaram-se as negociações. No primeiro semestre de 1989, a ausência de regras para reajustes salariais, a proximidade das eleições presidenciais e a ameaça da hiperinflação elevaram os conflitos trabalhistas para níveis inéditos em ambos os setores. Somados, ultrapassaram a marca de duas mil greves e acumularam cerca de 185 milhões de jornadas não trabalhadas.

A redução expressiva das taxas de inflação a partir de agosto de 1994 e o crescimento abrupto da taxa de desemprego em 1992, com ligeira reversão entre 1993 e 1994 e quase linearmente crescente a partir de 1995, atingindo 16,6% em dezembro de 1997, foram os dois indicadores econômicos responsáveis pela redução das greves. A significativa queda do volume de conflitos, principalmente entre 1997 e 2002, é resultante do efeito acumulado da estabilidade dos preços, que eliminou a necessidade de revisão permanente dos acordos salariais, do crescimento das taxas de desemprego (que aumentou o risco implícito das ações grevistas), e das alterações da percepção pública sobre a pertinência das greves. A partir de então, abre-se uma nova fase de relativa estabilidade de greves no Brasil (NORONHA, 2009).

Estudos do Dieese apontam a predominância de mobilizações na esfera pública, nos anos 2007 a 2012, o que representa 53% do total, enquanto o setor privado corresponde a 47%.

Enfim, apesar do sindicato ser destinado à representação dos trabalhadores, os entrevistados, majoritariamente, não se manifestaram tão confiantes nessa atuação, na medida em que não veem nessa instituição a força necessária para se contrapor aos empregadores e exigir a ampliação de direitos. Talvez, por essa razão, muitos industriários justificaram sua filiação pelos benefícios oferecidos pelo sindicato da categoria muito mais do que por uma consciência de classe.

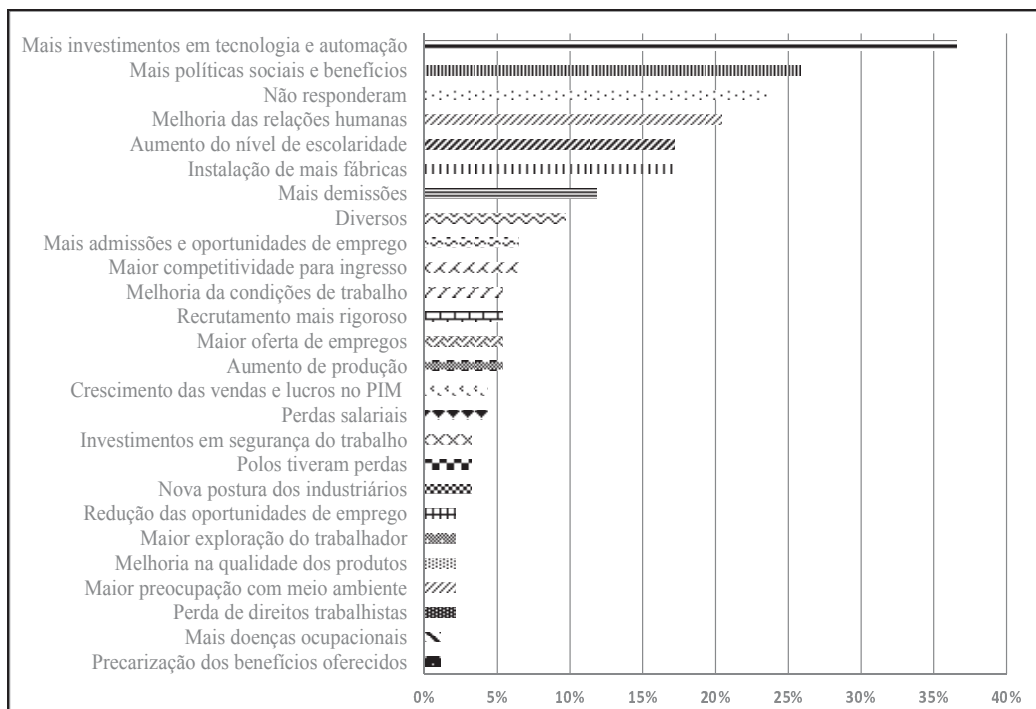


Gráfico 32 – Percepção dos migrantes industriários acerca das transformações no PIM

FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de Campo, 2012.

Se observarmos os elementos citados por 76% dos migrantes, notamos que suas percepções sobre as transformações do PIM não diferem em muito do mundo da vida, dos fatos concretos registrados pela SUFRAMA, pelos sindicatos, pelos institutos de pesquisa ou mesmo por pesquisadores locais e nacionais que estudam o mundo do trabalho e a Zona Franca de Manaus.

Os entrevistados descrevem que o PIM passou por transformações e essas têm aspectos positivos e negativos. Para 2/3 dos migrantes são aspectos positivos: os investimentos em tecnologia e automação, as políticas sociais e benefícios, a instalação de mais fábricas, as admissões e oportunidades de emprego, a melhoria nas condições de trabalho, a oferta de emprego, o aumento da produção, o crescimento das vendas e lucros, o investimento em segurança do trabalho, a nova postura dos industriários, a qualidade dos produtos e a preocupação com meio ambiente.

Para 1/3 algumas são negativas, dentre as quais encontramos aquelas que se contrapõem frontalmente aos aspectos positivos: a precarização dos benefícios oferecidos, mais doenças ocupacionais, a perda de direitos trabalhistas, a maior exploração do trabalhador, a redução das oportunidades de emprego, os polos tiveram perdas, as perdas salariais, o recrutamento mais rigoroso, a maior competitividade para ingresso e mais demissões.

Em termos percentuais, 69% são positivos e 29% negativos. Notemos ainda o que foi classificado na categoria diversos: positivos (combate ao assédio moral; automatização de salários; mais incentivos fiscais; melhoria de logística) e negativos (serviço social; fechamento de empresas; menos greves; redução dos processos de produção; registro eletrônico).

É válido salientar que estes aspectos positivos e negativos foram relatados por migrantes que ingressaram no PIM nas décadas de 1980 e 1990. Vale lembrar que 94% ingressaram nas décadas de 1980, 1990 e 2000 e somente 6% na década de 1960, sendo o tempo médio de PIM dos entrevistados de 15 anos. Além disso, a grande maioria dos migrantes (72%) atuou em outras ocupações antes de ingressar no PIM, e apenas 28% atuaram exclusivamente nele. Isto é significativo para se compreender a análise quanto às transformações ocorridas no Polo, a qual pode se pautar na experiência em outras áreas de atuação e/ou na experiência no Polo.

Algumas dessas constatações já foram tratadas nos itens precedentes, mesmo que superficialmente, outras serão tratadas no capítulo seguinte. Em todo caso, apresentaremos (a partir das fontes disponíveis) alguns dados sobre a contratação de mão de obra, que corroboram as percepções dos migrantes (Quadro 22).

1998	92%	3%	5%	-	-
1999	87%	6%	7%	-	-
2000	87%	7%	6%	-	-
2001	87%	7%	6%	-	-
2002	88%	6%	6%	-	-
2003	86%	8%	6%	-	-
2004	89%	6%	5%	35%	2%
2005	91%	4%	5%	60%	2%
2006	91%	5%	4%	30%	2%
2007	89%	5%	6%	31%	2%
2008	91%	5%	4%	29%	2%
2009	90%	6%	4%	29%	3%
2010	89%	6%	5%	29%	2%
2011	94%	3%	3%	30%	2%
2012	93%	3%	4%	30%	3%
2013	94%	2%	4%	32%	3%

Quadro 22 – Participações de mão de obra do PIM no período de 1998 a 2013

FONTE: Indicadores de Desempenho do Polo Industrial de Manaus/SUFRAMA.

Uma das primeiras evidências que temos a partir do quadro é que o percentual de mão de obra efetiva é significativamente superior à temporária e à terceirizada, o que depõe contra os prognósticos de alguns autores (ANTUNES, 1998; KREIN, 2007).

Observa-se, a partir de 2004, nos relatórios, a referência à participação feminina no PIM, embora se saiba que desde a implantação da ZFM a presença feminina sempre foi marcante; em alguns momentos, predominante, como em 2005, quando atinge os 60% de participação. É também a partir deste mesmo ano que se identifica o registro de pessoas com deficiência (mencionadas nos relatórios como portadores de necessidades especiais – PNE) como trabalhadores do PIM. Note-se ainda um percentual decrescente de trabalhadores em regime temporário e terceirizado ao longo dos anos, acentuando-se mais essa queda entre os temporários.

Os migrantes também relataram o crescimento do número de empresas no PIM, fato este que constatamos nos relatórios da Suframa, os quais apontam um crescimento contínuo desde 1988. Ao analisarmos a partir deste ano, verificamos que existiam no PIM 271 empresas com projetos aprovados, passando no ano 2000 a 307, o que equivale a um crescimento de 13%. Se compararmos os dados do início da década de 2000 com o final da década, averiguamos um crescimento de 29% do número de empresas na década. Percebe-

se também um percentual de crescimento de 7% de 2010 a 2012. De modo geral, há uma tendência crescente do número de empresas, conforme dados de 1988 a junho de 2013 (SUFRAMA, 2013).

Os entrevistados citam as demissões entre as transformações; os dados da Suframa (2013) indicam uma taxa média de 75% de admissão e 82% de demissão de 2005 a 2012. No mesmo período, o PIM apresenta um crescimento médio de 5,67%. Não podemos afirmar categoricamente quais funções no PIM apresentam maior grau de rotatividade, no entanto, as entrevistas e a literatura sobre o PIM (OLIVEIRA, 2000; SCHERER, 2005) nos dão pistas que estas são funções ligadas diretamente ao processo produtivo. Entre os causadores pode-se destacar a automação e a baixa nas vendas.

As narrativas dos migrantes industriários nos fazem perceber que, ao adentrar o PIM, se depararam com um mundo do trabalho de características diversas de outros mundos experienciados. Para alguns, o sentimento é positivo (realização, oportunidades, produtividade, felicidade); para outros é negativo (alienação, cansaço, estresse), um retrato de dupla face. No entanto, se compararmos as expectativas que tinham quanto à vida na capital – mais cômoda, menos degradante, o acesso a bens e serviços – com as reais conquistas, identificamos que os *motivos a fim de*, em sua maioria, foram alcançados, todavia, um preço foi cobrado: a perda da liberdade, a submissão às regras do jogo, condições típicas deste mundo do trabalho.

Em síntese, verificamos que os entrevistados, após algum tempo de instalados em Manaus, ingressaram no mercado informal e formal de emprego. Eles esperavam encontrar trabalho, educação, melhoria de vida. De modo geral, ao ingressarem no PIM, o fizeram em funções de baixo nível, funções de execução, ligadas majoritariamente ao processo produtivo.

O ingresso no PIM modificou de forma substancial o ritmo de suas vidas, a dinâmica com a família, as relações sociais e a própria experiência como trabalhador. O trabalho no PIM possibilitou uma melhor condição de vida, que se caracteriza pela aquisição de casa própria, acesso a bens e serviços, bem como benefícios de melhor qualidade que a maior parte da população. A atividade industrial também se tornou o centro

de gravitação de suas vidas, um ambiente de muito trabalho, de aprendizagem de novos valores, de comportamentos, de relações sociais e de qualificação profissional.

O migrante amazonense ingressa no PIM em funções de nível baixo de complexidade, acredita que as relações entre os pares são isonômicas, que não há distinções de oportunidades entre homens e mulheres, que o sucesso ou ascensão profissional é de responsabilidade de cada indivíduo e que deve construir os meios para tal. Sai cedo de sua casa, vai para o trabalho e retorna para esta no final do dia, um ritual que se repete inexoravelmente, uma rotina repleta, prioritariamente, de trabalho (fazer). Vê como positivo seu trabalho, muito embora deseje um dia mudar de atividade. Para ele, a fábrica é um meio para sustentar sua família, tornando a vida melhor. Prefere manter certa distância de sua entidade representativa de classe, que julga sem muita utilidade na relação com o empregador. Percebe que o PIM passou por diversas transformações, entre as principais o maior investimento em tecnologia e automação, além de implementação de políticas sociais e benefícios.

CAPÍTULO IV

OS LABIRINTOS DA CIDADE

4.1 A nova vida na cidade: retrato das condições socioeconômicas

Manaus tem hoje uma configuração espacial bem diferente de 50 anos atrás. Na década de 1960, ainda se encontravam igarapés que a população usava como área de lazer. Segundo Oliveira (2003), na área central de Manaus em 1852 havia sete (7) igarapés que drenavam o núcleo central e os primeiros bairros, igarapé de Manaus, São Vicente, Monte Cristo, Bica da Boa Vista, Aterro ou Remédios, Espírito Santo e Ribeira das Naus.

Em pleno século XXI, os igarapés que sobreviveram aos aterros e desvios, às construções de vias públicas, prédios e residências, se transformaram em esgotos a céu aberto, depósitos de resíduos sólidos mais diversos. Na última década, o governo – por meio do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM) – tem realizado obras de dragagem e desassoreamento dos igarapés com a retirada de lixo do leito e limpeza das margens. Também tem construído e reformado pontes e passarelas para facilitar o acesso às casas.

A cidade de Manaus comporta metade da população do Estado. Transformações sociais e ambientais são facilmente perceptíveis: o surgimento de novos bairros, a construção de conjuntos habitacionais, o aumento da violência urbana, o assoreamento de importantes igarapés que entrecortavam a cidade e eram utilizados como ponto de lazer, o estrangulamento do sistema de abastecimento de água e energia, a expansão significativa da malha viária da cidade, a elevada produção de resíduos sólidos (A CRÍTICA, 1980-2010).

Em síntese, é inegável que, ao longo dos seus 345 anos, Manaus passou por transformações significativas, as quais se acentuaram a partir dos anos 1960, quando ela se torna um grande centro econômico na região amazônica, com a criação e melhoria da oferta de serviços em diversos segmentos, o que vem acompanhado de mudanças abruptas da

paisagem urbana, explosão demográfica sem precedentes, crescimento da violência urbana, destruição paulatina da vegetação nativa, crescimento da frota automotiva e crescentes desigualdades sociais.

Manaus vive hoje um dilema típico de uma cidade com 2 milhões de habitantes: não se transformar em uma selva de pedra, um lugar inóspito para os que aqui vivem, não perder – em nome de um progresso autofágico – a candura e a leveza de uma cidade que nasceu no seio da maior floresta tropical do mundo e na confluência dos rios Negro e Solimões.

É nessa cidade de tantas contradições que o migrante industrial vive, foi nela que depositou seus sonhos e esperanças, foi pensando nela que construiu um novo projeto de vida, é nela que muitos se solidificaram como trabalhadores e trabalhadoras e, a partir do trabalho, realizaram no todo ou em parte suas metas e projetos. Nesta cidade também construíram novas relações sociais, ressignificaram seus costumes e práticas, a linguagem, as amizades, as relações de compadrio e a solidariedade.

As relações construídas em Manaus se configuraram de novas maneiras, em algumas situações com características bem diversas da origem. Quando discutimos as relações de ajuda na origem, constatamos que 60% dos migrantes vivenciaram circunstâncias em que tiveram algum tipo de dificuldade, e nessas situações puderam contar com a solidariedade de familiares, amigos, vizinhos ou da igreja.

Quando analisamos essas relações no destino, verificamos que apenas 38% afirmaram que já tiveram ou têm dificuldades, e nesses casos, geralmente recorrem a bancos (49%), familiares (34%), empresa (9%), conhecidos (6%) ou buscam solução individual (3%).

Ao compararmos a relação entre os migrantes que se posicionaram sobre necessidades financeiras na origem e no destino, notamos percentual inferior daqueles que tiveram ou têm alguma dificuldade, o que pode caracterizar uma melhoria significativa da qualidade de vida. Ao contrastarmos com o primeiro grupo – os que construíram um projeto migratório – conferimos que a família deixa de ser um apoio no caso de necessidade no destino. Tomam seu lugar as instituições bancárias, os conhecidos e a empresa onde trabalham.

Há uma metamorfose das relações de solidariedade, as quais ficaram restritas basicamente aos membros do grupo familiar; são forjadas relações mais institucionalizadas, com os bancos e as empresas, que são agentes que não prestam qualquer auxílio, fazem investimento, portanto, são relações extremamente formais, relações monetárias que visam retorno líquido e certo.

É nessa Manaus, “doce e dura em excesso”, emprestando o termo de Oliveira (2003), que alguns migrantes reconstruíram suas vidas, suas famílias, refizeram as amizades, ingressaram no mundo do trabalho e se qualificaram. É nessa cidade de tantas possibilidades e contradições que os migrantes declaram viver uma rotina restrita, em que o trabalho ocupa quase a totalidade de suas existências. Com exceção dos fins de semanas, passam a maior parte do tempo dentro das fábricas, do amanhecer ao anoitecer para quem trabalha em horário comercial (60%) ou do anoitecer ao amanhecer, para quem trabalha em turnos (14%). O contato com o “mundo lá fora”, como alguns se referem, é curto, se restringe a poucos momentos ou às notícias dos telejornais no intervalo para o almoço na fábrica ou à noite, em casa.

Em todo caso, com maior ou menor intensidade participam da vida de uma cidade que tem se modificado significativamente. Para os estudiosos, a história da cidade de Manaus pode ser dividida em três grandes fases, a primeira de 1890 a 1920, considerada uma fase do fastígio da borracha (DIAS, 2007a; SOUZA, 2003), uma segunda fase, considerada de crise, de 1920 a 1967, em que o declínio do chamado período da borracha criou o mito da “cidade em crise” (OLIVEIRA, 2003; SOUZA, 2003), e uma terceira fase, demarcada pela instalação da Zona Franca de Manaus, de 1967 aos dias atuais (SCHERER e OLIVEIRA, 2009; OLIVEIRA, 2011; OLIVEIRA, 2002; OLIVEIRA, ALECRIM e GASNIER, 2003; MELO e MOURA, 1990).

Os migrantes, em sua maioria (92%), vieram para Manaus a partir da década de 1970, ou seja, quando já havia sido implantada a Zona Franca de Manaus. A implantação da Zona Franca, segundo os pesquisadores, impõe novas perspectivas quanto à cidade. Em maior ou menor intensidade, os migrantes viveram as grandes transformações da cidade de Manaus, o surgimento de novos bairros, a construção de conjuntos habitacionais, reforma da Ponta Negra, a construção de *shopping center*, a abertura de grandes avenidas, os

projetos de saneamento dos igarapés, a construção de viadutos, a criação de faculdades ou centros universitários, a revitalização do Porto de Manaus, o crescimento demográfico, como também, crise no sistema de transporte público, o aumento da violência urbana etc.

A vida no destino se configura de modo bastante adverso da vida na origem. Para aqueles que migraram com idade igual ou superior a dezoito anos, a vida em Manaus tem significação muito mais profunda do que para aqueles que migraram ainda em tenra idade. Contudo, para todos os migrantes, é inegável o fato de que em Manaus reconstruíram suas vidas, que muitos dos objetivos ou metas foram alcançados, em termos de trabalho, educação, moradia e melhoria de vida.

Os migrantes industriários amazonenses entrevistados são 71% do sexo masculino e 29% do sexo feminino, e vieram para Manaus no período de 1950 a 2000. A grande maioria do grupo estudado (76%) migrou entre as décadas de 1970 a 1990, enquanto que 16% migraram na década de 2000, 7% na década de 1960 e apenas 1% na década de 1950.

Participaram da pesquisa cinco empresas do PIM, uma do Polo de Duas Rodas (Empresa Z), uma do Polo de Bebidas não alcoólicas (Empresa Y), duas no Polo de Eletroeletrônicos (Empresa Q e X), uma do Polo de isqueiros, canetas e barbeadores descartáveis (Empresa Y).

As empresas pesquisadas têm diferentes ramos de atividades, origens diversas e número de funcionários distintos. A Empresa Q é uma multinacional, com mão de obra estimada em 1662 funcionários. Ela iniciou suas atividades na ZFM em março de 1973 e produz monitor de vídeo, rádio com gravador, amplificador com sintonizador, receptor de sinal de televisão via satélite, televisor em cores, gravador/reprodutor de disco. Conta com certificado ISO 9001, 14001 e 18001.

A Empresa W é familiar, de capital nacional, com mão de obra estimada em 269 funcionários, fundada em fevereiro de 1970. Atua na produção de água mineral com e sem gás, refrigerante de cola, de limão, de laranja, refrigerante de guaraná clássico e *light*. Dispõe de certificado NBR ISO 9001.

A Empresa X é multinacional com mão de obra estimada em 1965 funcionários. Ela iniciou suas atividades em setembro de 1969. Trabalha na produção de *digital video*

disc – DVD player, televisor em cores, rádio com reprodutor cd/dvd e controle remoto para aparelhos elétricos. Tem certificado NBR ISO 9001 e 14001.

A Empresa Y é multinacional, com mão de obra estimada em 1.032 funcionários. Iniciou suas atividades em novembro de 1969 e produz pedra para isqueiro, lâmina de duplo fio, aparelho de barbear, caneta esferográfica, demarcador, cargas para canetas esferográficas, lápis de resina, isqueiro de plástico, moleta para isqueiro. Dispõe de certificado NBR ISO 9001 e 14001.

A Empresa Z é multinacional com mão de obra estimada em 7865 funcionários. Suas atividades foram iniciadas na ZFM em junho de 1986. Atua na produção de veículos de duas rodas e triciclos. É uma empresa com certificado NBR ISO 14001.

Na empresa X, do Polo de Eletroeletrônicos, havia 1.965 trabalhadores formais, dos quais 20% (392) eram migrantes amazonenses, sendo 46% (182) do sexo feminino e 54% (210) do sexo masculino. Na empresa Y, do Polo de Polo de isqueiros, canetas e barbeadores descartáveis, havia 1.032 trabalhadores formais, dos quais 14% (140) eram migrantes amazonenses, sendo 39% (54) do sexo feminino e 61% (86) do sexo masculino.

Utilizando como base de cálculo o ano de 2012, verifica-se que os migrantes vivem em Manaus, em média, há 26 anos, ou seja, 12% de 1 a 10 anos, 23% de 11 a 20 anos, 26% de 21 a 30 anos, 27% entre 31 e 40 anos e, finalmente, 13% residem entre 41 e 55.

Quanto à idade, observamos que a média geral do grupo é de 41 anos, sendo que 14% estão entre 18 e 30 anos, 25% entre 31 e 40 anos, 45% entre 41 e 50 e 16% entre 51 e 60 anos de idade. Na pesquisa de Salazar (1992), o maior percentual de trabalhadores estava na faixa etária de 19 a 25 anos (39%) e a menor até os 18 anos (3%), 28% na faixa de 26 a 30 anos e 23% na faixa de 31 a 35 anos. Em Silva (2010), pesquisa realizada 2000, com operadores de produção do Polo de Eletroeletrônicos, a faixa etária média era de 28 anos, 42% entre 21 e 25 anos, 29% entre 26 e 30 anos, 21% 31 e 35 anos e 8% com 40 anos.

Segundo Pochmann (2002), nos anos 1980 e 1995 houve uma queda na participação dos empregados na faixa de até 29 anos, caindo de 53,1% para 37% e, em contrapartida, os empregados com idade mais avançada tiveram um crescimento de sua

participação em todos os empregos; os empregados com mais de 29 anos passaram de 46,9% para 62,1% no total dos empregos regulares e regulamentados.

A partir dos dados fornecidos por algumas empresas, verifica-se uma tendência em contratar trabalhadores mais jovens. Por exemplo, na Empresa X, instalada em setembro de 1969, que possui 1.965 funcionários, 56% (1093) são naturais de Manaus, com média etária de 36 anos, 19,9% (392) são naturais de outros municípios do Estado do Amazonas, migrantes amazonenses, com média etária de 35 anos, 16% (320) são trabalhadores de outras Unidades da Federação com idade média de 35 anos, 8% (158) são brasileiros, de quem não é identificada a unidade da federação, com média de 44 anos de idade e apenas 0,10% (2) são estrangeiros com média de 41 anos.

As empresas Z, W e Q não forneceram informações sobre idade e sexo ou naturalidade de todo o contingente empregado, disponibilizando algumas informações dos migrantes amazonenses na planta. A partir de indicações de trabalhadores que estavam fora do PIM, entrevistamos 05 migrantes, o que representa 5% de nossa amostra (Quadro 23).

Q	1.662	Não informado	Não informado	1
W	269	50	19	15
X	1.965	392	20	24
Y	1.032	140	14	28
Z	7.865	1.400	18	20
Ex-industriários	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	5
Total	11.131	1.986	-	93

Quadro 23 – Sujeitos e empresas da pesquisa de campo
FONTE: Pesquisa de campo, 2012.

Tendo em vista os últimos investimentos do Estado Brasileiro na educação, que entre outros objetivos preceitua a formação de mão de obra qualificada e competitiva ao mercado, bem como as transformações do perfil das indústrias com a importação de novas

tecnologias e mudanças no estilo de gestão de negócio, tornando-as mais competitivas no mercado interno ou externo, identificamos tendência crescente do nível de escolaridade do migrante. Tendência já apontada em pesquisas precedentes, como Salazar (1992), Silva (2010), Oliveira (2000) e Andrade (2007).

Em sua pesquisa, Salazar (1992) identificou que 8% tinham o 1º grau (ensino fundamental) completo; 25% o 1º grau (ensino fundamental) incompleto; 42% o 2º grau (ensino médio) completo; 18% tinham o 2º grau (ensino médio) incompleto; 2% tinham o superior completo e 5% tinham ensino superior completo²³. Em Silva (2010), 96% dos entrevistados tinham ensino médio completo e 4% ensino fundamental completo.

Quanto à escolaridade dos nossos entrevistados, verifica-se que 96% têm formação igual ou superior ao ensino médio incompleto, e somente 4% têm escolaridade inferior. Os migrantes justificam, entre outras coisas, que sem o ensino médio é praticamente impossível o ingresso no PIM, além do que somente com este nível de formação é pouco provável a ascensão interna para outras funções ou níveis na estrutura organizacional.

É pertinente sobre isso trazer o depoimento de Letícia Camargo, Analista de Recursos Humanos, sobre a metodologia adotada para promoção de uma função para outra: “A gente analisa o desempenho, a escolaridade, a qualificação, todo um trabalho é feito em cima, antes de fazer isso. Tem treinamento”. Para Francisco Braga, Analista técnico, com onze anos de PIM, “hoje, a maioria tem nível superior, pós-graduação, alguns fazendo mestrado, coisas que ninguém via há uns dez anos atrás. Hoje, para o cara subir, ele tem que ser qualificado. O mercado exige funcionários cada vez mais atualizados”.

A formação educacional apresenta mudanças significativas se comparada à formação obtida na origem. Salta aos olhos que, em todas as décadas, há prevalência da formação secundária (Ensino Médio Completo). Nas décadas de 1990 e 2000, registra-se um crescimento do número daqueles com formação superior, seja graduação ou pós-graduação (gráfico 33).

²³ É pertinente observar que a Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelece nova estrutura para a educação brasileira, segundo a qual a educação básica obrigatória é gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: Pré-Escola; Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano e Ensino Médio, regulamentada pela Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013.

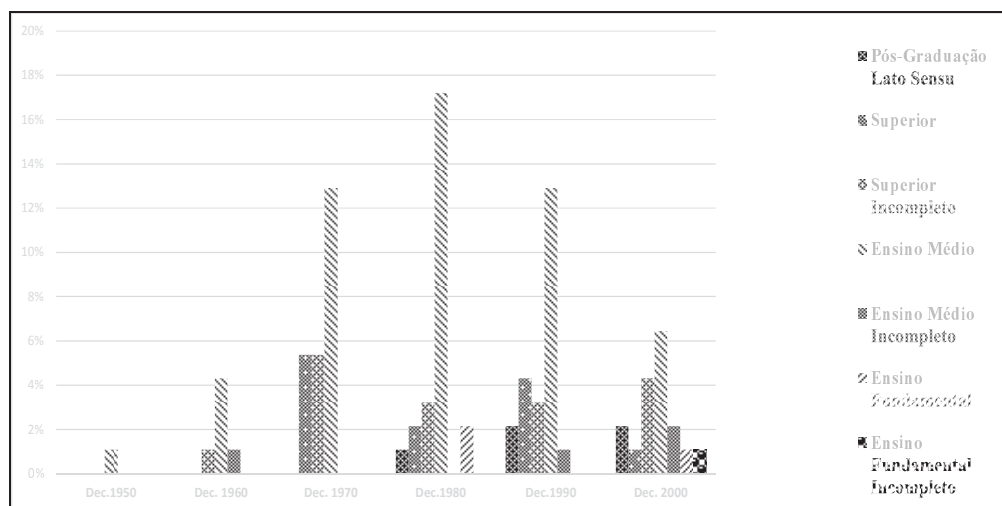


Gráfico 33 – Nível de escolaridade dos migrantes industriários no destino por década de migração.
 FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de Campo, 2012.

É pertinente observar que muitos dos migrantes entrevistados ressaltam essa tendência adotada pelo PIM de contratação de trabalhadores que tenham, no mínimo, o ensino médio completo. Destacam ainda que este é um fator decisivo, para não dizer imperativo, por parte das empresas. Quem não tem formação técnica ou graduação tem pouquíssimas chances de ascender dentro da função que ocupa e, menor ainda, de ascender para outras funções dentro da mesma planta. A formação educacional, se não for o requisito mais importante exigido, está entre os principais, aliado à idade e à experiência profissional.

Para Francisco Braga, “hoje, para o cara subir, ele tem que ser qualificado. O mercado exige funcionários cada vez mais atualizados”, e para Antônio Souza, “você tem que ter nível superior e já aumenta a chance de você subir de cargo. A escolaridade é um ponto fundamental para você subir. A empresa dá chance”. Enquanto para Maria José Pires, as duas coisas, escolaridade e experiência são importantes: “A experiência e a escolaridade são fundamentais em certos níveis, depende muito da função. Quando eu falo em experiência, não seria o tempo de casa, mas o conhecimento naquela área, a qualificação”.

Os depoimentos seguintes analisam as mudanças em duas perspectivas, a empresarial, onde estas mudaram seu comportamento em relação à escolaridade dos

trabalhadores, como também apontam quais deveriam ser o comportamento ou atitude dos trabalhadores a este respeito:

Mudou essa questão da opção pelo profissional competente, a busca. As empresas buscaram isso. Mudou. Há a necessidade. O cara não tem mais a opção. Não dá para passar o amadorismo. O cara quer transmitir o profissional. A parte organizacional está se adequando também. Antes, era muito comum ver o camarada com baixa escolaridade num curso e em altos cargos. As empresas ou estão desligando esse camarada, ou colocam ele num outro cargo, ou é a escolaridade dele. Está passando por esse processo de adequação (Luís Barroso).

Rapaz, anteriormente, o pessoal tinha um grau de escolaridade muito fraco, então, isso aí mudou muito. Hoje, tem muita gente que já faz faculdade, e até um montador, até um operador, uma coisa assim parecida, que trabalha e opera máquina. Então, essas pessoas que já tiveram um conhecimento de educação, elas sabem lidar com os colegas, então, aquilo ali motiva todo o grupo. Antes, não. Os camaradas estavam no poder sendo supervisor, e como a educação dele era mais fraca do que de vários outros, aí o cara gritava, como ele o supervisor, o superior, queria estar aos gritos com as pessoas (Arthur Vasconcelos).

Como discutimos no primeiro capítulo, a partir do século XX tem-se nova configuração dos arranjos familiares, que tinham como base de sua constituição os laços sanguíneos, cenário em que a afetividade passa a ser reconhecida como elemento principal de seu sustentáculo. Ao verificarmos a estrutura familiar do grupo de migrantes que construíram seus projetos migratórios, notamos que apenas 1% tinha sua própria família, 1% morava com conhecidos e 98% moravam com pessoas com algum grau de parentesco, em famílias nucleares, extensas e monoparentais. Ao compararmos com a configuração do destino, notamos mudanças significativas (Gráfico 34).

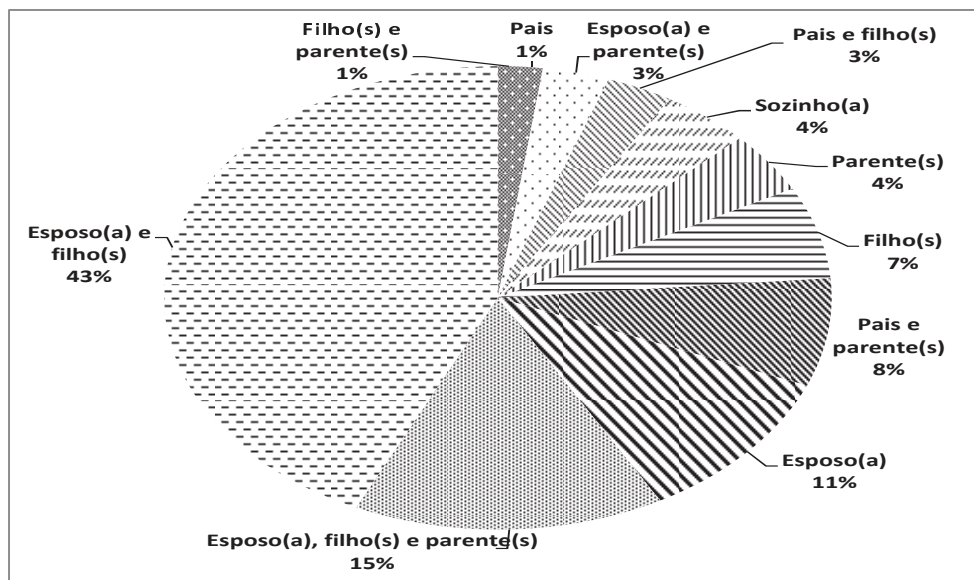


Gráfico 34 – Estrutura familiar do grupo pesquisado
 FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de campo, 2012.

Podemos perceber um destaque das famílias nucleares, que são aquelas em que os migrantes residem com esposo(a) e filho(s), bem como migrantes solteiros que ainda residem com pais e/ou irmãos, seguidas pelas famílias extensas em que se verifica a presença de outros parentes na casa. Também se registra a existência de casais sem filhos ou cujos filhos já casaram e não habitam mais em companhia do casal, além de famílias monoparentais, nas quais os migrantes coabitam apenas com seus filhos.

Quanto ao estado civil dos migrantes, há preponderância dos casados (72%), seguidos pelos separados (17%) e os demais 11% são solteiros. Em Salazar (1992) encontramos uma configuração um pouco diferente, que identificou que apenas 31% eram casados, 11% separados e uma grande maioria (58%) era solteira. Em Silva (2010), 50% eram casados e 50% eram solteiros.

A existência de uma família implica maiores responsabilidades, como moradia, segurança, subsistência, educação para os filhos, entre outras coisas. Todos esses encargos implicam numa necessidade cada vez maior de manter-se no emprego, de alcançar ganhos maiores, pois as demandas não param de crescer.

Alguns industriários declararam que abdicaram de seus sonhos pessoais e agora investem em seus filhos, para que estes alcancem o que eles não puderam/quiseram conquistar. Isso implica, muitas vezes, em se submeter a uma maior carga horária de trabalho. Assim declara Daniele Uchoa, Operadora de Produção e industriária há 16 anos: “O dinheiro que eu ganho, ou eu invisto no meu filho, que hoje está entrando na adolescência, ou em mim”. Tiago Salvador tem ensino médio completo, exerce a função e Operador de máquina e é industriário há 22 anos, assim relata:

Eu não soube aproveitar, mas é questão de ter os objetivos e saber aproveitar os momentos. E eu não soube fazer. Eu era mais na sacanagem mesmo, tomava uma cervejinha e tal. Hoje, não, sou mais focado porque não sou só, eu passei a viver a vida dos meus filhos (Tiago Salvador).

Em relação à renda, identificamos uma renda familiar média mensal de R\$ 1.530,12 ou 2,46 Salários mínimos, tomando como referência o salário mínimo de R\$ 622,00, praticado em dezembro de 2012. Dos entrevistados, 23% têm renda familiar de 1 a 2 salários mínimos (SM), 23% de 3 a 4 SM, 19% de 5 a 6 SM, 9% de 7 a 8 SM, 4% de 9 a 10 SM, 3% de 13 a 14 SM, 3% de mais de 20 SM, 1% sem renda e 15% não informaram.

Constatamos que 39% são os únicos provedores do sustento, 44% dividem essa responsabilidade com um membro da família, 12% têm outras duas pessoas que auxiliam na manutenção da casa, 3% dividem as despesas com outras quatro pessoas, 1% com três membros do grupo familiar e 1% não tinha nenhuma renda na ocasião da pesquisa.

É pertinente observar ainda que 17% não possuem casa própria, ou seja, o rendimento é utilizado inclusive para pagar a moradia. Segundo o Censo de 2010, o valor do rendimento nominal mediano mensal em real das pessoas de 10 anos ou mais de idade em domicílios particulares ocupados em Manaus era de R\$ 500,00. Ainda segundo o censo, o valor nacional é de R\$ 600,00 para os homens e R\$ 450,00 para as mulheres (IBGE, 2010).

É válido comentar que embora tenham trabalhado no mercado formal por muitos anos, alguns migrantes, 4% do grupo estudado, se encontravam desempregados quando foi

realizada a pesquisa. Desse contingente, os homens (2%) desempenhavam serviços esporádicos ou buscavam emprego com a distribuição de currículo, e as mulheres (2%) se dedicavam às atividades domésticas.

Jonas Socorro, após ser demitido, investiu a indenização em um novo ramo – construção civil – fracassou, perdeu dinheiro, “com o que restou comprei uma casa, fiz uma vila [...] hoje em dia, tem gente que pede alguma coisa e eu vou lá e faço”.

Quanto à moradia, identificamos que 75% dos migrantes possuem casa própria, 14% moram em casa alugada, 3% em casa cedida e 8% não informaram. Em Salazar (1992), 71,6% (86) moravam em casa própria, 14,2% (17) em casas alugadas e 14,2% (17) em casas cedidas.

De acordo com o Censo/2010, os domicílios em Manaus por condição de ocupação estão assim distribuídos: 41% próprio, 39% próprio quitado, 12% alugado, 3% cedido, 0,5% cedido por empregador, 3% cedido de outra forma e 0,1% outra condição (IBGE, 2010).

Segundo a Prefeitura de Manaus existem oficialmente 63 bairros, no entanto, além dos “oficiais”, 257 são considerados como bairros pela população. Os migrantes residem em 32 bairros e 16 sub-bairros da cidade de Manaus, sendo 37% dos migrantes na Zona Norte, 24% na Zona Sul, 16% na Zona Leste, 9% na Zona Oeste, 8% na Zona Centro-Oeste e 6% na Zona Centro-Sul (Mapa 2).



Mapa 2 – Zonas da cidade de Manaus em que moram os migrantes
 FONTE: Adaptado de <http://www.camilomarcelino.com/bairrosmanaus>

A partir do mapa conseguimos perceber que menos da metade dos migrantes mora nas proximidades dos Distritos Industriais I e II, o que implica para estes em acordar mais cedo, recorrer ao transporte coletivo ou à rota assegurada pela empresa. Se somarmos os migrantes que moram nas zonas mais distantes dos distritos, ou seja, Zonas Norte, Oeste e Centro-Oeste, temos um percentual de 55%. Tal dado nos surpreendeu, já que acreditávamos que a Zona Leste fosse a que mais acolhesse os industriários, visto que figura na literatura regional que muitos bairros – como é o caso do São José Operário – foram fundados por migrantes.

Se morasse aqui do lado, tudo bem. Vai calcular duas horas, é quatro horas para ir e para voltar. É ruim por isso. Eu pego cinco e trinta e cinco. Na vinda é mais rápido, agora na volta... Mas, somando tudo, é duas horas por dia dentro da rota. Muito tempo. Eu vejo como desperdício de tempo. Se você fosse calcular isso num mês, é mais ou menos sessenta horas (Gustavo Pereira).

O quadro encontrado é relativamente aproximado ao identificado por Salazar (1992) em sua pesquisa: 10% dos operários estudados moravam no centro e nos bairros adjacentes, 45% moravam em bairros intermediários entre os adjacentes e os periféricos e 45% moram nos bairros periféricos mais distantes.

Os bairros Distrito Industrial I e II estão situados, respectivamente, nas Zonas Sul e Leste da cidade de Manaus. O Distrito Industrial I surgiu com a implantação da Zona Franca de Manaus em 06 de junho de 1957 pela Lei nº 3.173, na Zona Sul da cidade, numa área de 1.700 hectares, cortada pelo trecho inicial da Rodovia BR 319 e distante do centro da cidade cerca de 5 km. Embora seja uma área predominantemente ocupada por empresas, foi ocupada na década de 1980, dando um caráter domiciliar ao bairro; sua população dispõe de escolas, postos de saúde, posto de policiamento e igrejas. Em 14 de Janeiro de 2010, a Prefeitura de Manaus reconheceu a existência do Distrito Industrial II, fruto da divisão do Distrito Industrial I (MANAUS, 2010).

No que tange à localização dos bairros na cidade, a maior concentração está na Zona Norte, com 92 bairros e sub-bairros, o que representa 29% da totalidade; a Zona Centro-Oeste conta com a menor participação com 27 bairros e sub-bairros, o que representa uma participação de 8%.

A mobilidade urbana na cidade de Manaus tem se tornado um problema crônico, o que, de certa forma, justifica a importância capital que o transporte para o trabalho assume nas narrativas migrantes. No entanto, sabe-se que também é estratégico para as empresas que os trabalhadores não cheguem atrasados nos postos de trabalho. Esse “auxílio oferecido” pela empresa obriga o trabalhador a estar *no ponto da rota*; dependendo da zona da cidade onde mora, isso pode significar até 1 hora e 30 minutos antes do horário de início do trabalho.

As empresas do Polo de Eletroeletrônicos, Polo de isqueiros, canetas e barbeadores descartáveis e de Duas Rodas têm serviço de transporte domiciliar, na ida para a fábrica como no retorno para casa, a empresa do Polo de Bebidas fornece o vale transporte. Assim, diante desta configuração existem dois comportamentos típicos dos migrantes quanto ao deslocamento diário: utilização obrigatória da rota da empresa ou do sistema público por aqueles que não têm transporte próprio; utilização facultativa do

sistema de transporte da empresa ou público por aqueles que têm condução própria. Os que utilizam o transporte da empresa – rota – são pegos pela manhã e deixados ao final do expediente regidamente em locais e horários controlados e a cada dia fazem e refazem o percurso casa/empresa/casa.

Dos que se posicionaram sobre o tipo de transporte utilizado para o deslocamento casa/trabalho/casa, 68% utilizam ou utilizavam o transporte da empresa (rota), 9% própria condução, 21% sistema público (vale transporte) e 2% a pé.

A rotina típica dos entrevistados é casa/rota/fábrica e fábrica/rota/casa, de acordo com o horário/turno de trabalho. São emblemáticas algumas narrativas sobre essa rotina: “Eu acordo cinco horas, tenho que estar na parada para pegar a rota cinco e meia, chego ao trabalho e bato ponto às sete; largo cinco e oito e, para chegar em casa, eu gasto uma hora, uma hora e vinte”, relata Paula Figueira. O horário de pegar a rota está diretamente vinculado à localização geográfica da residência do migrante, pois, quanto mais longe for seu local de moradia, mais cedo tem que acordar para pegar o transporte para a fábrica. É o que nos conta Selma Melo,

Quando eu me mudei pra Cidade Nova, ainda é mais cedo. Porque, na Cachoeirinha, era cinco horas da manhã para pegar a rota às seis horas. Aí, quando foi em noventa e nove, que eu mudei para a Cidade Nova, nós compramos nossa casa. Aí, lá é preciso acordar quatro horas, para pegar cinco e chegar seis. Todos os dias.

Quanto aos serviços de fornecimento de água, energia e pavimentação, o grupo migrante, de modo geral, dispõe destes serviços essenciais. As residências de 86% têm fornecimento de água, 95% fornecimento de energia elétrica, 99% declaram que a rua onde residem tem pavimentação. No que concerne ao tipo de construção das residências, predominam as casas de alvenaria com 85%, 4% são mistas (alvenaria e madeira), 2% de madeira e 9% não informaram. Uma configuração um pouco diferente da encontrada por Salazar (1992), que detectou 62,5% de moradias de alvenaria, 29,2% de madeira e 8,3%

mista. O que representa comparativamente uma melhoria significativa na qualidade da moradia dos industriários entrevistados na primeira metade da década de 1990.

Sem dúvida, o aumento do poder aquisitivo, o crescimento do setor de construção civil – que deve manter um crescimento de 1% a 2% no ano de 2014, que emprega cerca de 90 mil trabalhadores – e a instalação de grandes lojas de materiais de construção têm contribuído na reconfiguração da paisagem urbana de Manaus nas últimas duas décadas.

No Censo Empresarial Cidade de Manaus, de um total de 50.570 pontos cadastrados em 57 bairros, 46,6% são de comércio, 5,4% indústria, 38,4% serviços (SEBRAE, 2011). Segundo o Censo/2010, 75% das residências de Manaus são constituídas de alvenaria revestida, 12% de alvenaria não revestida, 10% de madeira aparelhada, 2% de madeira aproveitada e apenas 0,2 % são construídas de taipa e/ou palha.

Segundo dados do Anuário Estatístico, o percentual da população com abastecimento adequado de água tem crescido. Em 1970 somente 42,7% da população tinham abastecimento adequado, passando este percentual em 1980 para 70,9% e 81,9% em 1991. Os dados também demonstram um crescimento da população com abastecimento de esgoto, passando de 29,5% em 1970 para 44,9% em 1980 e, depois, para 45,3% em 1991 (SEPLAN, 2001-2009).

No Censo/2010, registra-se um crescimento expressivo do acesso da população aos serviços de energia, água e esgoto. Torna-se significativo, tendo a cidade aumentado consideravelmente o número de domicílios a partir a partir da década de 1970. Tomando-se este ano como base, tem-se uma taxa de crescimento de 127,41% em 1980, 295,74% em 1991, 527,89% em 2000 e 785,19% em 2010.

De modo geral, os entrevistados estão em melhores condições que parte significativa da população, quanto ao tipo de residência e aos serviços de água, luz e pavimentação, o que pode ser constatado tanto pelos dados do Censo/2010, quanto pela pesquisa de Salazar (1992), realizada no começo da década de 1990 com industriários.

Ao nos voltarmos para os resultados, conseguimos visualizar que, apesar da dureza dos primeiros anos na capital, os migrantes venceram em diversos aspectos. A casa própria é um indicativo relevante dessa condição, podendo ser vista, inclusive, como uma conquista, já que muitos pagaram aluguel por um tempo. O acesso aos serviços de água e luz também pode ser considerado como algo positivo.

Enfim, os dados nos revelam que os migrantes, de modo geral, estão em melhor condição socioeconômica do que quando migraram. Embora muitos ainda não tenham concretizado todas as metas propostas, há a esperança de sua realização.

A título de comparação, o Município de Careiro – da Microrregião Manaus, com população de 32.000 habitantes, com PEA de 25.066 – segundo dados do IBGE/2010, tem 7.371 domicílios, onde apenas 43% tem abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica. Quanto ao tipo de construção, 86% dos domicílios são de madeira, 12% de alvenaria, 1% de palha e 0,1% outro material não especificado. Vale ressaltar que 11% dos entrevistados (o maior grupo) nasceram naquele município.

Ainda comparativamente, tomemos o município de Parintins – da Microrregião de Parintins – com população de 102.033 habitantes, com PEA 77.504. O município, segundo o IBGE/2010, tem 20.695 domicílios, onde 63% têm abastecimento de água e 85% de luz. Quanto ao tipo de construção, 54% dos domicílios são de madeira, 41% de alvenaria, 3% de taipa, 2% de palha e 0,3% de outro material não especificado. Destaca-se que 17% dos migrantes são originários da microrregião de Parintins e 6% da cidade Parintins.

Se compararmos a PEA desses municípios e o rendimento segundo o Censo/2010, notamos que 28% no Careiro, 41% em Parintins e 88% em Manaus tinham rendimento na semana de referência, ou seja, Manaus é significativamente melhor.

Em síntese, levando-se em conta as condições socioeconômicas dos migrantes em Manaus, seus níveis de escolaridade, suas condições de moradia, o acesso aos serviços públicos de abastecimento de água e energia elétrica, em comparação com as condições

disponíveis em seus municípios de origem, podemos concluir que eles têm uma melhor condição de vida.

4.2 Novos espaços de sociabilidade: a casa, a fábrica e o lazer

Alguns autores têm se debruçado em descrever as transformações da cidade ao longo de sua existência, como é o caso de Melo e Moura (1990), Dias (2007a), Oliveira (2003, 2011), Pereira (2005), Pinheiro (2003), Souza (2003), Scherer e Oliveira (2009), Oliveira (2002) e Cavalcanti (2012). Nesses autores encontramos a cidade despida em várias nuances, sua história, a migração, o porto, sua riqueza e pobreza, sua geografia, sua cultura, a Zona Franca de Manaus e o mundo do trabalho.

Os migrantes industriários vivem, em média, há 26 anos em Manaus. Como já nos referimos, os entrevistados podem ser subdivididos em dois grupos: os que migraram com idade igual ou superior a 18 anos, que estão em média há 18 anos na capital, e os que migraram com idade inferior a 18 e estão em média há 31 anos.

Quanto à idade média dos migrantes na ocasião da migração, dos menores era de 9,5 anos e dos maiores era de 23 anos; destes últimos, 3% chegaram à Manaus na década de 1970, 14% na década de 1980, 15% na década de 1990 e 13% nos anos 2000. Por sua vez, dos menores trazidos para Manaus, 1% vieram em 1950, 5% em 1960, 24% em 1970, 13% em 1980, 9% em 1990 e 3% em 2000.

Nessas duas décadas e meia na cidade, os migrantes puderam viver, compartilhar e participar de suas transformações, positivas ou negativas. Manaus foi transformada em sua face, os *shopping centers* e os arranha-céus reconfiguram sua paisagem e a dinâmica da vida dos moradores da cidade. Contudo, nem tudo são flores no paraíso; há diferenças da vida de sua população, a miséria e a pobreza se acentuam, o desemprego é crescente, os programas governamentais de transferência de renda, de moradias, reduzem certamente a miséria que se concentra nos bolsões criados em sua periferia (OLIVEIRA, 2003; A CRÍTICA, 1980-2010).

Segundo o Censo/2010, havia em Manaus cinquenta aglomerados subnormais²⁴, com uma população de 295.910 habitantes, que tem rendimento nominal mediado mensal de R\$ 100,00 por pessoa, residentes em 72.762 domicílios. Dessa população, somente 56% têm acesso à rede geral de abastecimento de água, 20% têm acesso à rede de esgoto ou pluvial, 99% com acesso à luz elétrica (94% de companhia distribuidora, 5% de outra forma) e 90% têm acesso ao serviço de coleta de lixo.

A construção de grandes condomínios fechados, de prédios de apartamentos de luxo em áreas nobres tem como contemporâneo o surgimento de novos bairros com precárias condições habitacionais, com infraestrutura pública inadequada, serviços de fornecimento de água, de luz e de esgoto deficitários; os serviços públicos de saúde e educação só atendem parte da população. Após a década de 1960, com um crescimento populacional vertiginoso que assolou a capital, o poder público construiu a partir da década de 1980 conjuntos habitacionais, que não foram capazes de resolver todos os problemas habitacionais de sua população (OLIVEIRA, 2003; A CRÍTICA, 1980-2010). Como vimos (IBGE, 2010), Manaus têm 59.366 (13%) moradias feitas de madeira, palha, taipa e outro material (não especificado). Destaca-se ainda que 32% dos domicílios em Manaus são alugados, cedidos ou outra condição (não especificado), equivalente a 147.282 (IBGE, 2010).

Os problemas sociais são agravados com a falta de proteção aos trabalhadores, que passam a buscar no mercado informal os meios necessários para a satisfação de suas necessidades básicas. Neste, o trabalhador torna-se totalmente dependente da necessidade diária de sobrevivência, pois os ganhos estão condicionados ao trabalho ininterrupto, sem

²⁴ O Manual de Delimitação dos Setores do Censo 2010 classifica como aglomerado subnormal cada conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação atende aos seguintes critérios: a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e b) Possuírem urbanização fora dos padrões vigentes (refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos) ou precariedade na oferta de serviços públicos essenciais (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica).

garantias, sem segurança alguma, bem ao contrário do trabalho formal, onde se pressupõe as proteções sociais em situações de doença, velhice, morte ou incapacidade temporária ou definitiva para o trabalho, como nos ensina Castel (1998).

Segundo o Censo/2010, a PEA de Manaus era de 844.465, sendo que apenas 750.666 (89%) estavam ocupadas na semana de referência, 57% com direitos e garantias (50% com carteira de trabalho assinada, 7% militares e funcionários públicos) e 43% sem garantias (20% sem carteira assinada, 20% por conta própria, 0,6% na produção para o próprio consumo, 1,6% não remunerados em ajuda a membro do domicílio e 1,3% empregadores) (IBGE, 2010).

--	--	--	--

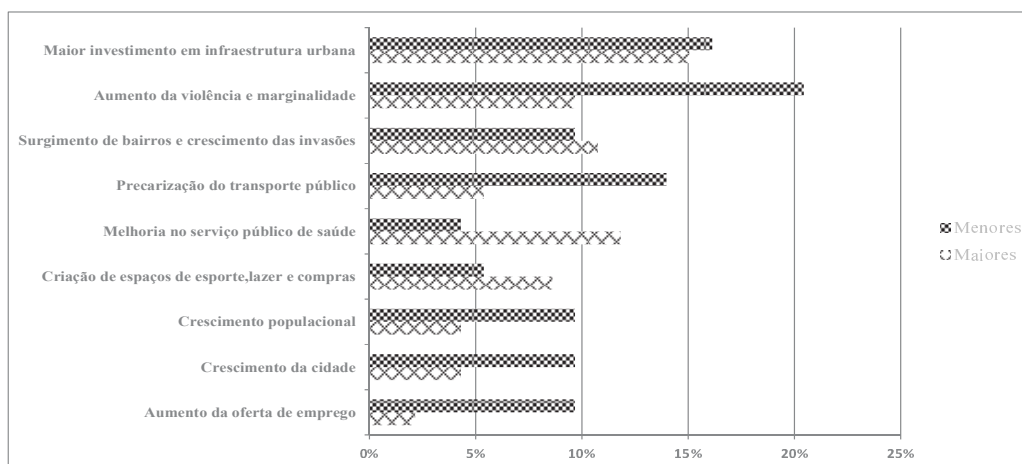


Gráfico 35 – Principais transformações na cidade sob a ótica dos migrantes
 FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de campo, 2012.

Destacam-se, neste conjunto das transformações sobre a cidade de Manaus, as distintas percepções dos migrantes menores em relação aos maiores, com exceção das mudanças da infraestrutura urbana, com uma diferença de apenas 1% entre um e outro grupo.

Os migrantes, majoritariamente (84%), migraram antes dos anos 2000 e tiveram a possibilidade de acompanhar várias mudanças que se processaram na cidade. Um elemento muito destacado por eles é o investimento na infraestrutura urbana, o que congrega construção e pavimentação de vias públicas, calçamento, edificação de viadutos, pontes e passagens de nível, abertura de novas avenidas e ruas, instauração de redes de esgoto, fornecimento de água e energia elétrica etc.

As transformações ocorridas deram uma nova cara à cidade. O crescimento populacional traz consigo uma série de demandas sociais e políticas, a ampliação da violência urbana é visível, a elevação da temperatura urbana é sentida pelos habitantes, o transporte urbano é problema latente nas últimas décadas, o fornecimento de água potável para a população – mesmo com a adoção de medidas estruturais – ainda é precário, a malha viária está comprometida apesar da criação de grandes complexos viários (A CRÍTICA, 2010).

Não menos importante, foi destacado por um percentual de 4% a 8% dos migrantes, transformações da cidade em relação à malha viária, ao transporte público, segurança pública, limpeza e organização da cidade, frota urbana, serviços públicos, instituições de educação superior, programas de saneamento, educação pública, acesso a bens e serviços, crescimento do parque industrial e população migrante (Gráfico 36).

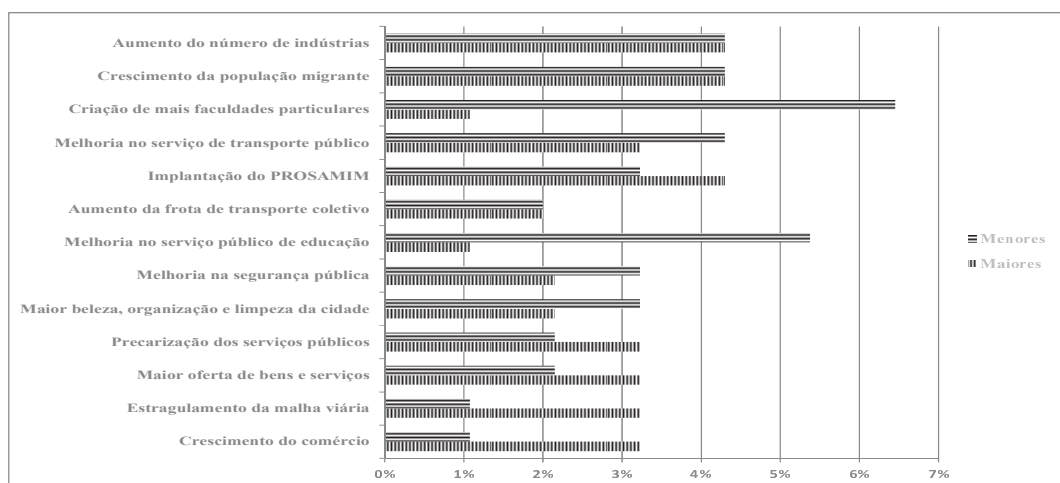


Gráfico 36 – Transformações na cidade sob a ótica dos migrantes
 FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de campo, 2012.

Nota-se um relativo equilíbrio entre as percepções da cidade tanto dos maiores quanto dos menores. Sobressai, no entanto, que os menores em maior número citaram mudanças quanto à educação na cidade, como a criação de faculdades particulares e a melhoria do serviço público de educação. Merece relevo o fato de que o nível de escolaridade deste grupo é significativamente superior ao dos maiores.

Os telejornais regionais e os jornais impressos registram diariamente notícias sobre falta de abastecimento de água em diversos bairros da cidade, principalmente os da periferia da cidade. Essa questão tem sido ao longo das últimas décadas plataforma de campanhas políticas e sofreu uma interferência do poder público, que privatizou o serviço antes fornecido pelo estado pela Companhia de Saneamento do Amazonas (COSAMA).

Segundo o Censo/2000, 74% dos domicílios em Manaus tinham abastecimento de água (66% canalizada em pelo menos um cômodo, 8% só na propriedade ou terreno).

Em 29 de junho de 2000, em leilão público na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, a Suez, empresa francesa que atua na área de saneamento, foi vencedora do leilão da Manaus Saneamento, subsidiária integral da Companhia de Saneamento do Amazonas. Em 11 de agosto de 2000, a empresa passou a se chamar Águas do Amazonas S.A. Muito recentemente, a concessão deste serviço foi dada para a empresa Manaus Ambiental. Mesmo saído da tutela do poder público, a cidade continua sofrendo problema de abastecimento de água potável (A CRÍTICA, 2012).

Na leitura do senso comum está muito presente a argumentação de que a violência é um dos problemas que aflige principalmente as grandes cidades. Os registros oficiais apontam crescimento significativo de ocorrências policiais a partir dos anos 1990 (Tabela 7).

Entorpecentes (porte e uso)	224	178	248	771	602	410	871	1.157
Entorpecentes (tráfico)	192	145	234	239	202	240	625	698
Estupro	56	78	25	275	211	324	261	433
Furto	83	72	25	27.292	28.235	44.348	42.057	39.281
Homicídio	219	189	174	417	482	529	566	675
Latrocínio	53	82	39	18	23	21	23	22
Roubo	43	66	94	10.804	14.957	23.977	22.308	24.947
Tentativa de Homicídio	70	76	35	506	406	372	426	496
Arma de fogo apreendidas				282	245	221	435	629
Atentado violento ao pudor	11	34	24					
Lesão Corporal				13.874	12.424	12.882	13.006	9.337
Outros	73	109	44					

Tabela 7 – Ocorrências policiais registradas na cidade de Manaus.
FONTE: SEPLAN, 1998-2009.

Observamos que de modo geral, tem aumentado significativamente o número de registros de ocorrências policiais, tendo-se 1998 como ano base para tal análise. Os dados reforçam as observações do homem comum, o qual afirma que a cidade está mais violenta. Seria pouco provável imaginar que uma cidade como Manaus – que alcançou em pouco

tempo um crescimento tão acentuado, sendo hoje a sétima capital mais populosa do país, não tivesse desenvolvido um alto índice de violência.

Os moradores das áreas de risco estão sendo transferidos para casas em conjuntos habitacionais, os quais, de acordo com o discurso governamental, oferecem melhores condições de conforto e segurança. Na primeira fase foram beneficiados moradores dos igarapés do Franco, Mindu, Bindá, Santo Agostinho, Franceses, Bombeamento, Sapolândia, 13 de Maio, Cachoeirinha, Mestre Chico, Quarenta, Bittencourt, Manaus (SEINFRA, 2012).

Essa tem sido a versão oficial do estado através da Secretaria de Infraestrutura. No entanto, a revitalização dos igarapés de Manaus necessita de medidas muito mais sérias, dentre as quais a implementação de um Plano Diretor de Resíduos Sólidos, que busque soluções definitivas para a coleta e a destinação final dos resíduos sólidos.

A atuação dos órgãos municipais e estaduais é o trabalho de Sísifo, pois é incipiente, que parece estar sempre recomeçando. Se não houver um investimento maciço na valorização da dignidade da numerosa população de Manaus, em um sistema eficiente e eficaz de coleta e destinação de seus resíduos, seus igarapés, os barrancos, as valas e os mananciais continuarão sendo depósitos a céu aberto (A CRÍTICA, 2004).

Quando tratamos das atividades no fim de semana na origem, destacaram-se o futebol/esporte, a atividade religiosa, a atividade de lazer/balneários, visita a familiares/conhecidos, a pesca, a caça e a televisão. No destino, novas atividades são incorporadas, como podemos ver no gráfico 37, dentre as quais chama a atenção o desempenho de atividade paralela remunerada para além da atividade industrial, para complementação da renda.

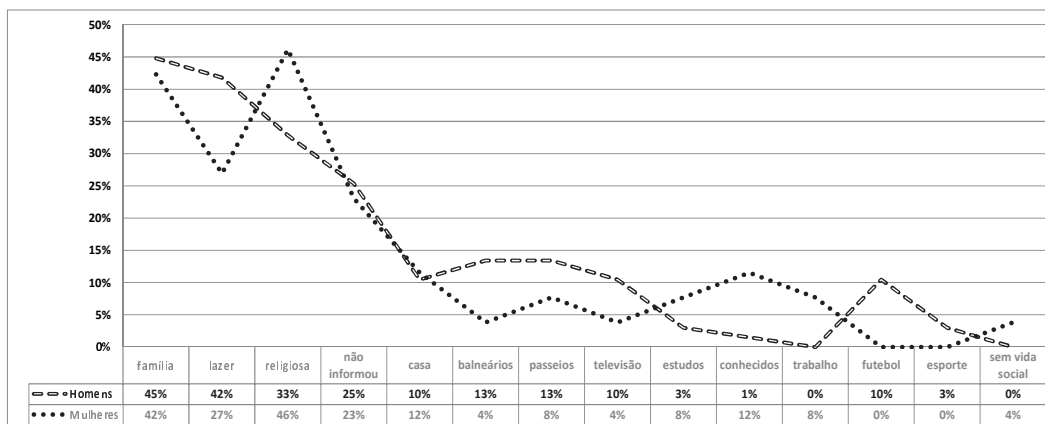


Gráfico 37 – Atividades desempenhadas no fim de semana por homens e mulheres
 FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de campo, 2012²⁵.

Para os migrantes, o fim de semana é muito curto, com pouco tempo para a família, para cuidar da casa, das coisas particulares, já que a fábrica ocupa toda a semana, sobrando apenas o fim de semana para as “outras coisas”. Um pequeno percentual (4%) chega a afirmar que não tem vida social, enquanto que 10% dos homens e 12% das mulheres *optam* por ficar em casa.

Nas atividades do fim de semana, há uma disposição diferente para os homens e para as mulheres; algumas continuam sendo práticas exclusivamente masculinas, como futebol e o esporte, as demais são atividades comuns de ambos os sexos. De prática exclusiva das mulheres, destaca-se o trabalho de complementação da renda, como realização de faxinas e venda de cosméticos.

Algumas atividades que se relacionam (família, casa e televisão) merecem algumas reflexões. Os homens e mulheres que *optam* por ficar com a família no fim de semana descrevem duas posturas distintas. Para os homens, em sua totalidade, estar em casa significa descanso, o que inclui assistir televisão; quando exercem alguma atividade doméstica, esta tem a conotação de auxílio. A esse respeito, descreve o migrante: “Final de semana, eu fico em casa, ajudo a minha esposa a fazer as coisas. Assistio TV, a gente visita

²⁵ Somatória maior que 100% devido múltiplas respostas dos entrevistados.

parentes também” (Bruno Feitosa). Na fala, fica implícito que o trabalho da casa pertence à mulher, enquanto que o homem parece um pouco alheio a esse ambiente.

As mulheres, por sua vez, registram que no fim de semana desempenham atividades domésticas, reúnem a família e poucas registram que assistem televisão, ou seja, para as mulheres ficar em casa não significa necessariamente descanso; pelo contrário, em alguns casos implica uma tripla jornada de trabalho (indústria/casa/complementação da renda). Os depoimentos das trabalhadoras ilustram bem isso:

Agora, eu estou fazendo faxina dia de sábado, lá na casa de uma colega minha. Mas eu gosto muito de ir lá para as minhas irmãs, porque eu tenho irmã casada agora. Então, a gente vai pra lá, a gente tem um sítio lá em Manacapuru, eu tenho uma irmã também que mora lá, a gente vai mais pra lá. E eu gosto muito de ir pro cinema, ir pro shopping, mesmo quando eu não tenho dinheiro, eu vou assim mesmo, eu gosto que só de passear (Iris Santos).

Aí, arrumo a casa. Aí, tem reuniões, eu tenho reunião devido à outra empresa em que eu trabalho, que eu faço *marketing*, aí eu tenho que reunir pessoas e divulgar o meu trabalho. Eu trabalho na *Minha Vida*. Aí, eu tenho que estar reunindo pessoas e levando para a reunião. É, eu falto aula ao menos uma vez, que é para levar para os eventos. [...] E eu já estou até pretendendo, quando eu terminar a minha estética, já fazer uns dois anos de *marketing* para melhorar o meu trabalho. Porque, como eu estou querendo sair da [Empresa X], eu tenho que estar preparada, que eu não vou sair de qualquer jeito (Tatiane Assunção).

Há necessidade de complemento imediato de renda, como também o investimento em uma profissão futura. Pelo que notamos, estas atividades complementares não ocupam integralmente o fim de semana, haja vista que as migrantes incorporam alguma atividade de lazer com a família.

Entre as novas atividades de fim de semana ressaltam-se também os passeios, atividades relacionadas à autoformação, à prática de algum tipo de esporte e visitas a cidades próximas à Manaus. Três cidades que pertencem à RMM são muito visitadas por seus balneários: Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva e Manacapuru.

Nos relatos históricos sobre Manaus encontramos registros de que a cidade foi por muitas décadas uma cidade de balneários, entrecortada por igarapés, utilizados por sua população nos fins da tarde, feriados e finais de semana como área de recreação (OLIVEIRA, 2003). O autor comenta:

Na Manaus dos igarapés limpos, de águas cristalinas, do banho na Cachoeira do Tarumã, no Parque 10, havia abundância de natureza, mas havia também abundância de tempo para o desfrute das condições de humanização do homem, visto que as necessidades de tempo de trabalho eram menores [...] Nas entrevistas com moradores da cidade, é possível identificar que a cidade de Manaus, até a década de sessenta, era uma cidade balneária (p. 149).

Em sua pesquisa de doutorado, Salazar (1992) concluiu, quanto à recreação dos industriários nos feriados e fins de semana, que “salta aos olhos, por exemplo, o número de operários que frequenta balneários, 22,7%”. Em nossa amostra, apenas 11% têm – entre outras – essa atividade nos fins de semana. O autor ainda complementa que é importante destacar “que ‘ir ao banho’ é uma prática inerente à cultura recreativa do amazonense [...] tratam-se de balneários públicos, igarapés ou praias públicas do Rio Negro, como o Banho do Tarumã, da Ponte da Bolívia e a praia da Ponta Negra” (p. 372).

Salazar (1992) aponta ainda que, nos fins de semana, os industriários ficavam em casa, visitavam parentes, passeavam com a família, frequentavam igreja, viam televisão. São práticas comuns para os migrantes, aos fins de semana, ficar com a família, ir para alguma atividade de lazer, participar de atividade religiosa, assistir televisão, jogar futebol e ir a balneários. Elas são citadas como exercidas tanto na origem quanto no destino, embora neste último apresentem características diferentes em alguns momentos (Gráfico 38).

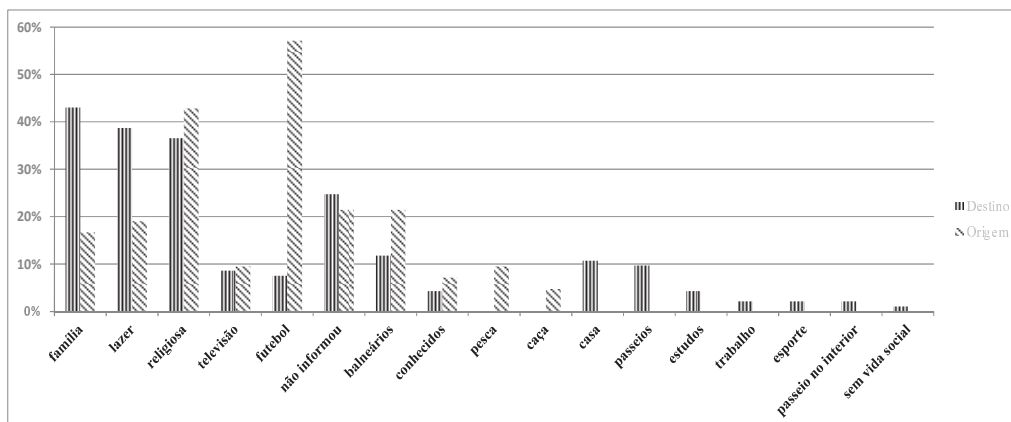


Gráfico 38 – Atividades nos fins de semana referentes à origem e ao destino
 FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de campo, 2012.

Percebemos que o tempo com a família é o grande ganho na cidade, estando em declínio as atividades de lazer e religiosa, uma configuração inversa da origem, onde a família estava em quinto plano, depois de futebol, atividade religiosa, balneários e lazer.

Aos analisarmos as atividades dos fins de semana dos homens, verificamos que se destacam na origem, o futebol, a atividade religiosa, os balneários, a família e o lazer, enquanto, no destino, estão em relevo família, lazer, atividade religiosa, balneários e passeios. É importante lembrar que somente 32 (49%) homens eram maiores quando migraram, e se posicionaram sobre o tema, já sobre o destino, todos (65) os migrantes homens eram maiores na realização da pesquisa. Assim, a leitura da Tabela 8 só faz sentido se levarmos em conta esta equação.

Futebol	66	11
Religiosa	31	34
Balneários	25	14
Família	5	46
Lazer	16	43
Televisão	9	11
Visitar conhecidos	9	2
Pesca	9	-
Caçar	6	-
Passear	-	14
Casa	-	11
Esporte	-	3
Estudar	-	3
Passear no interior	-	3
Não informou	12	25

Tabela 8 – Atividades nos fins de semana desenvolvidas pelos homens na origem e no destino²⁶.
 FONTE: Amostra de 65 migrantes. Pesquisa de campo, 2012

Na origem, a atividade classificada como lazer refere-se a festas e passeio na praça; No destino, o termo lazer diz respeito às atividades de cinema, *shopping*, piscina, pizzeria, festas e clubes, e o termo passeios está atrelado a atividades como sair com a família, caminhar, ir para sítio e passear na rua.

Entre as atividades no destino e na origem, identifica-se o termo família traduzido como ficar com a família e visitar parentes, e o termo casa, que corresponde a ficar em casa, desempenhar alguma atividade doméstica.

Entre as atividades dos fins de semana das mulheres, destacam-se na origem: a atividade religiosa, o lazer e futebol. Por sua vez, no destino, ressaltam-se a família, o lazer, a atividade religiosa, os conhecidos e a casa. É importante lembrar que somente 10 (36%) das mulheres eram maiores quando migraram, e se posicionaram sobre o tema, já sobre o destino, todas (28) as migrantes eram maiores na realização da pesquisa. Por isso, esta equação é importante para entender a tabela 9.

²⁶ Percentual maior que 100% devido a múltiplas respostas dos entrevistados

Síntese	% Origem	% Destino
Religiosa	80	43
Família	20	39
Lazer	30	25
Balneários	10	4
Televisão	10	4
Futebol	3	-
Pescar	10	-
Sem vida social	-	4
Visitar conhecidos	-	11
Casa	-	11
Estudar	-	7
Passear	-	7
Trabalhar	-	7
Não informou	20	2

Tabela 9 – Atividades nos fins de semana desenvolvidas pelas mulheres na origem e no destino²⁷.

FONTE: Amostra de 28 migrantes Pesquisa de campo, 2012

Essas novas características expressam um novo estilo de vida, com a inclusão de novas ritualísticas, tendo em vista novas possibilidades ou comodidades oferecidas pela própria cidade. Serviços disponíveis na cidade possibilitam a construção de novos hábitos nas horas de folga. A título de exemplo, podemos citar os *shopping centers*, que oferecem possibilidade de compras, cinema, alimentação, *playground* para as crianças, etc. Na origem, o lazer ser restringia a festas e passeios na praça, enquanto que o destino oferece um leque bem maior de opções de lazer, como passear nos *shopping centers*, ir ao cinema, pizzaria, festas, clubes e piscina.

Em síntese, verificamos que, se comparado o uso do tempo fora do trabalho, nos fins de semana e feriados, na origem e no destino, neste último há maior número de atividades, com distinções para homens e mulheres. A cidade de destino possibilita a construção de novos hábitos no tempo livre; na origem, algumas atividades, como pesca, caça e passeios em balneários, permitiam maior proximidade com a natureza (32%), já no destino este contato se dá em menor percentual (11%), exclusivamente pela ida aos balneários.

Os migrantes, quase em sua totalidade, participam de alguma atividade no fim de semana, algumas com características particulares, restritas à família, ao ambiente

²⁷ Percentual maior que 100% devido a múltiplas respostas dos entrevistados

doméstico, como assistir televisão e estudar; outras têm característica mais pública ou social, atividade de lazer, religiosa, ida a balneários, visita a conhecidos, prática de futebol e esportes.

Constatamos que 60% dos entrevistados não frequentam clubes ou associações, 26% participam e 14% não informaram. Dentre os que frequentam clubes, verifica-se que a metade utilizar o espaço da empresa, como clubes recreativos ou balneários, enquanto que a outra metade frequenta outros lugares, como o clube do Serviço Social da Indústria – SESI, espaços de passeio da igreja e outros clubes da cidade. Na pesquisa de Salazar (1992) não existe nenhum registro sobre a participação de seus entrevistados em clubes ou associações.

O percentual dos que frequentam o clube da empresa é significativo, na medida em que caracteriza o prolongamento das relações fabris, mesmo em um contexto de lazer, haja vista que o espaço é exclusivo para os trabalhadores e seus familiares, não sendo permitido acesso de terceiros. Em contrapartida, nenhum dos migrantes afiliados informou utilizar o espaço de lazer do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, que tem infraestrutura para receber os associados e seus familiares. “Vou ao clube da empresa para me divertir um pouco. Lá é mais seguro, tem pessoas que você conhece. A segurança é primordial lá”, afirma Rodrigo de Oliveira. Por sua vez, declara Pedro Justino: “O clube da empresa é para espairecer, sair um pouco da rotina diária do trabalho e ter um relacionamento mais próximo, mais efetivo com os colegas de trabalho”.

A grande maioria dos migrantes não relatou como utiliza suas férias, no entanto, aqueles que o fizeram (15%) declararam que, neste período, geralmente nos meses de novembro ou dezembro, viajam para visitar parentes ou conhecidos em suas cidades de origem.

O fim de semana deveria ser para os migrantes, que vivenciam uma jornada intensa de trabalho durante toda a semana, um período de descanso e lazer, onde usufríssem os frutos desse trabalho. No entanto, em pouquíssimos casos, a jornada intensa de trabalho semanal provê condições financeiras que permitam ao trabalhador o usufruto das potencialidades da cidade de Manaus. Em geral, o fim de semana é visto como momento de descanso, com programação mais caseira, em família, com amigos, com gastos mais reduzidos.

Na vida tradicional, a imagem que se tem do fim de semana é de lazer, um contato mais estreito com a natureza, passeios de barco, balneários naturais, pescaria, caça, visita à vizinhança, aos parentes, o futebol nos campinhos improvisados, passeio a pé ou de bicicleta. Na cidade, o fim de semana ainda é, para a maioria na vida moderna, um tempo de não-fábrica, da quebra de uma rotina fabril, mas não de ausência de trabalho, um tempo onde os entrevistados se esforçam para manter viva a unidade familiar, pois, no corre-corre do dia a dia, os filhos são vistos *en passant*. É também um tempo para correr atrás do sonho de independência financeira, de investimento para construção de uma nova profissão e melhor formação educacional, um tempo de descolamento do prédio, do asfalto e da rua, com um retorno mesmo que por pouco tempo à natureza, um curtíssimo tempo onde se procura construir e cultivar novas amizades, visto que, para a grande maioria, estas se restringem aos colegas de fábrica.

4.3 A volta às origens: querer e não poder ou poder e não querer

A vida em Manaus acabou se acomodando; apesar dos revezes, das dificuldades iniciais, os migrantes entraram no ritmo da cidade, assimilaram uma nova dinâmica, em muitos casos, bem adversa àquela que estavam acostumados em suas cidades de origem.

Após alguns anos vivendo em Manaus, os migrantes se sentem adaptados, embora reconheçam que a vida na capital tem sua dureza, seus desafios, seus dilemas. Manaus se tornou sua cidade por adoção ou por condição. Para aqueles que teriam condição de retornar, permanecer foi uma escolha. Para aqueles que queriam voltar, muitas vezes o impedimento foram as condições financeiras, a distância, por não vislumbrarem quaisquer possibilidades de melhoria de vida na origem. Então, permanecer se tornou imperativo (Gráfico 39).

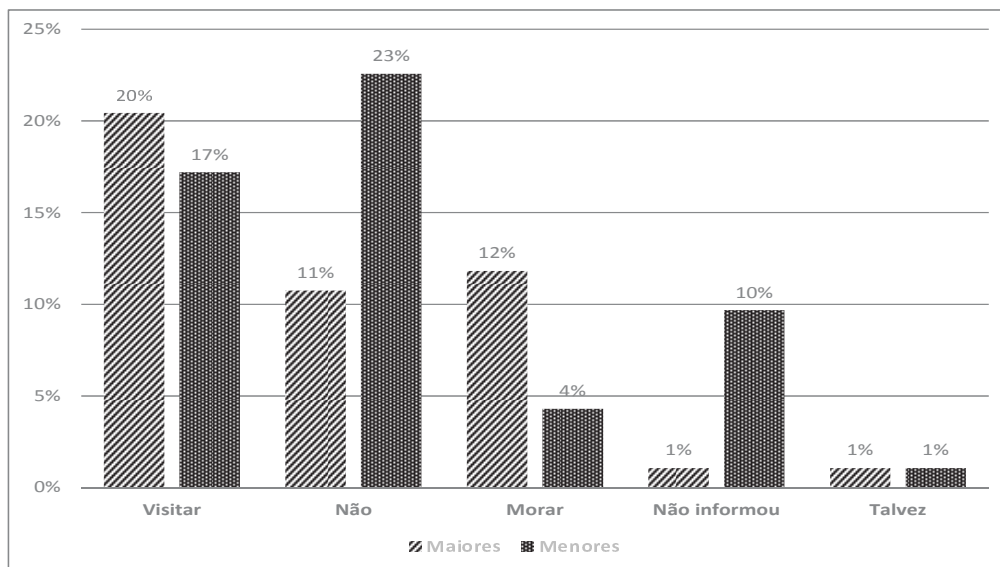


Gráfico 39 – Perspectivas quanto ao retorno à origem de migrantes que vieram para Manaus (maiores e menores)

FONTE: Amostra de 93 migrantes. Pesquisa de Campo, 2012.

Retornar, segundo Schutz (1979), seria “uma volta definitiva para casa”, não para uma temporada, como fazem alguns migrantes. Os que migram em terna idade não se sentem mais pertencendo à origem, se sentem “daqui”, não de “lá”, ou melhor, nunca se sentiram de “lá” efetivamente, pois foi no “aqui” que construíram suas vidas.

Os que migraram para Manaus com maioridade, aos poucos, adotaram o destino como o seu lugar, sua casa, construíram nele “um alto grau de familiaridade e intimidade”. Embora se orgulhem de seus lugares de origem, não desejam que estes sejam o seu “lar”, pois lá não se “sentiriam em casa”.

Para Schutz (1979, p. 289), “aquele que retorna, o lar mostra – pelos menos no começo – uma face não-familiar. Ele próprio acredita estar num país estranho, ser um estranho entre estranhos...”. Esse é o sentimento relatado por Emerson Taveira: “Não pensei em voltar, porque eu, chegar lá hoje, eu sou um estranho”.

Os 34% dos migrantes que alegam não ter qualquer pretensão de retornar à origem argumentam que a vida na cidade, apesar de difícil, continua a oferecer um horizonte mais promissor que o encontrado em seus locais de origem, visto que, de modo geral, não houve

uma mudança significativa da configuração social de seus municípios. Em muitos deles, permanece a pouca oferta de emprego, a dificuldade de acesso à educação, a escassez de serviços sociais, etc. Aliás, é interessante salientar que muitos entrevistados foram categóricos em assegurar que, provavelmente, não se acostuariam mais à vida no interior, pois acabaram por se tornar urbanitas.

Os migrantes apresentam onze justificativas para não quererem retornar às suas cidades de origem: a) Vida melhor em Manaus (14(14%); b) Não tem ninguém na origem (5%); c) É um estranho na origem (3%); d) Questões afetivas (3%); e) Família em Manaus (2%); e) Origem é a mesma coisa (2%); f) Desistiu da origem (1%); g) Origem é outra realidade (1%); h) Acostumado(a) em Manaus (1%); i) Montar próprio negócio (1%); j) Origem só é bom para negócio (1%). De modo geral, construíram raízes profundas em Manaus, migraram muito jovens, vieram para Manaus com os familiares e aos poucos os demais parentes também aqui se estabeleceram e a origem não possibilita uma vida melhor daquela que tem em Manaus.

Para ilustrar a falta de intenção de retorno às origens, podemos mencionar as falas de alguns migrantes: “não tenho o que fazer lá” (Jamelão Lopes); “não tem nenhuma vantagem” (Vânia Oliveira); “não tem emprego para mim” (Gisele Arruda) e “é a mesma coisa” (Vicente Celestino). Chama a atenção o fato de que eles não veem como vantagem a volta a seus municípios, como se a vida nesses locais não tivesse apresentado qualquer crescimento em serviços públicos (saúde, educação etc.), em infraestrutura e outros.

Entre as narrativas, convém destacar a que remete a uma imutabilidade das coisas. Sabemos que nada permanece o mesmo, nem as pessoas, nem as coisas. Segundo Capalbo (1979, p. 41), essa compreensão é típica de “quem vive na atitude natural, pelo fato de não ver mais um de seus semelhantes, o qual não está mais na relação 'entre nós', pode pensar que essa pessoa permanece a mesma”.

Ao analisarmos os dados do IBGE, Censo 2000/2010, conferimos um crescimento significativo no nível de escolaridade, no Ensino Médio, na Graduação e na pós-graduação *Stricto Sensu*. Com já dito, o Estado do Amazonas é composto por 62 municípios – incluindo a capital Manaus. Para demonstrar o que alegamos sobre a escolaridade mencionada, agrupamos os dados por microrregião, o que reduz o quadro para 13 posições.

Vale advertir que, na microrregião Manaus, foram extraídos os dados da cidade de Manaus (Quadro 25).

Rio Negro	2.211	6.067	224	1.679	21	90
Japurá	176	917	8	223	-	-
Alto Solimões	4.059	14.212	632	3.279	51	129
Juruá	1.911	5.835	111	2.014	-	27
Tefé	2.420	5.824	461	2.252	44	141
Coari	3.458	10.010	208	2.671	26	94
Manaus	5.796	16.565	338	3.468	9	94
Rio Preto da Eva	1.658	5.243	211	919	14	87
Itacoatiara	5.866	13.152	449	3.419	-	69
Parintins	8.349	19.569	697	5.446	19	154
Boca do Acre	1.077	2.679	101	1.088	-	-
Purus	862	3.172	53	997	9	50
Madeira	3.869	11.214	386	3.185	-	96
Cidade de Manaus	174.100	361.280	30.567	102.899	2.326	6.362

Quadro 25 – Evolução do nível de escolaridade nas microrregiões e na cidade de Manaus, 2000/2010.
FONTE: IBGE, Censo 2000 e 2010.

Tomando como base comparativa os Censos 2010/2010, registra-se um crescimento significativo dos dados sobre a escolaridade, Ensino Médio, Superior e pós-graduação *Stricto Sensu* em todas as Microrregiões e na cidade de Manaus. Evidentemente, os dados divulgados pelos referidos Censos são dados oficiais fornecidos pelo Ministério da Educação, agrupados das diversas secretarias estaduais ou municipais dos 62 municípios do Estado.

Vale a pena notar que apenas nos cursos *Stricto Sensu* duas microrregiões, Japurá e Boca do Acre, apresentaram resultado nulo. É perceptível o crescimento nesta modalidade nas microrregiões de Parintins, Coari, Madeira, Itacoatiara e Alto Solimões, o que resulta, em grande medida, do fato de, a partir de 2006, terem sido implantados cinco *campi* da Universidade Federal do Amazonas em cada uma das microrregiões, com um quadro inicial de 375 docentes.

O desejo de retorno à origem, expresso por 53% dos migrantes, tem duas características: 38% retornariam apenas para visitar e 15% para morar. Os primeiros retornariam tanto para visitar parentes e amigos, quanto para aproveitar alguns momentos de descanso, longe da agitação da capital. Os que desejam retornar para morar justificam: a) A tranquilidade da vida na origem (11%); b) Parentes na origem (3%); c) Somente após a aposentadoria (1%). Todos os migrantes que expressam o desejo de retorno para morar eram maiores quando migraram.

Para Antônio Souza, que migrou aos dezenove anos e mora em Manaus há vinte um, justifica seu retorno pelo vínculo que ainda tem com a origem, pois seus familiares lá residem. “Ainda não tem data prevista. Um dos motivos são meus pais, meus irmãos que estão por lá, e praticamente 95% da minha família mora lá. Então, a gente ainda tem esse vínculo”.

Sérgio Pessoa, que migrou aos vinte cinco anos e há quinze mora em Manaus, argumenta que seu retorno seria quando aposentado, pois na origem encontraria tranquilidade e uma alimentação saudável.

Se um dia estiver aposentado. É muito tranquilo lá. Se a pessoa tiver algum recurso para sobreviver, vive bem lá. Pela tranquilidade, pela alimentação saudável, pela tranquilidade. A gente vive aqui cercado todo o tempo. Lá tem, mas não é tanto assim como na capital.

Para 38% dos entrevistados, o retorno à origem somente seria para passeio, e não para morar. Esta decisão está amparada em dois motivos relativos ao destino e à origem. Quanto ao destino: a) Em Manaus a vida é melhor (14%); b) Estão acostumados em Manaus (4%). Quanto à origem: a) retornam porque têm parentes na origem (9%); b) Na origem é tranquilo (2%); c) Não tem parentes na origem (2%); d) Na origem é bom apenas para negócio (1%); e) Deseja conhecer a origem (1%); f) A origem é bom para passear (1%); g) Na origem é a mesma coisa (1%); h) Tem conhecidos na origem (1%). E ainda 2% não justificaram.

Arthur Vasconcelos, que migrou aos dezoito anos e mora há 37 em Manaus, declara: “Só a passeio. Aquelas enchentes me deixaram triste. Aquelas enchentes vêm e acabam tudo o que você tem. Você não pode plantar, fazer um sítio, que a água leva tudo”. Para Antenor Rodrigues, que migrou com dezenove anos de idade e mora em Manaus há 10 anos, a vida se consolidou em Manaus, tem trabalho e perspectivas de futuro, bem diferente de sua origem.

Eu pensei em voltar no começo. Eu pensava no meu pai, na minha mãe, pensava nas dificuldades que eles tinham lá. Se eu estando lá já era difícil, imagina sem mim lá. Hoje, eu não quero voltar. Só para passear mesmo. Hoje, eu, graças a Deus, tenho o meu emprego aqui. A gente, quando sair daqui, já tem uma coisinha guardada. Porque é assim: eu, praticamente, já tenho dez anos aqui, já me acostumei nesse ritmo. Aqui em Manaus, para viver, é bom. E voltar pra lá, para a mesma rotina, não dá. Lá, a gente trabalha muito, mas não recompensa. Aqui, você trabalha, sai do trabalho e tem como descansar. Lá, não. A gente trabalha o dia todo. Depois que eu vim de lá, eu já voltei três vezes, e achei muito diferente, porque, antes, tinha comunidade. Agora, não tem comunidade, as pessoas estão indo todas para a cidade. A agricultura mudou, caiu um pouco. O pessoal está indo para a cidade. Porque, lá, desde dois mil e quatro, a Petrobrás está lá, aí tinha muita gente para trabalhar, aí o pessoal foi saindo de lá. A comunidade está quase falindo, tem pouquinha gente, mas meus pais continuam lá.

Para Cândido Soares, que migrou aos dezoito anos e mora em Manaus há 11 anos, a vida de sua cidade de origem tem outro ritmo, não se acostuma mais.

Eu achei bom aqui em Manaus. Pra mim, Tefê é para as minhas férias. Não quero morar. Meu pai já chamou para morar lá com ele. Eu falei: -‘Paí, não quero ficar aqui. Não me acostumo mais aqui’. Não me acostumo por causa da caminhada aqui em Manaus. Porque, lá, o bairro onde eu moro é separado da cidade. Eu fiquei uns trinta dias lá e eu estranhei. O estranho é porque eu estava acostumado a ficar aqui trabalhando na empresa, nesse ritmo de ir de casa para o trabalho. Lá não, eu fiquei só na casa do meu pai. Eu queria sair, mas eu não tinha aquela caminhada de andar. Achei diferente, estranho.

Segundo William Oliveira, migrante há dez anos, em sua cidade natal não teria emprego e meios para garantir o sustento de sua família.

Só a passeio mesmo, só férias, só passear. Porque não tem, agora tem a Ambev está lá fabricando xarope e, de lá, ela manda para tudo quando é Estado. Agora tem assim quase na minha área. Mas não sei, é difícil você conseguir um emprego lá. Eu acho que é porque lá ainda é muita falta de oportunidade de emprego. Não tem como eu levar a minha família pra lá e não ter uma renda fixa todo mês.

Ao agruparmos as argumentações sobre a origem expostas pelos migrantes entrevistados – não retornar, somente visitar e morar – temos um quadro sintético com vinte e uma principais justificativas. Pode-se ainda, inferir que 53% dos migrantes enaltecem prioritariamente o destino (Manaus), enquanto 34% veem algum aspecto positivo em relação à origem. Mesmo com esses aspectos, não vimos argumentos suficientes para uma pretensão de retorno em definitivo para a origem (Quadro 26).

Razões ligadas ao destino	Manaus a vida é melhor	28	Não retornar; Visitar
	Acostumada em Manaus	4	Não retornar; Visitar
	Família em Manaus	2	Não retornar
	Não tem ninguém lá	4	Não retornar
	Questões afetivas	3	Não retornar
	Na origem é a mesma coisa	3	Não retornar; Visitar
	Sem parentes na origem	2	Visitar
	Outros (ligados ao destino)	4	Não retornar; Talvez
Razões ligadas à origem	Na origem é tranquilo	12	Morar; Visitar; Talvez
	Parentes na origem	12	Visitar/Morar
	Na origem sou um estranho	3	Não retornar
	Origem é bom para negócios	3	Não retornar; Visitar
	Outros (ligados à origem)	4	Morar/Visitar
Não informaram		11	Não informaram
Sem explicação		2	Visitar
Total		100%	

Quadro 26 – Motivos de retorno ou não à origem
Fonte: Amostra de 93 entrevistados. Pesquisa de campo 2012.

Dentre as justificativas agrupadas na categoria outros, podemos mencionar os aspectos ligados à origem (4%) e ao destino (4%). No primeiro estão argumentos como: somente após a aposentadoria, existência de conhecidos, deseja conhecer e é bom para passear. No segundo, podemos incluir: desistiu da origem, origem é outra realidade e sem planos concretos.

Outro aspecto que pudemos observar acerca da possibilidade de retorno à origem dos migrantes concerne à distância da cidade de origem em relação à Manaus. Se tomarmos como parâmetro a distância por via fluvial em quilômetros, podemos classificar em três grupos as cidades de origem dos migrantes: a) próximas – cidades que se distanciam em até 500 quilômetros (55%); b) média distância – cidades que se distanciam em até 1000 quilômetros (21%); c) grande distância – cidades que se distanciam acima de 1000 quilômetros (24%).

Analisando as perspectivas de retorno à origem nos parâmetros acima descritos, verificamos que 63% (53) têm perspectiva de retorno, sendo 39% originários de cidades próximas à Manaus, enquanto somente 16% originários de cidades de distância média e apenas 8% dos originários de cidades de grande distância. Utilizando a mesma metodologia, verificamos que 37% (31) não desejam retornar, sendo que 10% são originários de cidades de grande distância, 8% de cidades de média distância e 19% de cidades próximas. Os dados nos levam a concluir que a distância entre Manaus e as cidades de origem, além das justificativas apresentadas pelos migrantes, é um elemento levado em conta na construção dessa perspectiva.

Nos depoimentos dos migrantes transparece a convicção de que, apesar de algumas críticas, decidir sair de seus municípios de origem foi uma boa escolha. Comparando Manaus aos seus municípios, esta ainda lhes parece melhor por diversos motivos, como: existência de emprego, qualidade do trabalho, possibilidade de autoformação profissional e educacional, conquista de uma estrutura social e afetiva – bens e família.

Os migrantes entrevistados afirmam que ter migrado para Manaus possibilitou uma vida melhor, visto que têm melhor qualidade de vida do que se estivessem em suas cidades de origem. As falas nos remetem a perceber que, para alguns, os ganhos

financeiros, o trabalho, os bens são significativos, embora não deixem de ressaltar que a nova vida implicou também em perdas, como menor tempo para lazer e maior distância da família. No contexto da compreensão do sujeito sobre a vida na origem se sobressaem a vida calma, sem agitação da cidade grande, sem o corre-corre do dia a dia, a sensação de segurança e liberdade, típicas de uma vida pacata do interior. “Financeiramente, sim. No interior, você não tem a preocupação que tem aqui: acordar, ir ao trabalho, estar sempre pressionado para atingir alguma coisa” (Antônio Maciel).

Não podemos deixar de considerar o toque de nostalgia e poesia que permeia as narrativas, que faz, inclusive, denotar que a vida no interior seja livre de preocupações e de dificuldades, repleta de mansidão e tranquilidade. É verdadeiro que as cidades com maior população tendem a ter agravados seus problemas sociais, e que tipicamente a vida corra em ritmo bastante adverso à das pequenas cidades, principalmente do interior do estado.

Como dito em outro momento, os pequenos municípios do Amazonas têm distinções bem acentuadas em relação à região interiorana de estados de outras regiões do país. A distância geográfica entre os municípios, e destes quanto à capital, é uma especificidade do Amazonas, pois, com exceção da RMM, que tem cidades próximas, há casos de municípios isolados, o que acaba por favorecer a construção de um ritmo próprio.

No interior, segundo algumas falas, as relações são mais próximas, mais palpáveis, menos efêmeras que as estabelecidas na capital. Por isso, a migrante, apesar de reconhecer que houve o benefício financeiro com a migração, salienta que Manaus não é melhor “para criar os filhos, pela insegurança e violência”, visto que, na origem, “a gente conhece todo mundo, é menos perigoso, menos violento; quero passar num concurso para me manter lá” (Nilcineia Peixe).

Não somente as questões econômicas e sociais tornam-se perturbadoras, as afetivas ocupam um lugar nesta comparação: “a vida de cada um, aqui é bem melhor. Por outro lado, eu me tornei uma pessoa mais [...] será que me tornei uma pessoa mais individualista? Ou mais crítica?” (Paula Figueira). Enquanto outro destaca: “é melhor pela parte financeira, porque eu tenho um trabalho garantido; é melhor, apesar de que eu tenho saudade de Lábrea” (Hugo Cardoso).

A saudade da origem, os lamentos sobre o corre-corre da cidade grande, os problemas sociais, entre outros, não são motivos suficientes para que o migrante abandone a vida construída em Manaus. De fato, os migrantes se encontram em outra condição social e econômica. Os que migraram com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos escolheram migrar para esta cidade, e agora após alguns anos podem, invariavelmente, retornar à origem, no entanto, não querem fazê-lo, não em definitivo, mas a passeio, para visitar amigos, conhecidos ou mesmo os pais que ainda moram lá.

Se em determinado momento o migrante não poderia retornar, pois não tinha condições econômicas de fazê-lo, hoje ele teria meios para realizar tal intento; todavia, a vida construída em Manaus criou raízes tão profundas, que, para a maioria, não é mais desejável abandoná-la.

Os depoimentos revelam um distanciamento da origem. Para alguns que migraram na década de 1970, a origem é um lugar estranho, onde não há mais familiares, como ressaltava Roberto Bandeira: “não tenho mais ninguém”. Nestes casos, não identificamos se os parentes também migraram ou se já faleceram. Para outros, não há mais vínculo na origem, pois “os familiares estão todos em Manaus” (Simone Galvão).

Ambos os migrantes vieram para Manaus nos anos 1970, se estabeleceram, constituíram família e ingressaram no mercado informal e formal de trabalho. Migraram de municípios diferentes, microrregiões distintas, de zonas rurais e urbanas. Nos dois casos, a inexistência de familiares na origem é a justificativa do não retorno, entretanto não é negado o pertencimento ao lugar. Um pouco diferente é a posição da migrante Fabíola Teixeira quando assevera: “não me sinto de lá”. Embora tenha vivido em seu município até os 09 (nove) anos de idade, não tem nenhuma afetividade com a origem, ainda que tenha pais e irmão que lá residem.

A origem está atrelada às relações afetivas ou familiares existentes. A relação direta funciona como um vínculo efetivo com a origem, enquanto que sua inexistência abre um vácuo entre o passado e o presente, sendo mais um elemento que não potencializa o seu desejo de retorno.

Pelo que conseguimos apreender, a visão que os entrevistados externam de seus municípios de origem está vinculada a duas possibilidades: a) de retorno para visita ou

passeio (real); b) de retorno remoto a seus municípios (menos real). A primeira é mais acessível àqueles que vieram de cidades da RMM, que, graças à proximidade geográfica, podem ponderar visitas e passeios mais frequentes aos locais, aos parentes, aos amigos. A segunda acaba sendo mais um sonho do que algo plausível, porque muitos dos entrevistados são procedentes de municípios distantes de Manaus. Por isso, alguns nunca retornaram a seus municípios, nem mesmo a passeio.

Ambas as alternativas alteram significativamente a leitura que se tem da origem. Da parte daqueles que nunca retornaram, há uma tendência de reprodução dos discursos de conhecidos ou familiares, ou, ainda, de uma locução com base em sua própria compreensão daqueles locais, construída em tempos pretéritos, nem sempre condizentes com a atual realidade social.

Alguns depoimentos demonstram visão um pouco romanceada e poética da vida na origem, seja urbana ou rural. Diga-se de passagem, em sua maioria, os migrantes se referem às suas cidades como “interior”, sem fazer distinção de zona rural ou urbana. Fora a capital Manaus, todas as cidades são denominadas de “interior”.

José da Silva, que migrou aos cinco anos de idade e mora em Manaus há trinta e oito anos, o retorno à origem seria por uma vida tranquila e o contato com a natureza.

Para curtir, pescar, ver meus filhos formados. Estar naquela tranquilidade, ouvindo o cantar dos pássaros. Alimentação saudável, peixe lá no rio. Ver os parentes que ficaram, comprar uma moto para andar lá, que aqui eu não ando de moto, o trânsito é muito perigoso. Coisas que eu não faço aqui que tenho vontade de fazer lá, por ser uma cidade tranquila. Poder passear de lancha, conhecer os vilarejos.

Jamelão Lopes, que migrou aos treze anos de idade da zona rural do município de origem e mora há 17 anos em Manaus, conta:

Agora, lá no interior, a maioria das famílias, o trabalho do que eles vivem é da pesca e da roça. Só isso. Não tem outra opção para fazer. É só a pesca e a roça.

Geralmente, lá no interior, a maioria das pessoas que moram no interior é família. Geralmente, tem cinco ou seis casas, todos são da mesma família.

Pelos depoimentos, podemos inferir que houve uma modificação da condição socioeconômica dos migrantes, após anos em Manaus. Se, ao aportar em Manaus, desejaram e não puderam retornar à origem, tendo entre os impedimentos a questão econômica, na atualidade, outros elementos corroboram para a permanência em Manaus e o não regresso a seus municípios. Em Manaus, os migrantes construíram novos laços, constituíram família, adquiriram uma profissão, edificaram um estilo de vida bem adverso do que tinham em suas origens. Por essa razão, voltar, readaptar-se, lhes parece complicado e pouco provável.

A chegada e a instalação em Manaus já impuseram um processo de adaptação, a assimilação do *ethos* da cidade, de seu ritmo e funcionalidade. A adaptação em seus locais de origem se apresenta como uma possibilidade difícil por dois motivos básicos: a) suas experiências pessoais são outras, eles são outras pessoas; b) os lugares de origem também são outros, sofreram ao longo desses anos um processo de transformação, que eles não acompanharam. Assim, o retorno tem o risco do migrante tornar-se um estrangeiro em sua própria terra.

A cidade de Manaus possibilita maior nível de qualificação educacional que as cidades de origem, a construção de uma nova vida, tem dinâmica significativamente diferente quanto ao uso do tempo, deslocamento e lazer. Os migrantes industriários adquiriram na cidade de Manaus (destino) maior qualificação do que se estivessem ficado na origem. Construíram sua própria família, adquiriram bens, casa, carro e relativa estabilidade financeira. A partir dos depoimentos e dos dados oficiais, os migrantes estão – quanto a alguns serviços públicos – em melhor condição do que boa parte da população. Utilizam o tempo fora do trabalho, o fim de semana, com a família, lazer e atividade religiosa, em menor proporção do que na origem. Não pretendem retornar em definitivo para sua cidade de origem, embora a visite com certa regularidade nas férias. Com sua vida consolidada em Manaus, os migrantes avaliam que retornar à origem seria um retrocesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo descrever a reconstrução da vida de um grupo de trabalhadores, migrantes industriários, do Polo Industrial da cidade de Manaus. É inovador na medida em que estuda este grupo de trabalhadores migrantes industriários numa nova perspectiva, tendo em vista que buscou compreender um pouco de sua vida em sua cidade de origem, a migração para Manaus, a reconstrução da vida na cidade, a inserção do mundo do trabalho e a configuração da nova vida, à luz das ideias de Alfred Schutz.

As pesquisas, até então realizadas com trabalhadores industriários, não se detiveram no estudo de migrantes industriários especificamente, mas tão somente trabalhadores industriários, sem adentrar nas especificidades quanto à origem. É pertinente ainda observar que estes estudos se ativeram até então a analisar somente as relações fabris, as transformações do mundo do trabalho do parque industrial e o perfil socioeconômico dos trabalhadores.

A fonte primordial de construção dessa tese foram as narrativas dos migrantes, que permitiram tirar do anonimato as experiências de vida de homens e mulheres, urbanitas e rurícolas, que migraram para Manaus. Os depoimentos migrantes nos possibilitaram compreender o processo de reconstrução da vida na cidade de destino, a socialização, a inserção no mundo do trabalho e a reconstrução da vida, processo este iniciado com a construção do projeto migratório. A despeito do que se possa esperar, não se pode afirmar com precisão que os projetos se realizaram plenamente, pois estes continuam em curso e muitos dos *motivos a fim de* não se concretizaram em sua plenitude.

Como vimos, os dados que compuseram o imenso quebra-cabeça foram colhidos junto aos migrantes e advieram da própria existência, da própria vida, de uma crítica às condições de moradia e de trabalho, da luta diária pela sobrevivência, das condições de saúde, da falta de acesso a bens e a serviços de qualidade, em suma, por um diagnóstico mais ou menos preciso sobre a realidade, a partir da afecção, da impressão subjetiva, da própria vida, do cotidiano.

Efetivamente, foi das experiências cotidianas, de suas críticas, que nasceram as primeiras sementes de dúvida e do descontentamento. Esses, por fim, se tornaram a base, o

chão em que se apoiaram para deixarem a origem, abandonando ou vendendo os poucos bens que tinham, em busca de reconstrução da vida em uma terra, para muitos, desconhecida.

Realizada a crítica da própria realidade vivida, tomada a decisão de migrar, tendo estabelecido as metas a serem alcançadas, o passo seguinte foi lançar-se ao destino e fazer o trajeto, que se deu sob três modalidades de transporte, fluvial, terrestre ou aéreo, com financiamento próprio ou de terceiros.

Para a maioria, deixar a origem não foi algo fácil; o percurso estava recheado de ansiedade, dor e angústia. A partida da origem para outra cidade impôs aos migrantes nova vida, novas experiências e uma nova história. O lugar de destino impôs-se, determinou o possível e o impossível, obrigou-os a adequarem-se, a reinventarem-se, a reverem suas metas construídas ante a realidade que se impunha.

O desconhecido, a cidade de destino, começa a desvelar-se, traz consigo novas experiências, possibilidades e limites antes não pensados. Somente na relação concreta com ela puderam sopesar efetivamente o desejado outrora.

Para muitos, a cidade se mostrou estranha e estranhada, “doce e dura em excesso” (OLIVEIRA, 2003). As possíveis relações de amizade e parentesco existentes, direta ou indiretamente, tiveram fundamental relevância na construção da nova vida na cidade.

A sobrevivência no destino, nos primeiros tempos, foi forjada à luz das necessidades imediatas e das condições possíveis, não se realizando de pronto os ideais construídos anteriormente na origem.

O trabalho, para os migrantes, é o cimento que solidifica suas vidas; a partir dele construíram suas casas, mantêm suas famílias, superam a fome e a necessidade, além disso, essa atividade significa para alguns a libertação da tutela paterna. O trabalho dá sentido às existências e sua perda abriria um vácuo em suas vidas. Mesmo duro, seu desempenho se justifica como investimento nos filhos para que tenham mais oportunidades e concretizem sonhos que os pais não puderam realizar.

O ingresso no PIM assume diversos significados, entre eles, o acesso a alguns serviços não disponíveis ou precários no sistema público, como é o caso dos serviços de saúde, odontologia, transporte e convênios. O receio quanto aos serviços públicos advém de

experiências em sua utilização. Por isso, contar com determinados serviços viabilizados pelas empresas se manifesta como razão para permanência no PIM, mesmo com severas críticas ao regime de trabalho e ao isolamento da vida social. O conjunto de benefícios lhes dá tranquilidade de que, num momento de necessidade, seus familiares não precisarão enfrentar longas filas e terão serviço de melhor qualidade.

O novo mundo do trabalho se configurou não somente como meio de subsistência dos migrantes e suas famílias, mas também como espaço da construção de um novo *ethos* (costumes, práticas e formas de agir), que se configura pelo estabelecimento de novos rituais de vida, novas formas de relações humanas, novas práticas de lazer e de trabalho, nova forma de gerir o tempo, além de também permitir a construção de uma nova consciência política.

A vida dos migrantes em Manaus se edificou, de modo geral, de maneira bem diversa da vida que tinham na origem. Em Manaus, suas vidas assumiram novos contornos, constituíram suas famílias, reconfiguraram os arranjos familiares. O mundo do trabalho propiciou, para poucos, novo patamar existencial, enquanto que, para muitos, as novas demandas da vida moderna tornaram a vida muito mais pesada e cansativa.

Após décadas, há possibilidade real, para alguns, de retorno à origem. No entanto, este retorno não mais faz parte de um projeto efetivo; existe mais como um desejo poético e idealização de um lugar paradisíaco, que não existe e nunca existiu.

A partida para Manaus foi motivada também pela busca de acesso a direitos sociais, haja vista a precariedade e inexistência de vários bens e serviços públicos em múltiplos municípios amazonenses. É bem verdade que, mesmo na capital, muitos serviços públicos se mostram insuficientes e deficientes, porém, são melhores que nada, a doença, a dor e a morte.

Para os migrantes, a educação é um valor e, mesmo que não tenham alcançado a escolaridade desejada, esta é bem superior a que possuíam na ocasião da migração. Em muitas situações, os relatos nos explicitam que, ainda que desejassem, não poderiam ter dado continuidade aos estudos em seus municípios, visto que só dispõem da oferta do ensino fundamental e médio, sendo este último ainda restrito em algumas localidades.

Os que até o presente não avançaram na concretização dos projetos educacionais mantêm duas posturas distintas: a) aqueles que ainda pretendem realizá-los estão à espera de condições favoráveis; b) os que desistiram de tais anseios e, por isso, canalizam suas expectativas para os filhos, por meio de quem esperam se realizar.

Os que pretendem realizar tais projetos atribuem a si e a terceiros a responsabilidade por não o terem realizado. Justificam a não realização pela falta de interesse pessoal, pelas diversas mudanças de horário de trabalho e pelo fato de as empresas em que trabalharam ou trabalham não custearem sua formação universitária. Não procedem a um julgamento crítico das condições concretas dadas pela vida e, tampouco, fazem uma análise contundente das condições sociais a que estiveram submetidos desde o nascimento.

A moradia é, para os migrantes, um elemento central em suas vidas e representa segurança, estabilidade, além da independência dos pais ou parentes. Para os que não alcançaram essa condição, garantir uma moradia é um peso contínuo, seja pelo investimento financeiro mensal necessário (aluguel), seja pela sensação contínua de instabilidade. Permanecer no emprego significa, entre outras coisas, garantir e manter esta condição e perdê-lo traria danos sérios a si e suas famílias. Os poucos que moram com os pais não constituíram ainda suas famílias ou vêm de casamentos desfeitos.

De modo geral, os migrantes estão em melhor situação quanto a este quesito que a maioria da população brasileira, já que a falta de moradia é um dos grandes problemas nacionais. A posse da própria moradia pelos migrantes se deu pela superação de obstáculos e por atitudes de sacrifícios e abdições, durante longos anos de trabalho árduo. Ter a própria moradia é *status* social e contribui para uma melhor qualidade de vida, à medida que a despesa com aluguel pode ser investida na aquisição de bens para si e para a família.

Em síntese, é possível afirmar que as vidas dos migrantes na cidade de Manaus assumiram características mais positivas que negativas, se comparadas às perspectivas de vida em suas cidades de origem. Apesar das críticas ao novo estilo de vida na cidade de Manaus, estas não suplantam as conquistas realizadas e a qualidade de vida construída. De modo geral, o processo migratório se consolidou positivamente, tendo em vista que houve, em diversos aspectos, uma melhoria de vida e de oportunidades.

REFERÊNCIAS

A CRÍTICA. **Microfilmagem**. Década de 1980 e 2000. Fundação Nacional de Pró-Memória. Biblioteca Nacional – RJ. Plano Nacional de Microfilmagem dos Periódicos Brasileiros. Empresa de Jornais Calderaro Ltda.

_____. **Codajás sem caixão para os mortos**. Manaus, 17 fev. 1980. Caderno Cidades, p. 3.

_____. **Em Seminário Internacional de Segurança, Omar reclama da falta d'água em Manaus**. Manaus, 06 set. 2012. Disponível em: http://acritica.uol.com.br/manaus/Manaus-Amazonas-Amazonia-Cotidiano-seminario-Omar_Aziz-criticas-Falta_de_Agua-Abastecimento_de_agua-Aguas_do_Amazonas-Manaus_Ambiental-CPI-Proama-Camara_de_Municipal_de_Manaus_0_764323611.html. Acesso em: 06 Set. 2012.

_____. **Passagens aéreas para municípios do estado do Amazonas são mais caras que para Miami**, nos EUA. Manaus, 18 set. 2012. Disponível em: <http://acritica.uol.com.br>. Acesso em: 21 set. 2012.

_____. **Por que os rios choram**. Onde eles morrem. Manaus, 04 jan. 2004. Caderno Cidades, p. 4.

_____. **Preço das passagens aéreas para o interior do Amazonas nas alturas**. Manaus, 01 dez. 2012. Disponível em: http://acritica.uol.com.br/manaus/Preco-tarifas-aereas-alturas-Amazonia-Amazonas-Manaus_0_820717924.html. Acesso em: 15 jan. 2014.

_____. **Gutierrez refloresce o milho**. Manaus, 20 jan. 1980. Caderno especial, p.10.

ALENCAR, Pedro: depoimento [ago. 2011]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2011. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

ALVES, Osvaldo: depoimento [ago. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

AMAZONAS. **Mapa das Microrregiões do Estado do Amazonas**. Disponível em: <http://www.baixarmapas.com.br/mapa/estado/amazonas/>. Acesso em: 20 ago. 2012.

ANDRADE, Aldair Oliveira de. **O perfil do trabalhador da indústria de eletroeletrônicos da Zona Franca de Manaus**: características e transformações. Dissertação de Mestrado. Manaus, 2007 (mimeo).

ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. **A composição da vida no Beiradão do Rio Amazonas**: memória e identidade ribeirinha. Tese de doutorado. Manaus: UFAM, 2012 (mimeo).

ANTAQ. **O transporte hidroviário regular e turístico de passageiros**, 2007. Disponível em: <http://www.antaq.gov.br/portal/pdf/Palestras/LuizEduardoAntaq.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2012.

_____. **Movimentação de passageiros na Região Amazônica**, 2012. Disponível em: http://www.antaq.gov.br/portal/Noticias_Det.asp?DSTitulo=ANTAQ%20divulga%20movimenta%E7%E3o%20de%2014,5%20milh%F5es%20de%20passageiros%20por%20ano%20na%20Regi%E3o%20Amaz%F4nica&IDNoticia=22948. Acesso em: 03 Mar. 2014.

_____. **Caracterização da oferta e da demanda do transporte de passageiros da região amazônica**. 2013. Disponível em: <http://www.antaq.gov.br/portal/pdf/TransportePassageiros.pdf> Acesso em: 1. 1 de abr. 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

_____. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes (Orgs.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. As dimensões da crise no mundo do trabalho. **Revista O Olho da História**. Revista de Teoria, Cultura, Cinema e Sociedades, Jul. 1997. Disponível em: <http://www.oolahistoria.ufba.br/04antune.html>. Acesso em: 05 dez. 2012.

APARECIDO, José: depoimento [fev. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

ARANGO, Joaquín. **La explicación teórica de las migraciones**: luz y sombra. Migración y Desarrollo. Zacatecas: Latinoamericanistas, n.1, out. 2003.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. As ameaças aos direitos trabalhistas das mulheres e a configuração de novas demandas relativas às questões de gênero. In: LIMA, Maria Ednalva Bezerra de. **Transformando as relações Trabalho e Cidadania**: produção, reprodução e sexualidade. São Paulo: CUT/BR, 2007.

_____. **Gênero nos estudos do trabalho** (Para lembrar Elizabeth de Souza Lobo). Gênero nas fronteiras do sul, 2005, pp. 85-96. Disponível em: www.pagu.unicamp.br/sites/ifch.unicamp.br/pagu/files/colenc.02.a07.pdf. Acesso em: 06 jul. 2012.

_____. **Informalidade, trabalho cooperativo e gênero**, 04/2010. Científico Internacional, VI Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia do Trabalho, Vol. 1, pp.1-7, Cidade de México, México, 2010.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

ARRUDA, Gisele: depoimento [mar. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

ARSAM. Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas. **Transporte Rodoviário Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Amazonas**. Anuário Estatístico Biênio 2008-2009. Manaus, 2010.

ASSUNÇÃO, Tatiane: depoimento [ago.2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas - Programa de Ciências Sociais.

AYDOS, Mariana R. Migração Forçada: uma abordagem conceitual a partir do caso dos imigrantes angolanos no Brasil. **VI Encontro Nacional sobre Migrações**. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Belo Horizonte, MG. Agosto, 2009. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/6EncNacSobreMigracoes/ST3/MarianaAydos.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2012.

BALAN, Jorge. **Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil**: ensaio de interpretação histórico-comparativa. São Paulo: v.5, jul/set 1973, p. 5-79 (Estudos CEBRAP).

BANDEIRA, Roberto: depoimento [ago. 2011]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2011. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

BARBOSA, Jonas: depoimento [ago. 2011]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2011. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

BARROS, Berenice: depoimento [mar. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

BARROSO, Luís: depoimento [abr. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida a pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas - Programa de Ciências Sociais.

BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia**: Análise do processo de desenvolvimento. 2 ed. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: Formação Social e Cultural. Manaus: Valer, 1999.

_____. **Amazônia**: um pouco-antes e além-depois. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.

BENTES, Rosalvo. **A Zona Franca e o Processo Migratório para Manaus**. Dissertação de Mestrado. Belém, 1983 (mimeo).

BERGER, L. Peter; LUCKMANN, Thomas. **A Construção social da realidade**: Tratado de Sociologia do Conhecimento. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BOITO JR, Armando; MARCELINO, Paula. **O sindicalismo deixou a crise para trás?** Um novo ciclo de greves na década de 2000 (2010). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n59/08.pdf>. Acesso em 10 ago. 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O Desencantamento do Mundo**: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

BRAGA, Francisco: depoimento [ago. 2011]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2011. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848 de 07.12.1940 alterado pela Lei nº 9.777 em 26/12/98. Disponível em: http://www.oas.org/juridico/mla/pt/bra/pt_bra-int-text-cp.pdf. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Déficit habitacional no Brasil 2008** / Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. – Brasília, Ministério das Cidades, 2011.140 p. Elaboração: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações. Disponível em: http://www.habitatbrasil.org.br/media/5547/d_ficit_habitacional_no_brasil_2008.pdf. Acesso em: 04 fev. 2014

_____. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2012.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. **Número de empregos formais em 31 de dezembro de 2010.** Disponível em: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php. Acesso em: 10 abr. 2012.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10101compilado.htm. Acesso em: 28 jul. 2013.

_____. Presidência da República. **Lei Federal nº 12.010, de 03 de agosto de 2009.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm. Acesso em: 01 mar. 2013.

_____. Presidência da República. **Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.

_____. Presidência da República. **Lei Federal nº 12.832, de 20 de junho de 2013.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12832.htm. Acesso em: 24 set. 2013.

_____. Presidência da República. **Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

_____. República Federativa do Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 5 de outubro de 1998. Brasília, 1988.

_____. República Federativa do Brasil. Senado Federal. **Zona Franca de Manaus: Desafios e Vulnerabilidade.** Ricardo Nunes de Miranda. Textos para discussão no 126. Abril, 2013. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-126-zona-franca-de-manaus-desafios-e-vulnerabilidades>. Acesso em: 16 de jun. 2014.

BREHER, Jochen. **Fenomenologia:** Alfred Schutz e Thomas Lukmann. Disponível em: <http://docencia.izt.uam.mx/egt/Cursos/MetodologiaMaestria/Drecher.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2012.

BREVES, Suzete: depoimento [fev. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

BRIGG, Pamela H. A migração para as áreas urbanas. In: MOURA, Hélio (Coord.). **Migração Interna:** textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, p. 611-692 (Série Estudos Econômicos e Sociais).

BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil:** um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: Cedeplar, 2009.

BRITO, José: depoimento [fev. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

CACCIAMALLI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas, 2000. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CDEQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.eco.unicamp.br%2Fdocprod%2Fdownarq.php%3Fid%3D507%26tp%3Da&ei=GHxpUprMCcXqkAezn4DYAQ&usg=AFQjCNEAh0WMNJP1aV0us5dz4S5PKNeW2w&sig2=tMxxsaKHpbBfGnMrC87fO7g>. Acesso em: 18 set. 2013.

CAMARGO, Leticia: depoimento [mar. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

CAMPOS, Juarez: depoimento [ago. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

CAPALBO, Creuza. **Metodologia das Ciências Sociais: A Fenomenologia de Alfred Schutz**. Rio de Janeiro: Antares, 1979.

CARVALHO, Vitor: depoimento [ago. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CARDOSO, Hugo: depoimento [mar. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

CARNEIRO, Eduardo: depoimento [ago. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CASTRO, Reinaldo: depoimento [ago. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas - Programa de Ciências Sociais.

CAVALCANTI, Lúcio. **De camarote**: recordando, reavivando... Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2012.

CELESTINO, Vicente: depoimento [fev. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

COSTA, Jurandir Freire. O Sujeito em Foucault: estética da existência ou experimento moral? **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 6(1-2): 121-138, Outubro de 1995. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v0712/sujeito.pdf>. Acesso: 01 jan. 2010.

COUTINHO, Alessandro: depoimento [ago. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

DAMASCENO, Nívea: depoimento [mar. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

DANTAS, Ronaldo: depoimento [fev. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

DIÁRIO DO AMAZONAS. **Salário extra do Polo Industrial de Manaus deve render R\$ 200 milhões**. Disponível em: www.d24am.com/noticias/economia/salarioextra-do-polo-industrial-de-manaus-deve-render-r-200-milhes/63570. Acesso em: 30 set. 2013.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do Fausto** – Manaus 1890-1920. Manaus: Valer, 2007a.

DIAS, Juliana Braz. A volta do filho próspero: emigrantes cabo-verdianos retonados e seus familiares. In: TEIXEIRA, Carla Costa (Org). **Em busca da Experiência Mundana e seus significados**: Georg Simmex, Alfred Schutz e antropologia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

DIAS, Maria Berenice. **Direito das Famílias**. 4 ed. rev., atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007b.

DIAZ, Antonio Aja. **La emigración cubana. Balance en el siglo XXI**. Habana: Centro de Estudios de Migraciones Internacionales, 2002. Disponível em:

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/cemi/emig.pdf>>. Acesso em: 14 de jan. 2014

DIEESE. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010/2011:** Mercado de trabalho. 3. ed. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: 2011.

DOUGLAS, Antônio: depoimento [ago. 2011]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2011. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

DOURADO, Levi: depoimento [ago.2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

DURHAM, Eunice. R. **A caminho da cidade:** A vida rural e a migração pra São Paulo. São Paulo. Editora Perspectiva S. A., 1973.

DWYER, Tom. A Emergente Interdisciplinaridade nos Estudos do Trabalho: Uma Abordagem Sociológica. **18º Encontro da ANPOCS** 7-21 de outubro de 1995. Caxambú, MG.GT. Trabalho e Sociedade Sessão 3 Culturas e Representações de Trabalho. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7739&Itemid=362. Acesso em: 10 jul. 2014.

_____. **A sociologia do trabalho por uma redefinição através do acionalismo histórico e do acionalismo fenomenológico.** Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. n. 26. Campinas: UNICAMP, 1993.

_____. **Vida e morte no trabalho:** acidentes no trabalho e a produção social do erro. Tradução de Wanda Caldeira Brant e Jo Amado. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro, RJ: Multiação Editorial, 2006.

ELIZAGA, Juan C. Migrações internas: evolução recente e situação atual dos estudos. In: MOURA, Hélio (Coord.) **Migração Interna:** textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, p. 539-575 (Série Estudos Econômicos e Sociais).

ESTADÃO. **Naufrágio no Amazonas é considerado o segundo maior em dez anos.** Maio 2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,naufragio-no-am-e-considerado-o-segundo-maior-em-dez-anos>. Acesso em: 14 set. 2013.

FÁTIMA, Maria de: depoimento [mar. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

FEITOSA, Bruno: depoimento [mar. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

FEITOZA, Samuel: depoimento [jan. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

FELIPE, Francisco: depoimento [ago. 2011]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2011. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

FERRERO, Liliana. El grupo de reflexión com migrantes: um modo de investigacion em psicoanálises acerca de la experiência migratória. **REMHU** - Revista interdisciplinar de mobilidade humana, 2006, v.14 n.26/27. Disponível em: <http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/issue/view/REMHU>. Acesso em: 01 dez. 2012.

FIGUEIRA, Paula: depoimento [mar. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

FIGUEIREDO, Raimundo: depoimento [ago.2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

FONSECA, Elvêzio: depoimento [dez. 2011]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2011. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

FONSECA, José: depoimento [ago. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

FONSECA, Vania; CORRÊA, Cleusa M. A evolução da população de Manaus – 1950 a 1970. **Acta Amazônica**, 1972, V.2 n.3. Disponível em: <https://acta.inpa.gov.br/fasciculos/2-3/PDF/v2n3a08.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2012.

FONTE, Oiticica da: depoimento [dez. 2011]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2011. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. **Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais**: São Miguel Paulista (1945-1966). Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2002.

FONTES, Raimundo: depoimento [mar. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 24 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FREIRE, Mário: depoimento [ago.2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

FREITAS, Fátima: depoimento [dez. 2011]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2011. Gravação digital. Entrevista concedida a pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas - Programa de Ciências Sociais.

GALVÃO, Simone: depoimento [fev. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas - Programa de Ciências Sociais.

GARCIA, Etelvina. **Modelo de Desenvolvimento Zona Franca de Manaus: História, Conquistas e Desafios**. Manaus: Norma, 2004.

GERMANI, Gino. **Sociologia de la modernization**. Buenos Aires: Paidós, 1970.

GOMES, Érica: depoimento [ago.2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

GORZ, André. **Crítica da divisão do trabalho**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

GRISARD FILHO, Waldyr. **Famílias Reconstituídas: novas uniões depois da separação**. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Estela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. Trad. de Paulo Menezes. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **A imigração japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental; Fiepa, 2007.

HUXLEY, Aldous. **Admirável mundo novo**. Tradução Lino Vallandro e Vidal Serradno. São Paulo: Globo, 2009.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil: 1930-1970**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cadastro Nacional de Endereços para fins Estatísticos**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=am>. Acesso em: 15 ago. 2010.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1991: Migração – Resultado da Amostra**, n. 4 – Amazonas. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. p. 230.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000: Características Gerais da População – Resultados da Amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: Características Gerais da População – Resultados da Amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IX Recenseamento Geral do Brasil 1980**. Censo Demográfico: Dados Gerais – Migração – Instrução – Fecundidade – Mortalidade, Amazonas. Rio de Janeiro, 1983, Volume 1, Tomo 4, Número 4.

JAMES, William. Principles of Psychology. Disponível em : <http://www.bahaistudies.net/asma/principlesofpsychology.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2013.

JUBILUT, Lilina Lyra; APOLINÁRIO, Silvia Menicucci O.S. **A Necessidade de proteção internacional no âmbito da migração**. São Paulo, SP. Jan -Jun, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v6n1/13.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2014.

JUSTINO, Pedro: depoimento [ago. 2011]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2011. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

KOSMINSKY, Ethel V. **Questões de gênero em estudos comparativos de imigração: mulheres judias em São Paulo e em Nova York**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n23/n23a10.pdf>. Acesso em 21 mar. 2014.

KREIN, Dari José. **Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005**. Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000430974&fd=y>. Acesso em 25 de Mar. 2011.

LEAL, Estevão: depoimento [mar. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

LEE, Everett S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, Hélio (Coord.) **Migração Interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, p. 89-114 (Série Estudos Econômicos e Sociais).

LEGROS et. al. Patrick. **Sociologia do Imaginário**. Tradução de Eduardo Portanova Barros. Porto Alegre: Sullina, 2007 (Coleção Imaginário Cotidiano).

LOPES, Jadiel: depoimento [fev. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

LOPEZ, Daniela Griselda. El problema de la subjetividad em la explicación sociológica: una mirada a partir del debate Schutz-Parsons. **Revista de Estudios Sociales**, n. 31, 2008. Disponível em: res.uniandes.edu.co/view.php/563/view.php. Acesso em: 23 fev. 2013.

LOUREIRO, Adelson: depoimento [mar. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

LYOTARD, Jean-François. **A Fenomenologia**. Tradução de Armindo Rodrigues. Lisboa: Edições 70, 2008.

MADEIRA, João L; CASTRO, Mary G. Proposições de linhas de informações e pesquisas – área de migrações internas (primeira discussão sobre o Censo de 1980). **Revista Brasileira de Estatística**, v.39, n. 154. Rio de Janeiro: IBGE, 1978, p.125-300.

MANAUS. Prefeitura Municipal de Manaus. **Diário Oficial do Município de Manaus**. Ano XI, Ed. 2365, 14 jan. 2010.

MAQUINÉ, Leonardo: depoimento [fev. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução, apresentação e notas: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MATTOSO, J. A desordem no trabalho. São Paulo: Ed. Página Aberta, 1995.

MELO, Mário Lacerda de; MOURA, Hélio A (Orgs.). **Migrações para Manaus**. Recife: Editora Massangana, 1990.

MELO, Sílvia: depoimento [mar. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

MONTE, Pedro: depoimento [ago.2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

MORIN, Edgar. **O Método 5: a humanidade da humanidade**. Tradução de Juremir Machado da Silva. 4 ed. Porto Alegre: Sullina, 2007.

MOTA, Sandro: depoimento [ago.2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

NASCIMENTO, Felipe: depoimento [abr. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

NAVILLE, Peter. **Essai sur la qualification du travail**. Paris: Rivière, 1956.

NAZARETH, Tayana; BRASIL, Marília; TEIXEIRA, Pery. **Manaus: crescimento populacional e migrações nos anos 90** (2011). Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/431>. Acesso em: 01 fev. 2014.

NICOLAS, Jonas: depoimento [fev. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral**. Tradução, notas e pós-fácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.

NOGUEIRA, Marinez Gil. **Reestruturação produtiva e relações de trabalho: Um olhar para a indústria da Zona Franca de Manaus**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Natal: UFRN, 1998.

NORONHA, Eduardo G. **Ciclo de greves, transição política e Estabilização: Brasil, 1978-2007** (2009). Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a05.pdf> . Acesso em: 18 set. 2014.

NUNES, Helena: depoimento [ago.2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas - Programa de Ciências Sociais.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar: Políticas Públicas e Amazônia**. 2 ed. Campinas, SP: Papirus, 1991 (Série Educando).

OLIVEIRA, José Alcimar de. **Cultura, História e Memória**. Manaus: Valer, 2002.

OLIVEIRA, José Aldemir de (Org.). **Espaços urbanos na Amazônia**: visões geográficas. Manaus: Valer, 2011.

_____. **Manaus de 1920-1967**: A cidade doce e dura em excesso. Manaus: Valer, 2003.

OLIVEIRA, José Aldemir de; ALECRIM, José Duarte; GASNIER, Thierry Ray Jehlen (Orgs.). **Cidade de Manaus**: visões interdisciplinares. Manaus: Edua, 2003.

OLIVEIRA, Rodrigo de: depoimento [ago. 2011]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2011. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. **Reestruturação Produtiva e Qualificação Profissional na Zona Franca de Manaus**. Manaus: Edua, 2000.

OLIVEIRA, Vânia: depoimento [mar. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

OLIVEIRA, William: depoimento [fev. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

PASTORE, J. **Brasília, a cidade e o homem**: uma investigação sociológica sobre os processos de migração, adaptação e planejamento urbano. São Paulo: Ed. Nacional / EDUSP, 1969.

PATARRA, Neide et. al. (orgs.). **Migração, condições de vida e dinâmica urbana**: São Paulo 1980-1993. Campinas: UNICAMP, 1997.

PEDREIRA, Otoniel: depoimento [ago. 2011]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2011. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

PEDREIRA, Vanilson: depoimento [fev. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas - Programa de Ciências Sociais.

PEIXE, Nilcineia: depoimento [jan. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

PEREIRA, Deusamir. **Amazônia Insustentável**: Zona Franca de Manaus – estudo e análise. Manaus: Valer, 2005.

PEREIRA, Gustavo: depoimento [mar. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

PERES, Luciano: depoimento [ago.2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

PERES, Rosário: depoimento [fev. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

PESSOA, Sérgio: depoimento [dez. 2011]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2011. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros**: Trabalho e conflito no Porto de Manaus 1899 – 1925. 2 ed. Manaus: Edições: Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado da Cultura / Editora da Universidade Federal do Amazonas / Universidade do Estado do Amazonas, 2003 (Série Amazônia: a terra e o homem).

PINHEIRO, Roberta: depoimento [mar. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

PINHEIRO, Deusa: depoimento [ago.2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

PINTO, Ernesto Renan Freitas. Como se produzem as Zonas Francas. **Trabalho e Produção Capitalista**. Série Seminários e Debates n.13. Universidade Federal do Pará. Belém, 1987.

_____. Zona Franca de Manaus e o Desenvolvimento Regional. **Revista da Fundação SEADE**: Desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 6 (1-2):127-133, janeiro/junho, 1992. Disponível em: http://www.seade.sp.gov.br/produtos/spp/v06n01-02/v06n01-02_19.pdf. Acesso: 21 ago. 2012.

PIRES, Álvaro P. amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, Jean et. al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 154-211.

PIRES, Maria José: depoimento [ago. 2011]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2011. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. 1991. Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas1998.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas1998#. Acesso em 16 Jun. 2012.

_____. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **IDHM**. Ano 1991, 2000 e 2010. Atlas do Desenvolvimento Humano. <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em 03 fev.2014.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2002 (Coleção Economia).

QUEIROZ, Nelson: depoimento [ago.2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

RAMOS, Davi: depoimento [mar. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

RAVENSTEIN, Ernest George. As Leis da Migração. In: MOURA, Hélio (Coord.) **Migração Interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, p. 19-88 (Série Estudos Econômicos e Sociais).

REALE, Giovanni. **História da filosofia**: do Romantismo até nossos dias. São Paulo: Paulus, 1991.

REIS FILHO, Milton Melo dos. **Quem vai descer a Acará?** Processo de construção do fazer-se classe do operariado do parque industrial de Manaus – anos 1980. Universidade Federal do Amazonas. Dissertação de mestrado (mimeo), 2008.

RIBEIRO, Joel: depoimento [ago.2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

ROCHA, Lucila: depoimento [ago.2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

RODRIGUES, Antenor: depoimento [fev. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do Sindicalismo**. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/46xvm/pdf/rodrigues-9788579820007.pdf>. (2009). Acesso em: 05 out. 2014.

SALAZAR, João Pinheiro. **O novo proletariado industrial de Manaus e as transformações sociais possíveis**: estudo de um grupo de operários. Tese de Doutorado. São Paulo, 1992.

SALES, Fabrício: depoimento [ago.2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

SALES, Tereza. **Brasileiros longe de casa**. São Paulo: Cortez, 1999.

SALVADOR, Tiago: depoimento [ago.2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

SANTOS, Adonias: depoimento [ago. 2011]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2011. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

SANTOS, Iris: depoimento [fev. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

SANTOS, Jonabio Barbosa. SANTOS, Morgana Sales da Costa. Família Monoparental Brasileira. **Revista Jurídica**. Brasília, v. 10, n. 92, p.01-30, 2009. Disponível em: www.presidencia.gov.br/revistajuridica. Acesso em: 05 dez. 2011.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História Econômica da Amazônia (1800 – 1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz: 1980.

SARTRE, Jean-Paul. **A náusea**. Tradução de Rita Braga. São Paulo: Círculo do livro, 1987.

_____. **O Ser e o Nada**: Ensaio de Ontologia Fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 1997.

SCHERER, Elenise Faria. **Baixas nas carteiras**: Desemprego e Trabalho Precário na Zona Franca de Manaus. Manaus: Edua, 2005.

SCHERER, Elenise Faria; OLIVEIRA, José Aldemir de (Orgs.). **Amazônia**: território, povos tradicionais e ambiente. Manaus: Edua, 2009.

SCHOPENHAUER, Arthur. **Metafísica do amor, metafísica da morte**. Trad. Jair Barboza. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SCHUTZ, Alfred. **El problema de la realidad social**. Escritos I. Tradução de: Néstor míquez. Buenos Aires: Amorrortu, 2008.

_____. Textos escolhidos de Alfred Schutz. In: WAGNER, Helmut R. **Fenomenologia e Relações sociais**. Textos escolhidos de Alfred Schutz. Organização e introdução de Helmut R. Wagner. Tradução de Ângela Melin. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. **O Estrangeiro** – um ensaio sobre psicologia social. Revista Espaço Acadêmico. n 113, Outubro de 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/11345>. Acesso: 14 jun. 2012.

_____. **El ciudadano bien informado**. Ensayo sobre la distribución social del conocimiento. Traducción de: Néstor Míguez. Buenos Aires, 2012.

SCUDELER, Cristina. Imigrantes Valadarenses no Mercado de Trabalho dos EUA. In: REIS, Rosana Rocha, SALES, Teresa. **Cenas do Brasil Migrante**. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 193-233.

SEBRAE – AM. Censo empresarial cidade de Manaus 2010/ Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas. - Manaus: Norma Editora, 2011.

SEINFRA. **Programa de Recuperação dos Igarapés de Manaus**. Disponível em: http://www.seinf.am.gov.br/pagina_interna.php?cod=5. Acesso em: 05 Jan. 2012.

SEPLAN/DEPI. **Anuário Estatístico do Amazonas**. Manaus: 2001-2002. Disponível em: <http://www.seplan.am.gov.br/pagina.php?cod=114>. Acesso: 05 jan. 2010.

_____. **Anuário Estatístico do Amazonas**. Manaus: 2006. Disponível em: <http://www.seplan.am.gov.br/pagina.php?cod=114>. Acesso em: 05 jan. 2010.

_____. **Anuário Estatístico do Amazonas**. Manaus: 2008. Disponível em: <http://www.seplan.am.gov.br/pagina.php?cod=114>. Acesso em: 05 jan. 2010.

_____. **Anuário Estatístico do Amazonas**. Manaus: 2009-2010. Disponível em: <http://www.seplan.am.gov.br/pagina.php?cod=114>. Acesso em: 05 jan. 2010.

_____. **Condensado de informações da Região Metropolitana de Manaus.** Manaus: 2009. Disponível em: http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/indicadores/cond_rmm/condensado_rmm.pdf. Acesso em: 05 jan. 2010.

_____. **Condensado de informações sobre os municípios do Estado do Amazonas 2011.** Manaus: 2011. Disponível em: http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/indicadores/cond_rmm/condensado_rmm.pdf. Acesso em: 08 jan. 2012.

_____. **Indicadores socioeconômicos da região metropolitana de Manaus.** Manaus: 2010. Disponível em: http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/prmm_final.pdf. Acesso em: 06 jan. 2012.

SERÁFICO, Marcelo. **Globalização e empresariado:** estudo sobre a Zona Franca de Manaus. São Paulo: Annablume, 2011.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da seguridade social brasileira:** entre a política e o mercado. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Antônio da: depoimento [ago. 2011]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2011. Gravação digital. Entrevista concedida a pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

SILVA, Felipe da: depoimento [ago. 2011]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2011. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

SILVA, Félix da: depoimento [ago. 2011]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2011. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

SILVA, Frederico da: depoimento [ago. 2011]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2011. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas - Programa de Ciências Sociais.

SILVA, Generosa da: depoimento [jan. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

SILVA, José da: depoimento [ago. 2011]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2011. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

SILVA, Márcia Perales Mendes. **Expressões do mundo do trabalho contemporâneo**: um olhar para os trabalhadores do Parque Industrial de Manaus. Manaus: Edua, 2010.

SILVA, Márcio da: depoimento [ago. 2011]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2011. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

SILVA, Marilene Correa da. **Metamorfoses da Amazônia**. Manaus: Edua, 1999.

SILVA, Odalice: depoimento [dez. 2011]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2011. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

SILVEIRA, Michele: depoimento [ago.2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

SINDMETAL. Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas. S.T.I.M.M.E.E.I.E.M.C.E.E.S.C.N.A. **Nossa história**. Disponível em: <http://www.sindmetal-am.org.br/a-nossa-historia/>. Acesso em 03 Mar. 2013.

_____. Rescisões. Manaus, 2014 (Informação verbal).

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, Hélio (Coord.) **Migração Interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, p. 211-244 (Série Estudos Econômicos e Sociais).

SOARES, Cândido: depoimento [jan. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

SOCORRO, Jonas: depoimento [dez. 2011]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2011. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

SOCORRO, Maria: depoimento [ago. 2011]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2011. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

SOUZA, Antônio: depoimento [ago. 2011]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2011. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

SOUZA, Márcio. **A expressão amazonense**: do colonialismo ao neocolonialismo. Manaus: Valer, 2003.

SOUZA, Pedro de: depoimento [ago. 2011]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2011. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

SUFRAMA. **Indicadores de desempenho do Polo Industrial de Manaus 1988-2006**. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/zfm_indicadores_do_pim.cfm. Acesso em: 27 jul. 2010.

_____. **Indicadores de desempenho do Polo Industrial de Manaus 2012**. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/zfm_indicadores_do_pim.cfm. Acesso em: 28 ago. 2012.

_____. **Indicadores de desempenho do Polo Industrial de Manaus 2007 - 2012**. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/zfm_indicadores_do_pim.cfm. Acesso em: 01 fev. 2013.

TAVEIRA, Emerson: depoimento [ago.2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

TEIXEIRA, Fabíola: depoimento [ago.2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

TEIXEIRA, Nelza: depoimento [fev. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Tradução de Denise Buttmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, v. III.

TODARO, Michael P. A migração de mão de obra e o desenvolvimento urbano em países subdesenvolvidos. In: MOURA, Hélio (Coord.) **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, p. 147-171 (Série Estudos Econômicos e Sociais).

TOMÁS, Zélia: depoimento [mar. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

TRIBUNA AMAPAENSE. **Naufrágios no Amazonas**. Jul. 2011. Disponível em: <http://tribunaamapaense.blogspot.com.br/2011/07/naufragios-no-amaz>. Acesso em 14 set. 2013.

TRIBUNAL MARÍTIMO. Processos sobre naufrágios. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/tm/>. Acesso em: 05 jun. 2014.

TUAN, Yu-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

UCHOA, Daniele: depoimento [ago.2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

VALLE, Maria Izabel de Medeiros. **Globalização e Reestruturação Produtiva**: um estudo sobre a produção *offshore* em Manaus. Manaus: Edua, 2007.

VASCONCELOS, Arthur: depoimento [mar. 2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

WAGLEY, Charles. **Uma Comunidade Amazônica**: estudo do homem nos trópicos. Tradução de Clotilde da Silva Costa. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

WAGNER, Helmut R (Org). Fenomenologia e Relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz. Rio de Janeiro: Zahar, 1979 (Biblioteca de Ciências Sociais).

WEINBERG, Sydney Stahl. **The treatment of women in immigration history: A call for change**. Ind. (1992). Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/27500980?uid=2134&uid=377996341&uid=2&uid=70&uid=3&uid=377996331&uid=60&purchase-type=article&accessType=none&sid=21103712246897&showMyJstorPss=false&seq=5&howAccess=false>. Acesso em 21 mar. 2014.

WITKOSKI, Antonio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007 (Série: Amazônia: a terra e o homem).

XAVIER, Igor: depoimento [ago.2012]. Entrevistador. Aldair O. de Andrade. Manaus. 2012. Gravação digital. Entrevista concedida à pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual de Campinas – Programa de Ciências Sociais.

APÊNDICES

**APÊNDICE I –
FORMULÁRIO APLICADO AOS MIGRANTES INDUSTRIÁRIOS**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

PROJETO DE PESQUISA:

De Migrante a Industriário (a): a reconstrução da vida na Cidade de Manaus

FORMULÁRIO nº _____

1. IDENTIFICAÇÃO E DADOS SOCIOECONÔMICOS

1.1 Nome: _____

1.2 Data de Nascimento: _____ **Idade:** _____

1.3 Sexo: () Masculino () Feminino

1.4 Nível de Escolaridade:

() Alfabetizado(a) () Fundamental Incompleto () Fundamental Completo

() Médio Incompleto () Médio Completo () Superior Incompleto

() Superior Completo _____ () Pós-Graduação em: _____

1.5 Com quem e com quantas pessoas você vive?

() Pais e/ou irmãos: _____ () Esposa(o) e/ou filhos: _____ () Parentes: _____

() Amigos: _____ () Sozinho () Outros: _____

1.6 Em sua casa, quantas pessoas trabalham?

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ou mais pessoas

Em que

trabalham? _____

1.7 Qual é a renda familiar atual?

() Menos de 1 salário mínimo () De 1 a 2 salários mínimos () De 3 a 4 salários mínimos

() 5 a 6 salários mínimos () 7 ou mais salários mínimos

1.8 A casa que você mora é:

() Própria () Alugada () Cedida () Outros: _____

1.9 Tipo de construção da casa: () Madeira () Alvenaria () Mista

1.10 Em que bairro você

mora? _____

1.11 De onde provém a água usada em sua casa?

() Águas do Amazonas () Poço artesiano () Cacimba () Outros: _____

1.12 Você tem acesso à luz elétrica? () Não () Sim

1.13 A rua em que você mora é asfaltada? () Sim () Não

2. VIDA NA CIDADE DE ORIGEM

2.1 _____ **Cidade** _____ **em** _____ **que**
nasceu: _____

2.2 _____ **Cidade** _____ **em** _____ **que** _____ **vivia** _____ **antes** _____ **de** _____ **vir** _____ **para**
Manaus? _____

2.3 Estudou até que série antes de vir para Manaus?

() Alfabetizado(a) () Fundamental Incompleto () Fundamental Completo

() Médio Incompleto () Médio Completo () Superior Incompleto

() Superior Completo _____ () Pós-Graduação

em: _____

2.3.1 Em que tipo de escola estudou? () Rede Pública () Rede Privada () Outros: _____

2.3.2 Por que estudou até esta série? _____

2.4 O que fazia em sua cidade antes de vir para Manaus?

() Estudava() Estudava e trabalhava() Ajudava apenas em casa

() _____ Trabalhava. Em que? _____

() Outros: _____

2.5 Com quem você morava?

() Pais e/ou irmãos() Esposa(o) e/ou filhos() Parentes

() Amigos() Sozinho() Avós

() Outros: _____

Por quê?

2.6 Como se dava o sustento da família?

2.7 Como era a vida na cidade? De que as pessoas viviam, o que faziam no seu dia-a-dia?

2.8 Quais eram suas principais atividades nos finais de semana?

() Ficava com a família() Visitava amigos() Visitava parentes

() Ia à igreja() Jogava bola() Pescava

() Caçava() Plantava() Assistia TV

() Outros: _____

2.9 Em situações de dificuldade financeira ou doença, a quem recorria?

() Familiares() Amigos() Vizinhos() Igreja

()

Outros: _____

3. MIGRAÇÃO PARA MANAUS

3.1 Como você soube ou ouviu falar de Manaus?

() Escola() Televisão() Jornal

() Amigos() Familiares() Outros: _____

Comente: _____

3.2 Como surgiu a ideia de deixar sua cidade? (Pode marcar mais de uma opção)

() Poucas possibilidades de emprego na cidade de origem () Influência de amigos

() Falta de escola para si e/ou para os filhos () Influência de familiares

() Outros: _____

3.2.1. Ao decidir sair de sua cidade natal você pensou em ir para onde?

3.3 O que você esperava encontrar na cidade de Manaus? Quais era os planos para Manaus?

() Emprego() Moradia() Estudo para si e/ou para os filhos

() Acesso à saúde() Maiores oportunidades.

() Outros: _____

3.4 Como foi planejada a vinda para Manaus?

() Decisão individual() Discutido com a família

Comente: _____

3.5 O que mais lhe preocupou ao decidir vir para Manaus? Qual foi seu maior dilema?

3.6 O que foi fundamental para você decidir vir para Manaus?

3.6.1 Qual foi a sensação/sentimento ao deixar sua cidade?

3.6.2 Como foi o deslocamento para Manaus? Fale um pouco sobre isso.

3.7 Quem pagou o deslocamento?

() Recursos próprios() Ajuda de familiares() Ajuda de amigos

() Outros: _____

3.8 Que meio de transporte foi usado para chegar à Manaus? Quanto tempo durou a viagem?

() Avião: _____ () Barco: _____ () Ônibus: _____

() Outros: _____

4. A CONSTRUÇÃO DA VIDA NO CONTEXTO DA CIDADE

4.1 Quais foram as impressões ao chegar em Manaus?(como se sentiu)

4.2 Você tinha familiares e/ou conhecidos na cidade de Manaus?

() Não () Sim. Quem? _____

4.3 Caso a resposta anterior seja positiva, foi morar com eles?

() Não () Sim. Quem? _____

4.4 Caso a resposta da questão 4.3 seja negativa, onde você foi morar?

() Casa alugada () Comprou casa própria () Pensão () Outros: _____

4.5 Como foram os primeiros tempos na cidade? Como foi a vida ao chegar à cidade?

4.6 Que atividade exerceu logo depois que chegou à cidade (primeira atividade)?

() Industriário() Comerciante() Vendedor ambulante() Feirante

() Babá() Comerciante () Empregada Doméstica

() Autônomo. Em quê? _____ () Outros: _____

4.6.1 Como foi para conseguiu trabalho em Manaus?

() Envio curriculum () Deixou curriculum em porta de fábrica() Anúncio de Jornal

() Indicação de amigos () Indicação de conhecidos

() Seleção empresa de Recursos Humanos

4.7) Quais atividades exerceu desde que chegou à cidade de Manaus (Colocar na ordem em que as exerceu)?

4.8 Quais as principais mudanças que você percebeu na cidade de Manaus nesses anos que mora aqui? _____

4.9 Cite alguns fatos/problemas que você presenciou na cidade de Manaus na década de 1980?

() Não se aplica

4.10 Cite alguns fatos/problemas que você presenciou na cidade de Manaus na década de 1990?

() Não se aplica

4.11 Cite alguns fatos/problemas que você presenciou na cidade de Manaus na década de 2000?

5. INSERÇÃO NA INDÚSTRIA

5.1 Quando começou a trabalhar nas empresas do Distrito Industrial? _____

5.1.2 Qual o valor do rendimento básico quando iniciou a trabalhar?

() Menos de 1 salário mínimo() De 1 a 2 salários mínimos() De 3 a 4 salários mínimos

() 5 a 6 salários mínimos() 7 ou mais salários mínimos

5.2 Em quais empresas trabalhou? Em que ano? Quanto tempo?

Empresa	Início	Fim	Tempo

5.3 Quais foram as funções ocupacionais exercidas?

5.4 Na primeira função ocupacional exercida quais eram/ são suas atribuições.

5.5 Na última ou atual função ocupacional exercida, quais são as atribuições? _____

5.6 Descreva seu dia a dia desde que começou a trabalhar no Distrito (organização dos horários/momentos com a família).

5.7 Descreva seu dia a dia na fábrica (Se trabalhou em várias empresas, pode descrever as diferentes rotinas).

5.8 Como você se sente/se sentia trabalhando (passando o dia/a noite) no Distrito?

() Realizado() Estressado() É um serviço temporário

() Isolado da vida social() Outros: _____

Observações: _____

5.9 Você tinha/tem intenção de mudar de atividade?

() Sim() Não

5.10 Caso a resposta anterior seja positiva, quais as medidas tomadas para concretizar este projeto?

() Distribuição de currículos () Preparação para concursos () Preparação para vestibular

() Retomada dos estudos() Curso de idiomas() Curso de informática

() Conversar com amigos e familiares

(_____) Outros: _____

Justifique: _____

5.11 Descreva como é/era sua relação com os colegas de trabalho.

5.12 Descreva como é/era sua relação com os chefes imediatos (Supervisor, Encarregado).

5.13 Como é seu horário de trabalho?

() Horário Comercial: De _____ h às _____ h.

() 1º Turno: 6h às 14h () 2º Turno: 14h às 22h() 3º Turno: 22h às 6h

5.14 Quais as vantagens de trabalhar no Distrito Industrial?

5.15 Quais as desvantagens de trabalhar no Distrito Industrial?

5.16 Você sentiu alguma dificuldade para se adaptar à rotina de trabalho no Distrito?

() Não() Sim. Quais? _____

5.17 Você é ou foi filiado a algum sindicato?

() Não() Sim

Por quê? _____

5.18 Você participou de alguma greve enquanto trabalhador do Distrito Industrial?

() Não() Sim

Por quê? _____

5.19 Com base no tempo em que trabalha/trabalhou no Distrito Industrial, você consegue/conseguiu perceber/percebe transformações no Polo Industrial de Manaus?

() Não() Sim. Quais? _____

mulheres (benefícios/salário/cargos)?

() Não() Sim. Quais? _____

5.21 Quais são as principais diferenças que você sente entre o ambiente/o costume de casa em relação à vida na fábrica? (comportamento, vestimenta, hábitos, horários, linguagem, hábitos alimentares)

5.22 Você percebe competição entre os trabalhadores para conseguir subir de cargo?

() Não() Sim. Comente: _____

5.23 Há/Havia programa de ascensão funcional horizontal ou vertical na(s) empresa (s) que você trabalha/trabalhou?

() Não() Sim. Comente:_____

5.24 Como você percebe o tratamento dado por encarregados, supervisores e gerentes aos seus colaboradores nas empresas do Distrito?

6. NOVOS ESPAÇOS SOCIAIS

6.1 O que normalmente você faz nos finais de semana?

() Fica com a família() Visita amigos() Visita parentes

() Vai à igreja() Joga bola() Vai ao cinema

() Assiste TV() Vai ao clube() Viaja

() Outros:_____

6.2 Participa de algum Clube de Amigos, Associação de Bairro ou Clube da Empresa?

() Não() Sim. Qual(is)?_____

Por

quê?_____

6.3 Em situações de dificuldade financeira ou doença, a quem você recorre?

() Não tenho com quem contar() Familiares() Amigos() Vizinhos () Igreja()

Outros:_____

6.4 Você acha que sua vida em Manaus é melhor do que teria sido se tivesse ficado onde você nasceu? () Sim () Não.

Por

quê?_____

6.5 Você pensa/pensou em voltar para sua cidade natal?

() Sim () Não.

Por quê?_____

6.6 Você já pensou em se mudar para outra cidade?

() Não() Sim. Qual?_____

Por

quê?_____

7.0 Você gostaria de acrescentar mais alguma sobre tudo que conversamos.